



Mestrado em Línguas Aplicadas e Tradução (Ramo Profissionalizante)

Trabalho de Projecto

Autor e tradutor: uma história de cumplicidade

Tradução de *Simone Veil: Destin* (Maurice Szafran)
Primeira Parte

Maria Madalena Frederico Guerreiro Mestre

Orientadora:

Prof. Doutora Margarida Gouveia Esperança Pina Saraiva Reffóios

Setembro de 2011

Mestrado em Línguas Aplicadas e Tradução (Ramo Profissionalizante)

Trabalho de Projecto

Autor e tradutor: uma história de cumplicidade

Tradução de *Simone Veil: Destin* (Maurice Szafran)
Primeira Parte

Maria Madalena Frederico Guerreiro Mestre

Orientadora:

Prof. Doutora Margarida Gouveia Esperança Pina Saraiva Reffóios

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Professora Doutora Margarida Gouveia Esperança Pina Saraiva Reffóios, orientadora deste projecto, por toda a sua disponibilidade, pelo apoio e incentivo nesta longa caminhada;

à Professora Doutora Ana Clara Birrento, por ter possibilitado a leitura de novos horizontes;

à Júlia e Diamantina, pela preciosa colaboração e apoio moral;

à Célia, por toda a sua disponibilidade;

à Helena, pela sua amabilidade e prontidão;

ao Tobias, pela sua infinita paciência;

e, finalmente, a todos aqueles que, ainda que indirectamente, permitiram que este projecto acontecesse.

Título: Autor e tradutor: uma história de cumplicidade

Sub-título: Tradução de *Simone Veil: Destin* (Maurice Szafran) – Primeira Parte

RESUMO

Este trabalho surgiu de uma vontade de trilhar os caminhos vividos por uma pessoa, a meu ver, interessante e rica de emoções, em suma, a vida de uma personagem que, mesmo sendo um percurso grafado no papel, permaneceu humana (com o que isto tem de positivo e de negativo). A figura desenhou-se de imediato: Simone Veil. Restava optar entre biografia ou autobiografia, sendo que esta última já encontrara o seu espelho na nossa língua – *Uma Vida* de Simone Veil (tradução de Sara Canelhas). Teria sido certamente interessante proceder a um estudo comparativo entre as duas versões, mas a preferência recaiu sobre um texto não traduzido – *Simone Veil: Destin* de Maurice Szafran.

Feita a escolha, tornava-se premente lançar um olhar crítico e minucioso ao original para, daí, retirar ilações sobre o próprio pulsar do texto e começar a delinear estratégias. Contudo, só o trabalho no terreno foi revelando, gradualmente, o melhor caminho a seguir. Isto permitiu, por um lado, uma reflexão sobre o próprio acto translatório e, por outro, chegar à conclusão que este processo é um desafio permanente e que o seu produto é sistematicamente inacabado, sujeito a eternas alterações.

Palavras-chave: translação, fidelidade, traição, alteridade, homologia, espelho, reversibilidade.

Title: Author and translator: a history of complicity

Subtitle: Translation of *Simone Veil: Destin* (Maurice Szafran) – First Part

ABSTRACT

This work appeared out of the will to track the roads lived by a person who is, in my point of view, interesting and of great emotional depth - in short, it is the life of a character and even though being only a path written on paper, she remained human (with all the positive and negative aspects that come with it). The figure took shape immediately: Simone Veil. Then remained the choice between choosing a biography or an autobiography, the latter one having already found its mirror in our language – *Uma Vida* by Simone Veil (translation by Sara Canelhas). It would certainly have been more interesting to go on with a comparative study between the two versions but the preference was given to a not translated text – *Simon Veil: Destin* by Maurice Szafran.

After the choice was made it became urgent to cast a critical and detailed glance over the original writing in order to infer about the very own beating of the text and to start to outline strategies. However only the field study revealed gradually which was the best way to follow. On the one hand this allowed me a reflection about the act itself of translating, and, on the other hand it allowed me to come to the conclusion that this process is a permanent challenge and that its product is systematically unfinished and subject to eternal changes.

Key-words: translation, fidelity, treason, alterity, homology, mirror, reversibility.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	6
1. Maurice Szafran e Simone Veil <i>versus</i> Biógrafo e Biografada.....	8
2. Do texto original ao texto traduzido: Metodologia(s)	12
3. Da tradutibilidade do texto ao acto translatório	18
3.1. Tradução da primeira parte da obra (capítulos 1 a 7) de Maurice Szafran – <i>Simone Veil: Destin</i>	18
3.2. Translação: entre obstáculos e soluções.....	89
Equivalentes lexicais: sinonímia, homonímia, polissemia e neologia	89
Equivalentes enciclopédicos: idiomatismos e referentes culturais.....	96
Equivalentes gentílicos, toponímicos e axionímicos.....	102
Equivalentes textuais: inter e intratextos.....	108
<i>Muralhas</i> para e por derrubar	112
3.3. Glossário.....	115
CONCLUSÃO.....	121
BIBLIOGRAFIA	124
ANEXOS	126
Anexo 1 – <i>Simone Veil: Destin</i> (cópia do texto original)	
Anexo 2 – Carta a Maurice Szafran	
Anexo 3 – Discurso de Pétain	
Anexo 4 – Excerto do artigo onde vem referido “l’homme à la vaisselle d’or”	

J'ai pas vraiment une culture juive, je ne suis pas du tout religieuse, mes parents ne l'étaient pas du tout, et j'ai de grandes lacunes en ce qui concerne la culture juive. Ce que j'ai en moi, c'est [...] la mémoire de la Shoah, oui, ça oui, la mémoire des déportations¹.

Simone Veil

INTRODUÇÃO

«Je est un autre» (Rimbaud: 233). Esta foi a frase que surgiu quase no início e me acompanhou ao longo deste trabalho (tradução da obra *Simone Veil: Destin* de Maurice Szafran – capítulos 1 a 7). Pela sua fidelidade, senti que era minha obrigação registá-la aqui. Esta sentença levanta, à partida, vários problemas: Quem é o Eu? Quem é o outro? Há bifurcação de identidade ou, pelo contrário, fusão identitária? Apesar do paradoxo existente, procurarei dar-lhe algum sentido. Tratando-se de tradução, não será muito difícil estabelecer um paralelismo entre os binómios autor-tradutor (ou *vice versa*, dependendo do ponto de vista) e Eu-Outro. Tomando como referência esta obra, será incontornável concluir que houve um Eu, Maurice Szafran, que escreveu o texto de partida (TP). Mas, no momento em que este texto é transferido para uma outra língua, esse Eu forçosamente torna-se outro(s). Não que o tradutor assumo o papel de autor,

1. in http://www.dicocitations.com/citations-auteur-simone_veil-0.php (acedido em 21 de Julho de 2011).

mas torna-se o veículo que transporta toda a bagagem entregue. Szafran continuará, em qualquer língua, a ser o autor da obra. O tradutor é aliás, a maior parte das vezes, ignorado, esquecido, «[il] n'a souvent pas plus d'épaisseur qu'un fantôme» (Steiner: 370). Mas, «antes de sermos tradutores, todos nós somos obrigatoriamente leitores. [...] Consequentemente, o modo como o texto é trazido à consciência, isto é, a interpretação particular que é feita desse texto é [...] única. [E logo,] diferentes sujeitos, tendo uma relação interpretativa diferente com um mesmo texto, reproduzem, necessariamente, essa diferença nas respectivas traduções.» (Lima: 64) O seu desempenho é, por isso mesmo, fundamental, pois é o seu texto que chegará ao leitor. E através de cada leitor, seja na língua de chegada (LC) ou de partida (LP), o autor tornar-se-á inevitável e sistematicamente também outro.

Antes de mergulhar no texto propriamente dito, que deu origem a este trabalho, para de lá emergir depois da longa travessia deste *mar das tormentas*, gostaria de deixar aqui um esboço do percurso delineado.

Pareceu-me pertinente fazer uma breve abordagem a Maurice Szafran (é dele que nasce a obra) e ao biógrafo, e simultaneamente a Simone Veil e à personagem por ele escolhida. Impunha-se, depois, determinar a metodologia a adoptar. Para tal, foi fundamental proceder a uma leitura minuciosa do texto original, de modo a apreender as linhas orientadoras do próprio autor e «encontrar traços de carácter que definissem os humores do texto» (Barrento: 50). Esta é a razão pela qual serão apresentadas, já nesta parte, algumas dificuldades. E também não será de estranhar o recurso sistemático à obra de Szafran para fundamentar os outros momentos deste projecto, uma vez que é dela que todo o trabalho se sustenta. Apesar da extensão do *corpus* (ponto de partida), o texto traduzido (ponto de chegada) só poderia ser parte integrante deste trabalho. Assim, é desta translação que surgirá, posteriormente, um capítulo dedicado às escolhas

efectuadas diante dos obstáculos encontrados, para finalmente dar lugar a um glossário onde constará tudo o que o texto não disse, nem podia dizer, mas que poderá esclarecer e contextualizar o leitor do texto de chegada (TC). Finalmente, irão anexados a este projecto de trabalho uma cópia do texto original e outros documentos que considere relevantes.

1. Maurice Szafran e Simone Veil *versus* Biógrafo e Biografada

Se a escolha desta obra se prendeu com o facto de não existir (que se saiba) uma tradução em língua portuguesa, ela pesou sobretudo, não pelo autor, até ao momento desconhecido, mas pela personalidade que aqui é biografada: Simone Veil.

Pouco se sabe de Maurice Szafran. Nasceu em Paris, no ano de 1954, e é um jornalista francês. Trabalhou, inicialmente, no semanário *Le Point*, na secção Cultura, posteriormente tornou-se director de *L'Événement du Jeudi*, criado por Jean-François Kahn. Com este fundou a revista *Marianne*, onde foi director de redacção. E, após a demissão de Kahn, e tendo sido eleito por unanimidade em Julho de 2008, assumiu a presidência do conselho de administração deste semanário. *Marianne* aparece referenciado na obra, ainda que nada tendo a ver um com o outro, não deixa de ser curiosa esta coincidência. *Yvonne* [mãe de Simone] *se contente de lire "Marianne", l'hebdomadaire progressiste d'Emmanuel Berl* (Szafran: 20). Este jornal foi publicado em Paris nos anos 30 e teve uma grande influência nos meios intelectuais de esquerda, tendo cessado a sua publicação em Agosto de 1940. O seu homónimo actual foi criado em 1997, é uma revista semanal com um cariz centrista revolucionário, definindo-se como jornal republicano que combate simultaneamente o esquerdismo *soixante-huitard*

e a mundialização neoliberal.

Szafran também é escritor. Escreveu, só ou em colaboração, numerosos livros relacionados, essencialmente, com figuras políticas: *Les familles du président*, com Sammy Ketz (1982); *Chirac ou Les passions du pouvoir* (1986); *Les Juifs dans la politique française* (1992); *Simone Veil: Destin*, editoras Flammarion (1994) e *J'ai lu* (1996); *Le Miraculé. Le Roman d'un président*, com Nicolas Domenach (1997); *Le testament inachevé*, com Albert Decourtray e Nicolas Domenach (1999); *Les cigares* (1999); *La grande histoire du cigare*, com Bernard Le Roy (2001); *Malaise dans la République: intégration et désintégration*, com Anne Révah-Lévy (2002); *Le Sacre*, com Nicolas Domenach (2003).

Não procurarei aqui apresentar, ainda que sumária, uma biografia de Simone Veil, pois seria redundante e, além disso, Szafran fá-lo, sem dúvida, melhor do que eu. No entanto, julgo pertinente evocar, *à rebours*, alguns momentos mais significativos do seu percurso de vida. Foram esses momentos que fizeram dela a pessoa que é, pautando, assim, a nossa escolha. (Falo na primeira pessoa do plural, porque a obra integral foi traduzida por três pessoas, cabendo, a cada uma, uma parte. Neste projecto será apresentada e trabalhada apenas a primeira parte, constituída pelos sete primeiros capítulos, como aliás já referi.) Simone Veil nasceu em Nice, no ano de 1927. É, simultaneamente, uma figura proeminente e controversa da cultura e, sobretudo, da política francesas. Reportando-se à sua infância, Szafran sublinha que *Simone, déjà, ne laissait personne indifférent* (p. 13). Actualmente com oitenta e quatro anos, continua a destacar-se na sociedade francesa e, porque não dizê-lo, na sociedade *tout court*. É, desde 2001, presidente da Fundação para a Memória da *Shoah*. Em 2010, entrou para o círculo dos imortais: a Academia Francesa; de 1998 a 2007 foi membro do Conselho Constitucional de França; foi a primeira mulher a presidir o Parlamento Europeu

(1979-82); foi ministra da Saúde (1974-79) e, enquanto tal, defendeu a lei de despenalização da IVG (Interrupção Voluntária da Gravidez), ficando esta lei conhecida por *Loi Veil*; depois de 1956, foi jurista, desempenhando altos cargos na Administração Penitenciária e nomeada Secretária do Conselho Superior da Magistratura. Em 1944, dois dias antes da sua deportação, concluiu o *bac* e, de regresso a França em 1945, inscreveu-se em *Sciences-Po* [Instituto de Ciências Políticas]. *Un défi, un de plus* (Szafran: 114).

Pour ma mère qui, elle aussi, est revenue de là-bas / Para a minha mãe que, também ela, regressou de lá. É esta a dedicatória que Maurice Szafran escolhe para abertura do seu livro. Um leitor atento verificará, à partida, o paralelismo que se estabelece entre a mãe e Simone Veil. Comprova-o a utilização do advérbio “também” e a ausência de explicitação do topónimo. “Lá” cria uma espécie de cumplicidade entre ambas, pois só quem percorreu a “descida aos Infernos” será capaz de nomeá-la: Auschwitz. Para além da mãe, dedica também este livro a Françoise Verny (uma editora francesa). Contudo, utiliza para cada uma delas uma preposição distinta. Apesar de ser habitual o uso da preposição “a” numa dedicatória, resolvi respeitar e traduzir, à letra, o texto de partida. Pois não me parece ter havido alguma distração por parte do autor, antes pelo contrário, julgo que houve intenção de marcar esta diferença. Não só dedica esta obra à mãe como também lhe presta uma homenagem através de uma personagem (Simone) que, num determinado momento da sua vida, trilhou os mesmos caminhos.

Esta entrada já indicia a simpatia que o narrador alimenta pela figura biografada. Resta saber se, enquanto biógrafo, ele foi ou não isento, se respeitou o «compromisso com a verdade, ou pelo menos com a verosimilhança» (Pereira: 2).

Vejamos, então, as duas primeiras frases da obra – *Un jour, Simone Veil fit cet*

aveu : «*Quand on me demande quelque chose, mon premier réflexe, c'est de répondre non.*» *Ce trait pourrait suffire à éclairer un caractère, à comprendre une personnalité.* (p. 13), traduzidas por *Um dia, Simone Veil fez a seguinte confissão: «Quando me perguntam alguma coisa, o meu primeiro reflexo é responder não.» Este traço seria suficiente para justificar um carácter, para compreender uma personalidade.* A primeira apresenta, de imediato, o sujeito desta biografia: Simone Veil. E para dar maior credibilidade, o narrador recorre a uma citação sua. Ainda que não saibamos quando (“Um dia”) e a quem ela fez esta confissão, podemos no entanto concluir que o biógrafo efectuou o seu trabalho de investigação, apresentando factos reais. A escolha desta asserção não é inocente, comprova-o a frase seguinte que revela já uma certa opinião do narrador. Este quer que o leitor, logo no primeiro momento, apreenda esta figura como uma personagem com carácter, personalidade e firmes convicções.

De facto, feita a apresentação, somos de imediato projectados para o passado – a infância de Simone Jacob (este foi o nome com que nasceu. Não a tinha nomeado desta forma, até ao momento, porque é de Simone Veil que se trata, esta é a figura conhecida, e não a menina Jacob) –, através das palavras dos seus amigos de infância que a definem como uma menina obstinada, segura de si, que caminhava *seule devant la famille* (p. 13) e que era capaz de desafiar o pai. Entre esta primeira descrição e as que seguem, temos uma frase que permite ao leitor situar-se e perceber que é, entre outras, a memória da própria Simone, sessenta anos mais tarde – *Les souvenirs, soixante ans après, sont d'une précision rare.* (p. 13) –, que nos vai retratar, através da voz do narrador, a menina que foi.

Podemos, logo desde o início, antecipar a simpatia que o narrador nutre por esta personagem. Contudo, o recurso a testemunhos reais e a citações de documentos escritos de época fazem com que este texto, enquanto biografia, seja legitimado, apesar

das escolhas feitas, «descartando [certamente] centenas de outras – sem distorcer a imagem do sujeito» (Pereira: 4), o que me parece ser aqui o caso. Seleccionar também faz parte do trabalho do biógrafo. *Simone Veil: Destin* é um texto construído através da memória, diria antes das memórias, tornando-se ele próprio um local de memória, parafraçando Lindjane dos Santos Pereira (p. 1).

2. Do texto original ao texto traduzido: Metodologia(s)

A tarefa do tradutor (recorrendo ao título do ensaio de Walter Benjamin) passa, a meu ver, obrigatoriamente por três momentos: Leitura → Escrita ↔ (Re)leitura(s). Este esquema, aparentemente redutor, comporta contudo uma complexidade que se espelha fundamentalmente na (re)criação, ou seja na escrita, de um texto-outro. Entenda-se por “escrita” um processo que inclui um trabalho de pesquisa (que permite contextualizar, fundamentar e avaliar), um exercício de interpretação (sem o qual as escolhas entre literalidade/fidelidade, assimilação/estranhamento, redução/expansão seriam totalmente aleatórias) e uma análise textual (que, embora partindo do texto original, nasce sobretudo do confronto permanente entre o TP e o TC e actualiza sistematicamente novas escritas). É porque «a tradução não é um somatório de soluções parciais, é antes um processo global em que intervêm particulares de linguagem que é preciso orquestrar, isto é, transformar numa estrutura textual, configurando-a como um tecido coeso e coerentemente padronizado» (Barrento: 23), que ela só poderá ser considerada fiel ao original se, para lá da sua realização referencial, também for capaz de transmitir a forma como essa referência se manifesta. Se bem que a biografia de Szafran não possa, *strictu senso*, ser considerada um texto literário, não é menos verdade que, independentemente

do seu carácter predominantemente factual, a obra apresenta mecanismos retóricos que exigiram estratégias translatórias «adequadas à iluminação do tecido textual em todos os seus cantos e interstícios» (Barrento: 193).

Ainda que seja indiscutível que este trabalho de projecto é individual, não poderia deixar de referir que a questão da metodologia passou, necessariamente, pelo olhar atento das três pessoas que traduziram toda a obra. Houve, por isso, um trabalho conjunto de revisão global da primeira tradução que, confrontada com o original, permitiu sentir o pulsar do texto e chegar a determinadas orientações translatórias. Primeira, reproduzir o ritmo enfático e sincopado do TP, assente em frases nominais e segmentos explicativos ou sentenciosos; segunda, manter as cadeias de referências catafóricas, imprimindo o mesmo fenómeno de ambiguidade referencial do texto de partida; terceira, preservar, sempre que possível, a pontuação cuja expressividade decorre de um uso desviante ou expressivo da linguagem; quarta, respeitar os níveis de língua e as expressões idiomáticas, adaptando-os à cultura da LC. Numa palavra, um conjunto limitado de “regras” para que «o texto segundo continue a ser, no seu heteromorfismo, o texto primeiro, ainda que outro» (Barrento: 48).

Sem querer aqui alargar-me sobre os traços distintivos do género biográfico, convém todavia sublinhar a sua proximidade com o discurso histórico. De facto, a presença do autor é diluída (mas não apagada), dado que a maior parte das marcas enunciativas da primeira pessoa são rasuradas, privilegiando-se um tratamento histórico da personagem e do espaço/tempo onde esta se movimentou. Estes traços determinarão o agenciamento de um pacto de veracidade, de que a tradução terá de ser o eco.

Contudo, e insisto, rasura não é apagamento absoluto. De facto, a primeira dedicatória e as epígrafes inscrevem o autor como sendo de origem judaica, ele próprio intimamente marcado pelo fenómeno da deportação (*À ma mère, qui elle aussi est*

revenue de là-bas). Percebe-se, então, como a sua adesão – pessoal, afectiva e logo discursiva – à personagem biografada se reflecte necessariamente no texto. O título da obra institui, à partida, um percurso interpretativo que dispensa a explicitação nominativa quando as referências se reportam a Simone Veil, estando o discurso alicerçado frequentemente sobre cadeias de referências catafóricas. A frase *Il y a ces mots à elle* (p. 76), traduzida por *Existem as suas palavras*, emblematiza justamente esse mecanismo discursivo, que mantive por considerar metodologicamente mais pertinente preservar a estranheza do texto original. O exercício de descodificação textual coloca-se tanto ao leitor da LC como ao da LP.

Por outro lado, a posição ideologicamente comprometida do autor, marcadamente um homem de esquerda, cuja voz crítica surge projectada numa utilização expressiva das aspas, é outro dos factores que instaura a construção de um espaço “autobiográfico” dentro da biografia. Ora, num texto em que a citação – de testemunhos orais ou de documentos oficiais – abunda, era imperioso que a tradução não levasse o leitor português a interpretar como intromissão da voz do outro o que é expressão gráfica da voz do próprio autor. Portanto, foi necessário encontrar equivalentes lexicais que veiculassem o valor irónico das aspas, o que, não sendo possível, implicaria quer a perda do valor sarcástico do lexema *quer*, por extensão, o apagamento das aspas, as quais, perdida a dimensão conotativa da palavra, seriam automaticamente lidas de forma errada. Um dos casos que, a meu ver, elucida essa dificuldade translatória é o da frase *la police française «ramasse» les juifs dans l’ancienne zone libre* (p. 56). O facto de se ter colocado o verbo “ramasser” entre aspas mais não faz do que assinalar a utilização irónica da palavra, na medida em que o campo semântico para que ela reenvia é claramente inadequado a um contexto humano. Se, do ponto de vista literal, o equivalente lexical mais imediato seria “apanhar”, a verdade é que temos um único

termo para campos semânticos distintos: “apanhar um bandido” ou “apanhar o lixo do chão”. O mesmo não acontece em francês, onde cada contexto exige uma unidade linguística distinta: dir-se-á “attraper un bandit” mas “ramasser les déchets”. Neste caso, e para não tornar inoperante o valor expressivo das aspas, impunha-se encontrar um equivalente que não fosse a tradução literal do verbo “ramasser”. Assim, optei pelo termo “varrer” por considerar que um desvio semântico estaria mais próximo do original do que uma expansão do verbo “apanhar”. Com efeito, pareceu-me que as expressões “apanhar do chão” ou “apanhar à pazada”, ao expandirem o vocábulo, anulavam a dimensão irónica decorrente da inapropriação lexical do verbo “ramasser”. Por outro lado, propor como equivalentes as metáforas “limpar” ou “pescar” afastava-me do original, na medida em que a dimensão irónica do termo “ramasser” depende do seu valor estritamente literal. É certo que houve situações em que se pôde traduzir literalmente um termo, mantendo as aspas como marca de uma utilização irónica da linguagem, como em «*genial*» *Estaline* (p. 30). Nesta situação, a função das aspas não implicou a substituição do termo original por um processo de equivalência funcional, porque a contextualização do enunciado garante a legibilidade irónica do adjectivo, não por questões intrínsecas ao sistema linguístico francês, mas por razões de ordem cultural, comuns aos leitores das duas línguas. Aqui, é antes a competência enciclopédica do leitor que é convocada e não a competência do tradutor para encontrar equivalentes. Assim, e na linha de sentido de Umberto Eco (p. 448), só «la comparaison entre les espaces sémantiques occupés par les différents termes des deux langues permet de négocier la solution contextuellement la plus acceptable».

No que se prende ainda com questões de pontuação, gostaria de sublinhar outra particularidade linguística da prosa de Szafran: o da expressividade dos adjectivos, por vezes marcada pelo uso desviante das vírgulas. Se atentarmos no seguinte exemplo –

Question, insignifiante encore (p. 76) –, verificamos que, do ponto de vista sintagmático, é pouco usual o recurso a vírgulas entre nome e adjetivo (sobretudo quando não se trata de uma dupla, tripla ou múltipla adjetivação), o que me obrigou a ponderar se devia mantê-la ou não. Se, do ponto de vista semântico, o recurso à vírgula pouco ou nada acrescenta, a verdade é que, do ponto de vista expressivo, ela realça a ideia. A opção tornava-se tanto mais premente uma vez que, em francês, esta justaposição lexical constitui também um desvio à norma e que, por conseguinte, o efeito fora consciente e voluntariamente (se não pelo autor, sem dúvida pelo texto) procurado. Recuei um pouco no texto e procedi, então, a uma análise comparativa das estruturas sintáticas do excerto, onde predomina a isotopia do interrogatório, discursivamente marcada por frases nominais – *Interrogatoire. Des questions, d'apparence anodine* (p. 76), traduzidas por *Interrogatório. Perguntas, aparentemente inócuas* – e por um encadeamento de perguntas (dos SS) e de respostas (das deportadas). Se, na primeira ocorrência, o corte imposto pela vírgula podia ser transposto para a LC sem grande violência, visto o advérbio “aparentemente” legitimar essa cisão semântica, o mesmo não acontecia com o segundo exemplo, em que a justaposição nome/adjetivo tornava inexpressivo – ou até ofensivo – este sinal de pontuação. Assim, e de modo a preservar a bipartição prosódica da frase, decidi agregar os dois lexemas e deslocar a vírgula, a qual assinala, agora, a redundância *anodine* do interrogatório nazi: *Pergunta insignificante, uma vez mais*.

A preferência por estruturas redundantes – paralelismos sintáticos e repetições lexicais – é, aliás, uma das marcas estilísticas do discurso de Szafran, a que a tradução não se pôde esquivar. Por isso, quando me deparei com a frase *Il est temps, grand temps, de vivre* (p. 16), confrontei-me com a opção crítica de decidir se devia valorizar a substância referencial ou a estilística, embora ciente de que o mecanismo de

«reconversão [entre dois sistemas linguísticos opera] de modo a que nada, ou quase nada, se perca na passagem, e tudo, ou quase tudo, se transforme» (Barrento: 156). Portanto, restava-me sublinhar o nível prosódico nas malhas do sentido. Assim, reduzi a ênfase lexical (*Il est temps, grand temps*), transferindo-a para a substância semântica do enunciado: *Urge viver*.

Em suma, e para finalizar esta reflexão sobre o processo de escrita do autor, tentei mostrar como o texto, ainda que não coloque as dificuldades que uma tradução literária certamente levantaria, não deixa de exigir uma competência translatória que proceda a equivalências não meramente lexicais ou semânticas – para que a afinidade etimológica entre as duas línguas poderia empurrar –, mas estabelece também correspondências estéticas. O objectivo último é que a minha proposta de tradução «faça o que faz o texto original, tendo agora em vista um novo contexto» (Barrento: 17), respeitando o ritmo frásico da prosa de Szafran. Um discurso marcadamente enfático que se traduz pela repetição de unidades lexicais ou sintagmáticas que, por sua vez, se destacam pelo recurso a segmentos explicativos, introduzidos pelos dois pontos ou pelo travessão duplo.

3. Da tradutibilidade do texto ao acto translatório

3.1. Tradução da primeira parte da obra (capítulos 1 a 7) de Maurice Szafran – *Simone Veil: Destin*

S I M O N E V E I L : D E S T I N O

Para a minha mãe que,
também ela, regressou de lá.

A Françoise Verny,
porque nunca desiste.

Existe Auschwitz, não pode então existir Deus. Não encontro solução para o dilema. Procuro-a, mas não a encontro.

Primo Levi

A nossa vida possui correntes mais profundas do que os acontecimentos exteriores, que nos aproximam e nos separam, e uma intensa magia da vida, acessível unicamente à nossa emoção e não aos nossos sentidos, rege os nossos destinos, mesmo quando acreditamos sermos nós a dirigi-los.

Stefan Zweig

PRIMEIRA PARTE

A ATREVIDA

Em 1950, aquando de uma recepção no consulado de França em Mayence, um funcionário do Quai d'Orsay reparou nos cinco números azulados – 78651 – tatuados no seu braço e quis provavelmente ser engraçado: «É o seu número de vestiário, não é verdade?» Tê-lo-ia esbofeteado de bom grado. Só conseguiu chorar.

1
Um pai tão correcto

- 13 Um dia, Simone Veil fez a seguinte confissão: «Quando me perguntam alguma coisa, o meu primeiro reflexo é responder não.» Este traço seria suficiente para justificar um carácter, para compreender uma personalidade. Os seus amigos de infância descrevem «uma menina que teimava em caminhar sozinha, à frente da família, durante o passeio dominical», «uma miúda sempre descalça, de sapatos na mão pela rua, para irritação do pai». As recordações, sessenta anos mais tarde, são de uma rara precisão. Simone, já nessa época, não deixava ninguém indiferente; a relação que mantinha com o pai também não era simples. Em bicos de pés, tenta apanhar o pesado dicionário, arrumado sempre no mesmo sítio no meio da estante. Parece-lhe ainda ouvir...: «Simone, não se deve dizer: “Deixei escapar o comboio”. Um comboio, Simone, perde-se.» O tom é sentencioso, sem apelo, proibindo qualquer réplica. Mas ela não quer ceder, agarra-se ao Larousse, a uma improvável definição. Deste modo, conseguirá provar ao pai que está enganado, que é demasiado inflexível e seguro de si. Seja como for, ter-lhe-á feito frente, uma vez mais. «Simone enfrentava-o de um modo maravilhoso», testemunha Suzanne Weissmann, sua tia. Num canto da sala, Milou, Denise e Jean, de sorriso nos lábios, admiram a coragem da irmã mais nova. Compreenderam o «esquema», essa relação de força e de amor estabelecida entre aqueles dois desde que ela começou a andar e a falar: para conseguir alguma autorização, mais valia mandar
- 14 Simone para o campo de batalha. Eles receiam o pai. Ela, pelo contrário, não tem medo nenhum. Mesmo se, na maior parte das vezes, volta do escritório vermelha de raiva. «Ele disse não. Não, como sempre». Então volta à carga – «sempre», segundo Denise – e acaba por conseguir o que quer. Uma personalidade complexa, a de André Jacob. Deliberadamente déspota com os seus, exageradamente autoritário, não deixa de respeitar o espírito de rebelião. Será o primeiro a saber que Simone é uma insubmissa. André Jacob exige que os seus quatro filhos respondam «sim papá», «não papá». Simone, com um imenso sorriso, limita-se a um «sim» ou a um «não». Seduzido pelo seu charme, o pai renunciará a repreendê-la.

Nascido em 1890, André Jacob permanece, à sua maneira, uma personagem do século XIX. Filho de um contabilista da Companhia do Gás, ostenta uma moral

– republicana – e princípios – republicanos. A família e os mestres inculcaram-lhe a paixão pela França e pela República de Ferry e de Gambetta. Uma França e uma República em que educação e laicidade caminham juntas, «para melhorar o género humano.»

Judeu, claro, André Jacob é judeu, «de um tipo semita bastante marcado, com um grande nariz adunco e cabelos bastante frisados», segundo Laurence Hirsch-Reinach, uma amiga de infância de Simone. Mas em primeiro lugar, francês, francês acima de tudo, grato aos deputados da Constituinte que, a 27 de Setembro de 1791, emanciparam os Judeus, concedendo-lhes o direito de «se tornarem cidadãos activos». Adolescente, André Jacob tinha lido o ilustre Michelet e a sua *Histoire de la Révolution*. Reteve, nomeadamente, estas duas frases: «Os Judeus chegaram. Humilhados todos os anos em Toulouse ou enforcados entre dois cães, vieram modestamente perguntar se eram homens.» A República das Luzes e dos Direitos do Homem tinha respondido que sim, e foi um acontecimento memorável: nunca antes uma nação tinha concedido a cidadania a toda a comunidade judaica. Os antepassados de André Jacob, oriundos de uma aldeia da Lorraine, fizeram o que havia a fazer na guerra de 1870, enquanto soldados, para pagar essa dívida imensa.

Os Judeus Jacob, como a grande maioria dos Israelitas, perseguem um
15 objectivo, um só: fundir-se na nação e proclamar o culto da pátria. Entre eles a prática religiosa desapareceu em menos de um século. É certo que não dissimulam o seu judaísmo. Têm um sentido de honra demasiado apurado para o fazer e identificam-se naturalmente com esta reivindicação de Léon Blum: «Sempre afirmei ser judeu por uma questão de dignidade humana. Reconhecia que pertencia a uma família judia, que os meus avós, esses, pertenciam a uma comunidade judaica da Lorraine.» Contudo, os Jacob procuram afastar os últimos vestígios, os últimos estigmas que poderiam ainda diferenciá-los dos seus concidadãos: os rapazes, por exemplo, já não são circuncidados; as crianças passam a usar nomes comuns na região. «E quando um pai reconhecia no filho um desses termos, um desses gestos que ele conhece bem porque eram os dos avós, dizia-lhe: “Não faças isso, isso é próprio dos Judeus¹”.» O caso Dreyffus é um primeiro alerta, a prova de que o anti-semitismo tricolor está longe de desaparecer. André tem nove anos

1. André Spire, citado por Alain Finkielkraut, *Le Juif imaginaire*, Éd. Du Seuil, 1980.

quando, em 1899, o capitão é declarado «inocente». «Estás a ver, é impossível os descendentes de 1789 enganarem-se», diz-lhe o pai, abrindo uma garrafa de champanhe. Os Israelitas acreditam piamente nos méritos da República. Os rabinos ensinaram-lhes, há gerações, que a família, o trabalho, a intransigência moral e o respeito pelos intelectuais sintetizam os «valores judaicos essenciais». Os Israelitas não renegam nada. Fazem simplesmente uma transferência: estes valores judaicos tornam-se valores republicanos e laicos. André Jacob descobriu um ídolo: nascido em Colmar, conselheiro de Estado, Camille Salomon Sée convenceu os parlamentares, em 1881, a votar um projecto de lei que proibia as aulas de religião nos liceus femininos públicos. A extrema-direita levanta-se contra ele: com que direito um Judeu ataca o catolicismo do país? Ao ler este episódio, André Jacob ri com gosto. Recorda essa máxima tão «israelita» que por vezes o pai lhe repetia: «Sê Judeu por dentro e homem por fora.» Uma definição irrefutável, mas os Israelitas são adeptos fervorosos da Revolução Francesa. O filho Jacob tanto como os outros.

- 16 Finalista do Secundário aos dezassete anos, decide estudar arquitectura em Belas Artes. Também aí, é inflexível. Construir – são os seus termos – implica uma «ética artística», edificar «não basta», é indispensável «criar em harmonia com o meio». Discurso espantosamente moderno. Diplomado em 1913, obtém o segundo lugar no *Prix de Rome*, reconhecimento de um talento emergente. Mas rapidamente descura a arquitectura. André Jacob considera a guerra contra a Alemanha inevitável. Não a deseja, mas também não a receia. Israelita até à ponta dos cabelos, exprime um patriotismo exaltado, enfurece-se só de lembrar a perda da Alsace e da Lorraine em 1872; 12 000 Judeus tinham de imediato abandonado casas, lojas e bens para se manterem fiéis ao seu país. É preciso então reconquistar «as nossas províncias perdidas»: André não foge a esta linha. Aquando da declaração de guerra, em 1914, são recenseados em França 190 000 Israelitas; 32 000 alistam-se. André Jacob, que estava prestes a terminar o serviço militar, faz parte desse grupo. «Estávamos em dívida, desde 1791, dirá mais tarde ao seu cunhado. Pagámos com o nosso sangue.»

Incorporado nos dirigíveis, cumpre, segundo a fórmula consagrada, uma «bela guerra». Capturado em Maubeuge, no Norte da França, acaba num *stalag* alemão. Libertado, repatriado para Paris, depara-se com famílias desgostosas e dizimadas;

constata, com desdém, que *L'Action française* de Charles Mauras tem como única linha política um anti-semitismo cada vez mais virulento; lê, de coração apertado, as listas intermináveis «de Judeus franceses caídos no campo de honra»: 6 500 mais precisamente. Os responsáveis das organizações israelitas acham indispensável publicar a sua identidade para «refutar» as campanhas dos simpatizantes de Mauras sobre a cobardia, o antipatriotismo dos Judeus. André Jacob, esse, não tem nenhum complexo: comportou-se como um cidadão leal; combateu como um soldado valoroso. Nem soberba, nem orgulho. O dever assumido, sem mais. Ao fim de quatro anos de guerra, urge viver, trabalhar, construir. André continua com a mesma seriedade, com a mesma rigorosa moralidade, com a mesma grande exigência.

17 Será essa rectidão que seduz Yvonne Steinmetz? Ela tem vinte e um anos, uma beleza radiosa, um perfil à Garbo. Durante um almoço de família, André observa esse rosto de uma grande pureza, esses olhos dourados cheios de doçura. «Só tive olhos para ela, confidenciará ele mais tarde. Ela transmitia uma enorme serenidade.» Ele queria casar com uma Judia ou uma aristocrata. Yvonne será essa mulher. «Ela está investida de força e de graça, e sorri ao futuro», diz o Livro dos Provérbios.

A sua família veio da Alemanha há várias gerações. Os Steinmetz, peleiros em Paris, tornaram-se, por sua vez, típicos Israelitas, franceses e patriotas. Têm uma preocupação, uma obsessão frequente neste meio: que os três filhos – Suzanne, Maxime e Yvonne – brilhem no liceu, obtenham em seguida diplomas universitários e exerçam finalmente uma profissão dignificante. Esta vontade obstinada não é anódina, pelo menos para as duas raparigas. As finalistas do Secundário não só são poucas como lhes é praticamente vedado o acesso às principais universidades. Suzanne, a mais velha, ultrapassa todos os obstáculos. Tenaz, ela não se conforma com as reticências, as tradições, a misoginia feroz. Decide ser médica, consegue o diploma. Uma proeza: uma das primeiras Francesas autorizadas a prestar cuidados médicos! Yvonne quer seguir o exemplo, inscreve-se em Química, adora esta disciplina, apaixona-se pelos trabalhos de laboratório. «Estava convencida de que acabaria por encontrar um vidro inquebrável», recorda Suzanne. André não lhe dará a oportunidade de prosseguir.

Casam em 1922 e, de imediato, comunica-lhe que não é «nada correcto» que

«Mme Jacob» prossiga os seus estudos e pense trabalhar. M. Jacob exige um lar «como deve ser». As poucas testemunhas vivas confirmam que Yvonne sofreu com este ucase. Mas conforma-se. Um ano mais tarde nasce uma primeira filha, Madeleine, a quem todos chamam Milou. Eles querem mais filhos, uma grande família. Para eles, para a sua felicidade, para o país também, porque, como explica André, «a França precisa disto depois da tragédia». Em 1924, nasce uma segunda
18 filha, Denise. Com dois bebés nos braços, Yvonne quase não tem tempo para lamentar a Química perdida. André, esse, tem grandes ambições. Convenceu-se de que descobrira o seu eldorado, o lugar onde poderá, finalmente, exprimir sem concessões o seu talento criativo. Decide instalar-se na Côte d'Azur. O mercado imobiliário está em expansão e a fortuna espera-o. Quando fica a saber, Yvonne Jacob perde o seu luminoso sorriso. Parisiense, ela é parisiense. Que horror, ter de ir para a província! Ela quer cultivar-se, frequentar a Opéra-Garnier, os teatros, os cinemas, as salas de concertos, as exposições... e ele queria que ela se fosse enterrar, a 1 000 quilómetros de tudo isto? Desabafa com Suzanne, a irmã mais velha, sua confidente. O que fazer? Como reagir? Juntas, no decorrer de intermináveis conversas, evocam o prazer do sol, as damas elegantes com quem Yvonne se cruzará no Passeio dos Ingleses, as voltas pela região e sobretudo as férias onde se juntarão com todos os filhos numa das vivendas desenhadas por André. Fazem projectos, imaginam os seus destinos. Contudo, Suzanne vê nos olhos de Yvonne uma melancolia que nunca mais a abandonará. Sabem, de resto, que não há nenhuma escapatória.

Yvonne parte para o exílio e faz questão que se saiba. Mas, nesta época, num meio tão convencional, uma esposa não desobedece ao marido. Será que ela ousa, pelo menos, confiar-lhe os seus estados de alma? Seguramente que não...

Em 1924, os Jacob e as duas filhas instalam-se num apartamento espaçoso e cheio de luz, na avenue Clemenceau. O prédio, construído em bela pedra de cantaria, tem um elevador que conduz ao terceiro andar. É tão raro para a época que merece ser assinalado. O bairro está próximo do centro da cidade. Para Yvonne, é um bom sítio. Reservam duas salas para o gabinete de arquitecto e, sem pestanejar, André rapidamente contrata pessoal: um chefe de gabinete, um desenhador, uma secretária. Permite que Yvonne tenha uma empregada e, após muita hesitação, compra um automóvel.

19 Faz uma prospecção do mercado imobiliário e acredita no sucesso. Neste período do imediato pós-guerra, os Franceses voltam a ter um espírito empreendedor, logo que conseguem poupar alguns tostões. André passeia nas ruas de Nice de nariz no ar: por todo o lado começam a erguer-se prédios. Na periferia da cidade, este incansável caminhante descobre os primeiros lotes que desfiguram a paisagem. Ele reage mal. A arquitectura é uma ética e os clientes devem submeter-se aos seus princípios. Senão, que procurem noutro sítio. Sobre os estiradores da avenue Clemenceau, examina traço a traço os progressos da sua «grande obra»: a construção em La Ciotat de uma residência nos terrenos que, outrora, pertenceram aos irmãos Lumière, comprados novamente pela poderosa *Société des bains de mer*. Ele quer que esta residência seja não apenas grandiosa mas também inteligente e, sobretudo, integrada no meio envolvente. Nada o desanima, não teme a concorrência: o município de Nice revela em *L'Éclairneur*, o mais importante diário local, que pensa alargar o Passeio dos Ingleses. «M. Jacob» diz imediatamente ao seu desenhador César Boletti que o gabinete se candidata. Não duvida de nada, multiplica iniciativas e projectos de envergadura.

É aliás indispensável. Dois outros bebés tinham nascido: Jean em 1925, Simone dois anos mais tarde. A família Jacob está finalmente completa. André e Yvonne não tardam em fazer amigos: os Lippmann, os Gluge. Todos Judeus como eles. Mas Franceses acima de tudo, como eles. Juntos, nunca se interrogam sobre este acaso: integrados na sociedade, todos se casaram, no entanto, entre «Israelitas». Que feridas secretas, enterradas e dissimuladas à força, esconde esta coincidência? Não vêem necessidade de falar do judaísmo, e muito menos às crianças. «Não havia naquelas pessoas nenhuma espécie de dúvida religiosa, recorda Marie-Josèphe Conruyt (tornar-se-á madre Marie Isabelle depois da guerra), uma amiga de Milou que, todas as quintas-feiras, almoça em casa dos Jacob e entrará mais tarde para uma ordem religiosa. O judaísmo deles? Uma maneira de apreciar as coisas, uma fidelidade. Mas afastavam-se dessa questão sem dificuldade aparente.» Eles levam uma vida de burgueses esclarecidos. Os Gluge, os Lippmann e os Jacob jogam bridge juntos, pelo menos uma vez por semana. Nos fins-de-semana de Inverno, escapam-se, sempre que podem, para a montanha onde caminham e fazem esqui. Em Beuil, uma aldeola dos Alpes do Sul, os Lippman remodelaram um velho curral. À noite, os pais amontoam-se no

20

rés-do-chão e os numerosos filhos no andar de cima. Uma única salamandra enorme para toda a casa, nada mais. Simone detesta. Tem frio, tem sempre frio. Um trabalho, uma família, amigos, as cartas e o desporto: contudo, isto não chega para preencher uma vida. Os três casais não têm as mesmas ideias políticas. Lippmann está próximo dos comunistas; Jacob e Gluge ostentam a moderação própria das boas famílias. André vota sem dúvida à direita, uma direita moderada. Por isso mesmo, lê *Le Petit Niçois*, conotado com a esquerda, e não *L'Éclair*, o diário conservador da burguesia local. Bastantes anos antes da vitória do *Front Populaire*, ele já paga os feriados aos seus assalariados, já os inscreve na Segurança Social. No entanto, nenhuma lei o obriga a isso. Então, como explicar a reputação tenaz de conservador quase reaccionário que persegue André Jacob?

Os filhos não devem conhecer as posições políticas do pai. É proibido debater o assunto à mesa, não é «correcto». É ainda mais discreto diante de Milou, Denise, Jean e Simone por saber o quanto Yvonne está em desacordo com ele. Crê que o silêncio é uma forma hábil de evitar os conflitos. A sua esposa é de esquerda. Se tivesse ficado em Paris, ter-se-ia, sem dúvida, envolvido na política. Na província, numa cidade tão tacanha como Nice, Yvonne contenta-se em ler *Marianne*, o semanário progressista de Emmanuel Berl. A sua irmã Suzanne, casada com um médico, Robert Weissmann, primo de André Jacob, mantém-na informada das evoluções políticas, das novidades culturais, nos mais ínfimos pormenores. Yvonne e Suzanne arranjam tempo para se corresponderem todos os dias. E rapidamente se apercebem, de carta para carta, que os seus destinos vão divergindo: em Paris, o casal Weissmann trata, milita, vibra ao ritmo dos sobressaltos do mundo. Intelectuais de esquerda exemplares. Em Nice, o casal Jacob ignora tudo, ou quase, dessas paixões. O afastamento, os quilómetros, Paris

21 *versus* província, tudo isto explica a clivagem, tanto mais que, depois da crise económica de 1929, André Jacob se debate com dificuldades atroz.

Mudar de casa. Depressa. Rue Clavier. Bairro menos chique. Pequeno apartamento. Sem elevador. Sem aquecimento central. Sem soalho encerado. Vender o carro. Depressa. E contentar-se com o eléctrico, com o comboio. Separar-se de dois dos três empregados. Depressa. O fiel César deverá bastar para o trabalho. Abdicar de comprar vestidos novos para as filhas. Yvonne fará tricô. Para desespero de Simone: «A mamã achava-me horrivelmente coquete e isso

inquietava-a. Talvez eu fosse um pouco provocante, sem me dar conta. Isso agradava-me...»

O crash de 1929 varre a Europa, a sua economia, as suas derradeiras riquezas. O sector imobiliário desmorona-se. A *Société des bains de mer* pára de mandar construir: vão por água abaixo as residências miríficas em La Ciotat, nos terrenos dos inventores de cinema. Menos, muito menos vivendas para desenhar, lotes para imaginar. Em Nice e nos arredores, são numerosos os arquitectos, demasiados para um mercado apagado. As agências fecham as portas, os jornais imprimem diariamente a litania das novas falências. André Jacob não foi o único a ter essa «brilhante ideia»: instalar-se aqui para desenvolver o litoral, de Menton a Cannes. Mas reage mal. «André nunca aceitava as sugestões dos seus clientes, conta Suzanne. Então estes desapareciam.» Consegue, contudo, manter o controlo de três estaleiros, um em Nice, outro em Antibes, o último em La Ciotat onde vai uma vez por semana. De comboio. Antes da Depressão, construir vivendas aborrecia-o. Transformar lojas ia além das suas forças. Proceder a levantamentos de terrenos esgotava-o à partida. «Mas fazia-o, testemunha Simone. Eu acompanhava-o frequentemente.» Doravante, ele tem de aceitar tudo. E o «tudo» é pouca coisa. Levavam uma vida modesta de pequenos pequeno-burgueses forçados a desfazer-se de uma vivenda de férias em La Ciotat em 1937. André Jacob espera contudo reerguer-se. Apresenta um projecto para a Exposição Universal de Paris. Terrível desperdício de energia. Os seus concorrentes trabalham em equipa, dez, 22 vinte ou trinta arquitectos juntos. Ele tem que contentar-se com a ajuda do dedicado César. À beira do esgotamento físico, eles ficam a saber da boa notícia: a sua maqueta foi pré-seleccionada. Não será escolhida. Paciência. Os Jacob continuam a apertar o cinto, é o que lhes resta. Porém, André e Yvonne não têm qualquer pretensão às excentricidades próprias das pessoas endinheiradas. Os seus amigos Gluge e Lippmann são mais afortunados que eles e nem lhes passa pela cabeça invejá-los. Nem as crianças sofrem com as inevitáveis privações. André fala-lhes do bem e do mal, nunca de dinheiro. Para se protegerem, para resistirem às tentações, Milou, Denise, Jean e Simone, de uma prudência instintiva, evitam frequentar demasiado as crianças Gluge e Lippmann. Todas estas pequenas contrariedades não perturbam a felicidade partilhada no pequeno apartamento da rue Clavier. Mergulhados num quotidiano apesar de tudo difícil, eles descobrem,

maravilhados, aquela que se tornará a personagem principal da sua lenda familiar: Yvonne. A graça, a inteligência em estado puro. Yvonne não é uma mulher de organizações, de arrumações, de casa. No espaço exíguo da rue Clavier reina uma doce confusão, uma barafunda quase permanente. André resmungava, ela ignora-o e prefere estar totalmente disponível para os filhos: «Sabia ouvi-los, confirma Marie-Josèphe Conruyt. Uma divergência não a assustava, pelo contrário. Conversava com eles até à exaustão.» Yvonne passa horas no quarto das raparigas. Ela sonda-as, procurando adivinhar o seu destino. Milou devolve-a incessantemente à sua infância, à sua adolescência. A mais velha parece-se tanto com ela, tão doce, tão frágil e tão forte também, capaz de exprimir, quando necessário, uma implacável autoridade. Denise permanece para ela um mistério. Onde lhe vem esta energia devoradora, a paixão pela montanha, uma força moral nunca desmentida? Nem o próprio marido é tão sólido, constatou-o em várias ocasiões. Quanto a ela, há demasiado tempo que a melancolia a acompanha... «Achávamo-la demasiado pálida, confidencia Denise, então esfregávamos-lhe as faces com uma pequena esponja para que brilhassem. O pó-de-arroz, nunca quis.» Yvonne pode contar com a «mais nova» para voltar a dar-lhe cor. Simone, 23 omnipresente, sempre sentada no colo da «mamã». «Até aos doze anos pelo menos, nunca a deixei», confessa ela. Por vezes, Yvonne é mesmo forçada a afastá-la. Entrega-a aos cuidados de Milou e inquieta-se com os distúrbios que constata em Jean. O seu filho é de aparência frágil, a sua escolaridade difícil, o seu carácter arisco. «Três raparigas, é de mais para ele», pensa na época Marie-Jo Conruyt. Denise também: «A nossa família era demasiado feminina. Ele sofria com isso.» Para contrabalançar esta «má» influência, Yvonne toma a decisão de o mandar para os escuteiros, laicos. Ela nem pensou nos escuteiros israelitas – indício suplementar dessa resolução tenaz de se fundir na comunidade nacional. Jean será lobito.

Quatro filhos sempre a pedir atenção, um marido exigente. O «pilar» da rue Clavier precisa de evasão. André tiraniza-a. Yvonne gosta de música clássica, de ópera e de belas canções. Ele abomina tudo isto. Mas não se contenta em detestar: proíbe! Nada de música em sua casa, é «tempo perdido», grita. Em 1940, André acabará por consentir comprar uma TSF, «por causa das notícias». Se surpreender alguém a ouvir essa maldita música, «atirará o rádio pela janela». Desconcertante

terrorismo intelectual, tanto mais que André Jacob é um homem de cultura. Mas ele privilegia certas áreas e mantém-se fiel à sua hierarquia. Amador de arte avisado, conhece em pormenor as escolas de pintura, os artistas e as suas obras. Fala muito destes assuntos e com conhecimento de causa. Impregnado de literatura, missionário da língua francesa, não suportando a mais pequena alteração à mesma, transmite aos filhos o seu gosto insaciável pela leitura. Mas não de qualquer maneira e não numa ordem qualquer. Em primeiro lugar, os «clássicos», Montaigne (o seu «ídolo»), Racine e Pascal; em seguida, os grandes republicanos, Jules Romain, Anatole France ou Zola; finalmente os modernos, Montherlant e Proust. Existe a «verdadeira» literatura e a «falsa», todos esses «maus» romances ingleses na moda, nomeadamente os de Rosamond Lehmann, que ele censura. André fala dos «seus» autores com erudição e júbilo. Organiza sessões de leitura em família; impõe os seus gostos e as suas escolhas a Yvonne e aos filhos... A

24 dança, a pintura e a escultura, sim; a música e o cinema, não. Um bailado? Sim. Um concerto? Não. Proíbe a todos de frequentar salas de cinema. Porquê? Porque sim... Então, logo que pode, Yvonne escapa-se de casa. Na companhia de Mme Guiberteau, uma importante burguesa de origem romana, «muito de direita e muito católica» segundo Simone, procura recuperar o tempo perdido. Todos os anos, na Primavera, Yvonne passa um mês em Paris, em casa da irmã. Sozinha. Ela sente necessidade dessa lufada de ar fresco. «Mme Jacob não se sentia realizada. Ela estava aberta aos outros, partilhava tudo mas sentíamos que estava à espera. À espera de se realizar? De realizar projectos? Não sei. Ela era feliz, claro. Mas não transbordava de felicidade», nota Marie-Jo Conruyt.

Simone, mesmo antes da adolescência, descobre que o pai submete Yvonne ao jogo, por vezes feroz, da possessividade e do autoritarismo. «Ele teria querido que a mamã lhe pertencesse, que lhe desse todo o seu tempo. Ela estava dolorosamente dividida entre o marido e os quatro filhos, todos igualmente exigentes. Escolheu-nos a nós...» Há também gestos que Simone não suporta, por exemplo essa mania que André tem de dar palmadas no rabo da mulher em público. Por todas estas razões, ela é por vezes vingativa em relação ao pai, ou opta por ignorá-lo. Entre André e a pequena estabelece-se uma relação tumultuosa, incompreensível mesmo para os mais próximos. Eles parecem-se e têm em comum esses traços de carácter que tornam os temperamentos irascíveis. Num mesmo

instante, tanto um como o outro conseguem passar da cólera impetuosa à mais delicada ternura. «O meu pai fez de nós uns homens, confia Simone. Ensinou-nos que não estamos sós no mundo.» André gosta de utilizar a sua memória de elefante, declamando páginas inteiras lidas e relidas num romance; Simone também sabe divertir-se com este jogo.

Simone e o pai, tão parecidos e sempre em desacordo, um explicando o outro. A formalidade nas relações pai-filhos indis põe Simone. Então ela exprime o seu rancor, ela que teria gostado tanto de lhe contar tudo, de brincar, de rir com ele.

25 Nesta família, isto não se faz. Já nesse tempo, Simone abomina os costumes burgueses e vinga-se, exibindo uma atitude provocadora: a insolência sóbria, a impertinência discreta. No sexto ano, a professora de Letras, Mlle Rougié, pede aos alunos que decorem um poema, *Les Elfes*. Simone obedece. Mas, antes de recitar, quando chega a sua vez, pede a palavra. Josette Destefanis, uma colega de turma, testemunha: «Para estupefacção geral, ela demoliu o poema, apontando-lhe a futilidade com verdadeiros argumentos. A professora, pasmada, abanava a cabeça e balbuciava: “é verdade, é verdade”... Mais ninguém teria ousado.» Mlle Rougié teria tido dificuldade em imaginar que, neste preciso instante, a filha Jacob reage, entre as quatro paredes do liceu feminino, às perpétuas tiradas literárias e poéticas do pai: eis o que se deve venerar, eis o que se deve banir... Oprimida, Simone sufoca. Ela não tem dúvidas de que Yvonne sofre do mesmo mal, mas a sujeição está já demasiado enraizada. A condição infligida à mãe desagrada-lhe e, por esta mesma razão, ressentido-se contra o pai. Porque a impediu ele de prosseguir estudos? De forma confusa, já nessa época, ela não aceita a ordem masculina estabelecida. Yvonne, por vezes, diz-lhe: «Mais tarde, deves trabalhar se quiseres ser independente.»

Jean deu o exemplo e as raparigas seguem-lhe os passos. As três inscrevem-se, por sua vez, nos escuteiros. As irmãs Jacob – e também aí está presente o ascendente de André – não fazem as coisas pela metade. Apoderam-se da secção Nice IV, de gravata verde e debrum branco. Milou, sem variações de humor, dirige o grupo com uma espantosa habilidade. «Lagarto», o seu nome de totem, é uma chefe adorada. Denise impõe-se como uma líder entusiasta, determinada, capaz de muitas proezas. Simone é baptizada de «Lebre agitada». Um programa completo. A presença e a influência das duas mais velhas não a travam. A propósito disto, o

testemunho de Laurence Hirsch-Reinach é eloquente: «ela era voluntariosa, eficaz, capaz de impulsos inesperados, e depois o seu sorriso salvava tudo.» «Simone era ao mesmo tempo radiosa e grave. Nós procurávamos o Bem e a Justiça. As nossas 26 preocupações eram sérias», recorda Anne Gournay. No decorrer da saída ritual de domingo, as escuteiras percorrem a passos largos os caminhos do monte Bormon, cantam, iniciam-se na botânica. Milou, Denise e Simone, mais unidas que nunca, evocam «a procura de um ideal, análogo ao dos pais». Espantosa tribo que lidera o grupo e impõe um estilo, uma conduta. «Amávamo-nos muito e brigávamos muito», admite Simone. Em suma, as irmãs Jacob não deixam ninguém indiferente. Elas suscitam a admiração, raramente a inveja. Milou medita, depois decide; Denise realiza, Simone explode.

Em 1940, Simone, aliás Lebre agitada, é totemizada uma segunda vez. Uma prática pouco corrente entre os escuteiros. «Eu tinha finalmente ganho algum juízo, observa. Milou teve isso em conta.» Milou, a referência, a sua referência, opta depois de muita hesitação por Balkis, o nome da rainha de Sabá, segundo o Corão.

Mergulhadas num livro de história, uma noite, as duas irmãs reparam numa citação de Mirabeau: «Pior que o carrasco é o seu laçao.»

2

Os «Pollacks» e o Marechal

27 Nice, 1940. Estará a pressentir, esta jovem de treze anos, que a época da despreocupação está acabada? Aliás, Simone criança terá sido, alguma vez, frívola ou mesmo irreflectida? É certo que ela ri às gargalhadas, que os adultos não resistem ao seu encanto, aos seus imensos olhos verdes. Cedo se apercebeu que a falência profissional de André dificulta a existência dos Jacob. Esta situação atormenta-a. A vida acanhada de Yvonne entristece-a mais do que nunca, a mãe mereceria muito mais... Simone cresceu demasiado depressa, simultaneamente feliz e atormentada, doce e violenta, matura e frágil. Em contrapartida, nunca sofreu com o anti-semitismo. Evoca por vezes a confusão, ocorrida tantos anos antes no jardim-de-infância, com essa colega repisando: «Oh, tu és judia, a tua mãe há-de arder no inferno!» Nada de muito sério ao fim e ao cabo. «No sexto ano, sabíamos todas que ela era judia. Não tinha a menor importância», diz Josette

Destefanis. Esta é a verdade: judaísmo e anti-semitismo não têm para ela, até ao momento, qualquer «importância». Quase não lhe falam desse assunto e ela sabe tão pouco sobre isso... No entanto, já há muito tempo que ela ouve algumas histórias pronunciadas num francês macarrónico por esses estrangeiros que aparecem na rue Clavier.

Em Paris, desde 1933, Suzanne e Robert, os tios, acolhem numerosos Judeus alemães ou austríacos fugindo de Hitler. Recebem também Judeus polacos, Judeus da Roménia evadidos dos guetos, não apenas para «escapar a uma vida de miséria e de humilhação», mas para unir-se à França, cujo nome «soava como uma promessa de dignidade, de fraternidade¹». Quando os exilados manifestam o desejo de se instalar na Riviera, os Weissmann dão o endereço dos Jacob. André e Yvonne ajudam-nos então a encontrar um alojamento, arranjar um trabalho. A família Jacob ouve os relatos circunstanciados da anunciada desgraça. Ouvir... eles ouvem, os Jacob. Mas será que entendem a tragédia que se está a urdir na Alemanha? No entanto, André ostenta e reivindica um anti-germanismo feroz. «Os Alemães, conta Simone, o papá só os tratava por boches. Ao falar deles, tinha fúrias monumentais: “É preciso matá-los, a todos!” O papá era um patriotista-revanchista.» O que não ajuda forçosamente a compreender a natureza do nazismo.

No verão de 33, os Jacob e os Weissmann tinham alugado uma casa de férias em La Ciotat, a praia de todos os prazeres para os seus seis filhos. Numa vivenda vizinha, um dos seus amigos, Mathieu-Pierre Weill, recebe um jovem filósofo que estuda e ensina na Alemanha há três anos. Raymond Aron descansa alguns dias, mas uma necessidade irreprimível de explicar, de convencer, atormenta-o. Os seus novos companheiros de banho fornecem-lhe um público atento. Este jovem – com cerca de vinte anos – fala com a mesma clareza com que escreve. A política alemã desfila como o cenário de um filme perfeitamente construído: quando chega a Colónia, em Março de 1930, o partido nazi conta 12 deputados e 800 000 eleitores; uma ameaça, nada mais. Seis meses mais tarde, os hitlerianos ocupam 107 lugares no *Reichstag*, apoiados com fervor por seis milhões e meio de Alemães. E se o marechal Hindenburg impediu Hitler de aceder à presidência em 1932, é apenas uma questão adiada. Eis o que Aron lhes conta entre a praia, o ténis, a leitura e o

1. Robert Badinter, «Discurso do 50º aniversário da *rafle du Vel' d'Hiv*», 16 de Julho de 1993.

aperitivo. Ele evoca o «satanismo» de Hitler¹, descreve com detalhes minuciosos estes *meetings* a que assistiu, desenha os retratos de Goebbels, «excelente orador»,
29 e de Hitler que fala «um alemão pavoroso». Aron confessa o medo e o horror que o espectáculo lhe inspira. Ele esmiúça também o anti-semitismo violento dos hitlerianos, a sua força, a sua prática. Aron profetiza que os Judeus alemães vão sofrer – e brevemente – discriminações e perseguições. Ele não se esquivava: a guerra contra aquela Alemanha? Inevitável e a curto prazo, advoga ele. Será que eles levam Aron realmente a sério? Suzanne Weissmann recorda, ainda hoje, as dúvidas do seu cunhado, André Jacob. E se o jovem filósofo estivesse a pintar um quadro negro em virtude da sua judaicidade? E se ele fosse a tal ponto anti-alemão que menosprezasse os próprios interesses da França? Aron apercebe-se da suspeita e recordá-la-á... meio século mais tarde: «Se eu dissesse determinadas coisas, tornava-me imediatamente suspeito, suspeito de ser levado não pela análise da realidade, não pelo patriotismo francês, mas pelo meu ódio ao anti-semitismo dos hitlerianos².» André Jacob, o Israelita, cai também ele a pés juntos nesta armadilha da desconfiança que a extrema-direita anti-semita e os pacifistas assanhados, já cúmplices, urdem em conjunto em França. André Jacob quer ignorar «que desde a subida ao poder de Hitler, todos os Judeus franceses foram suspeitos de ser anti-alemães, anti-hitlerianos, não enquanto Franceses mas enquanto Judeus³». André Jacob desconfia do professor Raymond Aron, das suas explicações claras. Um pequeno episódio deveria, no entanto, ter despertado a sua vigilância, ele, o apaixonado de literatura: o relato minucioso do auto-de-fé que Goebbels organiza a 10 de Maio de 1933 para «purificar» a cultura alemã, para livrá-la de todos esses escritores «degenerados», «decadentes» – Sigmund Freud, Robert Musil ou Thomas Mann. Estudantes atiram os livros «impuros» numa fogueira e Aron, a poucos metros, observa. André Jacob não duvida da veracidade dos factos relatados. Mas continua convencido de que Aron exagera. Tal como esses exilados, com histórias atormentadas, que ele recebe na rue Clavier com tanta dedicação. Alguns anos mais tarde, Simone, essa, levará tudo isto a sério. Chega mesmo a censurar o «cepticismo» dos adultos. Os Jacob, ao contrário de tantos Judeus franceses, definitivamente não estão preparados para enfrentar o pior.

1. Nicolas Baverez, *Raymond Aron*, Flammarion, 1993.

2. Raymond Aron, *Le Spectateur engagé* (com J.-L. Missika e D. Wolton), Julliard, 1981.

3. *Ibid.*

30 Quando o *Front Populaire* triunfa em 1936, quando Léon Blum acede à presidência do Conselho, cerca de um milhar de Judeus franceses, esses famosos Israelitas, cópias conformes de André Jacob, residem em Nice. É a estimativa mais corrente. Eles não são todos, longe disso, partidários desse governo onde estão bem colocados alguns ministros comunistas. Enquanto André Jacob confessa uma oposição absoluta, Yvonne aplaude o triunfo dos socialistas. A leitura dos jornais basta no entanto para os juntar numa apreensão muda: quanto ódio derramado contra Blum que «encarna tudo o que nos revolta as entranhas, ele é o mal, ele é a morte¹»; Blum, «o homem da baixela de ouro» (*Je suis partout*); Blum, «esse homem que vem de fora» (*Gringoire*); Blum interpelado brutalmente no palácio Bourbon pelo deputado de extrema-direita, Léon Daudet, gritando «Em Jerusalém, em Jerusalém», e que replica, impassível: «Sou judeu, de facto, de maneira alguma me ofendem recordando-me a raça da qual nasci, a qual nunca reneguei.» Uma tal violência verbal, e por vezes física – alguns monárquicos tentam linchar Blum no boulevard Saint-Michel –, tinha desaparecido desde a libertação de Dreyfus. Nesta atmosfera equívoca, 4 000 refugiados, muitos deles industriais, grandes comerciantes, uns poucos intelectuais e artistas chegam ao Passeio dos Ingleses. O filho de Sigmund Freud, Oliver, abre um atelier de fotografia. O historiador Boris Souvarine faz conferências onde, para raiva dos comunistas, poderosos na região dos Alpes Marítimos, desmonta o sistema soviético e denuncia os crimes do «genial» Estaline. «Nice vivia uma extraordinária efervescência graças ao contributo dos exilados, reconhece a advogada Nicole Dreyfus. Não era a pasmeira de hoje.» A coabitação, no entanto, gera conflitos.

Para o gosto dos Israelitas de Nice, os recém-chegados exibem-se com demasiada ostentação, frequentam demasiado os teatros e os casinos. Sem distinção de proveniência ou de origem social, eles apelidam-nos a todos de «Pollacks». Aliás, quem teria assim baptizado, pouco depois da sua chegada, os
31 primeiros Judeus russos em 1880? Não Drumont e a sua pandilha, os denunciadores impacientes da «anti-França». Nem tão pouco Maurras e a sua trupe, esses monárquicos anti-semitas por «vontade patriótica²». Os «Pollacks»: a fórmula germinou no espírito dos... próprios Israelitas. Só de pensar que os recém-chegados possam travar a sua assimilação, que sejam apontados a dedo por

1. Pierre Gaxotte, *Candide*, 7 de Abril de 1938.

2. *L'Action française*, 28 de Março de 1911.

causa desses «cosmopolitas demasiado exuberantes» é para eles um suplício... Eles desistem depressa de um apoio incondicional. Eles repisam esta cantilena: se o anti-semitismo ressurgisse, os Pollacks «primitivos», «atrasados» e «incultos» seriam os responsáveis. E contudo, cada vez que um Pollack sofre uma humilhação, são eles que, na realidade, são visados. Bernard Lazare, o «justo» do caso Dreyfus, um «profeta» segundo Blum, o grande Bernard Lazare convida pessoalmente os Israelitas «a recusar qualquer solidariedade para com cambistas de Frankfurt, usurários russos, taberneiros polacos, Galegos penhoristas¹». Em Nice, alguns aprendem a lição e «afirmam-se tão xenófobos quanto outros Franceses, assumindo-o porém menos bem», lembra Myriam Ezratti, uma amiga da família Jacob. Assim, declinam qualquer participação nas colectas a favor dos refugiados mais desfavorecidos e não desdenham em propagar o rumor – fatal em época de crise – segundo o qual os «Pollacks são os reis do mercado negro». Não estão longe de pensar à maneira do dramaturgo Jean Giraudoux: «A nossa terra tornou-se uma terra de invasão. Esta invasão produziu-se exactamente da forma como se operou no Império Romano, não pelas tropas, mas por uma infiltração contínua de bárbaros. Esta coorte invejosa e ávida da Europa Central e Oriental, raça primitiva ou impermeável. Estas centenas de milhares de asquenazes evadidos dos guetos polacos ou romenos, predispostos à anarquia e à corrupção.» André Jacob e os seus recusam estes comportamentos medíocres. Simone, do alto dos seus dez anos, censura com frequência ao pai a sua rigidez. Desta vez, ela admira a sua rectidão moral.

Desde a invasão da França em Maio de 1940, a verdadeira dimensão do que
32 está em jogo começa a esboçar-se no espírito dos Jacob. A pátria corre um terrível perigo e já não há lugar para a indiferença. Eles falam da inevitável progressão militar do Reich e do anti-semitismo delirante do chanceler, na expectativa do mais pequeno eco, na espera permanente de uma notícia reconfortante. André, demasiado velho para ser mobilizado, está devastado com a debandada e o êxodo que atiram para as estradas milhões de Franceses desorientados. Não esperava por isto, neste aspecto tão idêntico à esmagadora maioria dos Franceses «embalados desde 1939 pela “*drôle de guerre*”, afinal tranquilos atrás da linha Maginot²», ele que criou os seus quatro filhos numa «certa ideia da nação, do país no qual se

1. Pierre Birnbaum, *Les Fous de la République*, Fayard, 1992.

2. Consultar a propósito deste período a excelente obra de Pierre Servent, *Le Mythe Pétain*, Payot, 1992.

vive»...

Combatente da Grande Guerra, tinha no entanto reencontrado a confiança quando, oito dias após o início da invasão alemã, o presidente do Conselho, Paul Reynaud, tinha ordenado o regresso do marechal Pétain, então embaixador em Madrid, nessa Espanha franquista onde se sentia tão à-vontade. «Colocando toda a sua prudência e toda a sua força ao serviço do país, ele ficará até à vitória», tranquiliza Reynaud. André quer acreditar com toda a sua alma nesse soldado de idade venerável que foi seu chefe e a quem se recorre quando «a França está à beira do abismo». André Jacob é na época pétainista. Como a maior parte dos Franceses, judeus ou não. «Não era um homem que falava, mas do mais profundo da nossa história, nós ouvíamos crescer o apelo da grande nação humilhada. Esse ancião era-nos enviado pelos mortos de Verdun¹.» Terá André Jacob tido conhecimento dessas linhas anfigúricas escritas por Mauriac? Talvez não, mas sente as mesmas vibrações que o muito católico romancista. Claro, o círculo do Marechal desagrada-lhe, demasiado reaccionário, demasiado provinciano. Mas o mito Pétain-Verdun afasta de vez as suas reticências. Ele vê as imagens piedosas do Marechal, ouve essa voz trémula, «ferida pela emoção», e a sua memória não pode impedir-se de evocar os ossários de Douaumont ou do Chemin des Dames. «Pétain, estas duas sílabas que soam tão claras, tão francesas. Philippe Pétain, no
33 crepúsculo de uma vida carregada de honras, tem ainda que defender a França e tentar salvá-la; tem que enveredar por um novo Calvário, mais penoso de percorrer que essa Via-sacra que o ajudou a salvar Verdun².» A 17 de Junho, André Jacob perde as últimas ilusões: Pétain, nomeado presidente do Conselho, avisa os Franceses «que é preciso cessar o combate». Paul Valéry confessa que «desatou a chorar». André também.

Nesse mesmo dia, 17 de Junho, fechados na sala de jantar de um hotel de Ginoles, uma estação termal próxima de Bordéus, Simone, Milou, Denise e Jean ouvem na rádio o discurso de Pétain. No dia seguinte, ouvem de Gaulle, o apelo do 18 de Junho. Os Weissmann encontraram refúgio em casa de amigos e pensam passar para Inglaterra via Espanha. André exige que os seus filhos regressem a casa. Receia que os Italianos ocupem Nice, pois Mussolini entrou, por sua vez, em

1. *Le Figaro*, 5 de Julho de 1940.

2. Jean Montigny, deputado amigo de Pierre Laval, *Toute la vérité sur un mois dramatique de notre histoire*, Éd. Mont-Louis, 1940.

guerra. Está fora de questão, explica ele, que a sua família apodreça debaixo de uma bota estrangeira. «Rapidamente desistimos de Espanha, conta Suzanne Weissmann. Não sabia o que fazer com as crianças. Então, alguns dias mais tarde, mandei-as de volta para Nice, com os meus filhos. O comboio chegou a Marselha. A estação Saint-Charles estava deserta e Yvonne esperava-nos no quais. Estava radiante de felicidade, tão feliz por reencontrar os seus pequenos.»

André, aflito mas lúcido, descobre todas as manhãs no jornal o encadeamento das traições do Marechal. Mal obteve plenos poderes (dia 10 de Julho), Pétain presta-se com mestria ao jogo da simbologia: «A terra, essa, não mente», diz ele, mas a República já não existe, trespassada, suplantada pelo «Estado Francês». «Cumpre-se, finalmente, a revolução», exulta o polémico de extrema-direita, Georges Suarez¹, essa «revolução nacional» da qual se reclama Pétain, ou melhor, esta contra-revolução, a que deveria esmagar de angústia todos os Jacob deste país, cidadãos do pós-1789. Drieu La Rochelle, esteta brutal do anti-republicanismo, não se deixa enganar. Entrega-se a Pétain de tão disposto que está a «caminhar com qualquer indivíduo que derrube este regime²». E Morand, romancista da aristocracia desenvolta, descreve uma Marianne «inchada», «obesa», «adiposa», desfigurada pelos «seus tumores gordurosos, a sua moral de banha»³. É esta França, simultaneamente ocupada numa grande parte do seu território e retraída sobre si, esta França humilhada e culpabilizada («Sofreram, e sofrerão ainda», adverte Pétain), que doravante os Jacob têm de enfrentar. Neste país decretado hostil ao «outro», neste país em que a atmosfera política visa à delação pública de bodes expiatórios – «os Judeus Blum, Mandel e outros, esses belicistas que levaram ao desastre», afirma Pétain –, eles adivinham os contornos de uma existência em que a sobrevivência, material e moral, se resume a uma luta de todos os momentos. Neste jogo, Simone não tardará a revelar a sua exacta personalidade: inteligente, audaciosa, astuciosa.

No início do ano lectivo de Setembro de 1940, Yvonne ensina numa escola primária, estando ainda a maior parte dos professores a prestar serviço militar. Convenceu sem dificuldades o marido a deixá-la trabalhar. O dia-a-dia dos Jacob é demasiado penoso para renunciar a um salário suplementar, por modesto que seja.

1. Georges Suarez, *Le Maréchal Pétain*, Plon.

2. Citado por Pascal Ory, *Les Collaborateurs*, Éd. du Seuil, 1980.

3. Citado por Bernard-Henri Lévy, *L'Idéologie française*, Grasset, 1981.

Há alguns meses, os Niçois estão mergulhados em inextricáveis tormentos para aprovisionar-se. A cidade está rodeada de rochedos e a agricultura local produz... cravos... As batatas desaparecem do comércio, depois as massas, os legumes, o peixe. A partir de 6 de Agosto de 1940, a prefeitura dos Alpes Marítimos entrega senhas de racionamento: 50 gramas de manteiga e de queijo por mês, 72 gramas de carne por semana. Uma miséria. Numa nota dirigida a Vichy, os funcionários, inquietos, constataam «as consequências desastrosas da situação alimentar na opinião pública». Nos mercados, as mulheres extenuadas por horas de espera, a maior parte das vezes inútil, chegam a vias de facto para conseguir o único tomate, a única batata. A polícia vê-se obrigada a intervir para reprimir manifestações de donas de casa frente às câmaras de La Colle-sur-Loup, Cannes e Cap-d'Ail.

- 35 Industriadas por militantes comunistas, elas denunciam «essas cascas de batatas que têm que comprar a preço de ouro». Neste contexto, os Jacob não se safam. Encontrar comida torna-se uma obsessão: Milou, Denise, Jean e Simone, e as duas crianças Weissmann, André e a irmã Claude, estão todos instalados na rue Clavier. Seis grandes apetites. O que fazer? André recusa vergar-se aos imperativos do mercado negro. A falta de dinheiro não explica só por si esta atitude. Está fora de questão «o vale tudo», sobretudo neste período de «declínio moral». André mais intransigente do que nunca! Então, algumas horas antes do liceu, Yvonne e os filhos instalam-se nas filas dos mercados. Estão todos levantados às quatro da manhã e repartem-se pelos vários sectores da cidade. Simone desdobra-se engenhosamente para trazer uma peça de fruta, um legume, um pedaço de queijo, alguma coisa todos os dias, alguma coisa que possa arrancar um sorriso à mãe. Os comerciantes notam-na, autorizam-na a enfiar-se, a furar – um pouco – as filas. A época é confusa, as dificuldades inextricáveis. A opinião de Milou é, como de costume, decisiva: Simone acata as suas explicações. No entanto, a miúda vai ganhando terreno porque ela é indispensável, sempre disponível e de uma eficácia extraordinária. Mas, tudo isto é esgotante, improdutivo ao fim e ao cabo, insuficiente para escapar à doença: André perde 35 quilos em menos de dois anos e Yvonne é submetida a uma delicada operação da vesícula biliar. Será mesmo obrigada a deixar Nice alguns meses para convalescer perto de Toulouse, onde a irmã Suzanne encontrou refúgio. Entregues a si próprias, as raparigas Jacob confirmam o seu carácter de aço.

Jean anuncia que desiste dos estudos. Ainda sob a influência da mitologia do *Front Populaire*, declara a sua vontade de se juntar aos operários. André fica arrasado, nada lhe parece mais importante que os «bons e sólidos estudos». Simone, que mete o nariz em tudo, apoia completamente o irmão. Sente-o desconcertado nesta família em que os livros, as ideias, as mulheres têm tanta
36 importância. Depois de uma breve aprendizagem de telhador, Jean opta pela fotografia. Trabalha para Mirkin, um fotógrafo que frequenta os estúdios de cinema da Victorine. Finalista do Secundário, Milou arranja um emprego de secretária na empresa de aperitivos de uns amigos. Já nem coloca a hipótese de prosseguir os estudos, de tal forma a falta de dinheiro é crucial. Denise, essa, dá aulas particulares de Matemática. As duas remedeiam assim o salário perdido desde a doença de Yvonne. Quanto a Simone, quando sai do liceu, só tem uma preocupação em mente: ajudar a mãe.

Generoso, André recebe na rue Clavier aqueles familiares que escolhem refugiar-se em Nice. Em breve serão cinco recém-chegados, dois adultos, três crianças. Uma manhã, ao atravessar um mercado em direcção ao liceu, Simone apanha-os comendo algumas gulodices às escondidas, enquanto Yvonne, essa, partilha tudo. Simone volta de imediato para a rue Clavier e faz um escândalo ao pai. «Eu disse-lhe que eles tinham que partir. E já. Que a mamã não era criada deles.» Yvonne, «a pessoa mais importante da sua vida», diz ela. Para sempre.

Nesse Inverno de 40 – e ao longo dos três seguintes – Simone tem fome e frio. Fome ao ponto de ingurgitar no liceu soro de bovídeo. Frio ao ponto de correr às voltas na sala, balbuciando vagas canções para dissimular o ridículo – ou o trágico – da situação. «Nós tínhamos fome, tanta fome. Recordo-me de ter comido, uma vez, uma banana em casa dos Jacob, tinha esquecido esse gosto. Mas estávamos todas muito magras, todas muito encantadoras», lembra-se Anne Gournay.

Com ela, Simone evoca frequentemente «um futuro melhor». A razão deveria, contudo, dissuadi-las.

3 A t r a i ç ã o

39 Do Marechal, os Niçois repetem, com um ar satisfeito e entendido, que ele pode considerar-se «da família». Desde 1920, Pétain passa as férias todas na sua

propriedade de Villeneuve-Loubet, uma aldeia encantadora no interior do país. A direita dirige o Conselho Geral dos Alpes Marítimos: dos 30 eleitos, 24 apressam-se a informar Pétain que se «colocam ao seu dispor».

No que respeita a Joseph Darnand, os Niçois estão divididos. Herói dos corpos francos de 14-18, Darnand, o filho da terra, patrão de uma empresa local de transportes, é um activista de extrema-direita da pior espécie, atraído por Mussolini e pela violência, denunciando os três inimigos: «o bolchevista, o franco-maçã e Israel». Após a derrota, Darnand funda em Nice, a 6 de Outubro de 1940, a Legião dos Combatentes, matriz do Serviço de Ordem Legionária e depois da Milícia. O seu sucesso é impressionante, alarmante sobretudo: 50 460 partidários em poucos dias.

Quando os influentes do *Parti Populaire Français* (PPF) invadem a cidade, a 5 de Setembro de 1940, para «controlar» o comício do seu chefe Jacques Doriot, aproveitam para atacar, juntamente com um punhado de Russos brancos «locais», algumas lojas «judias» e moer de pancada alguns comerciantes «circuncidados».

Imperturbáveis, os funcionários redigem imediatamente um sumário executivo enviado para Vichy: «Estes incidentes não foram aprovados pela população que, no entanto, não deixa de se insurgir contra a presença, demasiado numerosa no seu entender, de estrangeiros, mais particularmente de confissão judaica, em Nice.»

40 Porém, que importa o contexto político. No início da guerra e apesar das privações, os Judeus de Nice, franceses e estrangeiros misturados, andam ainda despreocupados. «Era o encantamento, recorda Nicole Dreyfus, uma cidade maravilhosa, com criados italianos, pedreiros italianos, uma comida italiana; o anti-semitismo, não sabíamos o que era». No liceu feminino, tão encantador com essas vivendas barrocas pegadas umas às outras, «vivo e cosmopolita», as três irmãs Jacob habituaram-se – e bem – a pertencer ao grupo das alunas sem problemas. Simone é uma aluna interessada, nada mais. Os trabalhos de casa nunca são muito bem redigidos, as lições nunca muito bem sabidas. O mínimo para transitar e não ter de ouvir as repreensões de André, porque a guerra não altera em nada as intransigências paternas.

Num estabelecimento pouco afectado pela vaga pétainista, Simone vislumbra alguns professores gaullistas, outros comunistas. As mais velhas, Denise nomeadamente, gravam cruces de Lorraine nas carteiras e distribuem algumas na

hora do recreio. Simone recita, numa risota, o pasticho das «Estâncias de Camille» que as «mais velhas» imaginaram: «Ver o último Germano (em vez de Romano) no seu último lamento, ser eu a única responsável e morrer de contentamento.» Todas as segundas de manhã, quando é preciso assistir, no pátio, ao hastear da bandeira e entoar «*Marechal, nous voilà*», muitas fingem que cantam. Algumas, mais audaciosas, cantam aos altos berros o muito resistente «*En passant par la Lorraine*» e não hesitam em lançar alguns «*Vive de Gaulle*» logo abafados. A directora convoca-as, sem mais consequências, e elas troçam quando as admiradoras do velho Marechal, veementes e infantis, lhes censuram esta atitude: «Não ganhaste Verdun! Tu, por acaso, fizeste dádiva da tua pessoa à França? Não és marechal, pois não? Então, cala-te!» Simone não se cala. Por vezes até se dá uma troca de bofetadas. Gesto irrisório... Nenhum Judeu, na Côte d'Azur, é capaz

41 de conceber o que se está a tramar em Vichy, nesse Outono de 1940, muito menos os Jacob, tão franceses, tão integrados. Pétain incita à elaboração de um estatuto dos Judeus, sem os próprios Alemães o terem sugerido.

Anti-semita, Pétain? A seu modo... Nunca hesita em mostrar-se com os seus caros e velhos amigos «israelitas», os Chasseloup-Laubat, com os quais joga críquete¹.

Membro da Academia Francesa, tinha apoiado a candidatura do romancista André Maurois, Bloch de seu verdadeiro nome. Mas não tolera que os Judeus se interessem pelos assuntos do país. Na sua opinião, eles ocupam em França demasiados lugares de chefia; o Conselho de ministros adopta então, a 1 de Outubro de 1940, um texto apresentado pelo ministro da Justiça, Raphaël Alibert. Em primeiro lugar, a prosa define o Judeu: toda a pessoa tendo três avós judeus ou apenas dois se o cônjuge também o for; a este Judeu, a lei impõe depois uma litania de proibições profissionais: a função pública, o ensino, o comando militar, as empresas recebendo fundos públicos, a imprensa política e económica, qualquer posto de responsabilidade no teatro, na rádio e no cinema; nas actividades liberais, um *numerus clausus* limita estritamente o número de Judeus. Finalmente, o texto proclama abertamente a noção de raça judia. Numa disposição tomada em Paris, três dias antes, para ordenar o recenseamento dos Judeus em zona ocupada, os Alemães, esses, contentaram-se em fazer referência à «religião judaica» sem

1. Marc Ferro, *Pétain*, Fayard, 1987.

descer abaixo do nível dos três avós judeus para definir um Judeu. «Quando descobriu tudo isto, André Jacob nem queria acreditar. Repetia-me que não tinha nada a temer de ninguém, nem mesmo de Pétain. Explicava-me que a sua família era francesa há tantas gerações, que tinha participado na guerra, que tinha sido preso na Alemanha, que tinha recebido condecorações. Repetia continuamente que não era grave, que não era sério, apenas um mau momento a passar», conta César Boletti. Simone não tarda em aperceber-se que o estatuto dos Judeus é inquietante. A partir do mês de Dezembro, uma docente, Mme Grolleau-Hirsch, e uma *surveillante générale*, Mme Darmon-Carcassonne, são excluídas do liceu 42 feminino. Ela conta o episódio ao pai. Ele não se retrata, obstina-se: isto não é sério, não se atreverão a fazer-nos mal.»

Em Paris, em Nice ou em Vichy, o estatuto dos Judeus provoca a revolta. Alguns já tentam desculpar Pétain. Teria sido manipulado por Alibert, o seu «génio do mal». Errado. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Paul Baudouin, toma notas durante o Conselho de ministros: «Durante duas horas é estudado o estatuto dos Israelitas. O Marechal é aquele que se mostra mais severo. Insiste em particular para que a Justiça e o Ensino não contenham nenhum Judeu¹.» Outros reparam na influência dos ocupantes sobre Vichy. Errado, novamente. «Esta legislação foi, se posso dizê-lo, espontânea, autóctone», escreve o mais próximo colaborador de Pétain, Dumoulin de Labarthète. Pela primeira vez, os Judeus franceses começam a ter consciência. André confessa a sua «dor» aos filhos. Retirado em Cannes, Bloch, aliás Tristan Bernard, está proibido de fazer conferências por causa da sua «origem judaica». O grande senhor do teatro francês atreve-se a um trejeito desesperado, a este trocadilho: «Bloqueiam-se as contas e contam-se os Bloch.» Ele já não provoca o riso, apenas alguns soluços rapidamente sufocados. Pétain traiu os 200 000 Judeus franceses, excluiu-os da comunidade nacional. Mas será que, agora sim, tomam consciência que a sorte dos 130 000 Pollacks, em parte apanhados em massa pela polícia e em breve entregues aos nazis, poderá mais cedo ou mais tarde ser-lhes infligida? «Eles não se atreverão», repete André, litania tranquilizadora e partilhada. Vichy esforça-se,

1. A quase totalidade das informações e dos documentos históricos foi retirada de duas obras fundamentais de Serge Klarsfeld: *Vichy-Auschwitz* (dois volumes, Fayard) e *Le Calendrier de la persécution des Juifs de France* (publicado pela Associação dos Filhos e Filhas dos Deportados Judeus de França).

aliás, por tranquilizá-los. Philippe Henriot, por exemplo, um dos porta-vozes preferidos do Marechal, partidário feroz da colaboração, anti-semita virulento: «alarmam-se desnecessariamente. Quando falamos de Judeus, não se trata nem por um instante, no nosso espírito, de Franceses como vocês. Sabem perfeitamente que só pensamos nos Judeus, e não nos Franceses de religião israelita.» Otto Abetz, o embaixador do Reich em Paris, confirma esta tendência ao ministro dos Negócios Estrangeiros Ribbentrop: «O Marechal não quereria dar aos Judeus franceses, que se distinguiram na guerra em prol da França, o mesmo tratamento que aos Judeus imigrados do estrangeiro.» André Jacob – e tantos outros – só agora começam a reagir, mesmo se alguns querem ainda acreditar nessas garantias. Eles multiplicam a correspondência a Pétain, cartas onde o seu desespero assoma em cada linha. Há nomeadamente essa queixa dilacerante do general de artilharia André Boris, o mais alto graduado de origem judaica, três semanas depois da publicação do estatuto: «Entre os Israelitas franceses, os que deram a sua vida, os feridos que deram o seu sangue, os vivos que carregam as suas cruces, não pensavam tê-lo dado ou tê-las recebido por um país que os renegaria. Os pais e os descendentes desses mortos, desses mutilados e feridos, longe de detestar a França, apesar de tudo o que sofrem, pretendem acrescentar o seu silencioso sacrifício de hoje ao sacrifício de outrora. Esperam assim merecer duplamente o título de Franceses, para sempre inscrito no seu coração, ainda que lho arranquem à força.» André Jacob inscreve-se nesta lógica. Faz sua a fórmula de uma importante personalidade israelita, Vidal-Naquet: «Eu sinto como Francês a injúria que me é feita como Judeu.» A época das injúrias está, no entanto, só agora a começar.

No seu íntimo, André Jacob está furioso. Vexado que a sua *francité* seja desta forma posta em causa. Indignado que um artigo do estatuto estipule a proibição feita aos soldados judeus de aceder à categoria de oficial. Lê com reconforto a mensagem de Pierre Massé, deputado da região de Hérault, enviada ao Marechal: «Ficar-lhe-ia grato se me dissesse se devo retirar os galões ao meu irmão alferes, morto em Douaumont em Abril de 1916, ao meu genro morto na Bélgica em Maio de 1940, poderei assegurar-me de que não retiram retroactivamente a medalha de Sainte-Hélène ao meu bisavô?» Israelita, o ex-ministro Massé não tem certeza de nada; André também não; e nem Simone. Ela ouve os adultos, repara na sua serenidade enganadora, a de Julien Reinach nomeadamente, o pai da sua amiga

Laurence. Conselheiro de Estado, e por conseguinte banido dos gabinetes do Palais-Royal, encontra-se em Beaulieu-sur-Mer num sítio prodigioso, a vivenda Kerylos, reconstituição idêntica de uma residência da Grécia antiga. Esse lugar
44 mágico, plantado na baía de Fourmis entre o Cap-Ferrat e o rochedo do Mónaco, tinha sido imaginado e construído pelo seu pai Théodore em 1903. «Eles não nos farão mal, Simone, repete-lhe ele. Lutámos em 14-18, servimos a França há tanto tempo.» Conta a saga dos três irmãos Reinach a Simone deslumbrada. Joseph o mais velho, historiador e deputado, fez um dia frente a Clemenceau no palácio Bourbon. Denunciando a política do Terror levada a cabo por Robespierre, mereceu esta réplica definitiva: «a Revolução é um todo.» Os outros dois, Salomon e Théodore, são mais do agrado de Simone. Helenistas, historiadores de Arte, foram apelidados de «os irmãos Eu tudo sei». Simone gosta de ir até Beaulieu, até Kerylos, um pássaro da mitologia grega, uma andorinha-do-mar. Passeia de uma sala a outra e repara nesta inscrição gravada na parede da biblioteca: «É aqui que, em companhia dos oradores, dos eruditos e dos poetas gregos, eu preparo uma reforma na imortal beleza.» Este epigrama deixa-a pensativa: será que a beleza continua a ter valor? Será que este esplendor continua a ter algum sentido, alguma justificação? Julien Reinach evoca na sua companhia os «valores literários, políticos e filosóficos que a Grécia antiga nos transmitiu». Juntos, deambulam no peristilo feito de doze colunas em mármore branco de Carrara, sob o olhar de uma estátua de Sófocles. Hitler? Pétain? O estatuto dos Judeus? De que serve andar de cabeça no ar e descobrir, fascinada, estas paredes de Kerylos cobertas de frescos, este mobiliário de carvalho incrustado de madeiras preciosas e de marfim, estas termas, estes bustos, estes bronzes, estes lençóis bordados à mão na Grécia. Tanta beleza esmagada, laminada por este enigma que assombra Simone no limiar da adolescência: e amanhã? Ela pressente que tudo isto acabará mal. Di-lo a Julien Reinach que passa o tempo a traduzir textos de Caio, jurisconsulto romano. Mas porque é que esta miúda está sempre tão alerta? «Tive medo, confessa. Sempre. Tive medo de ser presa. Sempre. Estava convencida de que não conseguiríamos escapar às malhas da rede.» A 2 de Junho de 1941, Vichy,
45 sob o impulso do almirante Darlan que substituiu o chefe do governo de Pierre Laval, promulga um édito com um novo estatuto dos Judeus. Objectivo? Endurecer o anterior, alargar ainda a definição do Judeu, aumentar de forma

considerável os anátemas profissionais. Três meses mais tarde, a 24 de Setembro, André Jacob fica proibido de exercer a sua profissão. O decreto é de uma precisão clínica: «Os Judeus não devem ultrapassar os 2% do efectivo dos architectos inscritos na ordem». Ele não encontra lugar nesta quota miserável. O architecto Jacob é forçado a abandonar os seus últimos trabalhos, e as condições materiais da sua família degradam-se ainda mais. Simone é então obrigada a passar mais tempo nos mercados, onde se desdobra em criatividade. O segundo estatuto ordena também o recenseamento dos Judeus da zona livre. André Jacob submete-se. Não que tema as sanções previstas contra os que se esquivassem, «o direito do prefeito pronunciar o internamento num campo especial, mesmo se o interessado for francês». Acontece que um Jacob respeita a lei do seu país ainda que a considere uma soberana injustiça. Simone não concorda. Esta diligência administrativa, inócua na opinião de André que procura tranquilizá-la, repugna-a e alarma-a. Ela pressente que o cerco se vai apertando e di-lo. Em vão. André Jacob não abdica do fetichismo da legalidade. Uma vez, uma única vez, desviou-se do bom caminho. A 13 de Agosto de 1941, os Alemães editaram um despacho «implicando a confiscação dos aparelhos TSF pertencendo aos Judeus». André Jacob não obedece, não quer abandonar um dos seus últimos laços com a liberdade, esses poucos instantes consagrados cada dia a ouvir Londres, esses preciosos minutos roubados aos Alemães e a Vichy. Nem por isso afrouxa a pressão exercida sobre os seus: a proibição – surrealista numa época destas – de ouvir música mantém-se! Denise aproveita este rádio para se entregar às suas primeiras actividades como resistente: todas as manhãs, escreve a giz as últimas notícias de Londres, no quadro preto da sala de aula.

Em zona livre, 140 000 Judeus fazem como André Jacob. Denunciam-se. Xavier Vallat, o comissário para os Assuntos Judaicos, confessa a sua satisfação
46 numa mensagem redigida no Outono de 1941: «As operações de recenseamento estão terminadas. O número de declarações será ligeiramente aumentado pela despistagem que continuo a levar por diante contra os Judeus faltosos.» Em Nice e nos Alpes Marítimos, a contagem revela-se de uma minúcia consumada: os serviços do governo civil contabilizam nos seus registos 12 717 Judeus – 5 163 franceses, 7 554 apátridas ou estrangeiros. Em zona ocupada, 155 000 Judeus inscreveram-se, eles também. E 30 a 40 000, contando as duas zonas, têm a

clarividência de se esquivar. O dispositivo das rusgas pode, doravante, ser montado. Em todo o lado, em Nice como em qualquer outro lugar.

No liceu feminino, Simone é apanhada de surpresa. A directora anuncia a visita do almirante Darlan. A 9 de Outubro de 1941, ele exige que as crianças das escolas o acolham nas ruas. Distribuição de flores e canções. Como escapar, aos catorze anos, a esta obrigação? As «mais velhas» prevêm distribuir alguns panfletos de inspiração gaullista. Durante vários dias, Simone não fica menos irritada: prestar homenagem ao promotor do infame estatuto. Ora, pois, como todas as outras, como todas as meninas francesas. Mas Simone deixou de ser como todas as meninas francesas e sabe-o... Na Primavera de 1942, as autoridades alemãs exigem de Vichy a «entrega» de 40 000 Judeus, dos dezasseis aos quarenta e cinco anos, para deportar em comboios de 1 000. Laval, de regresso ao poder a 16 de Abril de 1942, despacha para junto do capitão Théodore Dannecker, chefe de serviço dos Assuntos Judaicos da Gestapo, e do seu adjunto Röhke, o novo chefe da polícia, René Bousquet. Um brilhantíssimo e novíssimo prefeito. Juntos, Dannecker e Bousquet montam as rusgas de Julho de 1942 em zona ocupada. O secretário-geral da polícia multiplica os esforços para convencer os Alemães da sua competência. A 18 de Junho, dirige-lhes estas palavras: «Conhecem a nossa polícia. Tem, sem dúvidas, os seus defeitos, mas também as suas qualidades. Estou convencido de que, reorganizada sobre novas bases e energicamente dirigida, ela é susceptível de prestar os maiores serviços. Já pôde constatar, em numerosos
47 assuntos, a eficácia da sua acção. Estou convicto de que ela pode fazer ainda mais.» Bousquet tem consciência de que o rendimento previsto pelos Alemães é elevado: 42 000 Judeus. Resultado obtido: 22 000 detenções das quais 13 152 só na grande rusga parisiense do *Vel' d'Hiv*, nos dias 16 e 17 de Julho. Nem por isso os Alemães estão satisfeitos, a «performance» é insuficiente, demasiado afastada das exigências de Adolf Eichmann, o arquitecto do genocídio. Transmitem, então, às autoridades francesas que é preciso a todo o custo «evitar a ruptura de stock». Os nazis indicam que, segundo a sua contagem, 12 000 Judeus apátridas estão «disponíveis» em zona livre. Vichy promete entregar «sem falta» 10 000. Entre 7 de Agosto e 15 de Setembro de 1942, a missão é cumprida meticulosamente. Bousquet anuncia a Dannecker, não sem algum orgulho, que está em condições de lhe entregar um pequeno suplemento: 10 522 Judeus; 13 comboios podem

abandonar Drancy, em direcção a Auschwitz. Promessa mantida... Pétain, Laval e Bousquet felicitam os polícias franceses por este «belo trabalho».

Théodore Dannecker tinha expresso o desejo de «observar» Nice. Tinha pedido a Bousquet autorização para ir à zona livre «inspeccionar a mercadoria judaica». Permissão concedida em Julho de 1942. Com vinte e oito anos, Dannecker pertence à pequena equipa que, desde a conferência de Wannsee a 21 de Janeiro de 1942, está incumbida por Heydrich de organizar a Solução Final. Ele não ignora nada da sorte reservada aos Judeus e fez questão de acompanhar, pessoalmente, o primeiro comboio que, a 27 de Março de 1942, envia 1 176 homens de França para Auschwitz. Exigiu vagões de terceira classe para que a viagem não fosse demasiado extenuante. Será a única vez, depois os vagões para gado bastarão.

Em Nice, Dannecker está em perpétuo estado de irritação. Repara numa «enorme quantidade de Judeus, até no principado do Mónaco». Não suporta que os mais ricos de entre eles frequentem, ociosos, os tapetes verdes dos casinos, e desabafa com os oficiais de polícia franceses que o acompanham. Dannecker estima que é preciso «limpar» Nice dos Judeus apátridas. Na manhã de 26 de 48 Agosto, a polícia nacional, as prefeituras regionais e departamentais lançam uma grande rusga em todo o território da zona livre. Bousquet, que montou a operação nos mais pequenos detalhes, sente a necessidade de se justificar: «estas pessoas não nos ficaram reconhecidas e este é o motivo pelo qual devemos livrar o nosso país da sua presença.» Em Nice, o comandante da polícia francesa conta com 2 100 detenções. «Apenas» consegue 560. Os Alemães não deixam de lhe comunicar a sua «decepção». Bousquet tenta demonstrar-lhes o quão Nice não é uma cidade comum. Mas os nazis estão-se nas tintas para as especificidades niçoises, para o «cosmopolitismo» que sublinha Bousquet. Constatam que a operação não foi «rentável», ponto final.

Há já alguns dias, o rumor de uma rusga propagava-se em Nice. Daí o comentário desiludido do comissário divisionário, responsável regional das Informações Gerais: «Grande número de Israelitas tinha tido o cuidado de abandonar o seu domicílio para ir procurar refúgio em casa de amigos, ou numa outra morada, ou até noutras localidades. As operações de limpeza sofreram, deste modo, um certo atraso.» Mas, acima de tudo, os Niçois não suportaram este

empurrãozinho: de madrugada, os apartamentos e os quartos de hotel forçados, as crianças presas com os pais, amontoados na caserna Auvare antes de serem entregues aos Alemães. Logo no dia seguinte à pescaria, as Informações Gerais redigem, ao cuidado do prefeito, um sumário executivo, reflexo fiel da opinião pública: «Alguns, anti-semitas convictos, concordam com o envio de Judeus para os campos de trabalhadores, mas para campos franceses exclusivamente. Enfim, a maior parte reprova severamente as medidas tomadas. Constata-se até, em certos meios, uma reviravolta.» O prefeito Marcel Ribière, um conselheiro de Estado, anti-semita convicto, colocado neste lugar pelo próprio Pétain, confirma num telegrama enviado a Vichy: «As detenções dos Judeus [...] chocaram incontestavelmente a população. Esta, que teria admitido com um suspiro de alívio o internamento em França, ficou surpreendida que eles tenham sido entregues aos

49 Alemães.» Um notável niçois, Henri de Peyretti, apressa-se a manifestar a sua posição às autoridades francesas: «Fiquei a saber que os refugiados judeus são oferecidos a Hitler, até os idosos, as mulheres e as crianças. Não gosto dos Judeus, não gosto de Hitler. Mas sou a favor da colaboração. E isto não é colaboração, é escravatura, é desumano. Enquanto Francês de uma família ilustre, combatente, enquanto católico, imploro-vos que parem imediatamente!» Uma outra burguesa da cidade, Mme Massia, opta por interpelar Pétain e manda entregar um bilhete a Vichy: «A que grau de barbárie é necessário chegar para ver os filhos arrancados à própria mãe e separados dela para sempre...» Tendo tido conhecimento desta missiva, o editorialista do *Petit Niçois*, partidário da ultra-colaboração, responde com uma fórmula que confirma o mal-estar na cidade: «Os nossos compatriotas têm mais que fazer do que apiedar-se da sorte dos “pobres Judeus perseguidos”.»

A 1 de Setembro, os 560 Judeus de Nice chegam a Drancy e, uma semana mais tarde, a Auschwitz. Em várias ocasiões, André passa em frente da caserna Auvare. Para ver, para observar. Ele não repara que, para chegarem à estação, os Judeus são amontoados em camiões que pertencem à sociedade de transportes J. Darnand. O futuro chefe da milícia reclamará uma factura de 1 417 francos ao Sr. Intendente da polícia pelo transporte. Negócios são negócios... André Jacob percebe evidentemente o terror desses Judeus avistados por um instante no pátio da caserna. Nem gritos, nem queixas. Rostos crispados, olhos cheios de lágrimas. A humanidade que se desvanece. Tem o coração apertado ao observar esses

desgraçados. Vichy, Pétain, esses homens do governo repugnam-no, cada dia um pouco mais. Será que, agora, ele já sente receios? Será que imagina, um só instante, a sua família por sua vez apanhada? Teima em não querer imaginar que os Judeus franceses possam um dia, também eles, ser o alvo. Neste ponto, André Jacob ostenta uma serenidade cega, uma desconcertante confiança no seu país, aconteça o que acontecer. Uma outra missiva dirigida a Pétain, publicada nalguns jornais, reconforta-o nesta crença: «Atrevo-me a acreditar, Senhor Marechal, que uma distinção será estabelecida entre os imigrantes de todas as nacionalidades e de todos os cultos que envenenaram o nosso país, e os Franceses de religião judaica que cumpriram todos os seus deveres no decorrer destes dois últimos anos de guerra.» Vichy difunde este apelo para responder a um objectivo claro: tranquilizar os Israelitas. André Jacob não precisa de se esforçar para acreditar. Tenta apaziguar a mulher, os filhos. Sem resultado. Simone não se contenta em rezear o perigo. Ela fareja-o. O pai recorda-lhe que os Niçois sempre se colocaram do lado dos Judeus; mas Simone, incansavelmente, levanta a única pergunta que interessa: porque é que a «nossa vez» não haveria de chegar? André argumenta, explica sem mesmo desconfiar que a sorte dos Judeus franceses é objecto de incessantes negociações entre Vichy e os Alemães. A 25 de Setembro de 1942, Adolf Eichmann recebe em Berlim uma nota da Gestapo parisiense: «Tentámos obter a detenção dos Judeus de nacionalidade francesa. A situação política e a posição de Laval fazem com que não seja possível atacar esta categoria. De momento, não deteremos Judeus de nacionalidade francesa.» André assegura ainda que «Pétain nunca infligirá um tal castigo a outros Franceses». Simone já não acredita nele e Yvonne pressente que a miúda está certa. Mas André é tão fechado ao diálogo, tão seguro de si, das suas análises. Então ela cala-se, demasiado ocupada com outras preocupações: Nice está à beira da fome. A ração de pão é reduzida; os talhos estão vazios, o que provoca uma caça aos cães errantes e aos pombos...

Ao regressar do liceu, Simone anuncia à mãe que, doravante, os textos literários consagrados à alimentação e à gastronomia deixarão de ser estudados nas aulas. A situação de Nice resumida numa decisão pedagógica. No mesmo momento, Dannecker e Eichmann constataam que o governo francês foi «perfeito»: eles exigiam da sua parte a entrega de 40 000 Judeus. Entre Março e Novembro de 1942, conseguiram 41 951.

Uma felicidade italiana

53 Para os Jacob, os primeiros dias de Novembro de 42 são abençoados. Há finalmente boas notícias, as que anseiam e esperam cada noite ao ouvir Londres. Eles juntam-se, aquecem-se, os seis à volta da TSF.

O que ficam eles a saber, Simone e os seus? No dia 7, os Aliados desembarcam no Norte de África e reforçam as suas posições em Argel; no dia 8, é anunciado que os Soviéticos pararam a ofensiva alemã frente a Estalinegrado. A situação militar começaria a modificar-se? A esperança é reencontrada e esta perspectiva apenas esboçada dá-lhes alento, permite inventar belas histórias: a França, em breve, será libertada, os Alemães escorraçados, o anti-semitismo repellido. Os Jacob vivem na pobreza: que os deixem, pelo menos, reconfortarem-se com estas coisas. O traço, evidentemente, é forçado, o quadro demasiado idílico e os nazis continuam combativos. Logo no dia 11 de Novembro, às 7 da manhã em ponto, as tropas da *Wehrmacht* transpõem a zona de demarcação para ocupar a zona dita «livre». Concedem aos seus aliados italianos a ocupação da maior parte dos distritos do Sudeste e, nomeadamente, dos Alpes Marítimos. O gesto não tem nada de fortuito: Mussolini manifestou, há muito tempo, a sua intenção de anexar Nice e a Côte d'Azur. Os soldados italianos no Passeio do Ingleses: André Jacob vive um suplício. Até aí, tinha engolido essa ficção da zona livre, esse pedaço de França permanecendo sob tutela francesa. Apagava do seu

54 espírito que os Alemães tinham, desta forma, encontrado uma desculpa para empurrar para os Franceses o trabalho sujo, a detenção dos Judeus em particular. Os recrutas italianos, quase sempre em paródia, irritam-no. Exige das filhas que evitem passar à frente das casernas requisitadas pelos ocupantes. O nacionalismo francês de André Jacob está mais exacerbado que nunca. Simone constata-o com receio.

Rapidamente se apercebeu que estes ocupantes não são monstros, muito menos terrores. Os Italianos tomam posse da cidade de mansinho, quase com volúpia. «Quando os militares tocavam à nossa porta, conta a romancista Viviane Forester, não era para nos deter, mas para consertar o telefone.» O prefeito dos Alpes Marítimos, Marcel Ribière, não tem dúvidas que, com essa gatinha – uns «moles», aponta ele num relatório –, não sentirá nenhum constrangimento para

impor os seus pontos de vista e organizar novas detenções em massa.

A 11 de Dezembro, Vichy adopta uma lei consecutiva à ocupação da zona livre: a menção «Judeu» deverá doravante figurar nas senhas de racionamento e nos documentos de identificação de todo o Judeu, francês ou estrangeiro. Depois de ter imposto em Janeiro de 1942 o uso da estrela amarela em zona ocupada, os Alemães insistiram para que a «marcação» seja imposta em todo o território. Pela voz do embaixador Fernand de Brinon, delegado geral do governo francês nos territórios ocupados, Vichy tinha-se oposto, sob pretexto que «a opinião pública não o aceitaria», «que não deveriam transformar os Judeus franceses em mártires». Desta vez, Vichy cedeu e, em Nice, o prefeito Ribière impõe uma medida suplementar: obrigar todos os Judeus estrangeiros estabelecidos nos Alpes Marítimos a retirarem-se para a região de Ardèche, um distrito sob controlo alemão, votando-os assim à deportação.

Triste Natal em casa dos Jacob. André comenta este novo crime, este «J» que a administração francesa gostaria de carimbar no seu bilhete de identidade. Se for necessário, vergar-se-á à lei. Como sempre. Ele ignora que um indivíduo fora do comum se agita nos bastidores do poder, entre Nice e Roma, para fazer chumbar o projecto.

55 Financeiro, judeu e italiano, francófilo e francófono, Angelo Donati é uma personagem brilhante, um homem de influência como só o início do século XX tinha sabido inventar. Herói de 14-18, presidente até 1939 da Câmara de Comércio Italiana em Paris, administrador de uma série de bancos franco-italianos, Donati navega há décadas na alta-roda de Roma. Frequenta com assiduidade os militares, os diplomatas e, ainda que anti-fascista, mantém contactos estreitos com o círculo do *Duce* numa Itália que, apesar de uma legislação racial adoptada desde 1938, não sucumbiu ao anti-semitismo. Último trunfo: Angelo Donati tem conhecimentos no Vaticano. As Informações Gerais vigiam-no cautelosamente. O seu telefone está sob escuta e todos os autos aterram em Paris na secretária de Röthke que dirige, doravante, o serviço anti-judaico da Gestapo.

Os Alemães descobrem com estupefacção que Donati é íntimo de Alberto Calisse, o cônsul geral de Itália em Nice, e que juntos preparam uma vigorosa resposta às iniciativas anti-judaicas do prefeito Ribière. A partir de 27 de Dezembro, o diplomata transalpino recusa mandar aplicar a lei de carimbagem nos

documentos de identificação. Está também fora de questão que os Judeus se retirem para a região de Ardèche a fim de serem entregues aos Alemães. Em Roma, o ministério dos Negócios Estrangeiros aprova: «Não é possível admitir que as autoridades francesas obriguem os Judeus estrangeiros a entregarem-se nas localidades ocupadas pelas tropas alemães. As medidas de protecção relativas aos Judeus devem ser tomadas exclusivamente pelos nossos serviços.» Uma nota oficial de protesto é de seguida dirigida a Vichy, e Laval não tem outra escolha a não ser inclinar-se, para furor dos Alemães que não entendem nada da atitude dos seus aliados italianos. As medidas anti-judaicas são suspensas. Calisse encontra Ribière e comunica-lhe que aplicará aos Judeus uma legislação «humana».

56 A palavra que vai passando de boca em boca provoca então um fenómeno incontrolável: os Judeus, aos milhares, afluem para a zona de ocupação italiana, para Nice, para os Alpes Marítimos, para as regiões de Savoie e de Isère, onde quer que encontrem um lugar. Ocupam os hotéis, os apartamentos mobilados, todos os quartos disponíveis: 25 a 30 000 Judeus colocam-se assim sob protecção italiana. No espaço de poucos meses, Nice passa de 250 000 a 280 000 habitantes. Donati, o salvador, alcançou a primeira parte do seu plano. No início de 1943, André Jacob ouve pela primeira vez este nome. Explica aos filhos que um banqueiro... Em contrapartida, abstém-se de comentar com eles o debate que divide os homens de Vichy: devemos ou não elaborar um projecto de desnaturalização dos Judeus naturalizados? André Jacob acusa o toque. Vichy ultrapassou mais uma etapa ao evocar a desnaturalização, ao interrogar-se doutamente sobre o ano a fixar para abarcar o maior número: 1927? 1932? Röthke, o chefe da perseguição anti-judaica em França, exige que Vichy fixe 1927, a maior parte dos Judeus estrangeiros tendo sido naturalizados de 1927 a 1930.

A 10 de Fevereiro de 1943, a polícia francesa «varre» os Judeus da antiga zona livre. Em Valence, em Chambéry, em Annecy, três cidades da zona italiana, 8 Judeus foram detidos e, depois, transferidos para um campo francês. Os Italianos enraivecem e, alguns dias mais tarde, o general Carlo Avarra di Gualtieri, representante em Vichy do Comando Supremo Italiano, pede para ser recebido pelo almirante Platon, secretário de Estado na Presidência do Conselho. Gualtieri reclama a libertação dos prisioneiros e, mais, «intima os prefeitos da zona italiana a já não deterem nem Judeus italianos, nem Judeus estrangeiros, nem mesmo

Judeus franceses».

Laval considera tudo isto ridículo. O chefe do governo insiste junto dos Alemães: que os Italianos deixem, pois, a polícia francesa trabalhar em paz para que esta possa deter os Judeus sem entraves e que se alinhem, pois, com a política anti-judaica franco-alemã. Em Nice, Simone começa a apreciar o Italiano, esse ocupante de uma espécie particular. Em Paris, Röthke, esse, está ulcerado. «A Côte d'Azur tornou-se um asilo para a judiaria», refere ele ao seu chefe Eichmann a 15 de Março de 1943. Dois dias mais tarde, o embaixador do Reich em Roma, Mackensen, obtém uma entrevista com Mussolini. Recebeu ordens incontestáveis: 57 conseguir dos Italianos o seu alinhamento em matéria de política anti-judaica. Mackensen tomou conhecimento de um relatório redigido por Heinrich Müller, o chefe da Gestapo do Reich: «Os tratamentos de excepção reiterados a favor dos Judeus por parte das autoridades italianas, as tomadas de posição contínuas a favor dos Judeus emanando de todas as instâncias italianas poderiam ser ilustrados infinitamente. A posição dos Italianos face à Solução Final na Europa tornou extremamente difícil a aplicação das medidas procuradas.» Está confirmado: os Italianos, cujo modo peculiar alia subtileza, rodeios e firmeza, põem em perigo o perfeito cumprimento do aniquilamento dos Judeus. Eis o motivo pelo qual o embaixador Mackensen dá prova de um extremo rigor face a Mussolini. Primeiro, entrega-lhe um telegrama de Ribbentrop, ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, exigindo «que ele intervenha imediata e pessoalmente», reclamando «ordens draconianas para acabar com este intolerável estado de coisas.» Segundo Mackensen, Mussolini está «envergonhado»; o diplomata nazi propõe então ao *Duce* três alternativas: deixar as questões judaicas ao cuidado da polícia francesa; confiar o dossier aos polícias italianos e já não aos militares afectados «por uma falsa sentimentalidade humanitarista»; delegar a perseguição dos Judeus na Gestapo que, essa sim, saberá entender-se com os Franceses. Mussolini indica que se acomoda à primeira disposição e que dará «a partir de hoje as ordens adequadas para que, doravante, a polícia francesa tenha carta branca nesta empresa».

Os Alemães estão convencidos de alcançar o objectivo: em primeiro lugar, a polícia francesa é capaz de uma indiscutível eficiência. O seu conhecimento do terreno, da língua, dos esconderijos possíveis facilita a perseguição; depois, a reviravolta de Mussolini poderia levar Vichy a aceitar as últimas exigências nazis:

perseguir todos os Judeus na totalidade do território nacional, qualquer que seja a sua origem ou nacionalidade. A sorte dos Jacob, de todos os Judeus reclusos em zona italiana, parece selada.

58 Algumas horas depois da entrevista Mussolini-Mackensen, os diplomatas italianos regressam à carga. Teriam apresentado a Mussolini um documento – que os historiadores nunca conseguiram encontrar – redigido por oficiais italianos que relatam as atrocidades anti-judaicas de que tinham sido testemunhas na Europa de Leste. O ministério dos Negócios Estrangeiros acrescentou algumas anotações ao cuidado do *Duce*: «Os detalhes contidos neste documento são tais que não podem deixar de suscitar um sentimento de horror, mesmo nos mais cínicos. Nenhum país, nem mesmo a Alemanha aliada, pode pretender associar a Itália, berço da cristandade e do direito, a crimes pelos quais o povo italiano deverá talvez prestar contas um dia.» Mussolini tem também na sua posse um relatório do seu embaixador em Berlim, Alfieri, indicando pela primeira vez que «os Alemães gaseiam os Judeus».

Mudança de decisão imediatamente transmitida aos Alemães: a polícia italiana, a partir de agora, encarregar-se-á dos Judeus refugiados em zona italiana porque saberá dar prova de uma «eficiência superior» à dos Franceses. O embaixador Mackensen fica furioso. Não acredita nas promessas italianas «de acabar com a liberdade de circulação dos Judeus, de os transferir para residências vigiadas». Constata que os Italianos respondem que o projecto de deportação «ainda não está previsto». Mackensen não tem nenhuma confiança nesse tal Guido Lospinoso, um intendente de polícia outrora ligado ao consulado italiano de Nice e, agora, inspector-geral da política racial em funções no Sul da França. Desconfia dele e com razão: desde a sua chegada a Nice a 20 de Março, quem são os primeiros interlocutores de Lospinoso? Donati, evidentemente, e uma das suas relações, o padre capuchinho Marie-Benoît. A este último, que lhe recomenda «de permanecer humano», o polícia replica que não tem «nenhum preconceito» relativamente aos Judeus. Lospinoso é contudo obrigado a dar um «mínimo de satisfações» aos Alemães. Com o exército, organiza a transferência de Judeus refugiados a 100 quilómetros da costa, mas sempre em zona italiana e ao abrigo das detenções em massa. O Comando Supremo Italiano apoia-o nessa iniciativa: «O objectivo é salvar os Judeus residindo em território francês ocupado pelas

nossas tropas, qualquer que seja a sua nacionalidade, quer sejam Italianos,
59 Franceses ou estrangeiros.» Em poucas semanas, 2 500 Judeus chegados à Côte
d'Azur em situação irregular são enviados para Mégève, Saint-Gervais e
Saint-Martin-de-Vésubie, instalados em confortáveis hotéis. O controlo é mínimo.
Os Alemães não são ingénuos: «Os Italianos escolheram como lugares de
residência forçada as estações climáticas mais reputadas...» Em Nice, os
carabineiros italianos protegem as sinagogas e as associações para impedir a
polícia francesa de prender os Judeus munidos de falsos documentos. Lospinoso,
para maior segurança, oferece trocar os bilhetes de identidade carimbados com o
«J» por documentos virgens de qualquer inscrição. No entanto, o polícia tem que
se sujeitar a apor um «E» (*Ebreo*, Judeu em italiano) nos documentos dos Judeus
em residência vigiada. Será a sua única concessão. Os Alemães tentam contactá-lo.
Nomeadamente Eichmann que lhe propõe um encontro. Em concertação com
Donati e os principais responsáveis judeus de Nice, Lospinoso, fugidio,
esquiva-se. «Sem tempo», manda ele dizer. Ele provoca os Alemães, e Röthke não
o suporta. «As autoridades italianas, escreve ele para Berlim, tornam por assim
dizer impossível a Solução Final da questão judaica na nova zona ocupada.»

De todos estes acontecimentos, deste conflito italo-alemão a propósito dos
Judeus, os Jacob ignoram os detalhes. Eles constataam que Mussolini se comporta
melhor que Pétain. No próprio momento em que o eixo militar Berlim-Roma sofre
importantes revezes militares no Norte de África, Vichy está ocupada a dissertar
sobre a desnaturalização dos Judeus. A 12 de Abril, Bousquet entregou um
projecto de lei aos Alemães: 50 000 Judeus poderiam perder a nacionalidade
francesa. André Jacob fica horrorizado. A 7 de Maio, Tunes e Bizerta são
libertadas. A 13, as forças germano-italianas capitulam no cabo Bom. Simone, que
segue atentamente as peripécias militares, não volta a ter esperança: «Eu tinha o
doloroso pressentimento que isto não estava acabado.» No liceu, frequenta o
décimo primeiro ano. Nos escuteiros, redobra de actividade. Em casa, esgota-se de
cansaço a ajudar Yvonne nas tarefas domésticas. Tem dezasseis anos, uma beleza
radiante. Quando a oportunidade se apresenta, sai com alguns amigos até à
60 esplanada de um café ou de uma praia. É alegre, engraçada, inteligente. Mas está
inquieta, permanentemente. Qual teria sido a sua reacção se tivesse ouvido o
testemunho de um tal Salomon, entregue pelos Italianos ao Comité da Federação

das Sociedades Judaicas? Nos primeiros dias do Verão de 43, Haïm Salomon conta: refugiado perto de Marselha, os Alemães apanharam-no numa rusga e depois enviaram-no para Koziel, um campo nas proximidades de Auschwitz. Com um companheiro de detenção, de nome Honig, evadiu-se e atravessou toda a Europa para vir parar aqui, a Nice. Os seus interlocutores, os principais responsáveis judeus de Nice, têm dúvidas, legítimas aliás: como é que ele pôde caminhar durante tanto tempo sem ser apanhado? Salomon mostra-lhes então um número tatuado no braço. A marca do campo, a prova de que ele não está a inventar. Eles ouvem-no, tendo o cuidado de convocar um médico psiquiatra. Excertos da primeira narrativa, em França, de um sobrevivente: «Na estação de Marselha, ao ouvir os gritos das mulheres e das crianças, a multidão agrupou-se e exprimiu a sua indignação contra a conduta da polícia de Vichy. [...] À força de coronhas e matracas, fizeram-nos subir a todos, homens, mulheres e crianças, para vagões de mercadorias selados com chumbo, à razão de 70 por vagão, e despacharam-nos.

«Durante três dias, viajámos sem comer, sem uma única gota de água. Enfim, mais mortos do que vivos, chegámos a Koziel (Alta Silésia). Todos os homens, dos dezasseis aos cinquenta anos, foram levados para duros trabalhos nas minas dos arredores. Os outros – crianças, idosos, mulheres enfraquecidas e doentes – foram conduzidos para Oschevitz [Auschwitz], o campo para Judeus “inúteis” ou, como os nossos carrascos o chamavam cinicamente, “o campo-matadouro”. No momento da transferência para Oschevitz, produziam-se cenas indescritíveis: jovens crianças, dos dez aos doze anos, diziam ter dezasseis; idosos de setenta anos declaravam ter cinquenta, e doentes que não se aguentavam nas pernas declaravam-se aptos para o trabalho, porque cada um sabia que Oschevitz significava uma morte imediata e terrível. A mortandade no campo era assustadora. Todos os dias, formavam-se grupos de trabalho de 600 homens, e
61 todos os dias morriam em cada grupo 12 a 18 pessoas, isto é 2 a 3%. A qualquer pessoa que carregasse um morto, do local de trabalho para o campo, os carrascos concediam a ração do morto. A fome era tão grande que rivalizávamos para transportar os corpos. Na povoação de Szapinieć, vizinha do nosso campo, encontrava-se um hospital para onde enviavam as mulheres grávidas para dar à luz. Mal acabavam de nascer, as crianças eram condenadas à morte em sacos e as

mães enviadas para Oschevitz. Cerca de oito meses, fiquei neste inferno, e sou certamente um dos raros sobreviventes, o único talvez que tenha suportado [...] tanto tempo, isto graças à minha constituição robusta e à minha resistência moral.»

Salomon fala e, durante esse tempo, o secretário-geral do Comité, com um dedo na têmpora, atrai a atenção do médico, indicando-lhe assim que Salomon está perturbado. «Se eu tivesse que ter acreditado em Haïm Salomon, teria ficado louco», confessa Michel Topiol, um dos chefes do Comité. Por prudência, os apontamentos tirados ao longo da conversa são enviados para Londres. E se este homem não estivesse a inventar? Alguns Judeus em Nice ficam a saber da presença de Salomon, o sobrevivente. Não os Jacob. Mas o seu relato permanece confidencial, à margem da clandestinidade. De nada serviria alarmar.

A 10 de Julho, os Aliados chegam à Sicília e Mussolini é derrubado menos de duas semanas depois. Angelo Donati sabe que a confusão italiana poderia trazer, mais cedo ou mais tarde, a ocupação pelos Alemães de Nice, da Côte d'Azur e de toda a zona protegida. Germina então no seu espírito um projecto, louco para alguns, grandioso para outros: evacuar por barco para o Norte de África libertado, *via* os portos italianos, os 25 a 30 000 Judeus concentrados de Grenoble a Nice. Donati precipita-se para Roma, obtém o acordo do novo governo, arranca os apoios americanos e britânicos. A 16 de Julho, despacha o padre Marie-Benoît para o Vaticano a fim de convencer Pio XII. O papa recebe o franciscano. Donati freta quatro barcos que farão rota dos grandes portos italianos em direcção ao Norte de África; uma reunião interministerial presidida pelo chefe do governo, Badoglio, chega mesmo a especificar as localidades italianas onde os Judeus deverão encontrar-se antes da transferência. Visto que os Italianos previram agrupar as suas últimas forças em Nice, os Judeus precipitam-se para lá no intuito de responder ao apelo de Donati. A 8 de Setembro, depois de umas últimas negociações com os diplomatas italianos, britânicos e americanos, Donati regressa à Côte d'Azur para levar a bom porto a operação de retirada. No dia seguinte pela manhã, as tropas alemãs ocupam o Passeio dos Ingleses.

9 de Setembro de 1943: noite negra para os Judeus de Nice. Donati terá sido presunçoso? Terão as «utopias de M. Donati», como o diz Viviane Forrester, transformado Nice numa grande ratoeira, onde se amontoam multidões votadas à exterminação? Não será o general americano Eisenhower também ele responsável?

Ele não devia ter anunciado tão depressa, tão cedo, dia 8 de Setembro às 18h30, que um armistício tinha sido assinado com a Itália; ele tinha prometido esperar ainda alguns dias, o tempo dos militares italianos se reorganizarem. Os nazis só estavam à espera do anúncio dos Americanos: algumas horas mais tarde, estavam em Nice. Pânico. Fazer tudo para escapar à armadilha. «O nosso consulado foi tomado de assalto a 8 de Setembro, testemunha um diplomata italiano. Os Israelitas pediam um documento, qualquer um, para poder ir para Itália. Os funcionários trabalharam até tarde durante a noite para poder colocar vistos em centenas de passaportes e distribuir certificados com nomes italianos àqueles que não tinham passaportes. Na própria noite do armistício, numerosos camiões requisitados pelo consulado embarcavam Israelitas providos de documentos italianos.» Um milhar de Judeus. Alguns pobres de espírito clamam a sua alegria: «Os Italianos abandonam, os Ingleses estarão aí amanhã.» Mas amanhã, serão os Alemães, a Gestapo, a perseguição. André Jacob ignora então, nesse 9 de Setembro, que os Alemães tomaram há alguns dias a decisão de deter os Judeus franceses: 30 000 Judeus, nacionais e estrangeiros misturados, são enclausurados em Nice. A ratoeira perfeita.

5 A c i l a d a

63 Este jovem – trinta e um anos – é demoníaco. Austríaco, Aloïs Brünner dedica-se há já dez anos à perseguição dos Judeus. Depois de ter assegurado o secretariado particular de Eichmann, reinou em Viena (50 000 vítimas em 1939), a seguir em Berlim e finalmente em Salónica onde, em dois meses, de 15 de Março a 15 de Maio de 1943, organizou a detenção em massa e o transporte de 43 000 Judeus gregos para Auschwitz. Em Junho, Brünner chega a Paris para tomar a direcção do campo de Drancy, última paragem antes da «grande partida». Mas em Drancy, Brünner está ansioso. A Gestapo espera o momento propício em que estará em condições de enviar o seu «melhor elemento» para Nice. A decisão foi amadurecida, reflectida, antes mesmo da debandada italiana. Os Alemães estão de facto loucos de raiva: Pétain e Laval, de repente cautelosos por causa do avanço militar dos Aliados e da ofensiva geral dos Soviéticos, recusam promulgar o projecto de lei sobre a desnaturalização dos Judeus. Msg. Chappoulie, um

dignitário da Igreja, enviado pessoal do papa em Vichy, convence o Marechal a não ceder neste ponto, «pela salvação da sua alma». O chefe de Estado faz então saber «que não pode assumir, no seu foro íntimo, a responsabilidade de assinar esta lei». Para «castigar» Vichy, a Gestapo deporta em massa os Judeus franceses. Brünner está encarregue de conduzir esta missão em Nice: capturar um máximo de Judeus sem qualquer distinção de nacionalidade. Ele tem 30 000 à mão, mais vale 64 aproveitar. A detenção dos Judeus franceses desperta nele um prazer particular. «São os mais nocivos, sublinha Brünner, porque ricos e influentes.» Como sempre, um comando de SS austríacos, uma dezena de homens, acompanha Alois Brünner. Eles entram em Nice a 10 de Setembro e requisitam imediatamente o hotel Excelsior. A escolha nada deve ao acaso: este duas-estrelas está próximo da estação P-L-M, lugar estratégico por excelência na concretização dessa rusga niçoise que tem por finalidade «alimentar» Drancy. A região parisiense já não apresenta interesse. Ela foi «convenientemente limpa». Brünner, embora capaz de violência, é antes de mais um burocrata da morte. Logo à chegada, exige as listas dos Judeus recenseados e precipita-se para o consulado italiano. Os dois últimos diplomatas em funções despacham-no. «Os dossiers partiram para Roma», afirmam eles. Os homens de Brünner pesquisam de pistola em punho, revistam cada gaveta. Em vão. O ficheiro foi retirado e Brünner atribui as culpas aos dois funcionários transalpinos, Spejchel e Borromeo, que são detidos e deportados. Mas Brünner não desiste. A prefeitura dos Alpes Marítimos deveria também ela ter um registo destes nomes. O prefeito André Chaigneau acolhe-o muito amavelmente. Mas ele – e «lamenta-o» – também não dispõe do menor documento. Nomeado a 23 de Julho de 1943 no lugar de Ribière, o prefeito Chaigneau queimou de imediato o ficheiro. A protecção dos Judeus refugiados em Nice responde, segundo ele, a uma prioridade política e moral. Porque será que Laval designou para um lugar estratégico um anti-vichysta declarado? Chaigneau não se interroga, age. A favor dos Judeus e dos resistentes. Depois de uma conversa inócua e banal, Brünner compreende que o prefeito está a gozá-lo. Bate com a porta, furioso. Os seus dois primeiros dias em Nice revelaram-se ineficazes. Deverá voltar-se para o sistema de limpeza implementado em Viena e Salónica, até ao momento desconhecido na Europa Ocidental.

Brünner contrata fisionomistas, na maior parte Russos brancos refugiados na

Riviera desde a revolução bolchevista de 1917. Têm autoridade para deter qualquer pessoa «de rosto judeu». A Gestapo recomenda-lhes «o aspecto dos narizes e os lábios demasiado pronunciados». Se eles protestarem, despem logo ali as calças aos homens interpelados. Que importam os documentos de identidade, a circuncisão é um elemento suficiente para ser detido. Brünner anuncia que os denunciadores serão recompensados: de 100 a 500 francos por cabeça. Em poucas horas organizam-se grupos, perseguem prioritariamente os Judeus ricos para saquear os apartamentos antes de avisar a Gestapo. Os 170 hotéis e as centenas de apartamentos mobilados são sistematicamente revistados, as estações e os comboios também. Mas o ficheiro continua a faltar. Teria permitido colher os Judeus em suas casas. Privado desta ferramenta, Brünner consegue contudo transformar Nice numa cidade fechada, numa ratoeira para Judeus. Com o intuito de facilitar os controlos, torna a circulação impossível, instalando barreiras, estacas e arames farpados nas principais artérias. Não há um único cinema, um único café que escape à vigilância do comando Brünner encarregado de uma missão sagrada: depurar a cidade contaminada. Contaminada pelos Judeus, os seus cúmplices italianos e o papa, todos confundidos num mesmo ódio mortífero. Face a uma tal determinação, a semelhante violência, os Jacob já não escapam à angústia, terrível.

No início do Verão, as polémicas a propósito da desnaturalização tinham alertado André Jacob que esperava a retirada dos Italianos. Tinha então escrito a Milou e Denise, ordenando-lhes que não regressassem a Nice depois do tradicional acampamento de escuteiros de Julho. «Se ele tivesse percebido mais cedo, suspira Suzanne Weissmann, teria feito tudo para chegar à Suíça.» Só Denise, no seu modo enérgico, obedece à ordem. Na volta do correio, ela dá a entender que se apronta para se juntar ao movimento de Resistência franco-atiradores na região de Lyon. André aprova a decisão da filha. Milou opta por regressar. Os pais, Simone, Jean, a avó materna, refugiada em Nice, precisam dela, da sua presença tranquilizadora e do seu magro salário.

Nos primeiros instantes da ocupação alemã, André e Yvonne admitem que se torna insensato eternizarem-se na rue Cluvier, à mercê de uma denúncia, de uma rusga, de uma incursão policial inesperada, de uma fatalidade. Com a ajuda do inestimável Boletti, André consegue documentos falsos: Jacob está disfarçado em

Jacquier. Resta o mais espinhoso: encontrar alojamentos por onde a família possa
66 dispersar-se. «No início de Setembro, recebi a visita de Yvonne Jacob, recorda
Mme de Villeroy, professora de Letras Clássicas no liceu feminino. Milou e
Denise tinham sido minhas alunas e, através de amigos comuns, conhecia um
pouco os Jacob. Mme Jacob estava desvairada. “Aceitariam receber Simone na
vossa casa?”, perguntou-me ela. Disse logo que sim.» Três andares abaixo, no
mesmo prédio burguês do boulevard Carrabacel, a dois passos do liceu, mora uma
outra professora, Mme Descombes. Ensinou Físico-Química às irmãs Jacob.
Aceita na hora «ficar» com Milou. O marido, dono de uma pequena empresa,
oferece um emprego a Jean. «Felizmente o meu filho não está circuncidado»,
afirma então Yvonne. Por sua vez, Boletti encontra um apartamento minúsculo na
rue Sergentino, em Saint-Roch, um bairro popular. André, Yvonne, Jean e a avó
amontoam-se nuns escassos metros quadrados de um pátio. O arrendamento foi
celebrado em nome de Jacquier. Os vizinhos não são ingénuos. Sem nada
combinar, procuram organizar um cordão sanitário à volta dos recém-chegados,
convencidos de que têm que ajudar «os Judeus de Boletti». Yvonne dá por vezes
uma ajuda na oficina de gradeamentos instalada no pátio. O nome agrada-lhe:
Vermigli Gradeamentos, um ar de Itália.

Apesar da situação, Simone regressa ao liceu. Aí, conhecem-na sob a sua
verdadeira identidade... Ela quer passar nesse *bac* de Filosofia, abre-te sésamo de
todos os sonhos universitários e profissionais que povoaram a sua infância.
Conduta insensata no momento em que Brünner está à caça? Sem dúvida. Mas há
em Simone a inesgotável vontade de não interromper o curso da vida. Conhece os
riscos que corre. A angústia da detenção oprime-a permanentemente. Que importa:
ela não cede em nada do que é essencial, ela vive, reflecte, instrui-se. Ninguém
está em condições de lhe retirar isto, nem mesmo Brünner. Ser detido ou escapar à
rede cada vez mais apertada? Sorte... Azar... «É verdade que cometíamos
imprudências, reconhece Nicole Dreyfus. A minha família tinha encontrado
refúgio em Monte Carlo e, às escondidas, eu vinha todas as semanas a Nice para
assistir a uma aula de Filosofia. Éramos todos loucos, tanto Simone como os
outros!»

67 O comando Brünner usa todos os meios. Segundo o testemunho do doutor
Drucker, médico no hotel Excelsior, a tortura é uma regra: «A equipa Brünner

procedia a detenções de homens, de mulheres e de crianças, e fazia-os passar por interrogatórios intermináveis, sob a ameaça de um revólver. Eram brutalmente espancados para confessar a sua qualidade de Judeus e indicar o endereço dos pais, maridos, filhos, irmãos... Havia doentes, idosos, enfermos, recém-nascidos, mulheres grávidas, e todos sofriam as violências e as torturas desses brutos. A maior parte foi colhida na sua cama e levada de pijama, tiritando de medo, de frio.» Os Niçois são numerosos a socorrerem os Judeus, a escondê-los. Os denunciadores, raros de facto, são objecto da vingança geral. Os Alemães em breve fazem saber que os «protectores dos Judeus» serão castigados. Como agir para impedir as incursões policiais nos hospitais, para alertar a «presa» alguns instantes antes que um quarteirão de casas seja cercado e os apartamentos revistados? «Milhares de Judeus franceses ou estrangeiros já não se atrevem a dormir nas suas casas. Dormem onde podem, como podem, muitas vezes até no chão. Pela cidade, mulheres com crianças de poucos meses ao colo erram em busca de um abrigo para pernoitar. O terror reina. Os pobres Judeus andam como loucos. Estamos revoltados, aterrados» (carta de um Niçois «anónimo» a Msg. Saliège, arcebispo de Toulouse). E contudo, Brüner não consegue atingir os seus objectivos. Os «resultados» são medíocres. Em três meses, o seu comando «só» deporta 1 819 Judeus. Fraco saldo: ele queria 25 000... A polícia francesa é a principal responsável por este fracasso, porque trata-se de facto de um fracasso. Privada, sob ordem de Laval, da sua ajuda e do seu conhecimento do terreno, a Gestapo está reduzida a pequenos auxílios, espectaculares mas pouco eficazes. Brüner apenas pode operar como pequeno artesão da exterminação. Não foi para isto que ele veio e prefere regressar a Drancy. No local, deixa alguns esbirros encarregados de aplicar os seus métodos.

68 Simone não se aborrece em casa de Mme de Villeroy. Participa num jantar durante o qual um primo dos Villeroy, vindo do Puy, na região de Haute-Loire, faz prova de um anti-semitismo desenfreado. À mesa, toda a gente observa o intruso com uma vontade contida de rir à gargalhada. Ela ocupa-se também do mais novo dos três filhos Villeroy e a proximidade de Milou tranquiliza-a. As duas irmãs sentem mais que nunca a necessidade de se ver, de se falar. Simone sai por vezes com amigos para caminhar no Passeio dos Ingleses, para beber um copo de sumo na esplanada de um café. Um resquício de despreocupação... César censura

amavelmente André: porque corre ele o risco de ir todos os dias à rue Clavier recuperar uma improvável correspondência? «Isto enervava-nos muito, confessa Boletti, mas eu sabia que, lá no fundo, ele continuava a não acreditar nessas histórias de deportação.»

A 12 de Novembro, a directora do liceu feminino, Mme Duverger, convoca Simone Jacob. Com mil e uma precauções, diz-lhe que a sua presença «já não é desejável». «Pela sua segurança, minha querida, eu ajo assim pela sua segurança», tem ela o cuidado de precisar. Simone parece perceber que a directora receia uma incursão da Gestapo e que não deseja encontrar-se numa posição «penosa»: este nome «Jacob» poderia atrair a atenção e ela seria obrigada a proteger ou denunciar. A alternativa entre a coragem e a cobardia. A Senhora Directora decide não escolher. Em consequência, a aluna Simone Jacob é mandada embora do estabelecimento escolar que frequentava desde os três anos. O golpe é duro. Fiel ao seu temperamento, apoiada por Mme de Villeroy, Simone organiza-se. Está fora de questão desistir do *baccalauréat*: algumas companheiras emprestam-lhe os apontamentos das aulas, alguns professores, a par da situação, continuam a corrigir os trabalhos feitos em casa. Mas algo se quebrou nela. No convento de Cimiez, Marie-Josèphe Conruyt apercebe-se disso: «Milou e Simone já não falavam de outra coisa a não ser das suas apreensões.» A 24 de Dezembro de 1943, os Villeroy convidam os Jacob a partilhar a ceia de Natal. Conseguiram arranjar alguns pedaços de carne, um bem inestimável em Nice nessa época. «Eles vieram, diz Mme de Villeroy, e, como de costume, mostraram uma extrema discrição quanto 69 às suas dificuldades.» Será o último jantar de «festa». A 18 de Março, Denise passa algumas horas em Nice. Nesse dia, Milou celebra os seus vinte e um anos.

No início do ano de 1944, Mme de Villeroy informa Simone de que a Educação Nacional tomou a decisão de antecipar as datas do *bac*: as provas terão lugar a 28 de Março e não no final de Junho. Para além disso, elas são simplificadas, todas as orais suprimidas. A situação militar justifica esta precipitação: toda a gente evoca um próximo, e sem dúvida rápido, desembarque dos Aliados. Um exame, neste contexto... Deverá Simone correr o risco de se apresentar visto que, nos registos da reitoria, consta a sua verdadeira identidade? Ainda por cima, os jornais locais publicam a lista dos candidatos, é uma tradição na época. Chegado o dia, Simone senta-se, imperturbável, atrás de uma carteira e

redige a sua dissertação de Filosofia. O perigo está no entanto mais presente do que nunca: há algum tempo, Brüner exige que os comandos implementados nas grandes cidades de província «abasteçam» novamente Drancy. Pede que seja lançada uma vaga de detenções massiva. Claro que, nestes primeiros dias de Primavera, é imprudente sair, caminhar pelas ruas, sair com um amigo, sentar-se alguns instantes numa esplanada. Simone sabe-o. Tem uma consciência aguda do perigo. Então, porque é que não decide esconder-se, com toda a segurança, no apartamento de Mme de Villeroy? Uma rapariga de dezasseis anos, bonita e cortejada, atraída pelo sol, os risos, alguns demasiados raros momentos de prazer, de satisfação... Talvez uma necessidade de provar a si própria que ninguém está em condições de a obrigar à renúncia, à denegação da vida... Certamente... Tantos motivos que se entrecruzam.

No domingo 30 de Março, uma patrulha da Gestapo toma de assalto uma rua por onde Simone caminha com um amigo de origem holandesa. A sensatez teria ditado que ela não se encontrasse lá... Mas a sensatez, aos dezasseis anos... Quando chega a sua vez, mostra os seus documentos de identidade. Segundo testemunhos recolhidos por Mme de Villeroy, o SS teria largado: «Jacquier, isto é Jacob.» Este único comentário será o suficiente para deduzir que Simone foi denunciada? E se sim, por quem? Um funcionário da Educação Nacional? Um apaixonado rejeitado? Uma rival infeliz? Os dois jovens são de imediato levados para o Excelsior. Interrogatório. Os Alemães não a brutalizam, não sentem necessidade disso visto que sabem tudo desta menina. O rapaz prova que não é judeu. Para se convencerem, os SS examinam o seu sexo. Narração de Mme de Villeroy: «Livre, ele precipita-se para aqui, o idiota. Ele quer avisar Milou. A Gestapo, que o segue, chega no seu encalço ao apartamento de Mme Descombes: “Minha senhora, acabámos de deter a sua filha.” “Deve haver algum engano, os meus quatro filhos estão aqui”, replica ela com sangue frio. E aponta para eles. Sem insistir demasiado, os Alemães retiram-se. Com eles, está uma mulher apelidada de Pantera, uma Francesa fuzilada aquando da Libertação. Mme Descombes precipita-se então para a minha casa. Desço até ao seu apartamento com o meu marido. Milou está lá. Engripada, passou todo o dia na cama. O meu marido toma a iniciativa de a esconder na divisão da conduta do lixo, no andar de cima. Alguns instantes depois, chega Mme Jacob. Vem saber notícias de Milou e

anunciamos-lhe a detenção de Simone, a passagem da Gestapo... Jean está à sua espera no boulevard. Nesse momento, os SS regressam. Aperceberam-se que Mme Descombes os enganou. Eles chegam no momento em que Milou sai do seu refúgio. Tem um gesto de recuo, eles agarram-na. Mme Jacob aproxima-se então deles: “É a minha filha.” No boulevard, Jean é por sua vez localizado e Mme Descombes chora. Tanto, tanto...» Uma frase atormenta permanentemente Mme de Villeroy, uma frase que Simone lhe repetia de vez em quando: «A mamã, quando tem uma boa lata de sardinhas, guarda-a para quando estivermos no campo de concentração.»

Avisado, André Jacob acorre a casa de Boletti. Perdido, aterrorizado. «O que é que eu faço, César? Apanharam a minha família toda...» Boletti oferece-lhe asilo. Mme de Villeroy decide ir ao Excelsior. Talvez os possa avistar, reconfortá-los. Em três dias, junta algumas roupas quentes numa mala, conservas e algum dinheiro. Diálogo com o plantão alemão do Excelsior: «Tenho amigos que estão aqui convosco. Podemos entregar-lhes alguma coisa? – Claro, minha senhora.

71 Como é que eles se chamam? Jacquier? Jacob? Partem no sábado para Paris. Os seus lugares no comboio estão reservados.»

«Até parece uma agência de viagens», pensou Mme de Villeroy. As roupas, as conservas, o dinheiro são confiscados. Yvonne deu-se ao trabalho de escrever uma carta à sua amiga, Mme Guiberteau. Esmiúça tudo o que ela julga necessitar para a viagem, espécie de inventário à moda de Prévert que, ainda hoje, provoca um aperto no coração e mostra, uma vez mais, que todos esses Judeus não pensavam um único instante na exterminação: «Ficar-lhe-ia grata de nos fazer chegar, se for possível, escreve Yvonne Jacob num quarto do Excelsior, vários objectos de que faço uma lista aproximada:

- cobertores
- colchas
- sacos de cama
- dois baralhos de cartas novos
- muito papel para escrever
- tinta
- um conta-gotas
- lápis

- uma pequena caixa metálica contendo fotografias
- pó-de-arroz
- ganchos para o cabelo
- um despertador
- uma bíblia
- as *Fábulas* de La Fontaine
- os volumes de Molière
- alguns Racine
- Pascal e outros mais
- e bastante cordel...»

A quem e ao que se agarra Yvonne para preservar a sua alma, a dos seus três filhos? Livros, La Fontaine, Molière, Racine, Pascal, as figuras emblemáticas da cultura francesa. Mme Guiberteau apresenta-se ela também no Excelsior com uma mala na mão. O plantão promete entregá-la. A irmã de César Boletti apresenta-se, por sua vez, com uma mala de roupa. Será entregue, claro...

72 Todas as noites, na avenue Thiers, ao longo da via-férrea, a família, os amigos dos «detidos» trepam um pequeno muro para lançar um último olhar, acenar com a mão. Ver o comboio e as silhuetas afastarem-se. «Eu fui lá com o meu marido, sublinha Mme de Villeroy. M. Jacob estava lá.» Boletti tentou dissuadi-lo. Em vão. Ele teme os bufos, os fisionomistas, as perseguições. «Acompanhei-o, conta Boletti. Havia um pequeno ajuntamento. Rapidamente localizei um tipo alto que não se interessava pelos prisioneiros, mas pelo nosso grupo. Sem que me tenha apercebido, talvez nos tenha seguido.» No dia seguinte, a Gestapo invade o apartamento de Boletti. O «tipo alto» está presente. Chama-se Valetti e também ele será liquidado aquando da Libertação. César tenta convencer os SS de que estão a cometer um erro, que este homem sentado na varanda chama-se de facto Jacquier. «Mas M. Jacob não insistiu, acrescenta Boletti. Ele preparou a sua mala sem protestar. Disse-me que estava aliviado, quase feliz, que ia finalmente encontrar-se com a família, que estariam todos tranquilos no campo de concentração, até ao fim próximo da guerra. Só nesse dia, me apercebi que M. Jacob falava alemão.»

Simone não está longe de pensar como o pai: «A vida tinha-se tornado tão precária e tão atroz que, uma vez a armadilha fechada, reagíamos com fatalismo. Sentíamos uma espécie de alívio, isto punha fim a uma angústia permanente. No

meu íntimo, sabia que tínhamos chegado ao fim do caminho, que o curso da nossa vida estava interrompido, talvez para sempre.»

6

A casa dos mortos

73 Onde e quando, pela primeira vez, ouve ela este nome – Auschwitz?

A 7 de Abril de 1944, os registos do campo de Drancy, mantidos com escrúpulo, indicam a chegada de 68 Judeus provenientes de Nice. Nesses prédios de cimento, inacabados em grande parte, o regime de Vichy tinha inicialmente aprisionado militantes comunistas. Depois, sob vigilância, os Alemães encarceraram prisioneiros de guerra franceses e alguns estrangeiros – Ingleses, Jugoslavos ou Gregos. Desde Agosto de 1941, na época das primeiras grandes detenções em massa, decidem reservar Drancy para os Judeus. O local, a Nordeste de Paris, situa-se próximo do nó ferroviário indispensável à perfeita organização da viagem. À sua chegada, Yvonne, Milou e Simone são de imediato encaminhadas para a escada 18, instaladas num dormitório no segundo andar. Jean encontra-se num alojamento reservado aos homens. Simone repara na dupla fila de arames farpados vedando o conjunto e os 19 postos de vigia. Não fica surpreendida quando lhe anunciam a identidade do comandante de Drancy: Aloïs Brünner. Outra vez ele, sempre ele... Brünner que tem como único objectivo enviar «para lá» o maior número possível de Judeus; Brünner que se livrou de toda a administração francesa para ser «eficaz»; Brünner o anti-semita doentio que limpa cuidadosamente a mão «suja» depois de ter esbofeteado um prisioneiro. Sob

74 o seu impulso, a vida quotidiana de Drancy endureceu. Mas as três Jacob não têm oportunidade de padecer com isto: estão em Drancy há uma semana quando Brünner ordena a «viagem».

No dormitório, Simone e Milou registam evidentemente a atitude das suas companheiras de camarata, mais antigas do que elas em Drancy, «tão inquietas, tão preocupadas que não se interessam pelas outras¹». As duas irmãs surpreendem algumas conversas e a mesma pergunta feita constantemente: «Para onde vamos?» Não percebem nada da resposta mais frequente, uma palavra, estranha, quase

1. Charlotte Delbo, *Mesure de nos jours*, Éd. de Minuit, 1971.

bárbara: «*Pitchipoi*.» «*Pitchipoi?*» Rapidamente se apressaram a traduzir esta expressão iídiche que entrou na linguagem corrente de Drancy: «*Pitchipoi*», o lugar desconhecido para onde as mandam. De tanto vasculharem, Simone e Milou convencem-se de que «o lugar» se encontra algures para Leste, na Alemanha Oriental ou na fronteira polaca. Elas não têm dúvidas de que a vida será penosa, cruel, mas, pelo menos, ficarão juntas. Perto da mãe. Porque há já nelas, no mais íntimo, esta determinação feroz: proteger Yvonne. Em Drancy, Yvonne faz tricô, dia e noite. «Calculava que a provação do frio seria terrível, nota Milou, e ela queria armar-nos contra isso¹.» De Auschwitz, nunca se fala. Nem uma indicação, nenhuma alusão, o fantasma alimentado «de um verdadeiro exílio, cumprido em condições desumanas, sem exterminação nem separação obrigatória²».

Partir então, a 13 de Abril de 1944. A quase totalidade do dormitório, escada 18, segundo andar, foi avisada na véspera. As mulheres chorosas «enxugando os olhos com as costas da mão antes de se inclinarem sobre os filhos para os acalmar e lhes pedir baixinho para estarem sossegados³», as mães «desdobrando-se em cuidados na preparação da comida para a viagem; lavam os pequenos, fazem as malas, e de madrugada os arames farpados estão cobertos de roupa de criança que seca ao vento⁴». Na manhã de dia 13, têm que se alinhar para a contagem. «*Wieviel Stück?*» pergunta o oficial SS. «Quantas peças?» Há, nesse dia, 1 480: 646 de sexo masculino, 834 de sexo feminino, entre as quais 295 crianças com menos de dezanove anos – sendo uma delas Simone – e 148 miúdos com menos de doze
75 anos. Neste «lote», 34 das crianças detidas, algum tempo antes, pelo gestapista Klaus Barbie na casa de Izieu. Comboio número 71 cuja lista original tem a assinatura de Röthke, chefe da Secção Anti-Judaica da Gestapo em França. De autocarro, são encaminhados para a estação de Paris-Bobigny. Ao longo da via, alguns vagões para gado com as portas escancaradas, «esses vagões mais sinistros que um túmulo⁵». O costume quer que os homens sejam fechados na parte da frente do comboio. A tradição será respeitada. Correndo nas suas ranhuras, os batentes do vagão fecharam-se. Mergulhados na escuridão. São uns sessenta no escuro, três dias e duas noites. É uma algazarra para conseguir o melhor lugar

1. Conversas entre o autor e a madre Marie Isabelle.
2. Georges Wellers, *De Drancy à Auschwitz*, Éd. du Centre, 1946.
3. Charlotte Delbo, *ibid*.
4. Primo Levi, *Si c'est un homme*, Julliard, 1987.
5. Robert Antelme, *L'Espèce humaine*, Gallimard, 1957.

possível, nos cantos. Cada um por si, Simone apercebe-se imediatamente disso, ainda que ninguém dispute com os mais velhos o direito de descansar contra as paredes. A luta pela palha é feroz e Simone sabe ser eficaz. Por três. O comboio parte e cada um instala-se, enrolado debaixo de um amontoado de roupas, comprimido entre um corpo e outro. «Estávamos muito apertadas. Evitar, a todo o custo, o lugar junto do barril de lata que serve de bacio. Algumas crianças choraram e logo adormeceram. As mulheres começaram então a falar e a lamentar-se. Todas tinham medo¹.» Os nomes das estações, avistados de relance através da fresta do vagão, vão desfilando: Frankfurt – «único painel, diz ela, de que me lembro» –, Salzburgo, Viena, depois nomes checos desconhecidos e nomes polacos impronunciáveis. «Auschwitz, ouvi isto pela primeira vez no comboio, recorda a psicanalista Anne-Lise Stern. Porque é que tinha ficado no ouvido? Já não sei. Recebemo-lo como carregado de ameaças...» Simone, essa, não guardou esta reminiscência. «Em cada paragem, pedíamos água aos gritos, mas o nosso apelo raramente foi ouvido; os soldados da escolta afastavam quem quer que tentasse aproximar-se do comboio².» Num outro vagão, uma adolescente de quinze anos, Marceline, recebe uma bofetada retumbante. Tem tanta sede que se tornou insuportável. «Esta viagem que não tem fim», resmunga a miúda. Simone encontrará Marceline, mais tarde.

76 Como contar esta chegada em plena noite sobre a nova rampa do campo de Auschwitz-Birkenau, acabada alguns dias antes? «O historiador (o escritor), até onde consegue ir, pode reconstituir a vida do campo. Mas será que pode compreender a morte³?» Como explicar o inferno, «esta negação da palavra⁴?» Existem as suas palavras: «Não sabia mesmo onde estávamos. Descer do comboio, embrutecida de cansaço depois de três dias de viagem. Em plena noite, frente à luz dos projectores. E os gritos dos Alemães: “*raus, raus*”, eles empurram-nos, dão-nos encontrões. “*Raus, raus...*”» Simone sente como uma chicotada «esses latidos bárbaros, naturais para os Alemães quando comandam e que parecem libertar uma ira secular⁵». Os homens para um lado, as mulheres para o outro.

1. Charlotte Delbo, *ibid.*

2. Primo Levi, *ibid.*

3. Pierre Vidal-Naquet, Prefácio a Marck Edelman-Hannakral, *Mémoires du ghetto de Varsovie*, Liana Levi, 1993.

4. Cardinal Jean-Marie Lustiger, conferência em Brasília, 16 de Agosto de 1988.

5. Primo Levi, *ibid.*

Interrogatório. Perguntas, aparentemente inócuas: «Está cansada?» Marceline está a ponto de ceder porque os sapatos magoam-na, porque não tem vontade de caminhar, mas sim de subir para um desses camiões onde se amontoam os idosos e as crianças. Ela avança; uma amiga do vagão, Françoise, retém-na: «Fica comigo, não me deixes, vamos caminhar...» Marceline: «Dirijo-me já para o camião, ela corre para me apanhar. Quer que fique com ela e eu cedo.» Os do camião – os idosos, as crianças, os doentes, os debilitados – farão algumas centenas de metros até às câmaras de gás de Birkenau. O acaso – ou antes Françoise – faz com que Marceline vá parar ao «lado certo». Pergunta trivial, uma vez mais: «Que idade?» Simone tem dezasseis anos. Demasiado nova, em princípio, para entrar no campo. Ao descer do comboio, um desconhecido sussurra-lhe ao ouvido: «Diga que tem dezoito anos.» Ela segue o conselho e escapa assim ao lugar no camião, a essa ideia fixa dos nazis: a «necessidade histórica» de acabar com as crianças judias. «No último vagão do comboio, havia um grupo com umas trinta crianças acompanhadas de algumas adultas. O SS pediu-me para questionar as acompanhantes, para lhes perguntar se elas eram parentes. Elas responderam: “não, não, mas somos quase mães adoptivas.” Traduzi esta frase para alemão e o SS encarregou-me de perguntar a essas mulheres se queriam ficar com as crianças.

77 Elas responderam: “Claro.” O SS disse-lhes para subirem para os camiões com as crianças, acrescentando: “Chegarão mais depressa¹.”» As 34 crianças de Izieu e as suas damas de companhia são imediatamente gaseadas. Simone, Milou e Yvonne encontram-se na «coluna certa», entre as mulheres aptas a entrar no campo. «Eles observaram-me. Talvez não tivesse um ar tão gaiato, não sei.» Elas estão juntas, lado a lado. E «juntas» aguentarão. Estão convencidas disso.

Simone não consegue impedir-se de fixar as personagens fantasmagóricas vestidas de fatos às riscas que começam a vaguear à volta delas. Timidamente, os recém-chegados acabam por interrogar esses antigos deportados enviados para os acolher: porquê estas separações? Será que vamos encontrar os nossos irmãos, as nossas irmãs, os nossos maridos, as nossas mulheres, os nossos filhos trazidos para aqui antes de nós? Isto é o quê? Isto é onde? O que é que se faz aqui? Alguns escolhem a mentira: «Vão ver os vossos familiares, não estão longe daqui, num

1. Testemunho de Édith Klebinder, sobrevivente do comboio 71, Serge Klarsfeld, *Le Calendier de la persécution des Juifs de France*, Associação dos Filhos e Filhas dos Deportados Judeus de França, 1993.

outro campo»; os outros confessam, sem rodeios: «Eles morreram. Aqui é a casa dos mortos e só de cá saímos pela chaminé.» Os «riscados» apontam o dedo para as chaminés. «E continuávamos a não conseguir acreditar neles», confia Simone. Uma *kapo* passa pelas filas. Pede às prisioneiras que lhe entreguem o dinheiro, as jóias, todos os objectos de que dispõem: «Depois, já não vão precisar deles», indica o tradutor¹. Mas que sítio é este, um campo onde nada é necessário?

Heinrich Himmler, o chefe dos SS e da Gestapo, tinha ele próprio escolhido o local onde seria montada a «Solução Final do problema judaico». Durante o Verão de 1941, tinha reservado Auschwitz por causa da proximidade com Katowice, na Alta Silésia, que permitia um acesso fácil por caminho-de-ferro. «O sítio, muito extenso, oferecia espaço suficiente para que se pudesse assegurar o isolamento².» Objectivo: que o campo de Auschwitz se torne o maior centro de condenação à morte jamais criado. «No final de 1941, um novo estaleiro arrancou para a construção de um campo especial na charneca de Birkenau. Duas velhas choupanas de camponeses foram remodeladas. Emparedaram-se as janelas, 78 derrubaram-se as paredes interiores e construíram-se portas especiais, à prova de gás. Uma barraca situada nas proximidades servia de vestiário aos deportados que iam para as câmaras. As suas instalações começaram a funcionar em 1942³.» Dois anos mais tarde, à chegada das Jacob e do comboio 71, Auschwitz-Birkenau, na realidade dois campos, está equipado com 10 câmaras de gás e 14 fornos crematórios. Simone, Milou e Yvonne são encarceradas em Birkenau. «Havia lama, ou então um pó sufocante no Verão», contou o escritor italiano Primo Levi. Os barracões? Baixos, sujos, feitos com tábuas disjuntas, com um chão de terra batida; não há camas, apenas umas tábuas largas sobrepostas até ao tecto. Em cada uma dessas tábuas, chegavam a acomodar 9 mulheres. Da janela vê-se o forno crematório, a chama no cimo da chaminé. Simone perguntou às antigas: «O que é este fogo?», e ouviu alguém responder: «Somos nós que ardemos.»

Elas chegam a um «lugar alucinante», segundo a definição de Marceline Loridan: os barracões de «quarentena», uma espécie de campo dentro do campo. Durante dois meses, o comando vai fazer a triagem daquelas que estão aptas ao trabalho. Para as outras, é a morte. Testemunho de Marceline: «Os SS berram,

1. Primo Levi, *ibid.*

2. Raul Hilberg, *La Destruction des Juifs d'Europe*, Fayard, 1988.

3. *Ibid.*

seguram os cães. O barulho, o furor. Não percebemos nada das ordens atiradas numa língua que nos é estranha.» Esta incompreensão pode valer de imediato a câmara de gás. Elas devem obedecer e reagir prontamente. Para a primeira chamada, na praça central do bloco, Simone e Marceline encontram-se lado a lado. Estão tatuadas no braço esquerdo. Simone Jacob tem o número 78651. Deixou de se chamar Jacob e já só deve responder por este único número, 78651. «A operação é pouco dolorosa e extremamente rápida: puseram-nos em fila, depois fizeram-nos passar um após outro por uma pessoa hábil munida de um instrumento com uma agulha curta¹.» Durante alguns dias ainda, Simone olha para o pulso para ver... as horas... Reflexo de um tempo. Apenas vê um número azulado gravado sob a pele. «Algumas deportadas tatuaram-nos, conta Marceline Loridan. Enquanto trabalhavam, mostravam-nos as chaminés fumegantes e sentíamos esse cheiro insuportável. Elas mostravam-nas esclarecendo-nos: “Todos aqueles que estavam com vocês no comboio estão ali.” Eu continuava a não acreditar.» As «tatuadoras» tinham no entanto sido advertidas: elas seriam queimadas vivas se revelassem a verdade às recém-chegadas. Os SS avisam de seguida que antes de passarem pelo duche, os cabelos serão cortados. O cabeleireiro passará quando elas estiverem despidas. A lógica? Nenhuma, uma forma entre tantas outras de mostrar que não existe condição humana mais miserável do que a de um Judeu em Auschwitz. Esperar pelo cabeleireiro, nuas no frio da noite. «Já nada nos pertence, tiraram-nos as nossas roupas, os nossos sapatos e até os nossos cabelos².» Por vezes, produz-se uma derrapagem, um acidente. A norma de Auschwitz-Birkenau não é respeitada nos seus mínimos detalhes: as mulheres do grupo de Simone não são tosquiadas. Cortam-lhes os cabelos curtos, sem mais. Porquê esta exceção? Nenhuma verdadeira explicação, a não ser talvez a decisão pessoal de uma mulher SS, aliviada por ver seres com uma fisionomia humana à sua frente. «Para nós, foi um acontecimento capital, assegura Anne-Lise Stern. Conservávamos uma aparência mais ou menos digna. Quem não tem cabelo é já um cadáver.»

O duche, que dura apenas dois minutos. A seguir, a distribuição das roupas. Uns trapos desemparelhados, sujos, ainda não os fatos às riscas. «Herdei um calção comprido caqui, meio rasgado, uma saia castanha nojenta, com uma cruz na parte de trás. Recuperei um sapato raso e um outro com salto, uma camisolita de

1. Raul Hilberg, *Ibid.*

2. *Ibid.*

malha. Tinha vergonha, tanta vergonha», suspira Marceline Loridan. «Foi nessa ocasião que descobri Simone, comenta Anne-Lise Stern. Comecei a vê-la, verdadeiramente. As *kapos* atribuíam por vezes as roupas em função da beleza. E era tão bonita, Simone Jacob...» Depois é a chamada, toda a noite. Elas ainda não sabem que a chamada, essas horas intermináveis, é uma etapa essencial da desumanização programada. «A primeira chamada, sem sabermos o que iria ser de nós, o horror», testemunha Marceline Loridan. Até à chegada, de madrugada, de um chefe SS ladeado de comandos. Berros, urros, insultos em alemão. Elas ficam estupefactas, esgotadas. O que é que eles querem? Uma intérprete intervém: «Há algumas costureiras? E dançarinas?» Uma miúda avança então, afirma que em Paris era *petit rat de l'Opéra* e esboça alguns *entrechats*. Os Alemães exultam: ela dançará para eles e beneficiará então de um trabalho protegido, moça de recados. Simone e Marceline, essas, não são «nada». Para sobreviver, só têm uma solução: lutar.

Birkenau de quarentena, um barracão do bloco 9: 36 mulheres estendidas de pernas para o ar nos *koyas*, essas boxes de madeira de 1,80 por 1,90m. Novamente Marceline: «Tenho a sorte de encontrar um lugar por cima, posso pelo menos ficar em pé. Simone, Milou e a mãe vão parar ao meio. No meio, mal se consegue estar sentada, é preciso baixar a cabeça. Dormimos sobre enxergões, os cobertores estão podres, tresandam.» Por muito atordoadas que estejam, Simone reage de imediato. Com Marceline, a mais nova do bloco, avaliaram-se no primeiro olhar. Uma mesma vitalidade, uma idêntica raiva de sobreviver. «Falámos de antigamente, muito, contámos de onde vínhamos, as nossas recordações de escola, belas histórias para «depois». Eu admirava Simone porque ela já tinha tido namorados.» Nos primeiros tempos, uma subchefe do campo, a responsável pelo bloco e as *kapos* – essas prisioneiras-carcereiras – designam-nas para este ou para aquele trabalho penoso. Durante a quarentena, esses trabalhos não têm qualquer sentido, não têm o menor objectivo de produtividade. Os Alemães testam. Carregar pedras durante todo o dia de um sítio para outro e, no dia seguinte, voltar a colocá-las no lugar onde estavam. «Simone e eu éramos provocadoras, acrescenta Marceline. Levantávamos as pedras a cantar em vez de chorar.» Elas procuram por todos os meios uma escapatória, uma forma para se esquivar de quando em quando. A meticulosidade dos nazis fornece-lhes a solução. «Ao levantar, refere Marceline,

tínhamos que fazer as camas em quadrado, enfiar os enxergões no fundo do *koya* e dobrar os cobertores em ângulo recto, tudo coberto com o cobertor menos
81 estragado. Era uma espécie de montículo e estávamos então estritamente proibidas de subir para os *koyas*. Comparecíamos depois à chamada e, no final, corríamos enfiar-nos no interior do montículo. Quando o barracão estava deserto, quando já não ouvíamos o menor barulho, partíamos à descoberta do campo.» Escapam por duas ou três vezes. Se não são descobertas, Simone e Marceline devem-no aos seus... cabelos. Uma tosquiada, tão facilmente detectada, não poderia deixar o lugar que lhe era atribuído. Simone e Marceline metem o nariz em todo o lado. Passando à frente de um barracão, ouvem falar francês. Aproximam-se. «Vão se lixar, Judias de um raio!» São escorraçadas com algazarra, o sítio pertence a militantes comunistas.

«Era tudo tão imenso, nota Marceline, que criámos o nosso pequeno universo, imaginário ou não, com as nossas outras colegas, duas irmãs, Mira e Dora, que tinham visto a mãe e a irmã partir para a câmara de gás logo à chegada. Éramos jovens, vivaças e indisciplinadas. Tremíamos de medo mas, ao mesmo tempo, não hesitávamos em correr riscos. No campo, nós crescemos.» Simone mais depressa ainda que as outras. Por iniciativa própria, responsável por Milou e pela mãe.

Simone inicia-se neste novo mundo, aprende as suas regras. Nada lhe escapa, principalmente as regras do protocolo para comer: colocar-se no sítio certo na fila, resistir aos assaltos daqueles que estão dispostos a tudo para passar à frente, raspar com todo o cuidado o fundo da gamela da sopa, mantê-la de baixo do queixo ao comer o pão para não perder uma única migalha. «Sabemos que há uma diferença considerável entre uma concha de sopa tirada de uma panela cheia e uma tirada de uma panela quase vazia. Já estamos em condições de calcular, em função da capacidade dos vários recipientes, qual o melhor lugar a ocupar na fila¹.» Ela ensina tudo isto a Yvonne, a Milou. Alimentar-se. Sem colher, partilhando uma gamela com mais duas. «Havia um que, frequentemente, cuspiam lá para dentro o que ele já não queria», indica Simone, privilegiada visto que a maior parte do tempo tem a sorte de partilhar a gamela com a irmã e com a mãe.

82 Comer. Isto não faz nenhum sentido para os prisioneiros que «são a fome encarnada²». Comer, mas o quê? «O regime de base dos detidos judeus consistia

1. Raul Hilberg, *Ibid.*

2. *Ibid.*

numa sopa de nabos servida ao meio-dia. Lascas de madeira, cascas de batatas e substâncias indeterminadas boiavam nela. A refeição da noite era feita de pão de serradura acompanhado com um pouco de margarina, de marmelada malcheirosa ou de salsicha podre. Entre as duas refeições, os detidos tentavam lambe algumas gotas de água poluída, na torneira de um barracão que servia de lavadouro. As medidas de higiene eram quase inexistentes. O recinto de Auschwitz-Birkenau não se prestava muito bem à perfuração de canalizações. A água não era purificada, o sabão e os produtos de limpeza faltavam constantemente. Os ratos pululavam nos barracões¹.»

Milou e Yvonne sentem as maiores dificuldades em suportar estas provações diárias. A agressividade é vital; e elas não têm nenhuma. É preciso defender-se continuamente; elas não sabem como fazer. «Milou era bem mais passiva que Simone», nota Marceline. «Os que eram demasiado bondosos, os que se deixavam despojar pelos outros não podiam resistir, assegura Simone. A mamã e Milou pertenciam a esta categoria. Se lhes roubavam um pedaço de pão ou o casaco – o que acontecia com alguma frequência –, elas quase não reagiam. Nesses momentos, eu fui-lhes útil: eu era mais dura.»

«No campo, rapidamente percebíamos quem ia sobreviver ou morrer, prossegue Marceline. Isso via-se. Uma vez pelo menos, cada uma de nós protegeu a sua vida em detrimento da de outrem.» Simone não pode dar-se ao luxo de ser egoísta, o que seria legítimo neste sítio. Yvonne e Milou precisam dela. Depois de algumas semanas em Birkenau, Simone apercebe-se que um mercado negro funciona incessantemente no campo, apesar da proibição categórica do menor tráfico. Alimentos roubados, trocados no próprio instante. «Vê-se rondar às dezenas, de lábios entreabertos e de olhos brilhantes, os desesperados da fome, alguns deles conseguem trocar a sua meia ração de pão poupada desde a manhã contra um litro de sopa. Enquanto o preço da sopa é mais ou menos estável, a cotação dos nabos, das cenouras e das batatas é extremamente variável².» Este universo paralelo, Simone e Marceline, espertas, aprendem a utilizá-lo.

Simone não esquece no entanto a imposição de Yvonne: permanecer decente, mesmo em Birkenau. Sobretudo em Birkenau. Yvonne, guardiã da dignidade dos Jacob. Ainda que pese, esta exigência serve para todo o barracão, recordando que

1. Raul Hilberg, *ibid.*

2. *Ibid.*

as regras da humanidade não estão abolidas para sempre. Yvonne recusa que a História tenha parado, definitivamente, para os «sub-homens» de Auschwitz. «Sobreviver sem ter renunciado a nada do seu próprio mundo moral foi dado apenas a um pequeno número de seres superiores, do estofo dos Santos e dos Mártires», escreve Primo Levi. Os sobreviventes do bloco 9 são unânimes: Yvonne fazia parte deles. Ela recusa a «lei» do campo: «Come o teu pão e se puderes o do teu vizinho. Ignora a gratidão.»

Simone lutou para recuperar uma bacia de água malcheirosa. Como conseguiu? A que tipo de troca se sujeitou ela? Ninguém lhe pergunta. Admiram-na, nada mais. Todas as manhãs, levantar-se e lavar-se é um calvário.

Contudo, nunca desistir de se lavar, ainda que nessa água pútrida, ainda que às 3 da manhã. Abdicar seria confessar-se vencido, aceitar uma primeira morte. Então Simone, com essa bacia conquistada à força, tira a porcaria do rosto, sozinha num canto, depois de um dia de trabalhos penosos. «A mãe chamou-a à ordem. Disse-lhe, num tom sentencioso, que era preciso partilhar. Ela tinha momentos de severidade, um modo de agir muito protestante», conta Anne-Lise Stern. «É verdade que ela era muito exigente com Simone, insiste Marceline Loridan. Repreendia-a de tempos a tempos. Era a sua menina, temia a sua impulsividade. Tentava contê-la.» Em vão. Judia de origem polaca, detida em França, Tola Glowinski aproxima-se de Yvonne Jacob no campo: «Ela controlava as filhas, não queria que elas caíssem na desumanidade. “Assim, elas ficarão bem quando regressarem”, dizia-me ela. Milou era a cópia conforme de Yvonne. Elas reagiam, pensavam de maneira idêntica. Repetiam-me as duas: “Olhemos para a frente; para trás, já não serve de nada.” Simone era diferente: cuidava da vida delas. As três juntas, era deslumbrante e complementar.» Tola não sabe o que aconteceu ao marido, aos filhos. Yvonne, essa, ignora tudo do destino do seu filho, Jean. André terá sido detido? Mas onde estarão eles? Aqui perto, nos campos dos homens? Ou ainda noutra sítio? E Denise, a resistente? Detida ela também, no mês de Junho, deportada para Ravensbrück, um campo de concentração. Yvonne não o sabe, é melhor assim. «Ela não me falava de Denise, confia Tola. Ela afirmava que as suas três filhas, essas, estudariam, aprenderiam uma profissão e trabalhariam.» No barracão, Simone ouve com felicidade esta mãe de moral indestrutível.

De nada servem as palavras, são simultaneamente verdadeiras, justas e

ridículas. Milou: «A mamã era um raio de sol para as pessoas do campo.» Tola: «Yvonne tinha um olhar tão profundo. Para todos aqueles que não percebiam o francês, ela falava com os olhos.»

Yvonne, Milou e Simone Jacob juntas em Auschwitz. «Um núcleo de humanidade garantido», segundo Anne-Lise Stern. A prova de que o escritor italiano, Primo Levi, também ele deportado em Birkenau, se engana por vezes: «Aqui, a luta pela vida é implacável porque cada um está desesperadamente, ferozmente só.» Elas formam um núcleo e o núcleo das Jacob inventa, dia após dia, astúcias para aguentar. «Recitávamos incansavelmente os poemas que tínhamos aprendido em casa e na escola, toda a literatura que o papá nos tinha forçado a ler, indicará Milou. Uma ajuda preciosa.» «Para passar o tempo, confirma Tola, falávamos dos livros, nomeadamente de um romance polaco, *Le Paysan*. Yvonne e eu tentámos lembrar durante dias inteiros o nome do autor. Sem nunca conseguir encontrá-lo.» No barracão, há uma ex-dona de bordel que berra permanentemente, e Henriette, a vidente do campo, a que anuncia de vez em quando a boa notícia: «Tu, tu sobreviverás.» «Um meio muito heterogéneo», constata Marceline Loridan não sem alguma suave ironia. Simone tem consciência de que é preciso escapar, depois dos trinta primeiros dias de quarentena, ao campo

85 B de Birkenau, do outro lado da estrada; dois meros portões a transpor. «Eu via as fogueiras utilizadas para queimar os corpos quando os fornos crematórios já não chegavam. Eu via esses amontoados, frente aos quais passávamos de manhã para ir trabalhar, onde estavam espalhadas as roupas, as muletas dos idosos, os brinquedos das crianças. E esse cheiro, fétido e permanente, esse cheiro em que a terra argilosa se misturava à podridão e à humidade, o cheiro também desses milhares de indivíduos subalimentados. Trazia comigo uma espécie de repugnância que nunca se apagava¹.» Quem fosse capaz de «explicar» o cheiro de Birkenau explicaria Birkenau inteiro. Desde o mês de Maio, alguns dias após a chegada das Jacob, 450 000 Judeus húngaros foram deportados e gaseados, imediatamente. «Vivia-se no cheiro do queimado, perpetuamente. Nunca ninguém insistiu o bastante sobre o cheiro do campo», declara Simone. O cheiro da morte. A morte programada. Yvonne e Milou não resistiriam à provação física que as esperava no campo, construir estradas ou colocar carris, escavar trincheiras, doze

1. Raul Hilberg, *ibid.*

horas de trabalho, sete dias na semana, essas chamadas intermináveis, de baixo de 20 graus negativos nos meses de Inverno, o fino fato às riscas sobre a pele. Elas morrerão, Simone está convencida disso, a não ser que sejam afectadas a um dos comandos «protegidos», a alguns quilómetros dali, «protegidos» porque lá o trabalho é – um pouco – menos penoso, o frio menos cruel. O frio, o terror de Simone, já tão friorenta quando era pequena. «No Inverno, aqueles que não morrerem sofrerão a cada minuto de cada dia: desde a manhã antes da alvorada até à distribuição da sopa da noite, deverão manter os músculos contraídos permanentemente, saltitar ora num pé, ora no outro, enfiar as mãos debaixo das axilas para resistir ao frio. Deverão gastar uma parte do seu pão para arranjar luvas, e perder horas de sono para remendá-las quando estiverem descosidas. Como já não poderemos comer ao ar livre, teremos que tomar as nossas refeições no barracão, em pé, sem nos podermos encostar aos beliches visto ser proibido, num espaço respectivo de alguns centímetros quadrados de chão. As feridas das

86 nossas mãos voltarão a abrir-se, e para conseguir um penso, será necessário todas as noites estar na fila durante horas, em pé na neve e ao vento¹.» O que fazer para não morrer, «o verdadeiro objectivo da batalha aqui, porque cada morte é uma vitória do SS²». Como sobreviver? A pergunta atormenta-a. Será que Simone se apercebe que o seu brilho, a sua beleza podem apresentar-se como o último escudo que a protege, que a salvaguarda da fúria assassina dos 3 000 funcionários e guardas de Auschwitz-Birkenau, na maior parte sádicos, por vezes corrompidos, no único campo de exterminação que, durante os últimos meses de 1944, funciona ainda plenamente? Será que a estética ainda tem algum papel na «casa dos mortos»?

Logo no primeiro dia, quando os SS mandaram esboçar alguns passos de dança ao *petit rat de l'Ópera*, uma *kapo* polaca, presente durante a inspecção, reparou em Simone. «Ela ficou siderada, nota Anne-Lise Stern. “E tu, perguntou-lhe ela, não sabes fazer nada de especial, música talvez? Precisamos de músicos para a orquestra do campo.” Simone respondeu “não”. Ela queria ficar connosco, com a mãe e a irmã, quando teria podido tão facilmente aproveitar-se da sua fisionomia, da sua particularidade: ter uma aparência tão pouco judia.» E algumas sobreviventes do bloco 9 evocam, os olhos sempre cheios de lágrimas

1. Raul Hilberg, *ibid.*

2. Robert Antelme, *ibid.*

cerca de cinquenta anos mais tarde, «essas raparigas de cabelo encrespado, beijudas, malfeitonas». Irritam tanto os carrascos que as suas hipóteses de sobreviver diminuem ainda mais. Stenia, a *kapo* polaca, interessa-se por Simone. Na medida em que «interessar-se» ainda tem algum sentido em Auschwitz... «De um lado como do outro, nas prisioneiras como nos guardas, subsistiam por vezes alguns sentimentos, certifica Marceline Loridan. Não nos tínhamos tornado animais. Teria sido tão mais simples acreditar no contrário.» Que uma mulher seja sensível à beleza de uma outra mulher num campo de mulheres faz nascer, nos outros, aqueles que não viveram em Auschwitz, a suspeita de homossexualidade. Impossível desfazer-se disso; inconcebível falar disso como de qualquer outro assunto. «Ainda hoje, temos de gritar para nos justificarmos por ter sobrevivido: “Não, eu não fui para a cama com nenhum SS nem com mulheres *kapos*.” A nossa realidade tornou-se o fantasma de alguns outros», nota Anne-Lise Stern. Esta realidade resume-se ao «indizível de uma deportada» – a fórmula é de Simone Veil –, tudo o que nós somos incapazes de ouvir, tudo o que elas nunca estarão aptas a enunciar com clareza, palavra ingénua na nossa boca, na nossa caneta. Sim, um grupo de *kapos* homossexuais exercia sevícias em Birkenau. Talvez até Stenia a Polaca – uma «verdadeira cabra», asseguram as sobreviventes – fizesse parte desse grupo. Mas Simone, Marceline, Anne-Lise, as outras «mais novas» do barracão nunca se prestaram ao jogo. «Vivíamos como casal, claro, refere Marceline Loridan. Isto queria dizer que partilhávamos o pão, que tentávamos organizar-nos juntas. Nada mais. As «mais velhas», de vez em quando, expulsavam-nos: falavam de sexo. Eu perdia sempre a minha amiga; ela morria. Então acabei por preferir o trio ao par. Simone não entrava na nossa lógica: ela estava com a mãe e Milou.»

A quarentena a pontos de terminar, cada uma teme ser afectada a um comando extenuante, o das minas de carvão por exemplo. «A Polaca tinha piedade de mim, testemunha Simone. “És demasiado jovem e demasiado bonita para morrer aqui, disse-me ela. Vou fazer alguma coisa por ti: irás para um pequeno comando, em Bobrek, perto de Birkenau. Lá, a vida será menos dura.” Repliquei imediatamente que não estava sozinha, que não abandonaria a minha mãe e a minha irmã. Havia a possibilidade de enviar cinco mulheres para Bobrek. Partimos as três.»

Com alguma inveja, uma camarada faz o seguinte reparo a Milou: «Têm sorte

em ir para lá. A nós, vão-nos enviar todas para o gás.» Ir para o gás: uma fórmula corrente na boca das Francesas de Birkenau. Escapar ao gaseamento, mas também às experimentações médicas. «O médico chefe do campo, Wirths, interessava-se principalmente pelo cancro do colo do útero e pelas suas fases preliminares. Lançou a sua própria série de experiências em adolescentes dos dezassete aos dezoito anos e em mães tendo ultrapassado os trinta¹. Ora Yvonne e Simone respondem aos critérios de Wirths.

88 Bobrek, depois de Birkenau: um oásis! O rumor tinha aliás chegado aos barracões: em Bobrek, os deportados escapam às pancadas e, sobretudo, à chamada interminável. Lá, a chamada é «curta». Em Bobrek, eles trabalham abrigados por um tecto, numa sala aquecida. Como que uma reminiscência do luxo... Os detidos «políticos» – os comunistas em particular – fazem pressão sobre os SS para controlar Bobrek. É graças a isso que Tola Glowinski, a melhor amiga de Yvonne, volta a encontrar as três Jacob. Simone constata o quanto Yvonne anda cansada, no limite do esgotamento. Sofre com a cicatriz que ficou da operação à vesícula biliar; talvez já esteja atingida pelos primeiros estigmas do tifo que assola o campo. Simone e Milou informaram-se: Bobrek está equipado com uma enfermaria, o médico trata dos doentes. Não tem instruções para acabar com eles o mais depressa possível, como é o caso em Birkenau. Esta bondade nada deve ao acaso: Bobrek está colocado sob o controlo da indústria alemã. «Os técnicos que nos comandam não são anjos, longe disso, mas querem acabar a construção da fábrica. Opõem-se então a que se abata um prisioneiro no local de trabalho: façam isso no campo, não aqui².» Em 1943, o grupo industrial Siemens tinha decidido transformar um depósito desafectado de Bobrek numa fábrica de material eléctrico e de ferramentas. Desde então, 250 prisioneiros são para lá destacados permanentemente e, entre eles, umas trinta mulheres. A maior parte delas está encarregada de cuidar da horta. Os Alemães estão atentos ao aspecto do campo. Yvonne, Milou e Simone ficam a saber maravilhadas que aqui só se trabalha domingo sim, domingo não. O cheiro pestilento de Birkenau apagou-se. A sopa é mais espessa, mais rica, com algumas batatas. É inútil estripar-se para comer, arranhar-se até sangrar para conseguir uma concha suplementar. «No entanto, após alguns dias passados aqui, eu disse à mamã que, se isto continuasse assim, queria

1. Raul Hilberg, *ibid.*

2. Ferdinando Camon, *Conversation avec Primo Levi*, Gallimard, 1991.

voltar para Birkenau. A pressão sexual que os prisioneiros tentavam exercer sobre mim era insuportável.» Separados por um gradeamento todo o dia, os homens e as mulheres de Bobrek cruzam-se no refeitório, na cozinha. «Éramos jovens, menos miseráveis do que em Birkenau, tanto no plano material como moral, admite Paul Schaffer, um prisioneiro de Bobrek que se ligará às Jacob. Simone era de uma extraordinária beleza e não podíamos ignorá-la, a sua silhueta altiva, o seu olhar doce e severo, a passagem permanente de um ao outro. Algumas mulheres viviam ao nosso lado: para nós, era um verdadeiro consolo. Para elas também. A natureza voltava ao de cima. Até projectos de evasão renasciam em nós.» Simone, ainda longe de tudo isto, sente no entanto essa emoção, esse gosto pela vida reencontrada: a 13 de Julho de 1944, festeja os seus dezassete anos. O seu vizinho de mesa oferece-lhe a sua ração de sopa. «Um admirável presente», diz ela. É no entanto incapaz de pensar num qualquer projecto. À medida que os dias e as semanas vão passando, ela apercebe-se que Yvonne não pára de enfraquecer. A mãe precisa de açúcar. Introduce-se na cozinha para surripiar alguns gramas. Um SS vê-a, espanca-a, metodicamente. «Não senti nada, absolutamente nada.» Teve a presença de espírito de esconder o açúcar. O resto, as pancadas, a dor, nenhuma importância... A 31 de Dezembro de 1944, Yvonne, Milou, Simone e Tola festejam juntas a passagem de ano. «Já havia alguns dias que poupávamos nas nossas rações para fazer um “belo” jantar, recorda Tola. A história acelera-se. Elas sabem que os Soviéticos se aproximam de Auschwitz, que desencadearam a ofensiva geral. Quando chegarão? A 16 de Janeiro de 1945, uma esquadilha de aviões marcados com a estrela vermelha bombardeia o campo. No dia seguinte, os Alemães decidem evacuar os 31 894 deportados de Auschwitz-Birkenau. Os 236 de Bobrek estão incluídos na contagem. Porquê esta transferência? Com que objectivo? Reagrupar os Judeus nos campos de concentração do Reich, no interior das fronteiras alemãs, para que sirvam de mão-de-obra à indústria de guerra. Uma prova suplementar da incoerência da burocracia nazi convencida de que a vitória ainda é possível. «Tínhamos a certeza de que os Alemães estavam a perder a guerra, certifica Marceline. Também tínhamos a certeza de que nos matariam até ao último. Sentíamos o fim e que não conseguiríamos escapar.» Os Alemães, esses, tinham decidido que elas avançariam. A marcha da morte.

90 A 17 de Janeiro, os detidos de Bobrek recebem a ordem de destruir tudo, a

fábrica e o bloco. Tola Glowinski: «No dia seguinte, dia 18, era o aniversário do meu último bebé. Eu não sabia onde ele estava, se tinha sobrevivido. Com Yvonne, Milou e Simone, não sabíamos o que fazer, rir ou chorar. Inicialmente dizíamos que os SS não correriam o risco de deixar sobreviventes para contar. Depois, achávamos que talvez, uma vez mais, conseguiríamos escapar. Durante toda essa noite, Simone aqueceu-se nos meus braços.» Caminhar. A temperatura desse dia 18 de Janeiro: 30 graus negativos. Caminhar. De tamancos, sobre a neve. Caminhar até Buna, a fábrica de borracha sintética instalada no perímetro de Auschwitz-Birkenau, a uns dez quilómetros. «Ajudávamos os mais fracos. Os que já não aguentavam eram abatidos imediatamente com uma bala na cabeça», conta Tola Glowinski. De Buna, são 14 000 detidos de Auschwitz a tentar chegar a Gleiwitz, 90 quilómetros mais à frente. Caminhar ainda, uma noite inteira e mais uma manhã. Simone: «Era preciso ter a coragem – ou o egoísmo – de não tentar salvar os outros. De defender a nossa comida, o cobertor que tínhamos por cima, de impedir os outros de se agarrarem a nós. Num dado momento, senti alguém que se pendurava a mim. Estava tão cansada que nem procurei desvencilhar-me dele. Suportei esse peso. Alguém, atrás de mim, desprende essa pessoa, e disse-lhe: “Agarrando-se assim, são as duas pessoas que caem, as duas que morrem.”» Tola Glowinski: «Yvonne já não conseguia avançar. E de repente, assisti a uma cena incrível: ela ergueu-se, manteve-se direita, caminhou como se o cansaço tivesse desaparecido. Yvonne não queria que as filhas carregassem com ela, que se extenuassem, ainda mais com o único objectivo de a proteger.» Os homens da Siemens seguem passo a passo a interminável fila. Não desistiram da sua tarefa: conduzir o grupo para uma fábrica próxima de Berlim. Chegados a grande custo até Gleiwitz, os deportados têm a esperança, durante quarenta e oito horas, que os SS os abandonem aí. Simone Veil: «A atmosfera era dantesca, os SS estavam

91 aterrorizados só de pensar que os Soviéticos pudessem capturá-los. No entanto, eles obstinavam-se ainda a seleccionar e fuzilar, à falta de câmara de gás.» Elas são então amontoadas nas plataformas dos vagões para gado. Atravessar a Checoslováquia, a Áustria, a Alemanha. Viagem a céu aberto, rostos lacerados pelo vento. Elas alimentam-se da neve que cai e os mortos, cada vez mais numerosos, são de imediato atirados para a vala. Chegam ao campo de Dora, na Alemanha. Outras são desembarcadas em Dachau, Ravensbrück, Mauthausen ou

Buchenwald: 300 quilómetros de horror. «Tenho a lembrança de um duche gelado num sítio rodeado de gelo», diz Tola Glowinski. Só os homens ficam em Dora. Yvonne, Milou, Simone e Tola são então enviadas para o campo de Bergen-Belsen, perto de Hanôver, no Noroeste da Alemanha. Numa semana, em meados do mês de Fevereiro de 1945, 28 000 Judeus chegam a Bergen-Belsen. Entre eles, Marceline Loridan que reencontra, finalmente, Simone: «No início, eu respiro. Imaginem: não há crematórios... Rapidamente me apercebo que Bergen é o horror: nada para comer, cadáveres por todo o lado, pilhas de mortos, e os SS que não conseguem queimá-los de tantos que são.»

«Em Bergen, quando a morte era recente, ainda podíamos fechar-lhes os olhos. Depois, o frio impedia-o. E um cadáver que olha para nós...» Tola Glowinski até estremece. «O campo estava coberto de corpos humanos em decomposição, testemunha o general Glyn Hugues, presente em Bergen-Belsen no dia da Libertação. As fossas das canalizações estavam cheias de cadáveres, e nos próprios barracões os mortos tinham lá ficado, por vezes confundidos com os vivos, na mesma cama. Nos barracões mais lotados, 600 a 1 000 seres humanos estavam amontoados onde havia apenas lugar para 100. Num dos barracões do campo das mulheres, onde estavam alojadas as doentes de tifo, não havia camas. As mulheres estavam deitadas no próprio chão e estavam tão fracas que mal se podiam mexer...» Outro testemunho, do escritor Louis Martin-Chauffier: «vinte e dois mil cadáveres nus apodreciam no meio dos blocos degradados. Seria mais correcto dizer que secavam porque desses corpos contorcidos só restava pele e osso. [...] Já não havia vidros nas janelas, nem as armações das camas, nem enxergões. Apenas uma sala despojada onde fervilhavam milhares de piolhos.»

Nesse sítio, Yvonne perdeu a esperança de regressar. Ultrapassou a provação de Birkenau, suportou a marcha da morte. Mas Bergen-Belsen era demais, o tifo corrói-a, e os libertadores, ingleses ou soviéticos, não chegariam suficientemente depressa. «Num momento de lucidez, pediu-nos para nos aproximarmos dela, a Simone e a mim, contará Milou. Ouvi esta frase: “Nunca queiram o mal aos outros, sabemos demasiado bem o que isso é.”» Na manhã de 25 de Março de 1945, Yvonne não acorda. Simone não está lá, está a trabalhar na cozinha, no sítio onde a colocou a inevitável Stenia. No seu regresso, Milou diz-lhe: «A mamã morreu. É muito melhor assim, ela estava tão doente.» O que se passa nas horas,

nos dias que se seguem? Simone não sabe, nevoeiro opaco: «Estávamos num tal estado que já nem podíamos contar os dias.» Milou está convencida de que Simone não suportará o desaparecimento de Yvonne: «Ela já não queria viver», afirmar a irmã mais velha. Pelo contrário, Simone tem a convicção de que o destino da irmã depende dela: «Ela estava tão desesperada que, se eu não a tivesse vigiado e obrigado a comer, ela não teria sobrevivido.» Simone e Milou ficam, também elas, doentes com tifo.

A 17 de Abril de 1945, os soldados ingleses libertam Bergen-Belsen. Na véspera, os SS tinham fugido. Regressaram, não sabendo para onde ir.

Nesse dia, Simone Jacob trabalha com meia dúzia de desgraçados fora dos arames farpados. Assustados com o estado sanitário do campo, os oficiais britânicos proibem-nas de entrar. «Eu queria ir ter com Milou, passar este momento com ela. Negocieei com os Ingleses, em vão. Tentei esgueirar-me por debaixo dos arames farpados, em vão. Tive de aguardar algumas horas. Não poder partilhar este instante de esperança com Milou privou-me de todos os sentimentos que poderia ter experimentado.» Uma libertação falhada, estragada.

Em Bergen-Belsen, Simone cruza-se com a mulher de Julien Reinach, o esteta
93 da vivenda Kerylos. A beleza? Será que ainda existe? Será que ainda tem algum sentido, depois de Auschwitz: 75 000 Judeus cumpriram a viagem Drancy-Auschwitz, regressaram apenas 2 500. Na rampa de Birkenau, Gaston Heftler murmurava ao ouvido da filha Nadine: «Sabes, se escapares, isto foi uma belíssima escola¹.»

Como é que Simone poderia não pensar nesta observação de Primo Levi: «Não creio ter-me tornado melhor. Percebi algumas coisas, mas não me tornei bom.»

7

Para lugares desconhecidos

95 André Jacob reencontra o filho Jean num dormitório de Drancy, dia 21 de Abril de 1944. Fica a saber que a mulher e as duas filhas «partiram» há uma semana. Vinte e quatro dias mais tarde, a 15 de Maio de 1944, o comboio 73 alinha

1. Nadine Heftler, *Si tu t'en sors*, La Découverte, 1992.

os seus vagões selados com chumbo ao longo dos cais da estação de Paris-Bobigny. André e Jean estão entre os 878 Judeus retidos. Não escapa a nenhum dos deportados que o seu comboio é de um tipo particular: Brüner, desta vez, apenas ficou com os homens, 866 adultos e 12 adolescentes. O comboio não está de modo algum programado para parar na rampa ferroviária de Auschwitz-Birkenau. Contudo, os arquivos da Secção Anti-Judaica da Gestapo não são rigorosos relativamente a este comboio. Brüner estará a organizar uma «partida-represália», estando então os 878 Judeus prometidos a uma morte ultra-rápida? Ou terá o comandante do campo de Drancy recebido um pedido imperioso de braços para um sector «prioritário», reclamando com urgência trabalhadores? Quinze vagões e uns sessenta prisioneiros por vagão. Três dias e três noites de uma viagem esgotante e já numerosos mortos. A sede. O comboio pára em Kaunas, na Lituânia, dia 18 de Março: cerca de 350 homens são então fechados no forte da cidade. Os outros prosseguem o seu périplo até Reval, uma cidade da Estónia chamada actualmente Talim. Estes são enfiados numa prisão e depois numa caserna. Será que André e Jean desceram em Kaunas? Em Reval? Terão conseguido ficar juntos? Nenhum indício, por ténue que seja, permite avançar a menor hipótese. Em Kaunas, vinte e quatro horas depois da chegada, os SS exigem a uns sessenta detidos que se dispam. «Compreendendo o que isto significava, atiraram-se aos SS, desarmaram alguns. Houve um tiroteio. Os

96 prisioneiros corriam em todos os sentidos, mas encontravam-se numa câmara de betão. As balas rebentaram com alguns miradouros do forte¹.» Os outros trabalham a turfa no campo de Projanowska. «As condições eram horríveis e 160 de nós foram fuzilados.» Uma vez por semana, 50 a 60 deportados eram levados para um «lugar desconhecido». A morte certa, já ninguém se deixa enganar. Depois da Libertação, dia 27 de Dezembro de 1945, o tenente-coronel R. Marquié, chefe interino da missão francesa de repatriamento na URSS, redige uma nota para Moscovo que conclui da seguinte forma: «Ressalta com toda a certeza do conjunto dos testemunhos recolhidos que não houve uma única pessoa que saísse viva do forte de Kaunas.» André e Jean terão sofrido esse calvário?

Em Reval, os SS adoptam o mesmo dispositivo, uma idêntica estratégia de

1. Narração de Pavilas Tcherekas, testemunha da cena, reportada por Serge Klarsfeld, *Le Mémorial de la déportation des Juifs en France*, 1978.

liquidação rápida mas escalonada. Um detido, Asmanoff¹, testemunha: «Seis dias depois da chegada, os SS levam 60 de nós para “trabalhar”. Não os voltámos a ver.» Os homens de Reval são arrancados da prisão para trabalhar na reconstrução de pistas de um campo de aviação ou numa pedreira. Dia 14 de Julho, 200 deles partem por sua vez, para «trabalhar» na floresta. Dia 14 de Agosto, uma centena de doentes é «evacuada», isto é, liquidada. «Uma vez por semana, os SS vinham buscar uma dezena de camaradas e só traziam cinco de volta à noite. Sabíamos que os outros eram mortos à paulada», sublinha Guy Sarnier². Testemunho de Léon Schreck³: «Um dia, no final do mês de Julho de 1944, por volta das 6 da manhã, um destacamento de SS apresentou-se no nosso barracão e designou 20 deportados para, supostamente, ir abater árvores numa floresta situada a cerca de um quilómetro do campo. Todos estes camaradas foram fuzilados antes do meio-dia, porque nenhum deles regressou para almoçar. Este vaivém continuou durante três semanas.

97 André? Jean? Mortos. Como? Onde? Eles eram 878 no comboio 73, regressam 17.

Esses lugares, Kaunas e Reval, estes raros pormenores, estas precisões, Simone só os conhecerá quarenta anos mais tarde. Os nazis até conseguiram «roubar» os mortos aos Judeus, proibir aos sobreviventes o apaziguamento do luto.

Do seu irmão Jean, Simone Veil é, ainda hoje, incapaz de falar.

1. Citado por Serge Klarsfeld, *ibid.*

2. *Ibid.*

3. *Ibid.*

3.2. Translação: entre obstáculos e soluções

Toute langue édifie une muraille [...]. Elle se fait secrète vis-à-vis de l'étranger et créatrice de son propre univers.

George Steiner

Apesar de estar em presença de duas línguas próximas, o francês e o português, inúmeras vezes me debati com esta situação: «Je comprends ce texte mais je ne vois pas comment le reformuler dans ma langue maternelle» (Steiner: 479). De facto, para além de um código linguístico, semântico e fonético, toda a língua é portadora de uma cultura – seja ela política, histórica ou geográfica –, que a distingue necessariamente de outra. Procurei transpor a muralha edificada pela língua de origem e desvendar os seus segredos para, aqui, dar conta do universo do outro, «negociando» (Eco: 113) vários riscos, ainda que conscientes.

Equivalentes lexicais: sinonímia, homonímia, polissemia e neologia

Logo na primeira página da narrativa surgiram diversos problemas e de ordem variada. Assim, na frase *Quand on me demande quelque chose, mon premier réflexe, c'est de répondre non* (p. 13), que aparentemente não levantaria qualquer dificuldade, colocou-se a questão de saber se o verbo “demander”, a que em português correspondem duas unidades semânticas distintas, deveria ser traduzido por “perguntar” ou “pedir”. Apesar de a frase estar ainda completamente descontextualizada, pois encontramos apenas no início da obra, a escolha pendeu para o verbo “perguntar”, uma vez que estamos habituados à associação pergunta/resposta, palavras que aliás se encontram no mesmo enunciado. Contudo, a dúvida persistiu. Só depois de uma leitura integral, que permitiu uma apreensão global e um conhecimento mais profundo da

personagem biografada, consegui ultrapassar a escolha automática para dar lugar a uma opção mais consistente. Simone Veil é uma pessoa de convicções, que necessita de passar por uma interiorização dos factos, que se compromete apenas com aquilo em que acredita. Logo, o “non” é *un premier réflexe*, a verbalização de uma pausa entre a pergunta e a resposta, em suma, um momento de reflexão. Para além disso, o carácter humanista desta personagem não se coadunaria com o verbo “pedir”, de âmbito semântico muito mais restrito.

Ao contrário do exemplo anterior, a frase *Simone, il ne faut pas dire : “J’ai raté mon train.” Un train, Simone, on le manque* (p. 13) justapõe dois espaços semânticos em francês aos quais corresponde uma única realização lexical em português – “perder o comboio”. Tratava-se, pois, de encontrar uma solução que permitisse combinar, «avec plus ou moins d’art, des tournures empruntées au passé de la langue, au répertoire de ceux qui l’ont illustrée avec succès» (Steiner: 464). Apesar de a solução encontrada não ser a ideal – *Simone, não se deve dizer: “Deixei escapar o comboio”. Um comboio, Simone, perde-se.* –, parece-me que ela dá conta da exigência de erudição do pai, *missionnaire de la langue française, dont il ne supporte pas la plus insignifiante altération* (p. 23), permitindo ao leitor português perceber que existem diferentes registos de língua contidos no enunciado.

Enquanto, na primeira situação, tínhamos uma ambivalência semântica e na segunda, uma referência linguístico-cultural, a expressão *Ils ont compris le «truc», ce rapport de force et d’amour établi entre ces deux-là* (p. 13) problematiza uma questão meramente lexical. “Truc” é uma palavra *passé-partout* e, por isso, poderia ter como equivalente linguístico os termos “a coisa” ou “o coiso”. Contudo, se estas duas expressões, pela sua abrangência semântica ou esvaziamento sémico, melhor se aproximariam do original, a verdade é que estes dois lexemas utilizam-se, sobretudo,

para objectos e não para comportamentos e posturas. Assim, e tendo em consideração a «lateralidade» (Barrento: 22) e não a literalidade, julguei mais adequado restringir o âmbito semântico do original “truc”, propondo uma expressão lexical mais consentânea com aquela que perpassa neste contexto. Apresentaram-se, então, duas outras hipóteses em alternativa: os termos “jogo” ou “esquema”. Ora, para proceder a uma «sélection contextuelle» (Eco: 34), convém lembrar que os «sinónimos definem espaços semânticos diferentes», que orientam o trabalho do tradutor. A «solução intencional» (Barrento: 244) recaiu sobre o segundo, por razões semânticas que a consulta do dicionário legitima. Se, por um lado, a noção de “jogo” salienta o carácter competitivo da actividade, o qual se conformaria com a personalidade rebelde da biografada, por outro, o lexema conota esta mesma actividade com um cariz “lúdico”, o que contextualmente a exclui. Pelo contrário, o termo “esquema” abarca todo o universo semântico dessa relação de força que se estabeleceu entre pai e filha, em que nenhum dos dois quer ceder. Neste caso, optei não tanto por uma «équivalence [ou] réversibilité» semântica mas por uma «équivalence fonctionnelle» (Eco: 99), pretendendo-se com isso produzir no leitor do TC um efeito similar ao do texto original.

Partindo, então, do princípio que o texto é um corpo coeso e coerente, as traduções propostas afiguram-se determinantes para outras escolhas translatórias. É justamente o que acontece com *pour obtenir une quelconque autorisation, mieux vaut dépêcher Simone au feu* (p. 13), que coloca, segundo Corinne Wecksteen (p. 112), uma «question de connotations culturelles». A translação da expressão “dépêcher au feu”, que de maneira nenhuma poderia ser traduzida à letra, uma vez que não tem um sentido denotativo, implicou passar por um processo de descodificação que apreendesse o que o outro quis significar. Manter a “fidelidade” ao texto pressupunha, então, encontrar uma equivalência cultural que reproduzisse o mesmo sentido do TP. Como atrás referi, a

ligação entre Simone e o pai é tumultuosa, estamos perante dois adversários que sistematicamente medem forças, portanto, considereei pertinente desdobrar a isotopia bélica, criada com a escolha do lexema “esquema” e que se prolonga aqui na expressão “mandar para o **campo de batalha**”.

Sendo o verbo o núcleo de uma frase, e esta apenas uma ínfima parte de um universo textual, não poderia deixar de referir esta categoria gramatical. O campo seleccionado será o dos verbos usados recorrentemente no discurso de Szafran (e que, apesar de terem um equivalente, nem sempre foram traduzidos da mesma forma) e aqueles que não têm qualquer correspondência directa em português. Começemos pelo verbo “**confier**”, cujo correspondente lexical será “confiar”. Ainda que, na LC, também possa ser entendido como “comunicar alguma coisa a alguém”, o facto é que este uso é pouco vulgar, sendo mais comuns as acepções “ter confiança em alguém” ou “entregar aos cuidados de alguém”. Ora, no TP, este verbo ocorre sistematicamente como sinónimo de “dizer”, para utilizar uma definição lata. Com o intuito de manter alguma proximidade semântica, recorri então ao verbo “confidenciar” que encerra na sua etimologia a ideia de “confiança”. *«Et nous ne parvenions toujours pas à les croire», confie Simone. (p. 77) / «E continuávamos a não conseguir acreditar neles», confidencia Simone.* Se este verbo foi sempre traduzido pelo mesmo termo, outros tiveram manifestações diferenciadas de acordo com o contexto em que foram surgindo, pois acredito que «la signification est à tout moment le total potentiel d’adaptations individuelles» (Steiner: 277). No entanto, e apesar das várias realizações lexicais encontradas, será transcrito apenas um exemplo para cada caso de transgressão.

Assim, “**renoncer**” (“renunciar”) afasta-se por vezes do uso que lhe é dado na LC. De facto, não diremos “renunciar aos estudos”, preferimos antes verbos como “desistir”, “abdicar”, “largar” ou “abandonar” – *Jean annonce qu’il renonce à ses études. (p. 35) /*

Jean anuncia que desiste dos estudos. “Apprendre” (“aprender”) é uma palavra rica de sentidos em francês. Pelo contrário, em português, o termo equivalente tem uma abrangência mais limitada. Daí a necessidade de recorrer a outras soluções (“ficar a saber”, “informar”), para permanecer fiel ao TP – Il apprend que sa femme et ses deux filles sont «parties» depuis une semaine. (p. 95) / Fica a saber que a mulher e as duas filhas «partiram» há uma semana. Se houve situações pontuais em que “signifier” (“significar”) manteve o correspondente directo, a verdade é que na maior parte das vezes socorri-me de outros verbos (“transmitir”, “mostrar” ou “dizer”) para, com mais rigor, respeitar o sentido original – Le rapport? Aucun, une manière parmi tant d’autres de signifier qu’il n’est pas de condition humaine plus misérable que celle d’un Juif à Auschwitz. (p. 79) / A lógica? Nenhuma, uma forma entre tantas outras de mostrar que não existe condição humana mais miserável do que a de um Judeu em Auschwitz. Por sua vez, “convenir” (“convir”) nunca foi traduzido pelo seu equivalente imediato, pois em momento algum dava conta do seu sentido original: “admitir”, “reconhecer como verdade” ou “confessar” – Ça nous énervait beaucoup, convient Boletti (p. 68) / Isto enervava-nos muito, confessa Boletti. À semelhança do verbo anterior, “afficher” (“afixar”) também nunca foi transposto para a LC na sua primeira acepção. Isto porque, no texto original, este verbo carrega consigo um sentido de ostentação, associado a pessoas, que o verbo “afixar” não tem, daí ter recorrido aos termos “ostentar”, “exibir” ou “manifestar”. No exemplo que a seguir apresento, só foi evitado o verbo “ostentar” para fugir à colisão com o substantivo da mesma família – les nouveaux venus s’affichent avec trop d’ostentation (p. 30) / os recém-chegados exibem-se com demasiada ostentação. O verbo “préciser” é, sem dúvida, aquele que tem o número mais elevado de ocorrências no texto e, por isso mesmo, também o maior número de possibilidades (“precisar”, “advogar”, “sublinhar”, “esclarecer”, “comentar”, “referir”,

“notar”, “certificar”, “assegurar”, “dizer”, “contar” ou “afirmar”). O equivalente literal foi utilizado em situações excepcionais, quando o contexto não deixava pairar qualquer dúvida semântica (“indicar com precisão”). Porém, “precisar” surge com frequência, no texto, reportando-se ao verbo “falloir” ou à expressão verbal “avoir besoin”. Escolhi, como exemplo, o verbo com o sentido mais abrangente que, apesar da sua falta de *précision*, me pareceu ser a opção mais adequada – *Tu es trop jeune et trop jolie pour mourir ici, m’a-t-elle précisé.* (p. 87) / *És demasiado jovem e demasiado bonita para morrer aqui, disse-me ela.* O que prova bem que «l’éventail des significations pertinentes n’est pas d’emblée évident. On a besoin de sentir [le texte...] pour mesurer le poids des termes-clé» (Steiner: 255).

Esta asserção torna-se tanto mais pertinente quando se trata de palavras que não apresentam qualquer correspondência semântica em português, como é o caso dos verbos: “**bridger**”, “**arpenter**” e “**rafler**”. Foi necessário proceder a uma apreensão do seu sentido e a uma interpretação do contexto em que surgem, de modo a possibilitar uma actualização do texto original na LC. O primeiro caso não levantou grande dificuldade, visto termos o substantivo “bridge”. Para o transformar em acção, bastava acrescentar-lhe um verbo. Tratando-se de um jogo de cartas, a associação ao verbo “jogar” foi imediata, o que me levou à expansão do termo de origem – *Les Gluge, les Lippmann et les Jacob bridgent ensemble* (p. 19) / *Os Gluge, os Lippmann e os Jacob jogam bridge juntos.* Já o verbo “arpenter” exigiu uma estratégia de tradutibilidade distinta. Antes de mais, e uma vez que provém do substantivo “arpent” (antiga medida agrária), conhecer o seu sentido exacto: “medir terrenos” (não permitindo o contexto esta translação) ou “percorrer a passos largos”. Tratava-se, pois, de optar ou pela redução da perífrase verbal ou pela manutenção da sua realização parafrástica. Apesar de a expansão ser um processo de assimilação, pareceu-me que esta era mais fiel ao

original, pois o verbo francês está intimamente associado a um contexto rural, enquanto “percorrer” esbate esta ligação à terra, que é contudo resgatada contextualmente pelo locativo “mont Bormon” – *les éclaireuses arpentent les chemins du mont Bormon* (p. 26) / *as escuteiras percorrem a passos largos os caminhos do monte Bormon*. Finalmente, e apesar de constar uma única vez enquanto verbo pleno, julgo pertinente assinalar aqui o adjectivo verbal “raflé”, dada a sua importância histórico-cultural no contexto francês. Neste ambiente de guerra, “rafler” reporta-se a uma operação policial (Gestapo ou Milícia Francesa) de detenção em massa, executada de improviso e com rapidez. Ora, em nenhum dos casos ocorridos no texto consegui transmitir para o TC este sentido global, tendo-me por isso restringido a escolhas menos expressivas como “detidos” ou “apanhados”. De facto, «como fazer passar para português todos os ingredientes de sentido, pragmáticos e culturais» (Barrento: 29) de um termo como este? Como não falhar? Julgo que o meu fracasso é, contudo, atenuado pelo próprio contexto frásico, uma vez que a explicitação numérica compensa, quase sistematicamente, as limitações sémicas da LC – *Mais prennent-ils pour autant conscience que le sort des 130 000 Pollacks, pour partie raflés par la police française* (p. 42) / *Mas será que, agora sim, tomam consciência que a sorte dos 130 000 Pollacks, em parte apanhados pela polícia francesa*.

No texto traduzido, serão encontrados os termos “**patriotista**”, “**totemizada**”, “**pétainista**” e “**gestapista**”, os quais não constam no dicionário da língua portuguesa e, por isso mesmo, julguei tratar-se de neologismos. Contudo, e percorrendo a Internet, apercebi-me que outros já os tinham criado. Não legitima mais o seu uso, pois a Internet é fonte de todo o conhecimento e o seu contrário, mas certamente não me dará autoridade para afirmar que criei novas palavras. Seja como for, elas surgem num determinado contexto e por alguma razão as escolhi. Passo a explicar. Na expressão

Papa, c'était un patriotard-revanchar (p. 28), o termo destacado teve, inicialmente, o correspondente literal “patrioteiro”. Porque se diluía o jogo de palavras e se apagava a sonoridade, resolvi fazer uma pequena entorse lexical à língua, preservando desta forma a homofonia – *O papá era um patriotista-revanchista*. No que respeita ao lexema “totemizada”, ele aparece por decalque da formação de palavras na língua portuguesa (“localizada”, por exemplo, provém do substantivo “local”) e, assim, “totem” deu origem ao adjectivo “totemizada”. De igual modo, os termos “pétainista” e “gestapista” foram criados por imitação do contexto cultural português, em que os simpatizantes de um determinado partido ou movimento político são apelidados ou a partir do nome do próprio partido (os comunistas, relativo ao comunismo) ou do seu representante (os cavaquistas, os partidários de Cavaco Silva). Ainda que a acentuação de palavras não tenha qualquer correspondência entre as duas línguas, mantive o acento agudo de “pétainista”, se bem que inexpressivo em português, por ser parte integrante de um nome próprio.

Equivalentes enciclopédicos: idiomatismos e referentes culturais

Tendo em consideração que «a cultura [se] manifesta sempre como espaço de interculturalidade e de intersubjectividade, como espaço de busca do outro, da alteridade perdida ou recalçada» (Klondy: 4), e apesar de o texto apontar para inúmeras situações enquadradas no registo cultural, apresentarei apenas alguns exemplos que me pareceram mais relevantes e que são, sobretudo, de ordem idiomática e lexical. Ao proceder à transposição linguística, procurei preservar, sempre que possível, uma similitude entre as duas línguas. Se, nalguns casos, muitas expressões idiomáticas não levantaram problemas de tradução, porque têm correspondentes também eles idiomáticos na LC, elas vêm provar que, para além de uma competência linguística, o

tradutor terá que ter um conhecimento cultural do outro. Uma tradução à letra traria apenas uma soma de palavras sem qualquer sentido, quando o texto pede um equivalente linguístico-cultural na LC, sendo, nestes casos, imprescindível optar por uma infidelidade lexical para permanecer fiel à intenção do TP. Vejamos os exemplos seguintes: *Israélite jusqu'au bout des ongles, il exprime un patriotisme exalté* (p. 16) e *les Français, dès qu'ils peuvent mettre un sou de côté, retrouvent l'esprit bâtisseur* (p. 19), traduzidos por *Israelita até à ponta dos cabelos, exprime um patriotismo exaltado* e *os Franceses voltam a ter um espírito empreendedor; logo que conseguem poupar alguns tostões*. As duas expressões mantêm na LC o campo lexical da LP, isto é, “ongles” (unhas) e “cabelos” (cheveux) estão associados ao hiperónimo “corpo”; “sou” e “tostões” remetem para a ideia de “moeda”, podendo inclusivamente serem considerados equivalentes, uma vez que ambos são termos arcaizantes. Se estas considerações são quase irrelevantes para a tradução, não deixam de ter alguma importância na medida em que nos dão uma noção da proximidade entre as duas línguas. Apesar da facilidade em encontrar equivalentes portugueses para tais expressões, a sua tradução não foi completamente linear. De facto, “**mettre de côté**” apresentou duas possibilidades: “pôr de parte” ou “poupar”. A primeira é, sem dúvida, aquela que lexicalmente melhor espelha o TP. Contudo, e dado que todo o tradutor tem direito à sua liberdade, ainda que consciente e responsável, optei pela segunda hipótese, porque traduzir «não implica [um] servilismo estéril nem [um] apego cego» (Barrento: 185), é antes uma «porta por onde o original entra para sair trans-figurado» (Barrento: 132). É reivindicando essa mesma autonomia translatória que, perante uma situação semelhante, fui levada a um procedimento distinto. Assim, se a expressão “**au bout**” poderia ter sido traduzida por “à ponta” ou “à raiz”, visto que “até à ponta dos cabelos” ou “até à raiz dos cabelos” são duas expressões correntes e aceites em português, optei

pela colagem ao TP ao escolher a primeira hipótese. Apesar de actualizar lexemas diferentes (“ponta” ou “raiz”), a verdade é que em termos culturais ambas as expressões são equivalentes. Se, para este exemplo, pesou mais uma questão semântica – “ponta” traduz melhor a dimensão excessiva da *francité* de André Jacob, enquanto “raiz” remeteria sobretudo para uma noção de origem –, a escolha translatória do verbo “poupar” prendeu-se com uma questão meramente prosódica: a tradução aproxima-se do original, mantendo um equilíbrio sintáctico que a literalização de “pôr de lado” não permitiria.

Uma vez que a linguagem também tem uma função performativa, existem situações em que prevaleceu a «eficácia comunicativa» sem, com isso, «se anular o que é próprio do outro» (Barrento: 155). Deste modo, os termos *bachelier/bachelière* (pp. 16, 17 e 36), *académicien* (p. 41), *professeur* (p. 25), *agrégé* (p. 29), *instituteurs* (p. 34) e *surveillante générale* (p. 41), conduziram a processos de tradução diferenciados, ainda que pertencendo todos ao campo semântico-lexical académico. Assim, se “bachelier” e “académicien” sugerem uma transposição literal, uma vez que encontramos, na língua portuguesa, palavras que podem ser tomadas como equivalentes directos (“bacharel” e “académico”), a verdade é que sabemos que um “bachelier” é um aluno finalista do ensino secundário e não um bacharel (aluno do ensino superior com um grau académico inferior ao licenciado) e que um “académicien” é membro de uma academia ou, no caso concreto, da Academia Francesa, e não um professor universitário. Tratava-se, então, de «encontrar uma equivalência não gramatical mas funcional de constituintes culturais específicos» (Barrento: 20). Ao proceder a uma expansão do TP – “finalista do Secundário” e “membro da Academia Francesa” – tenho plena consciência de que assimilei ao universo da LC o contexto funcional desses dois termos, rasurando assim o seu implícito cultural.

Neste contexto, parece-me igualmente relevante assinalar a palavra “professeur”, cuja tradução não levanta qualquer problema, a não ser de género, porque também ela transporta uma cosmovisão cultural. De facto, a indiferenciação genérica é marca de uma época, em que determinadas profissões eram exercidas apenas por homens, e só o contexto permitia deslindar o género – *Le professeur, éberlué, hochait la tête [...] Mlle Rougié aurait été bien en peine*. Dado que a LC procede a essa distinção, optei contextualmente pelo termo “professora”. De referir que esta uniformização genérica se manteve até há bem pouco tempo, podendo encontrar-se actualmente na língua francesa o correspondente feminino “la professeure”. Ao traduzir “agrégé” por “professor”, abduquei de uma extensão sémica do substantivo, pois para manter o seu sentido pleno, teria que recorrer novamente a uma expansão (dar a indicação de que se trata de uma pessoa que passou pela *agrégation* para obter o título de professor), tornando o texto mais pesado e sem que daí adviesse um acréscimo de informação relevante para o leitor português. Apesar de ter havido alguma perda, esta pareceu-me ser a melhor opção. De igual modo, a palavra “instituteurs”, que remete para o grau de instrução primária, foi traduzida por “professores”. A omissão foi voluntária, pois teria sido redundante dizer “professores primários”, já que o contexto – *Yvonne enseigne dans une école primaire, la plupart des instituteurs étant encore sous l’uniforme* – facultava essa indicação. A abrangência do termo em português obrigou-me a esvaziar algumas especificidades do sistema educativo francês. Finalmente, a expressão “surveillante générale” foi mantida na LP por não existir nenhuma função equivalente em português. Contudo, o leitor curioso e interessado não foi esquecido e poderá encontrar o seu significado no glossário.

Prosseguindo com os campos lexicais, ainda que a propósito de um nome próprio, a referência cultural em *sorte d’inventaire à la Prévert* (p. 71) remete para a literatura

francesa. O que fazer numa situação destas? Se, para o leitor do TP, este nome é (ainda) um referente cultural, o mesmo não acontece com a maior parte dos (hipotéticos) leitores do TC. Poderia ter efectuado uma transferência procurando um referente cultural mais conhecido do público-alvo – um poeta português que se aproximasse da ideia que o narrador quis transmitir ao escolher este poeta popular. Não o fiz. Preferi, antes, manter o desconhecido e preservar a estranheza do outro: «é essa consciência de uma hospitalidade que aceita e pratica a diferença que pode fazer da tradução um acto genuinamente democrático e não, como tantas vezes aconteceu e acontece, uma prática de instrumentalização e de “domesticação” abusiva, e mesmo violenta, do outro» (Barrento: 128). Com efeito, ao escolher um equivalente cultural português, a estranheza deixaria de ser a do universo do outro para provocar uma desfamiliarização quase aberrante e absurda no leitor do TC, pois este «sent l'étrangeté comme s'il s'agissait d'une erreur, quand le choix du traducteur [lui] semble incompréhensible» (Eco: 220).

É porque «le français est tout aussi conscient que n'importe quelle autre langue d'être un palimpseste de sous-entendus» e que «sous la surface du vocabulaire et des conventions grammaticales “publics” s'exercent des mouvements d'association vitale [et] de contenu latent» que «ceux qui n'ont pas grandi dans la langue ne [la maîtriseront] jamais à fond» (Steiner: 245). De facto, só depois de várias leituras e atendendo à minha condição de bilingue – nem soberba, nem orgulho, como diria André Jacob, pai de Simone, ainda que afastada há décadas da cultura vivida e experimentada no quotidiano, restaram vestígios de uma sensibilidade linguística e comunicativa –, foi possível confirmar ou corrigir, *a posteriori*, várias expressões encontradas ao longo dos capítulos. Se “**sans doute**” pôde, em determinados momentos, ser traduzido literalmente por “sem dúvida”, remetendo para uma ideia de certeza – *Conduite insensée au moment*

où Brünner est en chasse? Sans doute (p. 66) –, a verdade é que o texto apresenta várias situações que apontam para o sentido inverso, isto é, para a expressão da dúvida, da incerteza. Assim, nos seguintes casos – *André Jacob a-t-il pris connaissance de ces lignes amphigouriques signées Mauriac? Sans doute pas* (p. 32) e *Sans doute. Un besoin de se prouver que personne n’est en mesure de la contraindre au renoncement, à la dénégation de la vie... Certainement... Tant de motifs qui s’entrecroisent* (p. 69) –, a expressão foi traduzida por “talvez”. O segundo exemplo reforça esta convicção, na medida em que o texto apresenta uma gradação ilocutória, subentendida pelas reticências e finalizada pelo advérbio “certainement”. Do mesmo modo, o lexema “**seulement**”, geralmente traduzido por “somente”, “apenas”, “unicamente” ou “só”, necessitou de uma nova fisionomia em *Seulement, un Jacob respecte la loi de son pays même s’il l’estime d’une souveraine injustice* (p. 45). Porque «une apparente infidélité est en fait un acte de fidélité» (Eco: 17), recorri a uma expressão que me pareceu mais próxima da ideia original – *Acontece que um Jacob respeita a lei do seu país ainda que a considere uma soberana injustiça*. Esta escolha desencadeou várias alterações na frase, o que me permite afirmar que houve aquilo a que João Barrento (p. 143) chama de «correspondência dinâmica» em vez de uma «equivalência estática». De igual modo, foi necessário operar um trabalho de re-produção textual com as expressões “**à l’étage**” e “**mauvais génie**”. Na primeira, que aparece isoladamente em dois contextos diferentes – *les parents s’entassent au rez-de-chaussée et les enfants à l’étage* (p. 20) e *Mon mari prend l’initiative de la cacher dans la pièce du vide-ordures, à l’étage* (p. 70) –, a dificuldade residiu em saber de que piso se tratava: inferior ou superior. Se, na primeira frase, essa dúvida pôde ser resolvida graças ao locativo “rés-do-chão”, na segunda, não há nenhum elemento que esbata esta incerteza. Como o recurso ao dicionário não desfez a ambiguidade, foi por intuição, por ter a certeza de já ter ouvido essa expressão que

optei pela translação *no andar de cima*, negociando assim, segundo Umberto Eco (p. 451), uma solução que, a meu ver, não ofende o bom senso. Quanto à segunda, “mauvais génie” foi inicialmente traduzido à letra por “mau génio”. Sabemos que todo o tradutor lê e relê vezes sem conta o trabalho que tem em mãos e que toda a tradução é desesperadamente – e, acrescentaria, felizmente – um produto inacabado. A tradução deve sistematicamente ser confrontada com o original, «porque foi nascendo sempre muito próximo dele» e não pode, por isso, abdicar do seu «rigor semântico» (Barrento: 164). Ora, foi justamente uma (re)leitura microscópica que me permitiu traduzir *Il aurait été manipulé par Alibert, son «mauvais génie»* (p. 42) por *Teria sido manipulado por Alibert, o seu «génio do mal»*, evitando assim, atempadamente, um erro crasso que falsificaria o TP. De facto, se em vez de uma permutação lexical me tivesse restringido ao impulso (primeiro e primário) da literalidade acrítica, teria proposto “mau génio”, remetendo assim para uma pessoa de mau carácter, enquanto a ideia do original é a de um espírito mau, a de uma pessoa que tem uma influência negativa sobre outrem.

Equivalentes gentílicos, toponímicos e axionímicos

Reportar-me-ei, agora, a dificuldades que atravessam todo o texto. Antes de encetar a questão que deu nome a este capítulo, gostaria de abordar os vários problemas de tradução que o lexema “**juif**” colocou, não enquanto substantivo mas como adjectivo. Com efeito, a língua portuguesa tanto admite o recurso a “judeu/judia” como a “judaico/judaica”. Depois de várias pesquisas (dicionários, Internet, professores de História e até um pedido de esclarecimento à Comunidade Judaica Portuguesa), todas elas inconclusivas, chegámos (as três pessoas que estão a trabalhar esta obra de Szafran) a um critério: utilizar o adjectivo “judeu/judia” quando directamente associado à pessoa, e “judaico/judaica” para objectos, colectividades, conceitos, entidades ou, de uma forma

geral, situações mais abstractas. Apesar desta anuência, nem todas as escolhas foram pacíficas. Imperou então o bom senso e a intuição. Apresentarei exemplos que me parecem dar conta das várias ocorrências: *Juif, bien sûr; André Jacob est juif* (p. 14); *une famille juive* (p. 15); *une notion de race juive* (p. 41); *aux soldats juifs* (p. 43); *les principaux responsables juifs* (p. 60); «à la face *juive*» (p. 64); *avoir l'air si peu juive* (p. 86). Todos estes casos foram traduzidos por “judeu(s)” ou “judia”, pois remetem para pessoas, singulares ou colectivas, para o seu ser, geral ou particularizado. Se houve alguma dúvida relativamente a “race juive”, esta rapidamente se desfez por analogia com “povo judeu”. Nos exemplos que seguem, a opção recaiu sobre o adjectivo “judaico” (com as suas variações de género e número) e também estes não representaram grande dificuldade, na medida em que se enquadram no critério por nós adoptado – *la communauté juive* (p. 14), «valeurs *juives* essentielles» (p. 15), *la «religion juive»* (p. 41), *les affaires juives* (p. 57). Gostaria, contudo, de explicitar algumas ocorrências em que o critério não foi totalmente respeitado. Assim, em *attaquer [...] quelques boutiques «juives»* (p. 39), a translação poderia, de facto, ter sido *atacar [...] algumas lojas «judaicas»*, dado tratar-se de um estabelecimento. Duas razões levaram-me a não o fazer. A primeira prende-se com uma questão de interpretação, e «une interprétation reste un pari» (Eco: 195): a “loja” remete indirectamente para a pessoa que está à frente da casa comercial e sabemos que os perseguidores dos Judeus procuraram atingi-los por todos os meios de que dispunham; a segunda, que foi determinante, incidiu sobre a ambiguidade que a expressão em português poderia acarretar. De facto, se utilizasse a expressão “loja judaica”, poderia direccionar o leitor para um sentido diferente do que me parece ser o do original, isto é, orientá-lo para uma loja de artigos religiosos, associados ao judaísmo. Pelo contrário, «inspecter le matériel *juif*» (p. 47) poderia ter tido o equivalente «inspeccionar a

mercadoria judia» dado que, sem qualquer sombra de dúvida, remete para os Judeus. Porém, e com o intuito de reforçar o sentido de mercadoria e a desumanização infligida a todo o Judeu, preferi apostar em “judaica” de modo a realçar a sua condição de objecto. Por fim, *le service antijuif* (p. 55) foi inicialmente traduzido por «o serviço anti-judeu». De facto, o prefixo “anti”, que transporta uma ideia de hostilidade, conduziu-me a este raciocínio: um serviço contra os Judeus. No entanto, todas as outras ocorrências precedidas deste prefixo acompanham um substantivo feminino e todas elas foram traduzidas, intuitivamente, por “judaica(s)” – *Les mesures antijuives* (p. 55); *la traque antijuive* (p. 56) ou *la politique antijuive* (p. 56) -, a título exemplificativo. Uma tal constatação mereceu, obviamente, uma reflexão. E a verdade é que, ao substituir “judaica(s)” por “judia(s)”, produzia-se uma eufonia pouco elegante. Uma questão gramatical, o acordo sistemático, em género e número, entre o adjectivo “juif” e o substantivo que ele acompanha, impeliu-me a manter a decisão inicial, guardando assim o adjectivo “judaico”. Sendo o “serviço anti-judeu” um caso isolado de uso no masculino, e permitindo a LC a utilização de um ou de outro indiferenciadamente, optei, por uma questão de coerência, pela versão seguinte: *serviço anti-judaico*. Espero ter procedido a interpretações leais e não ter traído o TP, porque «c’est sur la base de telles décisions interprétatives que se joue la partie de la “fidélité”» (Eco: 198).

Debruçando-me, agora sim, sobre os gentílicos, quero salientar que, tal como no TP, mantive a maiúscula no substantivo “**Judeu**”, dado tratar-se de um povo ou de um seu representante – *reconnaissant envers ces députés de la Constituante qui [...] ont émancipé les Juifs* (p. 14). Do mesmo modo, e para uniformizar os critérios gráficos do TC, toda a referência (individual ou colectiva) a outros povos aparecerá com esse mesmo traço distintivo. Foi igualmente por esta razão que, contrariando o TP, salientei graficamente o termo “israelita”, entendido na obra como sinónimo de “Judeu” – *Les*

israélites croient éperdument aux mérites de la République (p. 15) / *Os Israelitas acreditam piamente nos méritos da República*. Os nomes de povos ou habitantes de uma localidade encontram-se, na maior parte dos casos, em língua portuguesa por terem um correspondente. Todavia, “Pollack” e “Niçois” manter-se-ão grafados como na LP. Optei por agrupá-los neste contexto, dado que também marcam uma origem, uma proveniência, em vez de os associar aos estrangeirismos franceses, como por exemplo “bac/baccalauréat” ou “francité”. Estes últimos estão assinalados na LC com o itálico, tais como outros que também se encontram no texto original (ainda que alguns sem esta marca distintiva). A título ilustrativo: “numerus clausus” ou “Pitchipoï” (expressões latina e ídiche, respectivamente), “Reichstag” (alemão), “meetings” (inglês); “Ebreo” (italiano).

Quanto aos topónimos estrangeiros, procurei, sempre que possível, uma equivalência para a LC. Será desnecessário recorrer a exemplos como *l’axe militaire Berlin-Rome* (p. 59), não havendo aqui qualquer dúvida quanto à tradução *Berlim-Roma*. Contudo, e porque se impunha traduzir referências topográficas menos familiares, apresentarei apenas alguns casos de localidades menos conhecidas no contexto cultural português e o critério translatório adoptado – *Tunis et Bizerte sont libérés* (p. 59) e *Le train s’arrête à Kovno, en Lituanie [...]. Les autres poursuivent leur périple jusqu’à Reval, une cité d’Estonie appelée aujourd’hui Tallin* (p. 95) / *Tunes e Bizerta são libertadas* e *O comboio pára em Kaunas, na Lituânia [...]. Os outros prosseguem o seu périplo até Reval, uma cidade da Estónia chamada actualmente Talim*. Se, nestes excertos, o leitor facilmente reconhecerá “Tunes” e “Talim”, cidades de destino para alguns turistas, é menos certo identificar “Bizerta”, “Reval” (actual Talim, como indica o texto) ou “Kaunas”. No entanto, e porque o fenómeno de estranheza ou desconhecimento tanto ocorre no leitor da LC como no da LP, optei pelo

equivalente português, sempre que este existisse. Quanto a “Auschwitz”, “Birkenau”, “Drancy”, “Nice”, “Verdun” ou “Katowice”, aplicou-se o mesmo procedimento, ainda que graficamente invisível, por se tratar de palavras homógrafas nas duas línguas. Registe-se, contudo, as seguintes exceções: os topónimos “Koziel”, “Szapiniec” (na Polónia) e “Projanowska” (na Lituânia) mantiveram a grafia do texto original, apenas por não ter sido possível confirmar a sua existência lexical em português. Assim, uma mesma frase pode ser apreendida como objecto de processos diferenciados de tradução quando, na realidade, o critério adoptado foi o da equivalência lexical na LC. Assim, *il avait retenu Auschwitz en raison de la proximité de Katowice, en haute Silésie* (p. 77) foi traduzido por *tinha reservado Auschwitz por causa da proximidade com Katowice, na Alta Silésia*. Foi precisamente neste «trabalho oficial» (Barrento: 240) que me apercebi que “Wansee” (bairro de Berlim) se grafa “Wannsee” quer em francês, quer em português, achando necessário, por uma questão de coerência linguística, proceder à sua correcção.

Alguns topónimos franceses, de uso banalizado na nossa língua, foram traduzidos – Marselha, Bordéus e Alpes Marítimos. Outros, por serem pouco frequentes, foram mantidos na língua original, para potenciar o efeito de estranhamento criado por uma realidade histórica e geográfica em muito distinta da do leitor português. Assim, e ainda que tenham equivalentes lexicais na LC, “Côte d’Azur” (Costa Azul), “Grenoble” (Grenobla), “Savoie” (Saboia) ou “Valence” (Valença) foram grafados na sua língua de origem. Neste critério toponímico, exclua-se a referência a “Alsace”, para a qual, embora apresente uma equivalência bastante usual em português (Alsácia), foi mantido o termo francês, aqui por uma razão diferente. Com efeito, “Alsace” surge associada a “Lorraine” e ambos evocam um momento histórico indissociável da sua radicação geográfica – *il enrage à la seule évocation de l’Alsace et de la Lorraine perdues en*

1872 (p. 16). Não teria, pois, qualquer fundamento traduzir uma das regiões e manter a outra em francês, o que poderia provocar um efeito de maior estranheza. À exceção do caso anteriormente apresentado, porque conhecido do público português, sempre que houve alusão a uma região – *venu du Puy, en Haute-Loire* (p. 68) ou *Pierre Massé, député de l’Hérault* (p. 43) –, utilizei uma perífrase de modo a esclarecer o leitor, evitando confundir-se uma região com uma cidade – *Pierre Massé, vindo do Puy, na região de Haute-Loire* ou *deputado da região de Hérault*.

Finalizando esta questão, gostaria de referir que me pareceu abusivo traduzir locais como “Quai d’Orsay”, “Opéra-Garnier” ou “Palais-Royal”, já que os dois termos de cada um destes locais surgem interligados quer pela preposição “de” quer pelo hífen. No entanto, recorri a “palácio”, no caso de *Blum apostrophé au palais Bourbon* (p. 30), visto os dois termos não funcionarem como uma única unidade lexical e, também, por analogia institucional com “palácio de Belém”. De igual modo, e porque não existe nenhum equivalente para a palavra “boulevard” e porque «il [vaut] mieux, puisque l’action se passe en France, défamiliariser un peu et laisser l’expression originale» (Eco: 221), este termo surgirá em francês ao longo do texto e sem itálico, à semelhança de todos os outros topónimos. Este efeito de desfamiliarização encontrá-lo-emos, por analogia, nas palavras “rue” e “avenue” e, por motivos que a seguir explicitarei, nas abreviaturas de “monsieur”, “madame”, “mademoiselle”, sem qualquer destaque gráfico.

Como sabemos, as formas de tratamento diferem de uma língua para outra. Se para um Francês é um automatismo linguístico dizer “bonjour monsieur (madame ou mademoiselle)”, o mesmo não acontece com um Português. Ainda que diga “bom dia, minha senhora / bom dia, menina”, é impensável ouvi-lo cumprimentar um homem com a expressão “bom dia, (meu) senhor”. Um Francês usa estes termos no seu quotidiano,

num ambiente que lhe dá uma certa familiaridade; para um Português, estas expressões adquirem um carácter de respeito que imprime, pelo contrário, um certo afastamento entre os interlocutores. Por outro lado, teria sido necessário proceder a uma série de apagamentos e de substituições culturais, principalmente nos casos femininos. Como «le choix de s’orienter vers la source ou vers la destination reste [...] un critère à négocier phrase par phrase» (Eco: 245) escolhi, neste caso, a fonte original. Se me tivesse orientado para o TC, o exemplo que segue, e que me parece bastante ilustrativo, converter-se-ia num texto bem diferente, com muito menos colorido local. Em *le professeur de lettres, Mlle Rougié* (p. 25), apagaraia provavelmente o determinante “de lettres”, para evitar a repetição de “professora”, ficando apenas “a professora Rougié”; ou, caso o mantivesse, substituiria “Mlle” por “doutora”, o que conduziria ao texto “a professora de Letras, doutora Rougié”, perdendo-se assim a informação de que se trata de uma senhora solteira. Aqui, «[vingou] a concepção da tradução não assimilativa, que prefere introduzir as particularidades do outro no corpo [linguístico] próprio, enriquecendo-o, sem neutralizar esse outro à luz de tradições e gostos domésticos» (Barrento: 153).

Equivalentes textuais: inter e intratextos

Percebe-se facilmente que os conceitos de literalidade e fidelidade, não sendo sinónimos, são comutáveis quando se fala de tradução. Por fidelidade, entenda-se «l’engagement à identifier ce qu’est pour nous le sens profond du texte, et l’aptitude à négocier à chaque instant la solution qui nous semble la plus juste» (Eco: 466). Como qualquer infiel que se preze, estou desde já a procurar uma desculpa para os meus comportamentos desviantes. No primeiro capítulo, deparamo-nos com um intertexto, uma citação da Bíblia, extraída de “O Livro dos Provérbios” – “*Elle est revêtue de force*

et de grâce, se rit de l'avenir”, dit le Livre des Proverbes (p. 17). Feita a tradução, fui levada por vários motivos a confrontá-la com uma edição portuguesa da Bíblia¹. Fiquei perplexa ao perceber que, se a primeira oração preservava o sentido do texto original, a segunda parte da frase remetia para uma ideia diametralmente oposta. Como a expressão “se rir de” significa “não se importar com”, traduzira-a por “ri-se do futuro”, quando a Bíblia consultada dá a versão seguinte: «Veste-se de força e dignidade, e **sorri ao futuro**» (p. 904). Se a versão francesa remete para a ideia de indiferença face ao que há-de vir, a portuguesa, pelo contrário, salienta a esperança no futuro. Perante esta situação, consultei outras edições portuguesas e, na impossibilidade de poder comparar também com edições francesas, recorri à Internet. A diferença mantinha-se. Ora, «a partir do momento em que um texto se desdobra em traduções (versões-outras de si), ele perde o seu estatuto de original [...]. A Bíblia será talvez o melhor exemplo deste descentramento, desta ambiguidade de raiz, inerente à história da tradução, com efeitos e repercussões culturais, políticas e religiosas imensos» (Barrento: 86). Assim, a dificuldade residiu em determinar se devia respeitar a cultura do outro ou, ao inverso, proceder à sua aclimação. Atendendo ao contexto, em que os atributos da mulher têm maior relevo do que a forma como encara o futuro, e de modo a familiarizar o leitor português, optei pela tradução da edição portuguesa: «*Ela está investida de força e de graça, e sorri ao futuro*», diz o Livro dos Provérbios.

Quando dados históricos de uma determinada cultura pertencem, simultaneamente, ao património universal, o leitor-tradutor encontra-se perante um *déjà vu*. Ora, foi precisamente o que aconteceu com o excerto do discurso de Pétain – *Pétain, nommé président du Conseil, avertit les Français “qu’il faut tenter de cesser le combat”* (p. 33), proferido a 17 de Junho de 1940. De uma maneira simplista, diria que

1. «Provérbios 31», in *Bíblia Sagrada (edição Pastoral)*, Paulus Editora, (1997).

este discurso deu origem ao apelo de De Gaulle (18 de Junho), dividindo assim os Franceses em colaboracionistas e resistentes. Dada a minha profissão, estes dois textos são-me familiares e, ainda que não os tendo totalmente presentes na memória, ficou registada a intenção de cada um deles. Apesar do tom paternalista, Pétain, enquanto chefe do governo, tinha de mostrar a sua posição para mobilizar o seu povo e, conseqüentemente, não faria sentido a modalização imprimida pelo verbo “tenter”. Um CD – «LE 18 JUIN 1940...» CHARLES DE GAULLE¹ –, que compila vários documentos autênticos, permitiu-me confirmar, pela voz do próprio Pétain, que o discurso não compreendia o verbo “tentar”. Assim, e dado que o texto de Szafran é uma biografia e logo os dados factuais são relevantes, optei por omitir o verbo: «*Pétain, nomeado presidente do Conselho, avisa os Franceses “que é preciso cessar o combate”.*» É certo que o exemplo que segue se afasta da temática deste capítulo, contudo não me parece totalmente descabido colocá-lo neste contexto. Na verdade quero mostrar como o próprio texto vai encaminhando a tradução. Se no discurso de Pétain rasurei um verbo, na expressão *Ce même 17 juin, reclus dans la salle*, que surge logo a seguir, pelo contrário, resolvi manter a repetição da data, ainda que forçando um pouco a LC – *Nesse mesmo dia, 17 de Junho, fechados na sala*, porque «la traduction est une stratégie qui vise à produire, dans une langue différente, le même effet que celui du discours source» (Eco: 369). Neste caso, pareceu-me vital manter-me literalmente fiel ao texto original. De facto, se na língua portuguesa consideramos redundante voltar a indicar a data, o texto original não é apreendido como tal porque tem um peso cultural: esta data assinala um acontecimento marcante na vida dos Franceses durante a Segunda Guerra Mundial. Sobretudo daqueles que sofreram as conseqüências de um tal pacto, como foi o caso da judia Simone Jacob.

1. Gravações extraídas dos arquivos do INA (Institut National de l’Audiovisuel) e dos arquivos da BBC (British Broadcasting Corporation), 1980-1988 ADES, France.

Um título institui um pacto de leitura e cria expectativas no leitor. É por esta razão, pelo facto de um título significar de *per se*, que abordarei aqueles que me pareceram relevantes para o acto tradutório. Se aparentemente *Un père si convenable* (capítulo 1) não levanta dúvidas, pois percebe-se o seu sentido mesmo sem passar pelo texto, na realidade o adjectivo “convenable”, que tem um equivalente literal na LC, merece alguma reflexão. O termo “conveniente” é sobretudo utilizado para situações e raramente serve para caracterizar pessoas. No entanto, encontramos-lo com alguma frequência na forma negativa para qualificar alguém: “uma pessoa inconveniente”. Forçado seria, então, procurar uma outra palavra que desse conta do sentido original. O adjectivo “correcto” apresentou-se como aquele que melhor desenha o retrato que é feito de André Jacob: um cidadão leal que cumpre os seus deveres, que honra a pátria, que não desdenha as suas origens e que fez dos filhos uns homens. Não apresentarei, aqui, a outra face de André Jacob, que também perpassa na obra, por não a considerar pertinente neste contexto, ainda que o advérbio “si” indicie logo a sobreposição de duas linhas interpretativas: uma literal e outra irónica. Uma vez que no próprio corpo do texto há duas ocorrências do adjectivo, tive o cuidado de respeitar a intenção do autor, a de um reenvio textual ao título do capítulo, embora ciente de que, nestes contextos frásicos, outras possibilidades seriam certamente mais adequadas – *Il l'épouse en 1922 et lui fait savoir sans tarder qu'il n'est «guère convenable» que «Mme Jacob» poursuiवे ses études* (p. 17) / *Casam em 1922 e, de imediato, comunica-lhe que não é «nada correcto» que «Mme Jacob» prossiga os seus estudos e Il interdit que le sujet soit débattu à table, ce n'est pas «convenable»*. (p. 20) / *É proibido debater o assunto à mesa, não é «correcto»*. Contudo, não me parece que a opção chegue a violentar o leitor, o qual apreende o *tour de force* linguístico na LC como intenção do tradutor em se manter fiel à voz original do texto, procedendo a opções em que «traduire [peut

signifier] parfois se rebeller contre sa propre langue» (Eco : 138).

O capítulo 5, *Le guet-apens*, apresentou-se mais pacífico, pois bastava escolher um dos vários sinónimos à disposição (“cilada”, “emboscada”, “armadilha”, “ratoeira”). Uma vez mais, a opção foi orientada pelo próprio contexto. Com efeito, o último parágrafo do capítulo anterior, ao apontar para termos como “souricière” e “piège” (62), indicia já a sucessão cronológica dos acontecimentos – e, neste capítulo, Nice é definida como “une ville close, un piège à Juifs” (65) – de que o termo “guet-apens” é a sentença ou a confirmação. Para manter a panóplia de termos, apostei em *A cilada*, respeitando assim a intenção do autor em diferenciar o título dos demais sinónimos presentes no texto.

Quanto a *Destinations inconnues* (capítulo 7), colocou-se a questão da polissemia do termo “destino”. Sendo este o último capítulo, o leitor que já fez um longo percurso não chegará aqui como tábua rasa, podendo ser levado para duas vias de sentido diferentes: “fado” ou “lugar para onde se vai”. Para evitar qualquer interpretação errada, pois a LP distingue “destin” de “destination”, preferi recorrer a uma expansão ao traduzir o título por *Para lugares desconhecidos*. À semelhança do primeiro capítulo, esta expressão surge reiterada no próprio texto – *50 à 60 déportés étaient conduits vers une «destination inconnue»*. (p. 96) / *50 a 60 deportados eram levados para um «lugar desconhecido»* e, à imagem do capítulo anterior, também ela antecipa já os acontecimentos posteriores, ao assinalar *«Pitchipoï», le lieu inconnu où on les envoie*. (p. 74) / *«Pitchipoï», o lugar desconhecido para onde as mandam*.

Muralhas para e por derrubar

Todo o tradutor tem que ter «consciência da obra como totalidade, e [assumir] uma certa humildade diante dessa ordem de grandeza, que se situa para além da frase,

do fragmento, da expressão, do lexema, [devendo esforçar-se] por detectar falhas, fraquezas, desvios, liberdades ou também equivalências e correspondências conseguidas» (Barrento: 61). Assim, confesso que foi com alguma leviandade que traduzi o texto «*A Jérusalem, à Jérusalem*» (p. 30) por «*Para Jerusalém, para Jerusalém*», não vislumbrando qualquer dificuldade na transposição lexical dos dois termos aqui presentes. Contudo, e tratando-se de uma cidade carregada de conotações culturais bem vincadas, nomeadamente no contexto em que aparece, “Jérusalem” deveria ter suscitado alguma suspeita em mim, nem que fosse a de ter sido interpelada pelo lexema “à”, pois reconheço que as preposições são, entre outras palavras, das mais difíceis de traduzir. Só a leitura integral da obra *derrubou* precipitações e *edificou* um contra-eco adequado. De facto, este fragmento surge novamente no texto, mas de forma mais completa – *L’an prochain à Jérusalem* (p. 268). Percebe-se, então, que faz parte de um ritual judaico, o de convocar o povo judeu, disperso pelo mundo, para reconstruir o Templo de Jerusalém na Terra Prometida. A ideia deste encontro marcado impeliu-me à necessidade imperiosa de corrigir a preposição e propor a seguinte translação: «*Em Jerusalém, em Jerusalém*».

Se há *muralhas* – «des plages opaques», diria Steiner (p. 481) – que acabam por se dissolver, existem outras que permanecem. Para dissipar essa angústia e tentar «comprendre le véritable sens de ce que lui, l’auteur, avait écrit» (Eco : 191), enviei um pedido de esclarecimento a Maurice Szafran. A resposta não chegou. O certo é que, apesar de perceber a ironia que subjaz à expressão «*l’homme à la vaisselle d’or*» (p. 30), o seu sentido não foi apreendido na globalidade. A Internet também de pouco me valeu, pois apenas encontrei um texto que referia o caso (*Xénophobie et antisémitisme sous le Front populaire* de Madame Rita Thalmann), e digo apenas, uma vez que o artigo retoma a expressão sem delinear um contexto que cabalmente a esclareça. Se a

proximidade lexical entre “anti France” e “vaisselle d’or”, neste artigo, pode sugerir uma oposição entre “Ancien régime” (a França “verdadeira”, segundo os simpatizantes da extrema-direita) e “Révolution française” (a França “permissiva” que se deixa invadir por toda a espécie de estrangeiros), esta abordagem não passa de uma mera suposição e, além disso, estas considerações históricas revelam-se opacas a um leitor estrangeiro. Assim, e porque «le temps peut constituer une barrière plus infranchissable que la différence linguistique», levando a que «certains éléments se dérobent à la compréhension totale [et] ne [puissent] être ressuscités» (Steiner: 64, 65), a solução encontrada foi a de traduzir literalmente a expressão, optando contudo pelo arcaísmo “baixela”, pouco utilizado pelo falante contemporâneo, de modo a reenviar o leitor para o passado – «o *homem da baixela de oiro*».

É com a convicção de que não se esgotou o leque de ocorrências passíveis de serem exploradas que fica, deste modo, concluída a parte que incide sobre o universo das dificuldades que uma tradução, inevitavelmente, arrasta consigo.

3.3. Glossário

S'imprégnant par de vastes lectures de l'esprit d'une culture, le traducteur redescend du texte, à la phrase et au mot.

Paul Ricœur

Encontrar-se-á, neste glossário, termos ou expressões associados aos seguintes campos: Judeus e anti-semitismo, Segunda Guerra Mundial e termos franceses (não traduzidos) que julguei importante assinalar aqui.

Anti-França – Neologismo político utilizado pela extrema-direita em França, desde o caso Dreyfus, para denunciar todos os grupos políticos, sociais ou religiosos acusados de trair a nação. Estão incluídos, nesta designação, os Judeus.

Action française (L') – Representa simultaneamente uma escola de pensamento e um movimento político nacionalista de extrema-direita, desenvolvido durante a primeira metade do século XX em França. Fundada em 1898 sobre uma posição *antidreyfusarde*, a *Action française* torna-se monarquista sob a influência de Charles Maurras (apoiente do regime de Vichy) e da sua doutrina do nacionalismo integral, conhecida também por *maurassisme*. *L'Action française* também é o nome de um jornal de extrema-direita.

Asquenazes – Nome atribuído aos Judeus provenientes da Europa Central e Oriental.

Baccalauréat (Bac) – Exame de final de ciclo do ensino secundário e, simultaneamente, o primeiro grau do ensino universitário.

Blum (Léon) – Presidente do Conselho (governo francês), em três ocasiões: 1936-1937 (durante o *Front populaire*), 1938 e 1946. De origem judaica por parte da mãe, foi vítima do anti-semitismo, tendo sido atacado pelos jornais de extrema-direita, nomeadamente *L'Action Française*.

Duce – Durante a Segunda Guerra Mundial, o *Duce* era Mussolini, o Chefe de Estado e de Governo da República Social Italiana.

Entrechat – Palavra associada à dança: pequenos saltos com batimentos de pés.

Francité – Características específicas do que é francês.

Front populaire – Coligação de vários partidos de esquerda que governou a França de 1936 a 1937. Procedeu a grandes reformas sociais e constitui, ainda hoje, uma das referências da memória e da história da Esquerda Francesa.

Gaulle (Charles de) – General durante a Segunda Guerra Mundial. Parte para Londres em Junho de 1940 e é de lá que, em resposta ao discurso de Pétain, lança, no dia seguinte (18 de Junho), um apelo aos Franceses para resistirem ao regime de Vichy e à ocupação alemã e italiana.

Gestapo – Acrónimo proveniente do alemão *Geheime Staatspolizei* e que significa «Polícia Secreta de Estado».

Israelitas / Israel – Entenda-se por Israelitas o Povo Eleito e por Israel a Terra Prometida, antes da formação do Estado de Israel.

Izieu (crianças de / casa de) – Colónia dirigida por um casal que se dedicou a salvar e proteger crianças judias. Izieu, inicialmente situada em zona livre, passou a incluir-se na zona de ocupação italiana, de Novembro de 1942 a Setembro de 1943. A Gestapo, sob o comando de Klaus Barbie, invadiu a casa e deteve as 44 crianças e os 7 adultos que as acompanhavam. Foram levados para o campo de Drancy e, à chegada a Auschwitz, foram gaseados.

Libertação – Corresponde ao final do regime de Vichy e da ocupação alemã em França.

Linha Maginot – Linha de fortificação e de defesa contra a Alemanha.

Lorraine – Parte dos territórios das regiões de Alsace e Lorraine foi anexada, em 1871, pelo Império Alemão.

Cruz de Lorraine – A França Livre (Reino Unido, onde se encontrava o general De Gaulle) adoptou esta cruz como símbolo de resistência, por oposição à cruz suástica. De uma forma generalizada, esta cruz simboliza a unificação nacional da França resistente.



«*En passant par la Lorraine...*» – Canção popular francesa, cantada sobretudo pelas crianças. Tornou-se célebre depois da proclamação da Terceira República em 1870 e passou a ser, durante a Segunda Guerra Mundial, também um símbolo de resistência.

Milícia – Organização política e paramilitar francesa criada em Janeiro de 1943 pelo governo de Vichy. Enquanto colaboradora da Gestapo, participou também na perseguição aos Judeus. O chefe oficial era Pierre Laval, mas o verdadeiro responsável era o seu secretário-geral, Joseph Darnand.

Parti populaire français – Foi o principal partido político fascista (1936-1939) e um dos principais partidos colaboracionistas (1940-1944).

Pétain (Philippe) – Chefe militar ao qual foi atribuído o título de *Maréchal de France* (a mais alta distinção militar francesa), em 1918, pelos seus feitos aquando da Primeira Guerra Mundial (nomeadamente, durante a batalha de Verdun). Em 1940, com 84 anos, tornou-se presidente do Conselho e opôs-se a uma guerra que considerava perdida. Proferiu um discurso, a 17 de Junho, apelando a que cessasse o combate. Assinou um armistício, nesse mesmo ano, a 22 de Junho e encetou a colaboração com a Alemanha nazi. Foi Chefe do Estado Francês durante os quatro anos de ocupação nazi. Perdeu o título de marechal em 1945, tendo sido acusado de indignidade nacional e condenado à prisão perpétua após a Libertação.

Vichy – Depois do armistício, o governo instalou-se na cidade termal de Vichy. Os parlamentares deram, em Julho, plenos poderes constituintes ao marechal Pétain e atribuíram-lhe o título de Chefe de Estado. Durante mais de quatro anos, Vichy foi a sede do governo francês. A partir de 1940, o regime de Vichy pôs em prática uma política repressiva em nome da ordem e da luta contra a anti-França.

«*Maréchal nous voilà*» – Canção francesa, criada em homenagem ao marechal Pétain, que se tornou, durante a Segunda Guerra Mundial, o hino oficial do Estado Francês de Vichy e a maior propaganda do seu regime.

Petit rat de l'Opéra – Aluno(a) de ballet.

P-L-M – Linha férrea que ligava as cidades de Paris, Lyon e Marselha.

Rafle du Vel d'Hiv – A maior detenção massiva de Judeus ocorrida em França durante a Segunda Guerra Mundial. Os nazis com a colaboração da polícia francesa, mobilizada pelo regime de Vichy, detiveram nos dias 16 e 17 de Julho de 1942, em Paris e arredores, 13 152 Judeus, segundo dados da prefeitura de polícia. Foi neste local, Velódromo de Inverno, que os Judeus ficaram detidos vários dias em condições muito precárias, antes de serem deportados para Auschwitz.

Reich – Termo alemão que, inicialmente, designava o território sobre o qual se exercia o poder e a soberania de um príncipe, um rei ou um imperador. Por associação a um poder supremo, o Estado Alemão Nazi, dirigido por Adolf Hitler, foi apelidado de “Terceiro Reich”.

Reichstag – Outrora Assembleia Parlamentar representante do povo alemão durante a República de Weimar e sediada no palácio do Reichstag, em Berlim. A partir de 1933, o *Reichstag* foi privado de todo o seu poder pelo regime nazi e passou a funcionar apenas como um corpo de aclamação das acções de Hitler, tendo ocorrido a última sessão em 1942.

Solução Final – Exterminação sistemática, operada pela Alemanha Nazi, de três quartos dos Judeus da Europa ocupada e de cerca de 40% dos Judeus do mundo, durante a Segunda Guerra Mundial. Houve entre cinco a seis milhões de vítimas. O seu carácter industrializado, burocrático e sistemático tornou este genocídio único na história da humanidade. Foi este crime em massa que conduziu, depois da guerra, à elaboração das noções jurídicas de “crime contra a humanidade” e “genocídio”. *Shoah*, holocausto ou genocídio são termos sinónimos desta expressão.

Stalag (abreviatura de *Stammlager*) – Campo de prisioneiros de guerra.

Surveillante générale – Responsável pela ordem e vigilância dos alunos. Na hierarquia protocolar da Educação, situava-se entre um professor do ensino secundário e um professor de 3º ciclo, podendo inclusivamente leccionar.

Wannsee (Conferência de) – Reunião entre alguns oficiais nazis acerca da "solução final da questão judaica" (*Endlösung der Judenfrage*). Teve lugar a 20 de Janeiro de 1942 e levaria ao Holocausto. Os registos e minutas desta discussão foram encontrados intactos pelos Aliados, no fim da Segunda Guerra Mundial, e usados nos Julgamentos de Nuremberga.

Wehrmacht – Nome do conjunto das forças armadas da Alemanha durante o Terceiro Reich, entre 1935 e 1945 que englobava o Exército (*Heer*), a Marinha de Guerra (*Kriegsmarine*), a Força Aérea (*Luftwaffe*) e as tropas das *Waffen-SS* (apesar de não serem da *Wehrmacht*, eram frequentemente dispostas junto às suas tropas).

Zona – Durante a Segunda Guerra Mundial, e depois de assinado o armistício em Junho de 1940, a França viu-se dividida, por uma **linha de demarcação**, em duas zonas: a **zona livre** e a **zona ocupada**. A primeira, situada a Sul, estava sob a autoridade do governo de Vichy (em Novembro de 1942, esta também foi invadida pelos Alemães e pelos Italianos); a segunda, a Norte, encontrava-se sob o domínio alemão.



CONCLUSÃO

Homologia, alteridade, negociação, fidelidade, responsabilidade, liberdade, perda, compensação, hospitalidade, cumplicidade... Palavras e mais palavras, todas elas ligadas e interligadas a um mesmo núcleo: a tradução. Isto já seria o bastante para entender a complexidade deste processo. Mas não são as palavras que interessam agora aqui, nem tão pouco as frases, são os textos que prendem a nossa atenção e «les textes [...] font partie d'ensembles culturels à travers lesquels s'expriment des visions du monde différentes» (Ricoeur: 55). É entre duas línguas, duas culturas diferentes, entre dois textos (o de partida e o de chegada) que surge a figura do tradutor, mediador de vários universos. A sua mediação oscila num equilíbrio sempre precário entre o texto original e o texto traduzido, entre o autor da obra e o *autor* da tradução. Este autor-sombra, para retomar uma imagem de Fernando Pessoa (Barrento: 177), é de facto a voz sombra de uma outra voz de que o texto traduzido é inevitavelmente a face visível. Daí que a tradução seja sempre «um processo especular, um reflexo in-verso, uma leitura e uma escrita que recontextualiza e actualiza o texto outro», isto é, «um duplo [mas] com marcas próprias» (Barrento: 185, 193). Percebe-se, então, por que motivo toda a actividade translatória está espartilhada entre a liberdade da (re)criação e a ditadura da fidelidade: liberdade para encontrar, na multiplicidade plurissignificativa da linguagem, a expressão homóloga ao texto original; ditadura, porque toda a criação é restringida pela voz e as escolhas do outro, porque todas as opções são (de)limitadas ao espaço do original. Ora, o que, à primeira vista, poderia parecer uma limitação do acto tradutório é igualmente uma das suas maiores potencialidades. Com efeito, processos como o do estranhamento ou da desfamiliarização são fenómenos discursivos que enriquecem as línguas e culturas de chegada porque abertas às línguas e culturas de

partida, o que faz da tradução uma actividade por excelência democrática (ou seja, «plena liberdade em total responsabilidade, afirmação pessoal que nunca pode esquecer o outro» – Barrento: 241), uma tarefa eminentemente axiológica.

É nesta cumplicidade, que se vai criando entre tradutor e autor, que o tradutor procura reencontrar tudo o que perdeu durante a luta com o texto, resistindo tantas vezes, como diria Umberto Eco (p. 135), à tentação de se substituir quase ao autor. Mas só não o faz porque, enquanto “leitor competente” (a fórmula é de Ricœur), o pacto que estabeleceu com o texto original obriga-o a não perder de vista a vertente ética, respeitando assim o rosto e a voz do outro e permitindo que «a diferença [seja] o verdadeiro fundamento [...] do refazer do outro [...], [porque] é na compreensão, na aceitação e na integração da alteridade que se estrutura de forma coerente [...] um *texto* em tradução» (Barrento: 156). A diferença é o seu verdadeiro móbil, a sua graça ou redenção. Entender-se-á melhor, agora, a frase «Je est un autre». De facto, neste processo translatório, o Eu deixa de o ser, não para ser a voz do Outro, mas para se tornar a voz de “um” outro, que já não é nem a sua nem a do outro, mas uma terceira voz que se situa entre um e outro e que é, simultaneamente, espelho de um e de outro.

Não poderia concluir este trabalho sem lançar um último olhar à obra de Szafran. Uma espécie de despedida, uma nostalgia que se instala. Tal como na última frase do *corpus* trabalhado – *De son frère Jean, Simone Veil est, aujourd’hui encore, incapable de parler.* (p. 97) – que remete para a não-comunicação e na qual se ouve o silêncio das palavras não ditas, deixando ao leitor uma abertura para erguer sentidos –, encontram-se, nos textos, silêncios que vedam por vezes a caminhada do tradutor. Mas também é verdade que «a imposição do silêncio obriga aos saltos mais ousados, gera novas falas, e é nestes interstícios que as línguas frequentemente se tornam mais criativas e originais» (Barrento: 81). É de facto, nas margens do não-dito, que se

descobrem frequentemente novas potencialidades do texto.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, de todos os tormentos vividos para ultrapassar obstáculos e de todas as angústias experimentadas diante das escolhas incessantes, «la traduction récompense dans la mesure où elle apporte à l’original une espérance de vie et une zone géographique et culturelle où il peut se maintenir et qui lui manquerait sans elle» (Steiner: 533); a tradução gratifica na medida em que o tradutor, apesar de sombra, é, segundo Walter Benjamin, «afinal aquele que possibilita “a sobrevivência das obras”» (Barrento: 158). É com a certeza de que o resultado do meu labor de “tradutora” incipiente e inexperiente é um trabalho imperfeito, inacabado, que encerro este projecto. Fica, então, esta verdade inexorável: o texto traduzido será sempre um produto provisório, porque passível de melhorias e de sistemáticas actualizações no tempo.

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia activa

SZAFRAN, Maurice. (1994). *Simone Veil: Destin*. Éditions Flammarion. Paris.

2. Bibliografia passiva

BARRENTO, João. (2002). *O Poço de Babel*. Relógio d'água. Lisboa.

BERGSTRÖM, Magnus e REIS, Neves. (1996). *Prontuário Ortográfico e guia da língua portuguesa*. Editorial Notícias. Lisboa.

CEIA, Carlos (2010). *Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos*. Editorial Presença. Lisboa.

ECO, Umberto. (2006). *Dire presque la même chose*. Tradução de Myrien Bouzaher. Grasset. Paris.

LIMA, Conceição. (2010). *Manual de Teoria da Tradução*. Edições Colibri. Lisboa.

MESHONNIC, Henri. (1973). *Pour la Poétique II*. Gallimard. Paris.

MOURA, José de Almeida. (2009). *Gramática do Português Actual*. Lisboa Editora. Lisboa.

PEREIRA, Lindjiane dos Santos. (2008). «A Biografia no Âmbito do jornalismo Literário». *Revista Eletrônica TEMÁTICA*. Acedido em 10 de Maio de 2011, em <http://www.insite.pro.br/index2.html>.

RICOEUR, Paul. (2004). *Sur la traduction*. Bayard. Paris.

RIMBAUD, Artur. (1992). *Œuvres complètes, Correspondance*. Éditions Robert Laffont. Paris.

SARAIVA, António José. (1993). *Cultura*. Difusão Cultural. Lisboa.

STEINER, George. (1998). *Après Babel*. Tradução de Lucienne Lotringer e Pierre-Emmanuel Dauzat. Albin Michel. Paris.

VEIL, Simone. (2008). *Uma vida*. Tradução de Sara Canelhas. Livros de Seda. Lisboa.

WECKSTEEN, Corinne. (2008). «La traduction des connotations culturelles: entre préservation de l’Etranger et acclimatation». *Plume*. (pp. 111-138). Acedido em 28 de Março de 2011, em http://www.sid.ir/en/VEWSSID/J_pdf/110120070407.pdf.

3. Dicionários

Dicionário da Língua Portuguesa. (2010). Porto Editora. Porto.

Dicionário Francês-Português / Português-Francês. (2007). Texto Editores. Lisboa.

Dictionnaire des synonymes et nuances. (2005). Dictionnaire Le Robert-Sejer. Paris.

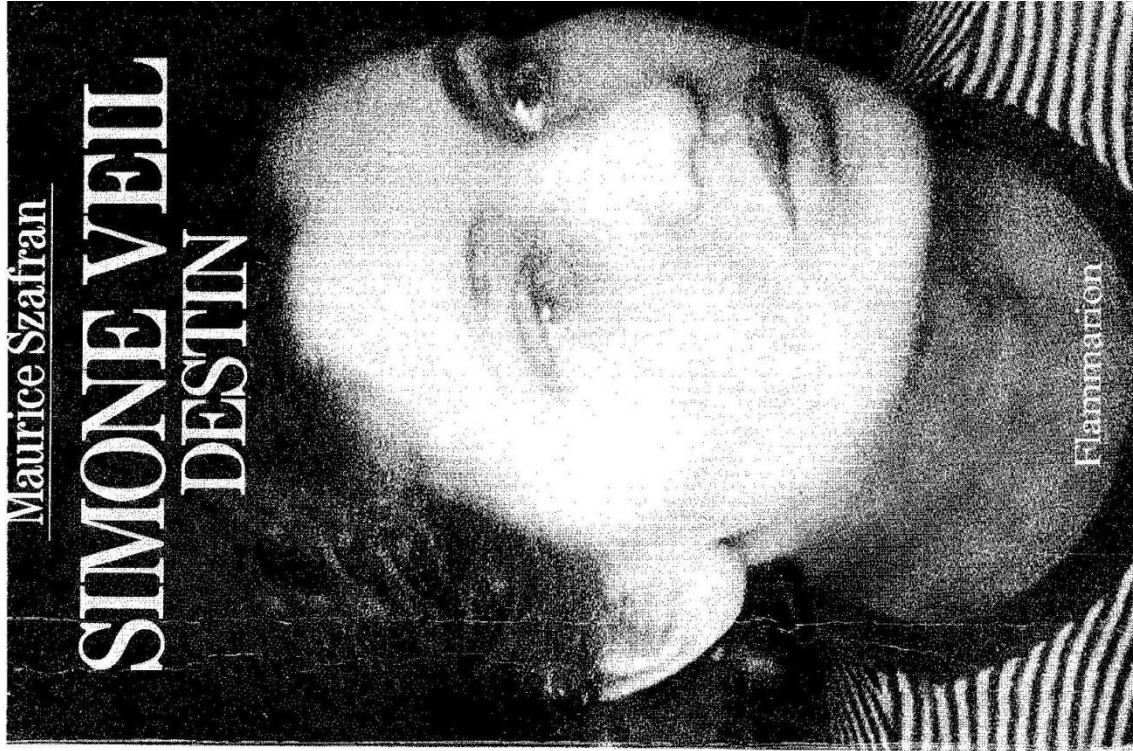
Francês-Português Dicionário do Tradutor. (2003). Editor Noémio Ramos. Faro.

Le Petit Larousse illustré 2002. (2001). Éditions Larousse. Paris.

Le Robert de poche 2008. (2007). Dictionnaire Le Robert-Sejer. Paris.

Nouveau dictionnaire des difficultés du français moderne. (1989). Édition du Club France Loisirs. Paris.

ANEXOS



Maurice Szafran

SIMONE VEIL
DESTIN

Flammarion

Maurice Szafran



Photo: Annie Assouline

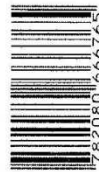
Maurice Szafran, 40 ans, journaliste. Il est également l'auteur, seul ou en collaboration, de plusieurs livres politiques.

SIMONE VEIL
DESTIN

Issue d'une famille juive profondément française et républicaine, Simone Jacob fait preuve très jeune d'une personnalité exceptionnelle. Une personnalité que le destin met à l'épreuve, lorsque la sauvagerie nazie la conduit, à dix-sept ans, avec sa mère et sa sœur aînée, dans le camp d'extermination d'Auschwitz. Elle en revient avec une volonté farouche de témoigner.

Mariée, mère de famille, sa vie publique commence au ministère de la Justice, où elle est chargée des prisons. Confrontée aux atrocités de la guerre d'Algérie, elle prend une part essentielle au sauvetage des prisonnières. De la cause des femmes, elle fait ensuite son combat quand, ministre de la République, elle obtient en 1974 la légalisation de l'avortement, véritable révolution des mœurs dans ce pays.

Pourquoi Simone Veil est-elle si populaire ? Pourquoi tant de Français, d'origines politiques, culturelles ou religieuses si différentes, se reconnaissent-ils en elle ? Retracer le destin tragique et superbe de Simone Veil, c'est avant tout comprendre l'Histoire de ce siècle.



FF 6676-94-X

120,00 FF

Couverture :
D.R.

Éditions France 5 948M - Guy-Bourg

MAURICE ZAFRAN

DU MÊME AUTEUR

Les Familles du Président (en collaboration avec Sammy Ketz), Grasset, 1982.
Chirac ou les Passions du pouvoir, Grasset, 1986.
La Grande Histoire du cigare (en collaboration avec Bernard Le Roy), Flammarion, 1989.
Les Juifs dans la politique française, de 1945 à nos jours, Flammarion, 1990.
De si bons amis (en collaboration avec Nicolas Domenach), Plon, 1994.

SIMONE VEIL
DESTIN

FLAMMARION

Pour ma mère qui,
elle aussi, est revenue de là-bas.

A Françoise Verny,
parce qu'elle ne renonce jamais.

Il y a Auschwitz, il ne peut donc pas y avoir de Dieu. Je ne trouve pas de solution au dilemme. Je la cherche, mais je ne la trouve pas.

Primo LEVI

Notre vie possède des courants plus profonds que les événements extérieurs, qui nous rapprochent et nous séparent, et une intense magie de la vie, accessible à notre seule émotion et non pas à nos sens, gouverne nos destins, même quand nous croyons les diriger nous-mêmes.

Stefan ZWEIG

PREMIÈRE PARTIE

L'EFFRONTÉE

Un père si convenable

En 1950, lors d'une réception au consulat de France à Mayence, un fonctionnaire du Quai d'Orsay remarqua les cinq chiffres bleutés - 78651 - tatoués sur son bras et voulut sans doute faire de l'esprit : « C'est votre numéro de vestiaire, n'est-ce pas ? » Elle l'aurait volontiers giflé. Elle ne put que pleurer.

Un jour, Simone Veil fit cet aveu : « Quand on me demande quelque chose, mon premier réflexe, c'est de répondre non. » Ce trait pourrait suffire à éclairer un caractère, à comprendre une personnalité. Ses amis d'enfance décrivent « une petite fille s'obstinant à marcher seule devant la famille à la promenade du dimanche », « une gamine toujours pieds nus, chaussures à la main dans la rue, à la fureur de son père ». Les souvenirs, soixante ans après, sont d'une précision rare. Simone, déjà, ne laissait personne indifférent ; les rapports qu'elle entretenait avec son père n'étaient pas simples non plus. Dressée sur la pointe des pieds, elle cherche à attraper le gros dictionnaire, rangé toujours à la même place au milieu de la bibliothèque. Elle entend encore le reproche : « Simone, il ne faut pas dire : " J'ai raté mon train. " Un train, Simone, on le manque. » Le ton est sentencieux, sans appel, interdisant toute réplique. Mais elle ne veut pas céder, s'accroche au Larousse, à une improbable définition. Elle montrera ainsi à son père, preuves à l'appui, qu'il se trompe, qu'il est trop raide et sûr de lui. Elle lui aura en tout cas résisté, une fois de plus. « Simone lui tenait tête de merveilleuse façon », témoigne Suzanne Weissmann, sa tante. Dans un coin du salon, Milou, Denise et Jean, sourire aux lèvres, admirent le cran de leur sœur cadette. Ils ont compris le « truc », ce rapport de force et d'amour établi entre ces deux-là depuis qu'elle marche, depuis qu'elle parle : pour obtenir une quelconque autorisation, mieux vaut dépêcher Simone au

feu. Ils craignent leur père. Elle, au contraire, est sans appréhension. Même si, la plupart du temps, elle revient du bureau rouge de dépit : « Il a dit non. Non, comme tous les jours. » Alors elle repart à la charge – « tout le temps », selon Denise – et finit par obtenir gain de cause. Personnalité complexe, André Jacob : volontiers despote avec les siens, autoritaire jusqu'à la caricature, il n'en respecte pas moins l'esprit de rébellion. Il saura le premier que Simone est une insoumise. André Jacob exige de ses quatre enfants qu'ils répondent « oui, papa », « non, papa ». Simone, avec un immense sourire, se contente d'un « oui » ou d'un « non ». Sous le charme, il renoncera à la reprendre.

Né en 1890, André Jacob reste à sa manière un personnage du XIX^e siècle. Fils d'un comptable de la Compagnie du gaz, il affiche une morale – républicaine – et des principes – républicains. Sa famille et ses maîtres lui ont inculqué la passion de la France et de la République. Pas n'importe lesquelles : celles de Ferry et de Gambetta, celles où éducation et laïcité vont de pair, « pour améliorer le genre humain ».

Juif, bien sûr, André Jacob est juif, « d'un type sémite assez marqué, avec un grand nez busqué et des cheveux assez frisés », selon Laurence Hirsch-Reinach, une amie d'enfance de Simone. Mais français d'abord, français avant tout, reconnaissant envers ces députés de la Constituante qui, le 27 septembre 1791, ont émancipé les Juifs, leur accordant le droit « de devenir citoyens actifs ». Adolphe, André Jacob avait lu le grand Michelet et son *Histoire de la Révolution*. Il retint, notamment, ces deux phrases : « Les Juifs vinrent. Souffletés chaque année à Toulouse ou pendus entre deux chiens, ils vinrent modestement demander s'ils étaient des hommes. » La République des lumières et des droits de l'homme avait répondu oui, et ce fut un événement considérable : jamais auparavant une nation n'avait accordé la citoyenneté à la communauté juive tout entière. Les aïeux d'André Jacob, venus d'un village de Lorraine, firent ce qu'il fallait, sous l'uniforme, à la guerre de 1870, pour payer cette dette immense.

Les Juifs Jacob – comme la très grande majorité des israélites, poursuivent un objectif, un seul : se fondre dans

la nation et proclamer le culte de la patrie. Chez eux, la pratique religieuse a disparu en moins d'un siècle. Ils ne dissimulent certes pas leur judaïsme. Ils ont un sens de l'honneur trop aigu pour cela et se retrouvent volontiers dans cette revendication de Léon Blum : « J'ai toujours affirmé que j'étais juif par simple sens de la dignité humaine. Je reconnaissais que j'appartenais à une famille juive, que mes grands-parents appartenaient, eux, à une communauté juive de Lorraine. » Les Jacob prennent pourtant grand soin d'abandonner les dernières traces, les ultimes stigmates qui pourraient encore les différencier de leurs concitoyens : les garçons, par exemple, ne sont plus circoncis ; les enfants portent désormais des prénoms du terroir. « Et quand un père retrouvait chez son enfant un de ces mots, un de ces gestes qu'il connaît bien parce qu'ils étaient ceux de ses grands-pères, il lui disait : " Ne fais pas cela, c'est juif ! " » L'affaire Dreyfus est une première alerte, la preuve que l'antisémitisme tricolore n'est pas prêt de disparaître. André a neuf ans quand, en 1899, le capitaine est déclaré « innocent ». « Tu vois, les descendants de 1789 ne peuvent pas se tromper », lui dit son père, débouchant une bouteille de champagne. Les israélites croient éperdument aux mérites de la République. Les rabbins leur ont enseigné, depuis des générations, que la famille, le travail, l'intransigeance morale et le respect des intellectuels synthétisent les « valeurs juives essentielles ». Les israélites ne renient rien. Ils opèrent simplement un transfert : juives, ces valeurs sont désormais républicaines et laïques. André Jacob s'est découvert une idole : né à Colmar, conseiller d'État, Camille Salomon Sée a convaincu les parlementaires, en 1881, de voter un texte de loi interdisant les cours religieux dans les lycées publics de jeunes filles. L'extrême droite se déchaîne contre lui : de quel droit un juif porte-t-il atteinte à l'imprégnation catholique du pays ? A la lecture de cet épisode, André Jacob rit de bon cœur. Il se souvient de cette maxime si « israélienne » que lui répétait parfois son père : « Sois un juif au-dedans et un homme au-dehors. » Une définition sans nuance, mais les israélites sont des ferments de la Révolution française. Le fils Jacob autant que les autres.

Bachelier à dix-sept ans, André Jacob choisit d'étudier l'architecture aux Beaux-Arts. Là encore, il est intraitable. Construire — ce sont ses termes — relève d'une « éthique artistique », bâtir ne « suffit pas », il est indispensable de « créer dans un environnement ». Discours étonnamment moderne. Diplômé en 1913, il obtient un deuxième prix de Rome, reconnaissance d'un talent naissant. Mais, déjà, il délaisse l'architecture. André Jacob sait la guerre contre l'Allemagne inéluctable. Il ne la souhaite pas, ne la redoute pas non plus. Israélite jusqu'au bout des ongles, il exprime un patriotisme exalté, enrage à la seule évocation de l'Alsace et de la Lorraine perdues en 1872; 12 000 Juifs avaient aussitôt abandonné maisons, échoppes et biens pour rester fidèles à leur pays. Il faut donc reconquérir « nos provinces perdues » : André ne déroge pas à cette ligne. A la déclaration de guerre, en 1914, on recense en France 190 000 israélites; 32 000 s'enrôlent sous les drapeaux. André Jacob, qui finissait juste son service militaire, est de ceux-là. « Nous étions redevables depuis 1791, dira-t-il à son beau-frère. Nous avons payé par notre sang versé »

Incorporé dans les dirigeables, il accomplit, selon la formule consacrée, une « belle guerre ». Capturé à Maubeuge, dans le nord de la France, il échoue dans un stalag allemand. Libéré, rapatrié à Paris, il découvre des familles éplorées et décimées; constate, avec dédain, que l'Action française de Charles Maurras a pour seule ligne politique un antisémitisme toujours plus virulent; lit, le cœur serré, ces listes interminables de « Juifs français tombés au champ d'honneur » : 6 500 précisément. Les responsables des organisations israélites estiment indispensable de publier leur identité pour « réfuter » les campagnes des maurrassiens sur la lâcheté, l'antipatriotisme des Juifs. André Jacob, lui, ne fait aucun complexe : il s'est comporté en citoyen loyal; il s'est battu en soldat valeureux. Ni fierté, ni orgueil. Son devoir assumé, sans plus. Après quatre années de guerre, il est temps, grand temps de vivre, de travailler, de construire. André est toujours aussi sérieux, d'une moralité toujours aussi stricte, d'une exigence toujours aussi grande.

Est-ce cela, cette rectitude qui séduit Yvonne Steinmetz? Elle a vingt et un ans, une beauté rayonnante, un profil à la Garbo. Lors d'un déjeuner de famille, André observe ce visage d'une grande pureté, ces yeux dorés où domine une impression de douceur. « Je n'ai vu qu'elle, confiera-t-il. Elle affichait une telle sérénité. » Il voulait épouser une Juive ou une aristocrate. Yvonne sera celle-là. « Elle est revêtue de force et de grâce, se rit de l'avenir », dit le Livre des Proverbes.

Sa famille est venue d'Allemagne il y a plusieurs générations. Les Steinmetz, fourreurs à Paris, sont à leur tour devenus de parfaits israélites, français et patriotes. Ils ont trois enfants — Suzanne, Maxime et Yvonne — brillent au lycée, décrochent ensuite des diplômes universitaires et exercent enfin un métier valorisant. Cette volonté acharnée n'est pas anodine, du moins pour les deux filles. Les bacheliers sont peu nombreuses et les rares étudiantes quasiment frappées d'interdit à l'entrée des principales universités. Suzanne, l'aînée, surmonte tous les obstacles. Farouche, elle bouscule les réticences, les traditions, la misogynie féroce. Elle décide d'être médecin, elle arrache le parchemin. Une prouesse : l'une des premières Françaises autorisées à soigner! Yvonne veut suivre l'exemple, elle s'inscrit en chimie, adore cette matière, se passionne pour les travaux en laboratoire. « Elle était persuadée qu'elle finirait par trouver un verre incassable », se rappelle Suzanne. André né lui laissera pas le loisir de poursuivre.

Il l'épouse en 1922 et lui fait savoir sans tarder qu'il n'est « guère convenable » que « Mme Jacob » poursuive ses études et envisage de travailler. M. Jacob exige un foyer « comme il faut ». Les rares témoins vivants confirment qu'Yvonne souffrit de cet oukase. Mais elle s'y plie. Un an plus tard naît une première fille, Madeleine, surnommée pour toujours Milou. Ils veulent d'autres enfants, une grande famille. Pour eux, pour leur bonheur, pour le pays aussi, car, explique André, « la France en a besoin après cette tragédie ». En 1924 arrive une deuxième fille, Denise. Avec deux bébés sur les bras,

Yvonne n'a guère le temps de regretter la chimie perdue. André, lui, a de grandes ambitions. Il est persuadé d'avoir découvert son eldorado, l'endroit où il pourra, enfin, exprimer sans concession son talent créatif. Il a pris la décision de s'installer sur la Côte d'Azur. Le marché immobilier est immense, la fortune l'attend. Quand elle l'apprend, Yvonne Jacob perd son lumineux sourire. Parisienne, elle est parisienne. L'horreur, aller se perdre là-bas, en province! Elle a envie de se cultiver, de fréquenter l'Opéra-Garnier, les théâtres, les cinémas, les salles de concert, les expositions... et il voudrait qu'elle s'enterre, à 1 000 kilomètres de tout cela? Elle se concerta avec Suzanne, son aînée, sa confidente. Que doit-elle faire? Comment réagir? Ensemble, au fil d'interminables discussions, les deux sœurs évoquent les plaisirs du soleil, les élégantes qu'Yvonne croisera sur la promenade des Anglais, les balades dans l'arrière-pays niçois, les vacances surtout où elles se retrouveront avec tous les enfants dans l'une des villas qu'André aura dessinées. Elles font des projets, s'inventent des destins. Dans le regard d'Yvonne, Suzanne remarque pourtant une mélancolie qui jamais plus ne l'abandonnera. Elles savent bien qu'en fait il n'existe aucune échappatoire.

Yvonne part en exil et elle le fait volontiers savoir. Pourtant, à cette époque, dans un milieu aussi conventionnel, une épouse ne désobéit pas à son mari. Ose-t-elle seulement lui confier ses états d'âme? Rien n'est moins sûr...

Les Jacob et leurs deux filles emménagent donc en 1924 dans un appartement spacieux et lumineux, avenue Clemenceau. L'immeuble est construit en belle pierre de taille. Pour monter au troisième étage, il y a un ascenseur. C'est assez rare pour être relevé. Le quartier, enfin, est proche du centre-ville. Pour Yvonne, c'est un bon point. Deux pièces sont réservées au cabinet d'architecte et, sans sourciller, André embauche aussitôt du personnel : un chef d'agence, un dessinateur, une secrétaire. Il consent à Yvonne une employée de maison et, après moult hésitations, s'offre une automobile.

Il prospecte le marché immobilier, il croit en sa réussite. En cette période d'immédiat après-guerre, les Fran-

çais, dès qu'ils peuvent mettre un sou de côté, retrouvent l'esprit bâtisseur. André se promène dans les rues de Nice le nez en l'air : partout commencent à s'élever des immeubles. A la périphérie de la ville, cet infatigable marcheur découvre les premiers lotissements qui défigurent le paysage. Il supporte mal. L'architecture est une éthique et les clients doivent se soumettre à ses postulats. Sinon, qu'ils cherchent ailleurs. Sur les tables à dessin de l'avenue Clemenceau, il examine trait par trait les progrès de sa « grande œuvre » : la construction à La Ciotat d'une résidence sur des terrains jadis propriété des frères Lumière, rachetés par la toute-puissante Société des Bains de mer. Il la veut non seulement superbe, cette résidence, mais intelligente, et surtout intégrée à l'environnement. Rien ne le rebute, il ne craint pas la concurrence : la municipalité de Nice révèle-t-elle dans *L'Éclairneur*, le principal quotidien local, qu'elle songe à élargir la promenade des Anglais? « M. Jacob » indique sur-le-champ à son dessinateur César Boletti que l'agence « se porte candidate ». Il ne doute de rien, multiplie initiatives et projets d'envergure.

C'est d'ailleurs indispensable. Deux autres bébés sont nés : Jean en 1925, Simone deux années plus tard. Les Jacob sont au complet. André et Yvonne ne tardent pas à se faire des amis : les Lippmann, les Gluge, Des Juifs, comme eux. Français par-dessus tout, comme eux. Ensemble, ils ne s'interrogent jamais sur ce hasard : assimilés à la société, ils se sont néanmoins tous mariés entre « israélites ». Quelles blessures secrètes, enfouies et dissimulées à toute force, cela cache-t-il? Ils n'estiment pas utile de parler du judaïsme, et surtout pas aux enfants. « Il n'y avait chez ces gens-là aucune espèce d'interrogation religieuse, se souvient Marie-Josèphe Conruyt (elle deviendra Mère Marie Isabelle après la guerre), une amie de Milou, qui, chaque jeudi, déjeune chez les Jacob et entrera plus tard dans les ordres. Leur judaïsme? Une manière d'apprécier les choses, une fidélité. Mais ils s'en éloignaient sans peine apparente. » Ils mènent une vie de bourgeois éclairés. Les Gluge, les Lippmann et les Jacob bridgent ensemble, au moins une fois par semaine. Les

week-ends d'hiver, ils s'échappent dès que possible à la montagne. Ils marchent et ils skient. A Beuil, un hameau des Alpes du Sud, les Lippmann ont aménagé une vieille bergerie. La nuit, les parents s'entassaient au rez-de-chaussée et les très nombreux enfants à l'étage. Un seul gros poêle, pour toute la maison, rien d'autre. Simone déteste. Elle a froid; elle a toujours froid. Un travail, une famille, des amis, les cartes et le sport : cela ne suffit pourtant pas à remplir une existence. Les trois couples n'ont pas les mêmes idées politiques. Lippmann est proche des communistes; Jacob et Gluge affichent une modération de bon aloi. André vote sans doute à droite, une droite tempérée. Aussi bien, il lit *Le Petit Niçois*, rangé à gauche, et non pas *L'Éclair*, le quotidien conservateur de la bourgeoisie locale. Bon nombre d'années avant la victoire du Front populaire, il accorde des congés payés à ses salariés, les affine aux Assurances sociales. Aucune loi ne l'y contraint pourtant. Alors, pourquoi cette réputation tenace de conservateur presque réactionnaire, qui poursuit André Jacob?

Les enfants ne doivent rien connaître des positions politiques de leur père. Il interdit que le sujet soit débattu à table, ce n'est pas « convenable ». Il est d'autant plus discret devant Milou, Denise, Jean et Simone qu'il sait Yvonne en désaccord avec lui. Le silence, croit-il, est une habile manière d'éviter les conflits. Sa femme est à gauche. Restée à Paris, elle se serait sans doute engagée. En province, dans une ville aussi étroite d'esprit que Nice, Yvonne se contente de lire *Marianne*, l'hebdomadaire progressiste d'Emmanuel Berl. Sa sœur Suzanne, qui s'est mariée avec un médecin, Robert Weissmann, cousin d'André Jacob, la tient au courant, dans les moindres détails, des évolutions politiques, des nouveautés culturelles. Yvonne et Suzanne prennent chaque jour le temps de s'écrire. Elles constatent, d'une lettre à l'autre, que leurs destins n'ont pas tardé à diverger : à Paris, le couple Weissmann soigne, milite, bouge au rythme des soubresauts du monde. Des intellectuels de gauche modèles. A Nice, le couple Jacob ignore tout, ou presque, de ces passions. L'éloignement, les kilomètres, Paris contre la pro-

vince, tout cela explique le clivage, d'autant qu'après la crise économique de 1929, André Jacob se débat dans d'effroyables difficultés.

Déménager. Vite. Rue Cluvier. Quartier moins chic. Petit appartement. Sans ascenseur. Sans chauffage central. Sans parquet ciré. Vendre la voiture. Vite. Et se contenter du tramway, du train. Se séparer de deux employés sur trois. Vite. César le fidèle devra suffire à la tâche. Renoncer à acheter des robes neuves pour les filles. Yvonne tricoter. Au désespoir de Simone : « Maman me trouvait horriblement coquette et ça l'inquiétait. J'étais sans doute un peu aguicheuse, sans m'en rendre compte. Ça me plaisait... »

Le krach de 1929 balaye l'Europe, son économie, ses dernières richesses. L'immobilier s'effondre. La Société des bains de mer renonce à faire construire : plus de résidence mirifique à La Ciotat sur les arpentés des inventeurs du cinéma. Moins, beaucoup moins de villas à dessiner, de lotissements à imaginer. A Nice et ses environs, les architectes sont nombreux, trop pour un marché éteint. Les agences ferment leurs portes, les journaux impriment chaque jour la litanie des nouvelles faillites. André Jacob n'a pas été seul à avoir eu cette « bonne idée » : venir ici pour aménager le littoral, de Menton à Cannes. Mais il résiste mal. « André n'acceptait jamais les suggestions de ses clients, raconte Suzanne. Alors ceux-ci fuyaient. » Il parvient tout de même à conserver la maîtrise de trois chantiers, l'un à Nice, l'autre à Antibes, le dernier à La Ciotat où il se rend une fois par semaine. En train. Avant la Dépression, construire des villas l'ennuyait. Former des boutiques allait au-delà de ses forces. Procéder à des relevés de terrains l'épuisait à l'avance. « Mais il le faisait, témoigne Simone. Souvent je l'accompagnais. » Désormais, il doit tout accepter. Et « tout » reste peu de chose. Un train de vie modeste de tout petits petits bourgeois contraints de se débarrasser d'une villa de vacances à La Ciotat en 1937. André Jacob espère pour-tant se refaire. Il présente un projet pour l'Exposition universelle de Paris. Terrible débauche d'énergie. Ses concurrents travaillent en équipe, dix, vingt ou trente architectes

réunis. Lui doit se contenter de l'aide du dévoué César. Au bord de l'épuisement physique, ils apprennent la bonne nouvelle : leur maquette est présélectionnée. Elle ne sera pas retenue. Tant pis. Les Jacob continuent à se servir la ceinture, voilà tout. André et Yvonne ne sont pas encombrés des travers communs aux gens d'argent. Leurs amis Gluge et Lippmann sont plus fortunés qu'eux, il ne leur vient même pas à l'esprit de les envier. Les enfants ne souffrent pas des inévitables privations. André leur parle du bien et du mal, jamais d'argent. Pour se protéger, pour résister aux tentations, Milou, Denise, Jean et Simone, d'une instinctive prudence, évitent de trop fréquenter les enfants Gluge et Lippmann. Tous ces menus désagréments ne perturbent pas le bonheur qu'ils vivent dans le petit appartement de la rue Cluvier. Plongés dans le quotidien somme toute difficile, ils découvrent, émerveillés, le personnage principal de leur légende familiale naissante : Yvonne. La grâce, l'intelligence à l'état pur. Yvonne n'est pas une femme d'ordre, de ménage, de rangement. Dans l'espace exigü de la rue Cluvier règne un doux fouillis, une pagaille quasi permanente. André râle, elle l'ignore et préfère se mettre tout entière à l'écoute de ses enfants : « Elle savait les entendre, confirme Marie-Josèphe Conruyt. Une divergence ne l'effrayait pas, au contraire. Elle discutait à l'infini avec eux. » Yvonne passe des heures dans la chambre des filles. Elle les scrute, cherchant à deviner leur destin. Milou la renvoie sans cesse vers son enfance, son adolescence. L'aînée lui ressemble tant, si douce, si fragile, si forte aussi, capable d'exprimer quand il le faut une implacable autorité. Denise reste pour elle un mystère. D'où lui vient cette énergie dévorante, la passion de la montagne, une force morale jamais démentie ? Son mari, lui-même, n'est pas aussi solide, elle l'a constaté à de nombreuses reprises. Quant à elle, il y a trop longtemps que la mélancolie l'accompagne... « On la trouvait trop pâle, confie Denise, alors nous lui frottions les joues avec une petite éponge pour qu'elles brillent. Le fond de teint, elle n'a jamais voulu. » Yvonne peut compter sur la « petite » pour lui redonner des couleurs. Simone omniprésente, toujours posée sur les genoux de « maman ».

« Jusqu'à douze ans au moins, je ne l'ai pas lâchée », avoue-t-elle. Parfois, même, Yvonne est contrainte de la repousser. Elle la confie à Milou et s'inquiète des troubles qu'elle constate chez Jean. Son fils est d'apparence chétive, sa scolarité difficile, son caractère farouche. « Trois filles, c'est beaucoup pour lui », se dit à l'époque Marie-Jo Conruyt. Denise aussi : « Notre famille était trop féminine. Il en souffrait. » Pour contrebalancer cette « mauvaise » influence, Yvonne prend la décision de l'envoyer chez les scouts, laïcs. Elle n'a pas même songé aux éclaireurs israélites – indice supplémentaire de cette résolution tenace de se fondre dans la communauté nationale. Jean sera l'ouvreur.

Quatre enfants en demande permanente, un mari exigeant : le « pilier » de la rue Cluvier est en mal d'évasion. André la tyrannise. Yvonne aime la musique classique, l'opéra et les belles chansons. Il abomine tout cela. Mais il ne se contente pas de détester : il interdit ! Pas de musique chez lui, « du temps perdu », tonne-t-il. André consentira en 1940 à acheter une TSF, « pour les informations ». S'il surprend quiconque à écouter cette maudite musique, il jettera le poste par la fenêtre ». Déconcertant terrorisme intellectuel, d'autant qu'André Jacob est un homme de culture. Mais il privilégie certains domaines et se tient à sa hiérarchie. Amateur d'arts averti, il connaît en détail les écoles de peinture, les artistes et leurs œuvres. Il en parle beaucoup et bien. Imprégné de littérature, missionnaire de la langue française dont il ne supporte pas la plus insignifiante altération, il transmet à ses enfants son goût insatiable de la lecture. Pas n'importe comment, pas dans n'importe quel ordre. Les « classiques » d'abord, Montaigne (son « idole »), Racine et Pascal ; les grands républicains ensuite, Jules Romains, Anatole France ou Zola ; les modernes enfin, Montherlant et Proust. Il y a la « vraie » littérature et la « fausse », tous ces « mauvais » romans anglais à la mode, ceux de Rosamond Lehmann notamment, qu'il censure. André parle de « ses » auteurs avec science et jubilation. En famille, il organise des séances de lecture ; il impose ses goûts et ses choix à Yvonne, aux enfants... La danse, la peinture et la sculpture, oui : la

musique et le cinéma, non. Un ballet? Oui. Un concert? Non. Il défend à tous la fréquentation des salles de cinéma. Pourquoi? Parce que... Alors, dès qu'elle le peut, Yvonne s'enfuit de chez elle. Avec Mme Guiberteau, une grande bourgeoise d'origine romaine, « très à droite et très catholique », selon Simone, elle tente de rattraper le temps perdu. Au printemps, chaque année, Yvonne passe un mois à Paris chez sa sœur. Seule. Elle a besoin de cette longue respiration. « Mme Jacob n'était pas épanouie. Elle était ouverte aux autres, elle partageait tout mais on la sentait en attente. En attente de se réaliser? De réaliser des projets? Je ne sais pas. Elle était heureuse, bien sûr. Elle ne débordait pas de bonheur », note Marie-Jo Conruyt.

Simone, avant même l'adolescence, découvre que son père soumet Yvonne au jeu, par moments féroce, de la possessivité et de l'autoritarisme. « Il aurait voulu que maman lui appartienne, qu'elle lui donne tout son temps. Elle était déchirée entre son mari et ses quatre enfants, tous aussi exigeants. Elle nous a donné la préférence... » Il y a aussi des gestes que Simone ne souffre pas, par exemple cette manie qu'a André de tapoter en public les fesses de sa femme. Pour toutes ces raisons, elle est parfois vindicative à l'encontre de son père, ou elle choisit de l'ignorer. Entre André et la petite se noue une relation tumultueuse, indéchiffrable même pour les proches. Ils se ressemblent et ont en commun ces traits de caractère qui font les tempéraments ombrageux. Dans le même souffle, l'un et l'autre peuvent passer de la colère éruptive à la plus délicate tendresse. « Mon père a fait de nous des hommes, confie Simone. Il nous a enseigné que nous ne sommes pas seuls au monde. » André utilise volontiers sa mémoire d'acier, déclamant des pages entières lues et relues dans un roman; Simone, elle aussi, sait s'amuser à ce petit jeu.

Simone et son père, si semblables et en discordance incessante, l'un élucidant l'autre. Le formalisme dans les rapports père-enfants indispose Simone. Alors elle exprime sa rancune, elle qui aurait tant voulu pouvoir tout lui raconter, plaisanter, rire avec lui. Dans ce foyer, cela ne se

fait pas. Simone exècre déjà la bienséance bourgeoise et se venge, flattant un genre : l'insolence sobre, l'imper-tinence feutrée. En sixième, le professeur de lettres, Mlle Rougié, demande à ses élèves d'apprendre un poème, *Les Elfes*. Simone obtempère. Mais avant de réciter, son tour venu, elle demande la parole. Josette Destefanis, une camarade de classe, témoigne : « A la stupéfaction générale, elle a démoli le poème. Elle lui reprochait sa niaiserie avec de vrais arguments. Le professeur, éberlué, hochait la tête et balbutiait : " c'est vrai, c'est vrai "... Personne d'autre n'aurait osé. » Mlle Rougié aurait été bien en peine d'imaginer qu'en cet instant précis, l'enfant Jacob réplique dans le huis clos du lycée de jeunes filles aux pépétuelles somnations littéraires et poétiques de son père : voilà ce qu'il faut vénérer, voici ce qu'il faut bannir... Sous la domination, Simone étouffe. Elle ne doute pas qu'Yvonne endure le même malaise, mais l'assujettissement est déjà trop enraciné. La condition infligée à sa mère lui déplaît et, pour cette raison précise, elle en veut à son père. Pourquoi l'a-t-il empêchée de poursuivre ses études? Confusément, elle refuse déjà cet ordre masculin établi. Yvonne, parfois, lui dit : « Plus tard, tu devras travailler si tu veux être indépendante. »

Jean a donné l'exemple et les filles emboîtent le pas. Toutes les trois rejoignent à leur tour les éclaireuses. Les sœurs Jacob – et c'est aussi cela l'ascendant d'André – ne font pas les choses à moitié. Elles prennent possession de la section Nice IV, cravate verte, liséré blanc. Milou, d'humeur toujours égale, dirige la troupe avec un étonnant doigté. « Lézar », son nom de totem, est une chef-taine adorée. Denise s'impose comme un leader enthousiaste, déterminé, capable de bien des exploits. Simone est baptisée « Lièvre agité ». Tout un programme. La présence et l'influence des deux aînées ne la brident pas. A ce propos, le témoignage de Laurence Hirsch-Reinach est éloquent : « Elle était volontaire, efficace, capable d'emportements inopinés, et puis son sourire sauvait tout. » « Simone était à la fois rayonnante et grave. Nous étions à la recherche du Bien, de la Justice. Nos préoccupations étaient sérieuses », se souvient Anne Gournay.

Au cours de la rituelle sortie du dimanche, les éclairées arpentent les chemins du mont Boron, chantent, s'initient à la botanique. Milou, Denise et Simone, plus soudees que jamais, évoquent « la poursuite d'un idéal, analogue à celui de [leurs] parents ». Étonnante tribu qui régit la troupe et impose un style, une allure. « On s'aimait beaucoup, on se disputait beaucoup », convient Simone. Les sœurs Jacob, comme toute, ne laissent pas indifférent. Elles suscitent l'admiration, rarement la jalousie. Milou médite puis décide, Denise s'active, Simone explose.

En 1940, Simone, alias Lièvre agité, est totémisée une seconde fois. Une pratique peu courante chez les scouts. « J'avais enfin pris un peu de plomb dans la tête, remarque-t-elle. Milou en a tenu compte. » Milou, la réfrence, sa référence, opte après maintes hésitations pour Balkis, le prénom de la reine de Saba, selon le Coran.

Plongées dans un ouvrage d'histoire, les deux sœurs remarquent un soir une citation de Mirabeau : « Il y a pire que le bourreau, c'est son valet. »

NOTES

1. André Spire, cité par Alain Finkelkraut, *Le Juif imaginaire*, Éd. du Seuil, 1980.

Les « Pollacks » et le Maréchal

Nice, 1940. Pressent-elle, cette jeune fille de treize ans, que l'époque de l'insouciance est révolue? Simone enfant a-t-elle d'ailleurs jamais été frivole ou même légère? Certes, elle rit aux éclats, les adultes ne résistent pas à son charme, à ses immenses yeux verts. De bonne heure, elle s'est avisée que la déconfiture professionnelle d'André complique l'existence des Jacob. Cette situation la tourmente. La vie étriquée d'Yvonne la chagrine plus que jamais, sa mère mériterait telle-ment mieux... Simone a grandi trop vite, à la fois épau- nouie et tourmentée, douce et violente, mûre et fragile. De l'antisémitisme en revanche, elle n'a jamais souffert. Elle évoque parfois la bousculade survenue tant d'années auparavant au jardin d'enfants, avec cette copine ressassant : « Oh, tu es juive, ta mère brûlera en enfer! » Rien de sérieux au fond. « En sixième, nous savions toutes qu'elle était juive. Ça n'avait aucune importance », dit Josette Destefanis. C'est le mot : judaïsme et antisémitisme sont pour elle jusque-là sans « importance ». On ne lui en parle guère et elle en sait si peu... Pourtant, cela fait déjà longtemps qu'elle entend des récits baragouinés dans un mauvais français par ces étrangers qui surgissent rue Cluvier.

A Paris, depuis 1933, Suzanne et Robert, la tante et l'oncle, accueillent de très nombreux Juifs allemands ou autrichiens fuyant Hitler. Ils réceptionnent aussi des Juifs polonais, des Juifs de Roumanie évadés des ghettos

non seulement pour « fuir une vie de misère et d'humiliation », mais pour rallier la France, dont le nom « résonnait comme une promesse de dignité, de fraternité¹ ». Quand les exilés manifestent le souhait de s'installer sur la Riviera, les Weissmann fournissent l'adresse des Jacob. André et Yvonne leur prêtent alors main forte pour dénicher un logement, trouver un travail. La famille Jacob écoute les comptes rendus circonstanciés de la malédiction annoncée. Ils écoutent, les Jacob. Mais comprennent-ils la tragédie qui se noue en Allemagne? Pourtant, André affiche et revendique un anti-germanisme forcené. « Les Allemands, raconte Simone, papa ne les appelait que les boches. En parlant d'eux, il piquait de terribles rages: " Il faut les tuer, tous! " Papa, c'était un patriotard-revanchard. » Cela n'aide pas forcément à comprendre la nature du nazisme.

A l'été 33, les Jacob et les Weissmann avaient loué une maison de vacances à La Ciotat, la plage de tous les plaisirs pour leurs six enfants. Dans une villa voisine, un de leurs amis, Mathieu-Pierre Weill, reçoit un jeune philosophe qui étudie et enseigne en Allemagne depuis trois ans. Raymond Aron se repose quelques jours, mais un besoin irrésistible d'expliquer, de convaincre, le tenaille. Ses nouveaux compagnons de baignade lui fournissent un public attentif. Le jeune homme – il a une vingtaine d'années – parle avec autant de clarté qu'il écrit. La politique allemande défile tel le scénario d'un film parfaitement construit: quand il arrive à Cologne, en mars 1930, le parti nazi compte 12 députés et 800 000 électeurs; une menace, pas davantage. Six mois plus tard, les hitlériens occupent 107 sièges au Reichstag, soutenus avec ferveur par 6 millions et demi d'Allemands. Et si le maréchal Hindenburg a empêché Hitler d'accéder à la présidence en 1932, ce n'est que partie remise. Voilà ce qu'Aron leur raconte entre la mer, le tennis, la lecture et l'apéritif. Il évoque le « satanisme » d'Hitler², décrit avec de minutieux détails ces meetings auxquels il a assisté, dessine les portraits de Goebbels, « excellent orateur », et d'Hitler qui parle « un allemand épouvantable ». Aron avoue la peur et l'hor-

reur que le spectacle lui inspire. Il détaille aussi l'antisémitisme violent des hitlériens, ses ressorts, sa mise en pratique. Aron prophétise que les Juifs allemands vont subir – et vite – discriminations et persécutions. Il ne se dérobe pas: la guerre contre cette Allemagne-là? Inévitable et à court terme, précise-t-il. Prennent-ils Aron vraiment au sérieux? Suzanne Weissmann se souvient encore aujourd'hui des doutes de son beau-frère, André Jacob. Et si le jeune philosophe noircissait le tableau en raison de sa judaïté? Et s'il était à ce point anti-allemand qu'il néglige les stricts intérêts de la France? Aron perçoit le soupçon et lui fera un sort... un demi-siècle plus tard: « Si je disais un certain nombre de choses, je devenais immédiatement suspect, suspect d'être emporté non pas par l'analyse de la réalité, non pas par le patriotisme français, mais par ma haine de l'antisémitisme des hitlériens³. » André Jacob l'israélite tombe lui aussi à pieds joints dans ce piège de la défiance que tendent ensemble, en France, l'ultra-droite antisémite et les pacifistes acharnés, déjà complices. André Jacob veut ignorer « qu'à partir de l'arrivée au pouvoir d'Hitler, tous les Juifs français ont été suspects d'être antiallemands, antihitlériens, non pas en tant que Français mais en tant que Juifs⁴ ». André Jacob se méfie de l'agréé Raymond Aron, de ses explications limpides. Une anecdote aurait dû pourtant éveiller sa vigilance, lui l'amoureux de littérature: le récit minutieux de l'autodafé que Goebbels organise le 10 mai 1933 pour « purifier » la culture allemande, la débarrasser de tous ces écrivains « dégénérés », « décadents » – Sigmund Freud, Robert Musil ou Thomas Mann. Des étudiants jettent les livres « impurs » dans un brasier et Aron, à quelques mètres de là, observe. André Jacob ne doute pas de la véracité des faits rapportés. Mais il reste persuadé qu'Aron exagère. Tout comme ces exilés aux narrations tourmentées qu'il reçoit rue Cluivier avec tant de dévouement. Quelques années après, Simone, elle, prendra tout cela au sérieux. Elle reprochera d'ailleurs aux adultes leur « scepticisme ». Les Jacob, à l'instar de si nombreux Juifs français, ne sont décidément pas armés pour affronter le pire.

Quand le Front populaire triomphe en 1936, quand Léon Blum accède à la présidence du Conseil, environ un millier de Juifs français, ces fameux israéliques, copies conformes d'André Jacob, résident à Nice. C'est l'estimation la plus courante. Ils ne sont pas tous, loin s'en faut, acquis à ce gouvernement où figurent en bonne place quelques ministres communistes. Tandis qu'André Jacob avoue une opposition absolue, Yvonne applaudit au triomphe des socialistes. La lecture des journaux suffit pourtant à les réunir dans une appréhension muette : que de haine déversée contre Blum qui « incarne tout ce qui révolte notre sang et notre chair, il est le mal, il est la mort » ; Blum, « l'homme à la vaisselle d'or » (*Je suis partout*) ; Blum, « cet homme pas de chez nous » (*Gringoire*) ; Blum apostrophé au palais Bourbon par le député d'extrême droite, Léon Daudet, aux cris de « A Jérusalem, à Jérusalem », et qui réplique, impassible : « Je suis juif, en effet, on ne m'outrage aucunement en me rappelant la race dont je suis né, que je n'ai jamais reniée. » Pareille violence verbale, et parfois physique – des royalistes tentent de lyncher Blum boulevard Saint-Michel –, avait disparu depuis l'élargissement de Dreyfus. Dans cette atmosphère équivoque, 4 000 réfugiés, souvent des industriels, des gros commerçants, une poignée d'intellectuels et d'artistes, arrivent sur la promenade des Anglais. Le fils de Sigmund Freud, Oliver, ouvre un atelier de photographie. L'historien Boris Souvarine tient des conférences où, à la fureur des communistes, puissants dans les Alpes-Maritimes, il décortique le système soviétique et dénonce les crimes du « génial » Staline. « Nice vivait un bouillonnement extraordinaire grâce à l'apport des exilés, reconnaît l'avocate Nicole Dreyfus. Ce n'était pas le mouvoir d'aujourd'hui. » La cohabitation, pourtant, engendre des éclats.

Au goût des israéliques de Nice, les nouveaux venus s'affichent avec trop d'ostentation, ils fréquentent trop théâtres et casinos. Sans distinction de provenances ou d'origines sociales, ils les dénomment en bloc les « Pollacks ». Qui d'ailleurs avait baptisés de la sorte, peu après leur arrivée, les premiers Juifs russes en 1880 ?

Pas Drumont et sa clique, les dénonciateurs haletants de « l'anti-France » Pas non plus Maurras et sa troupe, ces royalistes antisémites par « volonté patriotique »⁶. Les « Pollacks » : la formule a germé dans l'esprit des... israéliques eux-mêmes. Ils endurent un tel tourment à la seule idée que les nouveaux venus puissent entraver leur assimilation, qu'on les montre du doigt à cause de ces « cosmopolites un peu trop voyants »... Ils renoncent vite à un soutien inconditionnel. Ils ressassent cette antienne : si l'antisémitisme ressurgissait, les Pollacks « primitifs », « arriérés » et « incultes » en seraient comptables. Et pourtant, chaque fois qu'un Pollack subit une brimade, c'est eux, en réalité, qu'on vise. Bernard Lazare, le « juste » de l'affaire Dreyfus, un « prophète » selon Blum, le grand Bernard Lazare en personne invite les israéliques « à repousser toute solidarité avec des changeurs francfortais, des usuriers russes, des cabaretiers polonais, des Galiciens prêteurs sur gages »⁷. A Nice, certains retiennent la démonstration et « s'affirment aussi xénophobes que d'autres Français, tout en l'assurant moins bien » se souvient Myriam Ezratti, une amie de la famille Jacob. Ils déclinent ainsi toute participation aux collectes en faveur des réfugiés les plus démunis et ne dédaignent pas de répercuter la rumeur – fatale en période de crise – selon laquelle les « Pollacks sont les as du marché noir ». Ils ne sont pas loin de raïsonner à la manière du dramaturge Jean Giraudoux : « Notre terre est devenue terre d'invasion. L'invasion s'y produisit exactement de la façon dont elle s'opéra dans l'Empire romain, non pas par les armées, mais par une infiltration continue de barbares. Cette cohorte envieuse et avide de l'Europe centrale et orientale, race primitive ou imperméable. Ces centaines de mille d'ashkénazes échappés des ghettos polonais ou roumains, prédisposés à l'anarchie et à la corruption. » André Jacob et les siens refusent ces comportements médiocres. Simone, du haut de sa dizaine d'années, reproche souvent à son père sa rigidité. Cette fois, elle admire sa rigueur morale.

Dès l'invasion de la France en mai 1940, la vraie dimension des enjeux commence à s'esquisser dans

l'esprit des Jacob. La patrie court un terrible danger et le détachement ne peut plus être de mise. L'inexorable progression militaire du Reich et l'antisémitisme déli-rant du chancelier, ils en parlent, à l'affût du moindre écho, dans l'attente permanente d'une information réconfortante. André, trop âgé pour être mobilisé, est accablé par la débâcle et l'exode qui précipitent des mil-lions de Français hagards sur les routes. Il ne s'y atten-dait pas, si semblable en cela à l'immense majorité des Français « bercés depuis 1939 par la " drôle de guerre ", finalement tranquilles derrière la ligne Maginot⁸ », lui qui a élevé ses quatre enfants dans « une certaine idée de la nation, du pays dans lequel on vit »...

Combattant de la Grande Guerre, il avait pourtant retrouvé confiance quand, huit jours après le début du déferlement allemand, le président du Conseil, Paul Reynaud, avait rappelé à ses côtés le maréchal Pétain, alors ambassadeur à Madrid, dans cette Espagne fran-quistes où il se sentait si à son aise. « Mettant toute sa sagesse et toute sa force au service du pays, il restera jusqu'à la victoire », rassure Reynaud. André veut croire de toute son âme en ce soldat à l'âge vénérable qui a été son chef et que l'on va chercher quand « la France est au bord de l'abîme ». André Jacob est alors pétau-niste. Comme la plupart des Français, juifs ou pas. « Ce n'était pas un homme qui nous parlait, mais du plus pro-fond de notre histoire, nous entendions monter l'appel de la grande nation humiliée. Ce vieillard était délégué vers nous par les morts de Verdun⁹. » André Jacob a-t-il pris connaissance de ces lignes amphigouriques signées Mau-riac? Sans doute pas, mais il ressent les mêmes vibra-tions que le très catholique romancier. Certes, l'entou-rage du Maréchal lui déplaît, trop réactionnaire, trop hoberreau. Mais le mythe Pétain-Verdun emporte une ultime fois ses réticences. Il voit les images pieuses du Maréchal, il entend cette voix chevrotante, « blessée par l'émotion », et sa mémoire ne peut s'empêcher d'évoquer les charniers de Douaumont ou du chemin des Dames. « Pétain, ces deux syllabes qui sonnent si clair, si fran-çais. Philippe Pétain, au soir d'une vie chargée d'hon-

neurs, doit encore défendre la France et tenter de la sauver; il doit s'engager sur un nouveau chemin de croix, plus dur à parcourir que ne l'était cette Voie sacrée qui l'aida à sauver Verdun¹⁰. » Le 17 juin, André Jacob perd ses ultimes illusions : Pétain, nommé pré-sident du Conseil, avertit les Français « qu'il faut tenter de cesser le combat ». Paul Valéry confesse qu'il a « éclaté en pleurs ». André aussi.

Ce même 17 juin, reclus dans la salle à manger d'un hôtel de Ginoles, une station thermale proche de Bor-deaux, Simone, Milou, Denise et Jean écoutent à la radio le discours de Pétain. Le lendemain, ils entendent de Gaulle, l'appel du 18-Juin. Les Weissmann ont trouvé refuge chez des amis et songent à passer en Angleterre via l'Espagne. André exige que ses enfants les rejoignent. Mussolini est à son tour entré en guerre et il redoute que les Italiens occupent Nice. Pas ques-tion, explique-t-il, que sa famille croupisse sous une botte étrangère. « Nous avons vite renoncé à l'Espagne, raconte Suzanne Weissmann. Je ne savais quoi faire des enfants. Alors, quelques jours plus tard, je les ai ren-voyés à Nice, avec les miens. Le train est arrivé à Mar-seille. La gare Saint-Charles était déserte et Yvonne nous attendait sur le quai. Elle rayonnait de bonheur, si heureuse de retrouver ses petits. »

André, affligé mais lucide, découvre chaque matin dans le journal l'enchaînement des félonies du Maré-chal. A peine les pleins pouvoirs obtenus (le 10 juillet), Pétain se prête avec maestria au jeu de la symbolique : « La terre, elle, ne ment pas », dit-il, mais la République n'est plus, trépassée, supplantée par « l'État français ». « La révolution est accomplie », exulte le polémiste d'extrême droite, Georges Suarez¹¹, cette « révolution nationale » dont se réclame Pétain, cette contre-révolution plutôt, celle qui devrait submerger d'angoisse tous les Jacob de ce pays, citoyens d'après 1789. Drieu La Rochelle, esthète brutal de l'antirépublicanisme, ne s'y trompe pas. Il se donne à Pétain, disposé qu'il est à « marcher avec n'importe quel type qui mettra ce régime par terre¹² ». Et Morand, romancier de l'aristo-

cratie désinvolte, dépeint une Marianne « bouffie », « obèse », « adipeuse », défigurée par « ses tumeurs graisseuses, sa morale de saindoux »¹³. C'est cette France-là, à la fois occupée sur une grande partie de son territoire et rétractée sur elle-même, cette France humiliée et culpabilisée (« Vous avez souffert, vous souffrirez encore », avertit Pétain), que les Jacob doivent désormais affronter. Dans ce pays décrété hostile à « l'autre », dans ce pays où l'atmosphère politique vise à la délation publique de boucs émissaires — « Les Juifs Blum, Mandel et autres, ces bellicistes qui conduisirent au désastre », affirme Pétain —, ils devinent les contours d'une existence où la survie, matérielle et morale, se résume à une lutte de tous les instants. A ce jeu-là, Simone ne tardera pas à révéler sa personnalité exacte : intelligente, audacieuse, astucieuse.

A la rentrée de septembre 1940, Yvonne enseigne dans une école primaire, la plupart des instituteurs étant encore sous l'uniforme. Elle a convaincu sans difficulté son mari de la laisser travailler. Le quotidien des Jacob est trop pénible pour renoncer à un salaire supplémentaire, si modeste soit-il. Depuis quelques mois, les Niçois sont plongés dans d'inextricables tourments pour s'approvisionner. La ville est entourée de rochers et l'agriculture locale produit des... œillets... Les pommes de terre disparaissent du commerce, puis les pâtes, les légumes, le poisson. Dès le 6 août 1940, la préfecture des Alpes-Maritimes délivre une carte d'alimentation : 50 grammes de beurre et de fromage par mois, 72 grammes de viande par semaine. Une misère. Dans une note adressée à Vichy, les fonctionnaires, inquiets, constatent « les conséquences désastreuses de la situation alimentaire sur l'opinion publique ». Sur les marchés, les femmes, épuisées par des heures d'attente le plus souvent inutile, en viennent parfois aux mains pour récupérer l'unique tomate, l'unique pomme de terre. La police est contrainte d'intervenir pour réprimer des manifestations de ménagères devant les mairies de La Colle-sur-Loup, de Cannes et de Cap-d'Ail. Encadrées par des militants communistes, elles dénoncent « ces

épluchures de pommes de terre qu'il faut acheter à prix d'or ». Dans ce contexte, les Jacob ne s'en sortent pas. Trouver à manger tourne à l'obsession : Milou, Denise, Jean et Simone, et les deux enfants Weissmann, André et sa sœur Claude, sont tous installés rue Cluvier. Six gros appétits. Comment faire ? André refuse de se plier aux impératifs du marché noir. Le manque d'argent n'explique pas à lui seul cette attitude. Il ne peut pas être question de « faire n'importe quoi », surtout en cette période de « déclin moral ». André plus intrinsèque que jamais ! Alors, quelques heures avant le lycée, Yvonne et les enfants s'installent dans les queues des marchés. Ils sont tous debout à 4 heures du matin et se répartissent dans les différents secteurs de la ville. Simone déploie des trésors d'ingéniosité pour rapporter un fruit, un légume, un morceau de fromage, quelque chose chaque jour, quelque chose qui puisse arracher un sourire à sa mère. Les marchands la repèrent, l'autorisent à se faufiler, à couper — un peu — les files. L'époque est confuse, les difficultés inextricables. L'avis de Milou est, comme à l'accoutumée, décisif : Simone se range à ses explications. Pourtant, la petite prend l'ascendant parce qu'elle est indispensable, toujours disponible et d'une formidable efficacité. Mais tout cela est épuisant, improductif au bout du compte, insuffisant pour échapper à la maladie : André perd 35 kilos en moins de deux ans et Yvonne subit une délicate opération de la vésicule biliaire. Elle sera même contrainte de quitter Nice quelques mois pour partir en convalescence près de Toulouse, là où sa sœur Suzanne a trouvé refuge. Livrées à elles-mêmes, les filles Jacob confirment leur caractère d'acier.

Jean annonce qu'il renonce à ses études. Encore sous l'emprise de la mythologie Front populaire, il signifie sa volonté de se fonder parmi les ouvriers. André est accablé. Rien ne lui semble plus important que de « bonnes et solides études ». Simone, qui se mêle de tout, soutient avec force son frère. Elle le devine désarçonné dans cette famille où les livres, les idées, les femmes ont tant d'importance. Après un bref apprentissage de couvreur,

Jean choisit la photo. Il travaille chez Mirkin, un photographe qui a ses entrées aux studios de cinéma de la Victorine. Bachelière, Milou trouve un emploi de secrétaire chez des amis dans une entreprise d'apéritifs. Elle n'envisage même plus de poursuivre des études tant le manque d'argent est crucial. Denise, elle, donne des leçons particulières de mathématiques. Toutes deux palient ainsi au salaire perdu depuis la maladie d'Yvonne. Quant à Simone, elle n'a qu'une préoccupation en tête dès la sortie du lycée : aider sa mère.

Généreux, André reçoit rue Cluvier ceux des membres de sa famille qui choisissent de se réfugier à Nice. Ils sont bientôt cinq nouveaux venus, deux adultes, trois enfants. Un matin qu'elle traverse un marché pour rejoindre le lycée, Simone les surprend s'offrant quelques douceurs en cachette alors qu'Yvonne, elle, partage tout. Simone retourne aussitôt rue Cluvier et fait un scandale à son père. « Je lui ai dit qu'ils devaient partir. Et tout de suite. Que maman n'était pas leur bonniche. » Yvonne, « le personnage le plus important de sa vie », dit-elle. Pour toujours.

En cet hiver 40 – et au cours des trois suivants – Simone a faim et froid. Faim au point d'ingurgiter au lycée du sérum de bovidé. Froid au point de courir en rond dans la classe, énonçant de vagues chansons pour se dissimuler le ridicule – ou le tragique – de la situation. « Nous avions faim, si faim. Je me rappelle avoir une fois mangé une banane chez les Jacob, j'en avais oublié le goût. Mais nous étions toutes très minces, toutes très charmantes », se souvient Anne Gournay.

Avec elle, Simone évoque souvent « un avenir meilleur ». La raison devrait pourtant les en dissuader.

NOTES

1. Robert Badinter, « Discours du 50^e anniversaire de la rafle du Vel' d'Hiv », 16 juillet 1992.
2. Nicolas Baverz, *Raymond Aron*, Flammarion, 1993.
3. Raymond Aron, *Le Spectateur engagé* (avec J.-L. Missika et D. Wolton), Julliard, 1981.

4. *Ibid.*
5. Pierre Gaxotte, *Candide*, 7 avril 1938.
6. *L'Action française*, 28 mars 1911.
7. Pierre Birnbaum, *Les Fous de la République*, Fayard, 1992.
8. Se référer à propos de cette période à l'excellent ouvrage de Pierre Servent, *Le Mythe Pétain*, Payot, 1992.
9. *Le Figaro*, 5 juillet 1940.
10. Jean Montigny, député ami de Pierre Laval, *Toute la vérité sur un mois dramatique de notre histoire*, Éd. Mont-Louis, 1940.
11. Georges Suarez, *Le Maréchal Pétain*, Plon.
12. Cité par Pascal Ory, *Les Collaborateurs*, Éd. du Seuil, 1980.
13. Cité par Bernard-Henri Lévy, *L'Idéologie française*, Grasset, 1981.

La trahison

Du Maréchal, les Niçois répètent, l'air satisfait et entendu, qu'il peut se considérer « de la famille ». Depuis 1920, Pétain passe toutes ses vacances dans sa propriété de Villeneuve-Loubet, un ravissant village de l'arrière-pays. La droite régente le conseil général des Alpes-Maritimes : 24 élus sur 30 s'empresent de faire savoir à Pétain qu'ils « se mettent à sa disposition ».

Au sujet de Joseph Darnand, les Niçois sont partagés. Héros des corps francs de 14-18, Darnand l'enfant du pays, patron d'une entreprise locale de transport, est un activiste d'extrême droite de la pire espèce, attiré par Mussolini et par la violence, dénonçant les trois ennemis : « le bolchevique, le franc-maçon et Israël ». Après la défaite, Darnand fonde à Nice, le 6 octobre 1940, la Légion des combattants, matrice du Service d'ordre légionnaire puis de la Milice. Son succès est impressionnant, alarmant surtout : 50 460 adhérents en quelques jours.

Quand les gros bras du Parti populaire français (PPF) envahissent la ville, le 5 septembre 1940, pour « encadrer » le meeting de leur chef Jacques Doriot, ils en profitent pour attaquer avec une poignée de Russes blancs « locaux » quelques boutiques « juives » et rouer de coups des commerçants « circoncis ».

Imperturbables, les fonctionnaires rédigent sur-le-champ une note de synthèse expédiée à Vichy : « Ces incidents n'ont pas été approuvés par la population qui, cepen-

dant, ne manque pas de s'élever contre la présence, à son sens trop nombreuse, d'étrangers, plus particulièrement de confession juive, à Nice. »

Pourtant, qu'importe le contexte politique. Au début de la guerre et malgré les privations, les Juifs de Nice, français et étrangers mêlés, sont encore insouciantes. « C'était, l'enchantement, se souvient Nicole Dreyfus, une ville merveilleuse, avec des domestiques italiens, des maçons italiens, une nourriture italienne; l'antisémitisme, on ne savait pas ce que c'était ». Au lycée de jeunes filles, si charmant avec ces villas baroques rattachées les unes aux autres, « vivant et cosmopolite », les trois sœurs Jacob ont pris la — bonne — habitude de figurer parmi les élèves sans problèmes. Simone est intéressée, sans plus. Les devoirs ne sont jamais très bien rédigés, les leçons jamais très bien apprises. La moyenne, pour passer et ne pas subir les réprimandes d'André, car la guerre ne change rien aux intransigeances paternelles.

Dans un établissement peu touché par la vague pétainiste, Simone devine des enseignants gaullistes, d'autres communistes. Les grandes, Denise notamment, gravent des croix de Lorraine sur les pupitres et en distribuent à l'heure de la récréation. Simone récite, en pouffant, le pastiche des « Stances de Camille » que les « grandes » ont imaginé : « Voir le dernier Germain (au lieu de Romain) à son dernier soupir, moi seule en être cause et mourir de plaisir. » Chaque lundi matin, quand il faut assister dans la cour au lever du drapeau et entonner « Maréchal, nous voilà », elles sont nombreuses à faire semblant de chanter. Quelques-unes, plus hardies, hurlent à tue-tête le très résistant « En passant par la Lorraine » et n'hésitent pas à lancer quelques « Vive de Gaulle » vite étouffés. La directrice les convoque, sans plus de dommage, et elles ricangent quand les admiratrices du vieux maréchal, véhémentes et enfantines, leur reprochent cette attitude : « Tu n'as pas gagné Verdun ! Tu l'as fait, le don de ta personne à la France ? Tu n'es pas maréchal ? Alors, tais-toi ! » Simone ne se tait pas. Parfois même on échange une gifle. Geste dérisoire... Aucun Juif, sur la Côte d'Azur, n'est capable de concevoir ce qui se trame à Vichy en cet automne

1940, surtout pas les Jacob, si français, si intégrés. Pétain pousse à l'élaboration d'un statut des Juifs, sans même que les Allemands le suggèrent.

Antisémitisme, Pétain ? A sa manière... Il n'hésite jamais à se montrer avec ses chers et vieux amis « israéliques », les Chasseloup-Laubat, avec lesquels il joue au croquet ! Académicien français, il avait soutenu la candidature du romancier André Maurois, Bloch de son vrai nom. Mais il ne tolère pas que les Juifs s'intéressent aux affaires du pays. Selon lui, ils occupent en France trop de places de commandement; le Conseil des ministres adopte donc, le 1^{er} octobre 1940, un texte présenté par le ministre de la Justice, Raphaël Alibert. La prose définit d'abord le Juif : toute personne ayant trois grands-parents juifs ou seulement deux dès lors que son (sa) conjoint(e) l'est aussi; à ce Juif, la loi oppose ensuite une litanie d'interdictions professionnelles : la fonction publique, l'enseignement, le commandement militaire, les entreprises recevant des fonds publics, la presse politique et économique, tout poste à responsabilité au théâtre, à la radio et au cinéma; dans les activités libérales, un numerus clausus limite strictement le nombre de Juifs. Enfin, le texte proclame ouvertement la notion de race juive. Dans une ordonnance prise à Paris trois jours plus tôt, pour ordonner le recensement des Juifs en zone occupée, les Allemands, eux, se sont contentés de faire référence à la « religion juive » sans descendre sous la barre des trois grands-parents juifs pour définir un Juif. « Quand il a découvert tout cela, André Jacob n'y croyait pas. Il me répétait qu'il n'avait rien à redouter de personne, pas même de Pétain. Il m'expliquait que sa famille était française depuis tant de générations, qu'il avait fait la guerre, qu'il avait été emprisonné en Allemagne, qu'il avait reçu des décorations. Il ressassait que ce n'était pas grave, pas sérieux, un mauvais moment à passer », raconte César Boletti. Simone ne tarde pas à s'apercevoir que le statut des Juifs est inquiétant. Dès le mois de décembre, une enseignante, Mme Grolleau-Hirsch, et une surveillante générale, Mme Darmon-Carcassonne, sont exclues du lycée de jeunes filles. Elle raconte l'épisode à son père. Il n'en démord pas, il

s'entête : « Ce n'est pas sérieux, ils n'oseront rien nous faire. »

A Paris, à Nice ou à Vichy, le statut des Juifs provoque le trouble. Certains tentent déjà de disculper Pétain. Il aurait été manipulé par Alibert, son « mauvais génie ». Faux. Le ministre des Affaires étrangères, Paul Baudouin, prend des notes durant le Conseil des ministres : « Pendant deux heures est étudié le statut des israélites. C'est le Maréchal qui se montre le plus sévère. Il insiste en particulier pour que la justice et l'enseignement ne contiennent aucun Juif². » D'autres remarquent l'emprise des occupants sur Vichy. Faux, encore. « Cette législation fut, si j'ose dire, spontanée, autochtone », écrit le plus proche collaborateur de Pétain, Dumoulin de Labarhète. Pour la première fois, les Juifs français amorcent une prise de conscience. A ses enfants, André confesse sa « douleur ». Replié à Cannes, Bloch, alias Tristan Bernard, est interdit de conférence à cause de son « origine juive ». Le grand monsieur du théâtre français se permet un rictus désespéré, ce mot d'esprit : « On bloque les comptes et on compte les Bloch. » Il ne provoque plus le rire, seulement quelques sanglots vite étouffés. Pétain a trahi les 200 000 Juifs français, il les a exclus de la communauté nationale. Mais prennent-ils pour autant conscience que le sort des 130 000 Pollacks, pour partie raflés par la police française et bientôt remis aux nazis, pourrait tôt ou tard leur être infligé ? « Ils n'oseront pas », répète André, litanie rassurante et partagée. Vichy s'escrime d'ailleurs à les tranquilliser. Philippe Henriot, par exemple, l'un des porte-voix préférés du Maréchal, partisan acharné de la collaboration, antisémite virulent : « Vous vous alarmez à tort. Quand nous parlons Juifs, il n'est pas un instant question, dans notre esprit, de Français comme vous. Vous savez bien que nous ne pensons qu'aux Juifs, et non aux Français de religion israélite. » Otto Abetz, l'ambassadeur du Reich à Paris, confirme cette tendance au ministre des Affaires étrangères Ribbentrop : « Le Maréchal ne voudrait pas faire subir aux Juifs français qui se sont distingués dans la guerre au bénéfice de la France le même traitement qu'aux Juifs immigrés de l'étranger. » André

Jacob – et tant d'autres – commencent seulement à réagir, même si quelques-uns veulent encore croire à ces garanties. Ils multiplient les courriers à Pétain, des lettres où leur détresse affleure à chaque ligne. Il y a notamment cette plainte déchirante du général d'artillerie André Boris, le plus haut gradé d'origine juive, trois semaines après la publication du statut : « Parmi les israélites français, ceux qui ont donné leur vie, les blessés qui ont donné leur sang, les vivants qui portent leurs croix, ne croyaient pas l'avoir donné ou les avoir reçues pour un pays qui les renierait. Les pères et les descendants de ces morts, mutilés et blessés, loin de détester la France, malgré tout ce qu'ils subissent, entendent ajouter leur sacrifice silencieux d'aujourd'hui et leur sacrifice d'autrefois. Ils espèrent ainsi mériter doublement le titre de Français qu'ils n'abandonneront jamais dans leur cœur même si on leur arrache par la force. » André Jacob s'inscrit dans cette logique. Il reprend à son compte la formule d'une importante personnalité israélite, Vidal-Naquet : « Je ressens comme Français l'injure qui m'est faite comme Juif. » L'époque des injures n'en est pourtant qu'à ses prémices.

En son for intérieur, André Jacob est furieux. Vexé que sa franchise soit de la sorte remise en cause. Indigné qu'un article du statut stipule l'interdiction faite aux soldats juifs d'accéder au rang d'officier. Il lit avec réconfort l'adresse de Pierre Massé, député de l'Hérault, expédiée au Maréchal : « Je vous serais obligé de me faire dire si je dois retirer ses galons à mon frère sous-lieutenant tué à Douaumont en avril 1916, à mon gendre tué en Belgique en mai 1940, suis-je assuré qu'on ne retire pas rétroactivement la médaille de Sainte-Hélène à mon arrière-grand-père ? » Israélite, l'ex-ministre Massé n'est sûr de rien ; André non plus ; Simone pas davantage. Elle écoute les adultes, remarque leur sérénité trompeuse, celle de Julien Reinach notamment, le père de son amie Laurence. Conseiller d'État, et par conséquent chassé des bureaux du Palais-Royal, il se trouve à Beaulieu-sur-Mer dans un endroit prodigieux, la villa Kerylos, reconstitution à l'identique d'une demeure de la Grèce antique. Ce lieu magique, planté sur la pointe des Fourmis entre le Cap

Ferrat et le rocher de Monaco, avait été imaginé et construit par son père Théodore en 1903. « Ils ne nous feront rien, Simone, lui répète-t-il. Nous nous sommes battus en 14-18, nous servons la France depuis si longtemps. » A Simone éblouie, il raconte la saga des trois frères Reinach. Joseph l'aîné, historien et député, affronta un jour Clemenceau au palais Bourbon. Dénonçant la politique de la Terreur conduite par Robespierre, il s'attira cette réplique définitive : « La Révolution est un bloc. » Les deux autres, Salomon et Théodore, plaisent davantage à Simone. Hellénistes, historiens de l'art, ils ont été surnommés « les frères Je sais tout ». Simone aime pousser jusqu'à Beaulieu, jusqu'à Kerylos, un oiseau de la mythologie grecque, une hirondelle des mers. Elle se promène d'une pièce à l'autre et remarque cette inscription gravée sur le mur de la bibliothèque : « C'est ici qu'en compagnie des orateurs, des savants et des poètes grecs, je me ménage une retraite dans l'immortelle beauté. » Cette épigramme la laisse songeuse : la beauté est-elle encore de mise ? Cette splendeur a-t-elle toujours un sens, une justification ? Julien Reinach évoque en sa compagnie les « valeurs littéraires, politiques et philosophiques que la Grèce ancienne nous a transmises ». Ensemble, ils déambulent dans le péristyle fait de douze colonnes en marbre blanc de Carrare, sous le regard d'une statue de Sophocle. Hitler ? Pétain ? Le statut des Juifs ? A quoi cela peut-il bien servir de marcher la tête en l'air et de découvrir, fasciné, ces murs de Kerylos couverts de fresques, ce mobilier en chêne incrusté de bois précieux et chevéillé d'ivoire, ces thermes, ces bustes, ces bronzes, ces draps brodés à la main en Grèce. Tant de beauté écrasée, laminée par cette énigme qui hante Simone au seuil de l'adolescence : et demain ? Elle pressent que tout ça finira mal. Elle le dit à Julien Reinach qui passe le temps en traduisant des textes de Gaius, jurisconsulte romain. Mais pourquoi cette gamine est-elle autant sur le qui-vive ? « J'ai eu peur, convient-elle. Tout le temps. J'ai eu peur d'être arrêtée. Tout le temps. J'étais convaincue que nous ne parviendrions pas à échapper aux mailles du filet. » Le 2 juin 1941, Vichy, sous l'impulsion de l'amiral Darlan qui a

remplacé le chef du gouvernement Pierre Laval, édicte un nouveau statut des Juifs. Objectifs ? Durcir le précédent, élargir encore la définition du Juif, augmenter de façon considérable les anathèmes professionnels. Trois mois plus tard, le 24 septembre, il est interdit à André Jacob d'exercer son métier. Le décret est d'une précision clinique : « Les Juifs ne doivent pas dépasser 2 % de l'effectif des architectes inscrits au tableau ». Il ne trouve pas place dans ce quota misérable. L'architecte Jacob est obligé d'abandonner ses derniers travaux, et les conditions matérielles de sa famille se dégradent encore. Simone est alors contrainte de passer plus de temps sur les marchés, d'y déployer des trésors d'imagination. Le second statut ordonne aussi le recensement des Juifs de la zone libre. André Jacob s'exécute. Non pas qu'il craigne les sanctions prévues contre ceux qui se déroberaient, « le droit pour le préfet de prononcer l'internement dans un camp spécial, même si l'intéressé est français ». Seulement, un Jacob respecte la loi de son pays même s'il l'estime d'une souveraine injustice. Simone n'est pas d'accord. Cette démarche administrative, anodine selon André qui cherche à la rassurer, la dégoûte et l'alarme. Elle pressent que l'étau se resserre et elle le dit. En vain. André Jacob ne renonce pas au fétichisme de la légalité. Une fois, une seule fois, il se détourne du droit chemin. Le 13 août 1941, les Allemands ont édicté une ordonnance « portant confiscation des postes TSF appartenant aux Juifs ». André Jacob n'obéit pas, il ne veut pas abandonner un de ses ultimes liens avec la liberté, ces quelques instants consacrés chaque jour à écouter Londres, ces précieuses minutes volées aux Allemands et à Vichy. Il n'en relâche pas pour autant la pression exercée sur les siens : l'interdiction – surréaliste en cette période – d'écouter de la musique est maintenue ! Denise profite de cette radio pour se livrer à ses premières activités de résistante : chaque matin, elle inscrit à la craie les dernières nouvelles de Londres sur le tableau noir de la classe.

En zone libre, 140 000 Juifs font comme André Jacob. Ils se dénoncent. Xavier Vallat, le commissaire aux Affaires juives, avoue sa satisfaction dans une note rédi-

gée à l'automne 1941 : « Les opérations de recensement sont terminées. Le nombre de déclarations sera légèrement augmenté par le dépistage que je poursuis contre les Juifs défaillants. » A Nice et dans les Alpes-Maritimes, le décompte se révèle d'une minutie consommée : les services de la préfecture comptabilisent sur leurs registres 12 717 Juifs, 5 163 Français, 7 554 apatrides ou étrangers. En zone occupée, 155 000 Juifs se sont eux aussi inscrits. Et 30 à 40 000, dans les deux zones confondues, ont la clairvoyance de se défilier. Le dispositif des rafles peut désormais être mis en place. Partout, à Nice comme ailleurs.

Au lycée de jeunes filles, Simone est prise de court. La directrice annonce une visite de l'amiral Darlan. Le 9 octobre 1941, il exige que les enfants des écoles l'accueillent dans les rues. Distribution de fleurs et chansonsnettes. Comment à quatorze ans échapper à cette obligation ? Les « grandes » prévoient de distribuer quelques tracts d'inspiration gaulliste. Pendant plusieurs jours, Simone ne décolère pas : rendre hommage au promoteur de l'infâme statut. Eh bien, oui, comme les autres, comme toutes les petites Françaises. Mais Simone n'est plus comme toutes les petites Françaises et elle le sait... Au printemps 1942, les autorités allemandes exigent de Vichy la « livraison » de 40 000 Juifs, de seize à quarante-cinq ans, à déporter par convois de 1 000. Laval, revenu au pouvoir le 16 avril 1942, dépêche auprès du capitaine Théodore Dannecker, le patron du service des Affaires juives de la Gestapo, et de son adjoint Röthke, le nouveau chef de la police, René Bousquet. Un fort brillant et très jeune préfet. Ensemble, Dannecker et Bousquet mettent au point les rafles de juillet 1942 en zone occupée. Le secrétaire général de la police multiplie les efforts pour convaincre les Allemands de son savoir-faire. Le 18 juin, il leur adresse ces mots : « Vous connaissez notre police. Elle a sans doute ses défauts, mais aussi ses qualités. Je suis persuadé que, réorganisée sur des bases nouvelles et énergiquement dirigée, elle est susceptible de rendre les plus grands services. Déjà, dans de nombreuses affaires, vous avez pu constater l'efficacité de son action. Je suis certain

qu'elle peut faire davantage encore. » Bousquet a conscience que le rendement escompté par les Allemands est élevé : 42 000 Juifs. Résultat obtenu : 22 000 arrestations dont 13 152 uniquement pour la grande rafle parisienne du Vel' d'Hiv, les 16 et 17 juillet. Les Allemands ne sont pas pour autant satisfaits, le « score » est insuffisant, trop éloigné des exigences d'Adolf Eichmann, l'architecte du génocide. Ils signifient alors aux autorités françaises qu'il faut à tout prix « éviter la rupture de stock ». Les nazis indiquent que, selon leur comptage, 12 000 Juifs apatrides sont « disponibles » en zone libre. Vichy promet d'en livrer « sans faute » 10 000. Entre le 7 août et le 15 septembre 1942, la mission est remplie avec méticulosité. Bousquet annonce non sans fierté à Dannecker qu'il est en mesure de lui livrer un petit supplément : 10 522 Juifs ; 13 trains peuvent quitter Drancy, direction Auschwitz. Promesse tenue... Pétaïn, Laval et Bousquet félicitent les policiers français pour cette « bonne besogne ».

Théodore Dannecker avait émis le vœu d'« observer » Nice. Il avait demandé à Bousquet l'autorisation de se rendre en zone libre pour « inspecter le matériel juif ». Permission accordée en juillet 1942. A vingt-huit ans, Dannecker appartient à la petite équipe qui, depuis la conférence de Wanssee le 21 janvier 1942, est chargée par Heydrich d'organiser la Solution finale. Il n'ignore rien du sort réservé aux Juifs et il a tenu à accompagner lui-même le premier convoi qui, le 27 mars 1942, expédie 1 176 hommes à Auschwitz depuis la France. Il a exigé des wagons de troisième classe afin que le voyage ne soit pas trop éreintant. Ce sera la seule fois, ensuite les wagons à bestiaux suffiront.

A Nice, Dannecker est en perpétuel état d'agacement. Il remarque « une énorme quantité de Juifs, même en principauté de Monaco ». Il ne supporte pas que les plus riches d'entre eux fréquentent, désœuvrés, les tapis verts des casinos, et s'en ouvre aux officiers de police français qui le cornaquent. Dannecker estime qu'il faut « nettoyer » Nice des Juifs apatrides. Le 26 août au matin, la police nationale, les préfectures régionales et départe-

mentales lancent la grande rafle sur tout le territoire de la zone libre. Bousquet, qui a élaboré l'opération dans ses moindres détails, éprouve le besoin de se justifier : « Ces personnes ne nous ont pas été reconnaissantes et c'est la raison pour laquelle nous devons en libérer notre pays. » A Nice, le chef de la police française table sur 2 100 arrestations. Il n'en obtient « que » 560. Les Allemands ne manquent pas de lui faire part de leur « déception ». Bousquet tente de leur démontrer à quel point Nice n'est pas une ville ordinaire. Mais les nazis se fichent des spécificités niçoises, du « cosmopolitisme » que soulignait Bousquet. Ils constatent que l'opération n'a pas été « rentable », un point c'est tout.

Depuis quelques jours déjà, la rumeur d'une rafle se propageait à Nice. D'où ce commentaire désabusé du commissaire divisionnaire responsable régional des Renseignements généraux : « Bon nombre d'israélites avaient pris soin d'abandonner leur domicile pour aller chercher refuge soit chez des amis, soit à une autre adresse, soit même dans d'autres localités. Les opérations de ramassage ont subi, de ce fait, un certain retard. » Et puis, c'est l'essentiel, les Niçois n'ont pas supporté ce coup de main : au petit matin, les appartements et les chambres d'hôtel forcés, les enfants embarqués avec leurs parents, entassés à la caserne Auvare avant d'être livrés aux Allemands. Dès le lendemain du coup de filet, les Renseignements généraux rédigent à l'attention du préfet une note de synthèse, fidèle reflet de l'opinion publique : « Certains, antisémites convaincus, sont d'accord pour l'envoi de Juifs dans des camps de travailleurs, mais dans des camps français exclusivement. Enfin, le plus grand nombre commande très sévèrement les mesures prises. On constate même, dans certains milieux, un revirement. » Le préfet Marcel Ribière, un conseiller d'État, antisémite avéré, impose à ce poste par Pétain en personne, confirme dans une dépêche envoyée à Vichy : « Les arrestations des Juifs [...] ont incontestablement heurté la population. Celle-ci, qui aurait admis avec un soupir de soulagement l'intervention en France, a été surprise qu'ils soient remis aux Allemands. » Un notable niçois, Henri de Peyretti,

s'empresse de le faire savoir aux autorités françaises : « J'apprends qu'on donne à Hitler les réfugiés juifs, même les vieillards, les femmes et les enfants. Je n'aime pas les Juifs, je n'aime pas Hitler. Mais je suis pour la collaboration. Ça, ce n'est pas la collaboration, c'est l'esclavage, c'est inhumain. Comme Français de vieille souche, combattant, comme catholique, je vous implore de finir de suite ! » Une autre bourgeoise de la ville, Mme Massia, choisit, elle, d'interpeller Pétain et fait porter un billet à Vichy : « A quel degré de barbarie faut-il arriver pour voir les enfants arrachés à leur mère et séparés d'elle pour toujours... » Ayant eu connaissance de cette missive, l'éditorialiste du *Petit Niçois*, partisan de l'ultra-collaboration, réplique d'une formule qui confirme le malaise dans la cité : « Nos compatriotes ont mieux à faire que de s'apitoyer sur le sort des "pauvres Juifs persécutés". » Le 1^{er} septembre, les 560 Juifs de Nice arrivent à Drancy et une semaine plus tard à Auschwitz. A plusieurs reprises, André Jacob passe devant la caserne Auvare. Pour voir, pour observer. Il ne remarque pas que, pour se rendre à la gare, les Juifs sont entassés dans des camions appartenant à la société de transports J. Darnand. Le futur chef de la milice réclamera une facture de 1 417 francs à M. l'Intendant de la police pour le transport. Les affaires restent les affaires... André Jacob discerne bien sûr la terreur de ces Juifs aperçus un instant dans la cour de la caserne. Ni cri ni plainte. Des visages crispés, des larmes plein les yeux. L'humanité qui s'en va. Il a le cœur serré en observant ces pauvres gens. Vichy, Pétain, ces hommes du gouvernement le dégoûtent chaque jour un peu plus. Éprouve-t-il pour autant des craintes ? Imagine-t-il un instant sa famille à son tour raflée ? Il n'ose toujours pas imaginer que les Juifs français puissent être un jour à leur tour concernés. Sur ce point, André Jacob affiche une sérénité aveugle, une déconcertante confiance en son pays, quoi qu'il advienne. Une autre missive adressée à Pétain, publiée dans quelques journaux, le conforte dans cette croyance : « J'ose croire, monsieur le Maréchal, qu'une distinction sera établie entre les immigrés de toutes nationalités et de tous cultes qui ont empoisonné notre pays, et

les Français de religion juive qui ont fait tout leur devoir au cours des deux dernières années de guerre. » Vichy diffuse cet appel pour répondre à un objectif clair : rassurer les Israélites. André Jacob n'a pas besoin de se forcer pour y croire. Il tente d'apaiser sa femme, ses enfants. Sans résultat. Simone ne se contente pas de redouter le danger. Elle le flaire. Son père lui rappelle que les Niçois se sont plutôt rangés du côté des Juifs ; mais Simone, inlassablement, soulève la seule interrogation qui importe : pourquoi « notre tour » ne viendrait-il pas ? André argumente, explique sans même se douter que le sort des Juifs français fait l'objet d'incessantes négociations entre Vichy et les Allemands. Le 25 septembre 1942, Adolf Eichmann reçoit à Berlin une note de la Gestapo parisienne : « On a tenté d'obtenir l'arrestation des Juifs de nationalité française. La situation politique et la position de Laval font qu'il n'est pas possible de s'en prendre à cette catégorie. Pour l'instant, on n'arrêtera pas de Juifs de nationalité française. » André assure encore que « Pétain ne fera jamais subir pareil châtimement à d'autres Français ». Simone ne le croit plus, et Yvonne pressent que la petite voit juste. Mais André est si fermé au dialogue, si sûr de lui, de ses analyses. Alors, elle se tait, trop occupée par d'autres soucis : Nice est en état de quasi-famine. La ration de pain est diminuée ; les étals des bouchers sont vides, provoquant une chasse aux chiens errants et aux pigeons...

Revenant du lycée, Simone annonce à sa mère que désormais les textes littéraires consacrés à la nourriture et à la gastronomie ne seront plus étudiés en classe. La situation à Nice résumée en une décision pédagogique. Au même moment, Dannecker et Eichmann constatent que le gouvernement français a été « parfait » : ils exigeaient de sa part la livraison de 40 000 Juifs. Entre mars et novembre 1942, ils en ont obtenu 41 951.

NOTES

1. Marc Ferro, *Pétain*, Fayard, 1987.
2. La quasi-totalité des informations et documents historiques a été puisée dans deux ouvrages fondamentaux de Serge Klarsfeld : *Vichy-Auschwitz* (deux tomes, Fayard) et *Le Calendrier de la persécution des Juifs de France* (publié par l'Association des fils et filles des déportés juifs de France).

Un bonheur italien

Pour les Jacob, les premiers jours de novembre 42 sont bénis. Il y a enfin de bonnes nouvelles, celles qu'ils guettent et espèrent chaque soir à l'écoute de Londres. Ils se réunissent, ils se réchauffent, tous les six autour de la TSF.

Qu'apprennent-ils, Simone et les siens? Le 7, les Alliés débarquent en Afrique du Nord et renforcent leurs positions à Alger; le 8, annonce est faite que les Soviétiques ont stoppé l'offensive allemande devant Stalingrad. La situation militaire commencerait-elle à se modifier? L'espoir est retrouvé et cette perspective à peine ébauchée permet de tenir, de se raconter de belles histoires : la France, bientôt, sera libérée, les Allemands chassés, l'antisémitisme refoulé. Les Jacob vivent dans le dénuement : qu'on les laisse au moins se reconforter de la sorte. Le trait, bien sûr, est forcé, le tableau trop idyllique et les nazis pugnaces encore. Dès le 11 novembre, à 7 heures du matin très précises, les troupes de la Wehrmacht franchissent la zone de démarcation pour occuper la zone dite « libre ». Ils concèdent à leurs alliés italiens l'occupation de la plupart des départements du Sud-Est et, notamment, des Alpes-Maritimes. Le geste n'a rien de fortuit : Mussolini a depuis longtemps affiché son intention d'annexer Nice et la Côte d'Azur. Les soldats italiens sur la promenade des Anglais : André Jacob est au supplice. Jusque-là, il avait gobé cette fiction de la zone libre, ce bout de France demeurant sous tutelle française. Il effaçait de son

esprit qu'ainsi les Allemands avaient trouvé un biais pour refiler aux Français la sale besogne, l'arrestation des Juifs en particulier. Les troufions italiens, quasiment en goguette, l'agacent. Il exige de ses filles qu'elles évitent de passer devant les casernes réquisitionnées par les occupants. Le nationalisme français d'André Jacob est plus exacerbé que jamais. Simone le constate avec effarement.

Elle a vite fait de s'apercevoir que ces occupants-là ne sont pas des monstres, encore moins des terreur. Les Italiens prennent possession de la ville en douceur, avec volupté presque. « Si les militaires sonnaient à notre porte, raconte la romancière Viviane Forrester, ce n'était pas pour nous arrêter, mais pour réparer le téléphone. » Le préfet des Alpes-Maritimes Marcel Ribière ne doute pas qu'avec ces gens-là — des « mous », note-t-il dans un rapport — il n'éprouvera aucune gêne pour imposer ses vues et organiser de nouvelles rafles.

Le 11 décembre, Vichy adopte une loi consécutive à l'occupation de la zone libre : la mention « Juif » devra désormais figurer sur la carte d'alimentation et les papiers d'identité de tout Juif, français ou étranger. Après avoir imposé en janvier 1942 le port de l'étoile jaune en zone occupée, les Allemands ont insisté pour que le « marquage » soit imposé sur le territoire tout entier. Par la voix de l'ambassadeur Fernand de Brinon, délégué général du gouvernement français dans les territoires occupés, Vichy s'y était opposé, prétextant que « l'opinion publique n'accepterait pas », « qu'il ne fallait pas transformer les Juifs français en martyrs ». Cette fois, Vichy a cédé et, à Nice, le préfet Ribière impose une mesure supplémentaire : obliger tous les Juifs étrangers établis dans les Alpes-Maritimes à se replier en Ardèche, un département sous contrôle allemand, les vouant ainsi à la déportation.

Triste Noël, chez les Jacob. André commente cette nouvelle forfaiture, ce « J » que l'administration française voudrait tamponner sur sa carte d'identité. S'il le faut, il se pliera à la loi. Comme à l'accoutumée. Il ignore qu'un individu hors du commun s'agite dans les coulisses du pouvoir, entre Nice et Rome, pour faire échouer le projet.

Financier, juif et italien, francophile et francophone, Angelo Donati est un personnage flamboyant, un homme d'influence comme seul le début du xx^e siècle avait su en inventer. Héros de 14-18, président jusqu'en 1939 de la chambre de commerce italienne à Paris, administrateur de toute une série de banques franco-italiennes, Donati navigue depuis des décennies dans le Tout-Rome. Il fréquente avec assiduité les militaires, les diplomates et, bien qu'antifasciste, il conserve des contacts étroits avec l'entourage du Duce dans une Italie qui, en dépit d'une législation raciale adoptée dès 1938, n'a pas succombé à l'antisémitisme. Dernier atout : Angelo Donati a ses entrées au Vatican. Les Renseignements généraux le surveillent avec précaution. Son téléphone est branché sur table d'écoute et tous les procès-verbaux atterrissent à Paris sur la table de Röthke, qui dirige désormais le service antijuif de la Gestapo.

Les Allemands découvrent avec stupéfaction que Donati est un intime d'Alberto Calisse, le consul général d'Italie à Nice, et qu'ensemble ils préparent une vigoureuse riposte aux initiatives antijuives du préfet Ribière. Dès le 27 décembre, le diplomate transalpin refuse de faire appliquer la loi sur l'estampillage des papiers d'identité. Pas question non plus que les Juifs refluent vers l'Ardèche pour être livrés aux Allemands. A Rome, le ministère des Affaires étrangères approuve : « Il n'est pas possible d'admettre que les autorités françaises obligent les Juifs étrangers à se rendre dans des localités occupées par des troupes allemandes. Les mesures de protection à l'égard des Juifs doivent exclusivement être prises par nos services. » Une note officielle de protestation est ensuite adressée à Vichy, et Laval n'a d'autre choix que de s'incliner, à la fureur des Allemands qui ne comprennent rien à l'attitude de leurs alliés italiens. Les mesures antijuives sont suspendues. Calisse rencontre Ribière et lui indique qu'il appliquera aux Juifs une législation « humaine ».

Le bouche à oreille provoque alors un phénomène incontrôlable : les Juifs, par milliers, affluent en zone d'occupation italienne, à Nice, dans les Alpes-Maritimes, en Savoie, en Isère, partout où ils trouvent une place. Ils

occupent les hôtels, les meublés, toutes les chambres disponibles : 25 à 30 000 Juifs se placent ainsi sous protection italienne. En l'espace de quelques mois, Nice passe de 250 000 à 280 000 habitants. Donati le sauveur a réussi la première partie de son plan. Au début de 1943, André Jacob entend pour la première fois ce nom. Il explique aux enfants qu'un banquier... Il s'abstient en revanche de leur commenter le débat qui partage les hommes de Vichy : faut-il ou non élaborer un projet de dénaturalisation des Juifs naturalisés? André Jacob accuse le coup. Vichy a encore franchi une étape en évoquant la dénaturalisation, en s'interrogeant doctement sur l'année à retenir pour frapper le plus fort : 1927? 1932? Röthke, le chef de la traque antijuive en France, exige que Vichy retienne 1927, la plupart des Juifs étrangers ayant été naturalisés de 1927 à 1930.

Le 10 février 1943, la police française « ramasse » les Juifs dans l'ancienne zone libre. A Valence, à Chambéry, à Annecy, trois villes de la zone italienne, 8 Juifs ont été arrêtés puis transférés dans un camp français. Les Italiens entraînent et, quelques jours plus tard, le général Carlo Avarra di Gualtieri, représentant à Vichy du commandement suprême italien, demande à être reçu par l'amiral Platon, secrétaire d'État à la présidence du Conseil. Gualtieri réclame la libération des prisonniers et surtout, impérieux, il « ordonne aux préfets de la zone italienne de ne plus arrêter ni les Juifs italiens, ni les Juifs étrangers, ni même les Juifs français ».

Laval estime tout cela ridicule. Le chef du gouvernement insiste auprès des Allemands : que les Italiens laissent donc la police française œuvrer en paix, qu'elle puisse arrêter les Juifs sans entrave, qu'ils s'alignent donc sur la politique antijuive franco-allemande. A Nice, Simone commence à apprécier l'Italien, cet occupant d'un genre particulier. A Paris, Röthke, lui, est ulcéré. « La Côte d'Azur est devenue un asile pour la juiverie », indique-t-il à son chef Eichmann le 15 mars 1943. Deux jours plus tard, l'ambassadeur du Reich à Rome, Mackensen, obtient une entrevue avec Mussolini. Il a reçu des consignes sans appel : obtenir des Italiens leur alignement

en matière de politique antijuive. Mackensen a pris connaissance d'un rapport rédigé par Heinrich Müller, le chef de la Gestapo du Reich : « Les traitements d'exception réitérés en faveur des Juifs de la part des autorités italiennes, les prises de position continuelles en faveur des Juifs émanant de toutes les instances italiennes pourraient être illustrés à l'infini. La position des Italiens vis-à-vis de la Solution finale en Europe a rendu extrêmement difficile l'application des mesures recherchées. » C'est confirmé : les Italiens, à leur façon qui allie nuance, louvoisement et fermeté, mettent en péril le parfait accomplissement de l'anéantissement des Juifs. Voilà pourquoi l'ambassadeur Mackensen fait preuve d'une extrême rigueur face à Mussolini. Il lui remet d'abord un télégramme de Ribbentrop, le ministre des Affaires étrangères du Reich, exigeant « qu'il intervienne immédiatement et personnellement », réclamant « des ordres draconiens pour supprimer cet état de choses intolérable ». Selon Mackensen, Mussolini est « penaud » ; le diplomate nazi propose alors au Duce trois alternatives : laisser les affaires juives au soin de la police française; confier le dossier aux policiers italiens et non plus aux militaires atteints « d'une fausse sentimentalité humanitariste »; déléguer la traque des Juifs à la Gestapo qui, elle, saura s'entendre avec les Français. Mussolini indique qu'il se range à la première disposition et qu'il donnera « dès aujourd'hui les ordres adéquats afin que, dorénavant, la police française ait les mains entièrement libres dans cette entreprise ».

Les Allemands sont convaincus de toucher au but : d'abord, la police française est capable d'une indiscutable efficacité. Sa connaissance du terrain, de la langue, des cachettes possibles facilite la traque; ensuite, le revirement de Mussolini pourrait entraîner Vichy à accepter les ultimes exigences nazies : poursuivre tous les Juifs sur la totalité du territoire national, quelles que soient leur origine et leur nationalité. Le sort des Jacob, de tous les Juifs reclus en zone italienne, semble scellé.

Quelques heures après l'entrevue Mussolini-Mackensen, les diplomates italiens reviennent à la charge. Ils auraient soumis à Mussolini un document — que les historiens n'ont

jamais pu retrouver – rédigé par des officiers italiens et relatant les atrocités antijuives dont ils avaient été témoins en Europe de l'Est. Le ministère des Affaires étrangères a ajouté quelques annotations à l'attention du Duce : « Les détails contenus dans ce document sont tels qu'ils ne peuvent pas ne pas susciter un sentiment d'horreur, même chez les plus cyniques. Aucun pays, pas même l'Allemagne alliée, ne peut prétendre associer l'Italie, berceau de la chrétienté et du droit, à des forfaits pour lesquels le peuple italien devrait peut-être rendre des comptes un jour. » Mussolini a également en sa possession un rapport de son ambassadeur à Berlin, Alfieri, indiquant pour la première fois que « les Allemands gazent les Juifs ».

Changement de décision aussitôt signifié aux Allemands : la police italienne se chargera désormais des Juifs réfugiés en zone italienne parce qu'elle saura faire preuve d'une « efficacité supérieure » à celle des Français. L'ambassadeur Mackensen est furieux. Il ne croit pas aux promesses italiennes de « supprimer la liberté de circulation des Juifs, de les transférer dans des résidences surveillées ». Il constate que les Italiens répliquent, au projet de déportation, que « ce n'est pas encore prévu ». Mackensen n'a aucune confiance en ce Guido Lospinoso, un intendant de police jadis attaché au consulat italien de Nice et dorénavant inspecteur général de la politique raciale en poste dans le sud de la France. Il s'en méfie à juste titre : dès son arrivée à Nice le 20 mars, qui sont les premiers interlocuteurs de Lospinoso ? Donati, bien sûr, et l'une de ses relations, le père capucin Marie-Benoît. A ce dernier, qui lui recommande « de rester humain », le policier réplique qu'il n'a « aucun préjugé » à l'égard des Juifs. Lospinoso est pourtant contraint d'accorder un « minimum de satisfactions » aux Allemands. Avec l'armée, il organise le transfert de Juifs réfugiés à 100 kilomètres de la côte, mais toujours en zone italienne et à l'abri des rafles. Le commandement suprême italien l'accrédite dans sa démarche : « L'objectif est de sauver les Juifs demeurant sur le territoire français occupé par nos troupes, quelle que soit leur nationalité, qu'ils soient italiens, français ou étrangers. » En quelques semaines, 2 500 Juifs arrivés sur

la Côte d'Azur en situation irrégulière sont envoyés à Megève, à Saint-Gervais et à Saint-Martin-de-Vésubie, installés dans de confortables hôtels. Ils sont à peine contrôlés. Les Allemands ne sont pas dupes : « Les Italiens ont choisi comme lieux de résidence forcée les stations climatiques les plus réputées... » A Nice, les carabinieri italiens protègent les synagogues et les locaux des œuvres pour empêcher la police française d'arrêter les Juifs munis de faux papiers. Lospinoso, pour plus de sécurité, offre d'échanger les cartes d'identité frappées du « J » contre des documents vierges de toute inscription. Le policier doit pourtant se résoudre à apposer un « E » (Ebreo, Juif en italien) sur les titres des Juifs en résidence surveillée. Ce sera sa seule concession. Les Allemands cherchent à le rencontrer. Eichmann, notamment, lui propose un rendez-vous. En concertation avec Donati et les principaux responsables juifs de Nice, Lospinoso, insaisissable, se défille. « Pas le temps », fait-il savoir. Il nargue les Allemands, et Röthke ne le supporte pas. « Les autorités italiennes, écrit-il à Berlin, rendent pour ainsi dire impossible la Solution finale de la question juive dans la nouvelle zone occupée. »

Tous ces événements, ce conflit italo-allemand à propos des Juifs, les Jacob en ignorent les détails. Ils constatent que Mussolini se comporte mieux que Pétain. Au moment même où l'axe militaire Berlin-Rome subit d'importants revers militaires en Afrique du Nord, Vichy est occupé à dissenter sur la dénaturalisation des Juifs. Le 12 avril, Bousquet a remis un projet de loi aux Allemands : 50 000 Juifs pourraient perdre la nationalité française. André Jacob est horrifié. Le 7 mai, Tunis et Bizerte sont libérés. Le 13, les forces germano-italiennes capitulent au cap Bon. Simone, qui suit attentivement les péripéties militaires, ne reprend pas espoir : « J'avais le pressentiment douloureux que ce n'était pas fini. » Au lycée, elle est en première. Chez les éclaireurs, elle redouble d'activité. A la maison, elle s'épuise de fatigue à aider Yvonne dans les tâches ménagères. Elle a seize ans, une beauté lumineuse. Quand l'occasion se présente, elle sort avec quelques amis, à la terrasse d'un café, à la buvette d'une plage. Elle est

gaie, drôle, intelligente. Mais inquiète, en permanence. Quelle aurait été sa réaction si elle avait entendu le témoignage d'un dénommé Salomon remis par les Italiens au Comité de la Fédération des sociétés juives? Aux premiers jours de l'été 43, Haïm Salomon raconte : réfugié près de Marseille, les Allemands l'ont raflé puis envoyé à Koziel, un camp à proximité d'Auschwitz. Avec un compagnon de détention du nom d'Honig, il s'est évadé et a traversé toute l'Europe pour aboutir ici, à Nice. Ses interlocuteurs, les principaux responsables juifs de Nice, ont des doutes, légitimes d'ailleurs : comment a-t-il pu marcher si longtemps sans être repris? Salomon leur montre alors un numéro tatoué sur son bras. La marque du camp, la preuve qu'il n'affabule pas. Ils l'écoutent, prenant soin de convoquer un médecin psychiatre. Extraits du premier récit, en France, d'un rescapé : « A la gare de Marseille, aux cris des femmes et des enfants, la foule s'est massée et a exprimé son indignation contre la conduite de la police de Vichy. [...] A coup de crosses de fusils et de matraques, ils nous ont fait monter tous, hommes, femmes et enfants, dans des wagons de marchandises plombés, à raison de 70 par wagon, et expédiés.

« Pendant trois jours, nous avons voyagé sans manger, sans même un peu d'eau. Enfin, plus morts que vifs, nous sommes arrivés à Koziel (haute Silésie). Tous les hommes de seize à cinquante ans ont été pris pour de durs travaux dans les mines des environs. Les autres – enfants, vieillards, femmes faibles et malades – ont été conduits à Oschevitz [Auschwitz], le camp pour Juifs "inutiles" ou, comme nos bourreaux l'appelaient cyniquement, "le camp à faire crever". Au moment du transfert à Oschevitz, des scènes indescriptibles se produisaient : de jeunes enfants de dix à douze ans se donnaient comme âgés de seize ans; des vieillards de soixante-dix ans déclaraient en avoir cinquante, et des malades qui ne pouvaient pas se tenir sur leurs jambes se déclaraient aptes au travail, car chacun savait qu'Oschevitz signifiait une mort immédiate et terrible. La mortalité dans le camp était effrayante. Tous les jours, on formait des groupes de travail de 600 hommes, et tous les jours mouraient dans chaque

groupe de 12 à 18 personnes, c'est-à-dire 2 % à 3 %. Les bourreaux accordaient, à toute personne qui rapportait un mort du lieu de travail au camp, la ration du mort. La faim était si grande qu'on rivalisait pour porter les morts. Dans le bourg de Szapiniec, voisin de notre camp, se trouvait un hôpital où on envoyait les femmes enceintes pour accoucher. Aussitôt nés, les enfants étaient mis à mort dans des sacs et les mères envoyées à Oschevitz. Huit mois environ, je suis resté dans cet enfer, et je suis certainement un des rares survivants, le seul peut-être qui ait supporté [...] aussi longtemps, ceci grâce à ma robuste constitution et à ma résistance morale. »

Salomon parle et, pendant ce temps, le secrétaire général du Comité attire l'attention du médecin, un doigt sur la tempe, indiquant ainsi que Salomon est dérangé. « Si j'avais dû croire Haïm Salomon, je serais devenu fou », avoue Michel Topiol, l'un des chefs du Comité. Par prudence, les notes prises au cours de l'entretien sont envoyées à Londres. Et si cet homme n'affabulait pas? Quelques Juifs à Nice apprennent la présence de Salomon le rescapé. Pas les Jacob. Mais son compte rendu reste confidentiel, à la marge de la clandestinité. Affoler ne servirait à rien.

Le 10 juillet, les Alliés atteignent la Sicile et Mussolini est renversé moins de deux semaines après. Angelo Donati sait que la déroute italienne pourrait entraîner tôt ou tard l'occupation par les Allemands de Nice, de la Côte d'Azur et de toute la zone protégée. Germe alors dans son esprit un projet, fou pour certains, grandiose pour d'autres : évacuer par bateau vers l'Afrique du Nord libérée, via les ports italiens, les 25 à 30 000 Juifs concentrés de Grenoble à Nice. Donati se précipite à Rome, obtient l'accord du nouveau gouvernement, arrache les soutiens américains et britanniques. Le 16 juillet, il dépêche le père Marie-Benoît au Vatican afin de convaincre Pie XII. Le pape reçoit le franciscain. Donati affrète quatre bateaux qui feront route des grands ports italiens vers l'Afrique du Nord; une réunion interministérielle présidée par le chef du gouvernement, Badoglio, va jusqu'à préciser les localités italiennes où les Juifs devront se retrouver avant le

transfert. Puisque les Italiens ont prévu de regrouper leurs dernières forces à Nice, les Juifs s'y précipitent pour répondre à l'appel de Donati. Le 8 septembre, après d'ultimes tractations avec les diplomates italiens, britanniques et américains, Donati retourne sur la Côte d'Azur pour mener à son terme l'opération de repli. Le lendemain matin, les troupes allemandes occupent la promenade des Anglais.

9 septembre 1943 : nuit noire pour les Juifs de Nice. Donati a-t-il été présomptueux ? Les « utopies de M. Donati », comme le dit Viviane Forrester, ont-elles transformé Nice en une vaste souricière où s'entassent des foules promises à l'extermination ? Le général américain Eisenhower n'est-il pas lui aussi responsable ? Il ne devait pas annoncer si vite, si tôt, le 8 septembre à 18 h 30, qu'un armistice avait été signé avec l'Italie ; il avait promis d'attendre quelques jours encore, le temps que les militaires italiens se réorganisent. Les nazis guettaient l'annonce des Américains : quelques heures plus tard, ils sont à Nice. Panique. Tout faire pour échapper au piège. « Notre consulat a été pris d'assaut le 8 septembre, témoigne un diplomate italien. Les israélites demandaient un document, n'importe lequel, pour pouvoir se rendre en Italie. Les employés ont travaillé jusque tard dans la nuit pour mettre des visas sur des centaines de passeports et distribuer des certificats avec des noms italiens à ceux qui n'avaient pas de passeport. Au soir même de l'armistice, de nombreux camions réquisitionnés par le consulat embarquaient des israélites pourvus de documents italiens. » Un millier de Juifs. Quelques esprits simples claiment leur joie : « Les Italiens abandonnent, les Anglais seront là demain. » Mais demain, ce seront les Allemands, la Gestapo, la traque. André Jacob ignore alors, ce 9 septembre, que les Allemands ont pris depuis quelques jours la décision d'arrêter les Juifs français : 30 000 Juifs, nationaux et étrangers confondus, sont enfermés à Nice. Le piège parfait.

Le guet-apens

Cet homme jeune – trente et un ans – est maléfique. Autrichien, Aloïs Brünner se consacre depuis dix ans déjà à la traque des Juifs. Après avoir assuré le secrétariat particulier d'Eichmann, il a sévi à Vienne (50 000 victimes en 1939), à Berlin ensuite et à Salonique enfin où, en deux mois, du 15 mars au 15 mai 1943, il a organisé la rafle et le transport de 43 000 Juifs grecs vers Auschwitz. En juin, Brünner arrive à Paris pour prendre la direction du camp de Drancy, ultime halte avant le « grand départ ». Mais à Drancy, Brünner est en attente. La Gestapo guette le moment propice où elle sera en mesure de dépêcher son « meilleur élément » à Nice. La décision a été mûrie, réfléchie, avant même la débâcle italienne. Les Allemands sont en effet fous de rage : Pétain et Laval, soudain précautionneux en raison de l'avance militaire des Alliés et de l'offensive générale des Soviétiques, refusent de promulguer le texte de loi sur la dénaturalisation des Juifs. Mgr Chappoulié, un dignitaire de l'Église, envoyé personnel du pape à Vichy, convainc le Maréchal de ne pas céder sur ce point, « pour le salut de son âme ». Le chef de l'État fait alors savoir « qu'il ne peut assumer, en son for intérieur, la responsabilité de signer cette loi ». Pour « punir » Vichy, la Gestapo déporte en masse les Juifs français. Brünner est chargé de conduire cette mission à Nice : capturer un maximum de Juifs sans aucune distinction de nationalité. Il en a 30 000 sous la main, autant qu'il en profite. L'arrestation des Juifs français éveille

chez lui un plaisir particulier. « Ce sont les plus nuisibles, précise Brünner, parce que riches et influents. » Comme à l'ordinaire, un commando de SS autrichiens, une dizaine d'hommes, encadre Aloïs Brünner. Ils entrent à Nice le 10 septembre et réquisitionnent aussitôt l'hôtel Excelsior. Le choix ne doit rien au hasard : ce deux-étoiles est à proximité de la gare P-L-M, endroit stratégique s'il en est dans l'ordonnancement de cette rafle niçoise qui a pour but d'« alimenter » Drancy. La région parisienne ne présente plus d'intérêt. Elle a été « convenablement nettoyée ». Brünner, s'il est capable de violence, est avant tout un bureaucrate de la mort. Dès son arrivée, il veut les listes des Juifs recensés et se précipite au consulat italien. Les deux derniers diplomates en place l'éconduisent. « Les dossiers sont partis à Rome », affirment-ils. Les hommes de Brünner perquisitionnent pistolet au poing, fouillent chaque tiroir. En vain. Le fichier a été dérobé et Brünner s'en prend aux deux fonctionnaires transalpins, Spejchel et Borromeo, qui sont arrêtés et déportés. Mais Brünner ne renonce pas. La préfecture des Alpes-Maritimes devrait elle aussi détenir ces noms. Le préfet André Chaigneau l'accueille fort aimablement. Mais lui non plus – et il en est « désolé » – ne dispose pas du moindre document. Nommé le 23 juillet 1943 à la place de Ribière, le préfet Chaigneau a aussitôt brûlé le fichier. La protection des Juifs réfugiés à Nice répond, selon lui, à une priorité politique et morale. Pourquoi Laval a-t-il désigné à un poste stratégique un antichyste déclaré ? Chaigneau ne s'interroge pas, il agit. En faveur des Juifs et des résistants. Après quelques propos civils et badins, Brünner comprend que le préfet se moque de lui. Il claque la porte, furieux. Ses deux premières journées niçoises se sont révélées inefficaces. Il devra se rabattre sur le système de ratissage mis au point à Vienne et à Salonique, jusque-là inconnu en Europe de l'Ouest.

Brünner embauche des physionomistes, pour la plupart des Russes blancs réfugiés sur la Riviera depuis la révolution bolchevique de 1917. Ils ont autorité pour arrêter toute personne « à la face juive ». La Gestapo leur recommande « les faciès aux nez et lèvres trop accusés ».

S'ils protestent, les hommes interpellés sont sur-le-champ déculottés. Qu'importent les papiers d'identité, la circonscription est un élément suffisant pour être arrêté. Brünner annonce que les dénonciateurs seront récompensés : 100 à 500 francs par tête. Des bandes s'organisent en quelques heures, traquent en priorité les Juifs riches pour cambrioler les appartements avant d'avertir la Gestapo. Les 170 hôtels et les centaines de meublés sont systématiquement fouillés, les gares et les trains aussi. Mais le fichier fait défaut. Il aurait permis de cueillir les Juifs chez eux. Privé de cet outil, Brünner transforme pourtant Nice en une ville close, un piège à Juifs. Pour faciliter les contrôles, il rend la circulation impossible, installant chicanes, piquets et barbelés dans les principales artères. Pas un cinéma, pas un café n'échappe à la vigilance du commando Brünner chargé d'une mission sacrée : épurer la ville souillée. Souillée par les Juifs, leurs suppôts italiens et le pape, tous confondus dans une même haine meurtrière. Face à une telle détermination, à pareille violence, les Jacob n'échappent plus à l'angoisse, terrible.

Au début de l'été, les polémiques à propos de la dénaturation avaient alerté André Jacob et il s'attendait au repli des Italiens. Il avait alors écrit à Milou et Denise, leur enjoignant de ne pas revenir à Nice après le traditionnel camp scout de juillet. « S'il avait compris plus tôt, soupire Suzanne Weissmann, il aurait tout fait pour passer en Suisse. » Seule Denise, à sa manière énergique, obéit à l'ordre. Par retour de courrier, elle laisse entendre qu'elle s'apprête à rejoindre le réseau de Résistance francs-tireurs dans la région lyonnaise. André approuve la décision de sa fille. Milou choisit de rentrer. Ses parents, Simone, Jean, sa grand-mère maternelle réfugiée à Nice, ont besoin d'elle, de sa présence rassurante et de son maigre salaire.

Aux premiers instants de l'occupation allemande, André et Yvonne admettent qu'il devient insensé de s'éterniser rue Cluvier, à la merci d'une dénonciation, d'une rafle, d'une descente inopinée, d'un coup du sort. Avec l'aide de l'inestimable Boletti, André parvient à obtenir de faux papiers : Jacob est maquillé en Jacquier. Reste le plus épineux : trouver des logements où la famille puisse

se disperser. « Au début de septembre, j'ai reçu la visite d'Yvonne Jacob, se souvient Mme de Villeroy, professeur de lettres classiques au lycée de jeunes filles. Milou et Denise avaient été mes élèves et, par des amis communs, je connaissais un peu les Jacob. Mme Jacob était affolée. « Est-ce que vous accepteriez de prendre Simone chez vous », m'a-t-elle demandé. J'ai dit oui, tout de suite. » Trois étages plus bas, dans le même immeuble bourgeois du boulevard Carrabacel, à deux pas du lycée, loge un autre professeur, Mme Descombes. Elle a enseigné la physique-chimie aux sœurs Jacob. Elle propose sur-le-champ de « prendre » Milou. Son mari, patron d'une petite entreprise, offre un emploi à Jean. « Heureusement que mon fils n'est pas circoncis », remarque alors Yvonne. A son tour, Boletti trouve un minuscule appartement rue Sergentino, à Saint-Roch, un quartier populaire. André, Yvonne, Jean et la grand-mère s'entassent dans ces quelques mètres carrés sur cour. Le bail a été établi au nom de Jacquier. Les voisins ne sont pas dupes. Sans se concerter, ils tentent d'organiser un cordon sanitaire autour des nouveaux venus, convaincus qu'il faut aider « les Juifs de Boletti ». Yvonne donne parfois un coup de main à l'atelier de grillage installé dans la cour. Le nom lui plaît : Ver-migli Grillage, un air d'Italie.

Malgré la situation, Simone retourne au lycée. Là, on la connaît sous sa véritable identité... Elle veut obtenir ce bac philo, sésame de tous les rêves universitaires et professionnels qui ont peuplé son enfance. Conduite insensée au moment où Brüner est en chasse ? Sans doute. Mais il y a en Simone l'inépuisable volonté de ne pas interrompre le cours de la vie. Elle sait les risques encourus. L'angoisse de l'arrestation l'étreint en permanence. Qu'importe : elle ne cède rien sur l'essentiel, elle vit, réfléchit, s'instruit. Personne n'est en mesure de lui retirer cela, pas même Brüner. Être arrêté ou échapper au filet chaque jour plus serré ? Chance... Malchance... « C'est vrai que nous commettons des imprudences, reconnaît Nicole Dreyfus. Ma famille avait trouvé refuge à Monte-Carlo et, en cachette, je venais chaque semaine à Nice pour assister à un cours de philo. On était tous dingues, Simone comme les autres! »

Le commando Brüner utilise tous les moyens. Selon le témoignage du docteur Drucker, médecin à l'hôtel Excelsior, la torture est une règle : « L'équipe Brüner procédait à des arrestations d'hommes, de femmes et d'enfants, et leur faisait subir des interrogatoires interminables, sous la menace d'un revolver. Ils étaient brutalement frappés, afin d'avouer leur qualité de Juif et d'indiquer l'adresse des parents, maris, enfants, frères... Il y avait des malades, des vieillards, des infirmes, des nourrissons, des femmes enceintes, et tous subissaient les violences et les tortures de ces brutes. La plupart furent cueillis dans leur lit et amenés dans leurs vêtements de nuit, grelottant de peur, de froid. » Les Niçois sont nombreux à se porter au secours des Juifs, à les cacher. Les dénonciateurs, rares en fait, sont l'objet de la vindicte générale. Les Allemands font bientôt savoir que les « protecteurs des Juifs » seront châtiés. Comment agir pour empêcher les descentes dans les hôpitaux, pour alerter le « gibier » quelques instants avant qu'un pâté de maisons soit cerné et les appartements fouillés ? « Des milliers de Juifs français ou étrangers n'osent plus dormir chez eux. Ils couchent où ils peuvent, comme ils peuvent, souvent même sur un plancher. Par la ville des femmes avec des enfants de quelques mois dans les bras errent en quête d'un gîte pour la nuit. La terreur règne. Les malheureux Juifs sont comme des fous. Nous sommes outrés, atterrés » (lettre d'un Niçois « anonyme » à Mgr Saliège, archevêque de Toulouse). Et pourtant, Brüner ne parvient pas à ses fins. Les « résultats » sont médiocres. En trois mois, son commando ne déporte « que » 1 819 Juifs. Maigre solde : il en voulait 25 000... La police française est la principale responsable de cet échec, car il s'agit bien là d'un échec. Privée, sur ordre de Laval, de son concours et de sa connaissance du terrain, la Gestapo en est réduite à des coups de main, spectaculaires mais peu efficaces. Brüner ne peut œuvrer qu'en petit artisan de l'extermination. Il n'est pas venu pour cela et préfère s'en retourner à Drancy. Sur place, il laisse quelques sbires chargés d'appliquer ses méthodes. Simone ne s'ennuie pas chez Mme de Villeroy. Elle par-ticipie à un dîner au cours duquel un cousin des Villeroy,

venu du Puy en Haute-Loire, fait preuve d'un anti-sémisme débridé. A table, tout le monde observe l'intrus avec une envie retenue de fou rire. Elle s'occupe aussi du dernier des trois enfants Villeroy et la proximité de Milou la rassure. Les deux sœurs ressentent plus que jamais le besoin de se voir, de se parler. Simone sort parfois avec des amis marcher sur la promenade, boire un verre de sirop à la terrasse d'un café. Un reste d'insouciance... César gourmande gentiment André Jacob : pourquoi court-il le risque d'aller chaque jour rue Cluivier récupérer un improbable courrier ? « Ça nous énerve beaucoup, convient Boletti, mais je savais bien, qu'au fond de lui, il ne croyait toujours pas à ces histoires de déportation. »

Le 12 novembre, la directrice du lycée de jeunes filles, Mme Duverger, convoque Simone Jacob. Avec un luxe de précautions, elle lui signifie que sa présence n'est « plus souhaitable ». « Pour votre sécurité, ma petite, j'agis ainsi pour votre sécurité », prend-elle la peine de préciser. Simone croit comprendre que la directrice redoute une descente de la Gestapo et qu'elle ne souhaite pas se retrouver en position « pénible » : ce nom « Jacob » pourrait attirer l'attention et elle serait contrainte de protéger ou de dénoncer. L'alternative entre le courage et la lâcheté. Mme la Directrice décide de ne pas choisir. En conséquence, l'élève Simone Jacob est renvoyée de l'établissement scolaire qu'elle fréquentait depuis l'âge de trois ans. Le coup est rude. Fidèle à son tempérament, épaulée par Mme de Villeroy, Simone s'organise. Pas question de renoncer au baccalauréat : des camarades lui passent des cahiers de cours, quelques professeurs mis dans la confidence continuent de corriger des devoirs rédigés à la maison. Mais un ressort est cassé. Au couvent de Cimiez, Marie-Josèphe Conruyt s'en aperçoit : « Milou et Simone ne racontaient plus rien d'autre que leurs appréhensions. » Le 24 décembre 1943, les Villeroy convient les Jacob à partager le repas de Noël. Ils ont pu se procurer quelques morceaux de viande, un bien alors inestimable à Nice. « Ils sont venus, note Mme de Villeroy, et, comme à l'accoutumée, ont fait preuve d'une extrême discrétion quant à leurs difficultés. » Ce sera l'ultime dîner de

« fête ». Le 18 mars, Denise passe quelques heures à Nice. Ce jour-là, Milou célèbre ses vingt et un ans.

Au début de l'année 1944, Mme de Villeroy apprend à Simone que l'Éducation nationale a pris la décision d'avancer les dates du bac : les épreuves auront lieu le 28 mars et non pas à la fin juin. Elles sont en outre simplifiées, tous les oraux supprimés. La situation militaire explique cette précipitation : tout le monde évoque un prochain, et sans doute rapide, débarquement des Alliés. Un examen, dans ce contexte... Doit-elle prendre le risque de se présenter car sur les registres du rectorat, Simone figure aussi sous sa véritable identité ? De surcroît, les journaux locaux publient, c'est une tradition à l'époque, la liste des candidats. Le jour venu, Simone s'assoit, imperturbable, derrière un pupitre et rédige sa dissertation de philosophie. Le danger pourtant est plus présent que jamais : depuis quelque temps, Brüner exige que les commandos stationnés dans les grandes villes de province « fournissent » à nouveau Drancy. Il demande que soit lancée une vague d'arrestations massive. Il est bien sûr imprudent en ces premiers jours du printemps de sortir, de marcher dans les rues, de se promener avec un copain, de s'asseoir quelques instants à une terrasse. Simone le sait. Elle a une conscience aiguë du danger. Pourquoi alors ne se résout-elle pas à se terrer en toute sécurité dans l'appartement de Mme de Villeroy ? Une jeune fille de seize ans belle et courtisée, attirée par le soleil, les rires, quelques trop rares instants de plaisir, de douceur... Sans doute. Un besoin de se prouver que personne n'est en mesure de la contraindre au renoncement, à la dénégation de la vie... Certainement... Tant de motifs qui s'entrecroisent.

Le dimanche 30 mars, une patrouille de la Gestapo prend d'assaut une rue où Simone marche avec un ami d'origine hollandaise. La sagesse aurait voulu qu'elle ne s'y trouve pas... Mais la sagesse, à seize ans... Quand vient son tour, elle tend ses papiers d'identité. Selon des témoignages recueillis par Mme de Villeroy, le SS aurait lâché : « Jacquier, ça c'est Jacob. » Ce seul commentaire suffit-il à établir que Simone a été dénoncée ? Et si oui, par qui ? Un fonctionnaire de l'Éducation nationale ? Un amoureux

éconduit ? Une rivale malheureuse ? Les deux jeunes gens sont sur-le-champ dirigés vers l'Excelsior. Interrogatoires. Les Allemands ne la brutalisent pas, ils n'en ressentent pas la nécessité puisqu'ils savent tout de cette demoiselle. Le garçon prouve qu'il n'est pas juif. Pour s'en convaincre, les SS examinent son sexe. Récit de Mme de Villeroy : « Libre, il se précipite ici, l'imbécile. Il veut prévenir Milou. La Gestapo, qui le file, arrive sur ses talons dans l'appartement de Mme Descombes : "Madame, nous venons d'arrêter votre fille. C'est une erreur, mes quatre enfants sont là", réplique-t-elle avec sang-froid. Et elle les désigne. Sans trop insister, les Allemands se retirent. Avec eux, il y a une femme surnommée la Panthère, une Française fusillée à la Libération. Mme Descombes se précipite alors chez moi. Je descends dans son appartement avec mon mari. Milou est là. Grippée, elle est restée toute la journée au lit. Mon mari prend l'initiative de la cacher dans la pièce du vide-ordures, à l'étage. Quelques instants après, Mme Jacob arrive. Elle vient prendre des nouvelles de Milou et nous lui annonçons l'arrestation de Simone, le passage de la Gestapo... Jean l'attend sur le boulevard. A ce moment-là, les SS reviennent. Ils se sont rendu compte que Mme Descombes les a bernés. Ils arrivent alors que Milou sort de son réduit. Elle a un geste de recul, ils l'empoignent. Mme Jacob s'approche alors d'eux : "C'est ma fille." Sur le boulevard, Jean est repéré à son tour et Mme Descombes qui pleure. Tellement, tellement... » Une phrase hante en permanence Mme de Villeroy, une phrase que Simone lui serinait de temps en temps : « Maman, quand elle a une bonne boîte de sardines, elle la garde pour quand on sera en camp de concentration. »

Prévenu, André Jacob accourt chez Boletti. Perdu, terrifié. « Qu'est-ce que je fais, César ? On a pris toute ma famille... » Boletti lui offre l'asile. Mme de Villeroy décide de se rendre à l'Excelsior. Peut-être pourra-t-elle les apercevoir, les réconforter. En trois jours, elle rassemble quelques vêtements chauds dans une valise, des conserves et un peu d'argent. Dialogue avec le planton allemand de l'Excelsior : « J'ai des amis qui sont chez vous. Peut-on leur remettre quelque chose ? — Bien sûr, madame. Com-

ment s'appellent-ils ? Jacquier ? Jacob ? Ils partent samedi à Paris. Leurs places de train sont retenues. »

« On dirait une agence de voyages », a pensé Mme de Villeroy. Les vêtements, les conserves, l'argent sont confisqués. Yvonne a pris la peine de rédiger une lettre à son amie, Mme Guiberteau. Elle détaille tout ce dont elle croit avoir besoin pour le voyage, sorte d'inventaire à la Prévert qui serre aujourd'hui le cœur et rappelle une fois encore que tous ces Juifs ne songeaient pas un instant à l'extermination : « Je vous serais bien obligée de nous faire parvenir, si cela est possible, écrit Yvonne Jacob dans une chambre de l'Excelsior, différents objets dont voici la liste approximative :

- couvertures
- couvre-pieds
- sacs de couchage
- deux jeux de cartes propres
- beaucoup de papier pour écrire
- de l'encre
- un compte-gouttes
- des crayons
- une petite boîte métallique contenant des photos
- de la poudre de riz
- des épingles à cheveux
- un réveil
- une bible
- les *Fables* de La Fontaine
- des tomes de Molière
- du Racine
- Pascal et quelques autres
- et pas mal de ficelle... »

Vers qui, vers quoi Yvonne se tourne-t-elle pour préserver son âme, celle de ses trois enfants ? Des livres, La Fontaine, Molière, Racine, Pascal, les figures emblématiques de la culture française. Mme Guiberteau se présente elle aussi à l'Excelsior une valise à la main. Le planton promet de la remettre. La sœur de César Boletti se présente à son tour avec une valise de linge. On leur remettra, bien sûr...

Chaque soir, avenue Thiers, le long de la voie ferrée, la famille, les amis des « raflés » grimpent sur un muret pour

jeter un dernier regard, lancer un signe de la main. Voir le train et les silhouettes s'éloigner. « J'y suis allée avec mon mari, précise Mme de Villeroy. M. Jacob était là. » Boletti a tenté de l'en dissuader. En vain. Il craint les mouchards, les physionomistes, les filatures. « Je l'ai accompagné, raconte Boletti. Il y avait un petit attroupement. J'ai vite repéré un grand type qui ne s'intéressait pas aux prisonniers mais à notre groupe. Sans que je m'en rende compte, il nous a sans doute suivis. » Le lendemain, la Gestapo envahit l'appartement de Boletti. Le « grand type » est présent. Il s'appelle Valetti et sera lui aussi liquidé à la Libération. César tente de convaincre les SS qu'ils commettent une erreur, que cet homme assis sur le balcon s'appelle bien Jacquier. « Mais M. Jacob n'a pas insisté, ajoute Boletti. Il a préparé sa valise sans histoire. Il m'a dit qu'il était soulagé, heureux presque, qu'il allait enfin retrouver sa famille, qu'ils seraient tous tranquilles en camp de concentration jusqu'à la proche fin de la guerre. Ce jour-là seulement, je me suis rendu compte que M. Jacob parlait allemand. »

Simone n'est pas loin de raisonner comme son père : « La vie était devenue si précaire et si atroce qu'une fois le piège refermé, on réagissait avec fatalisme. On éprouvait une sorte de soulagement, ça mettait fin à une angoisse permanente. « Au fond de moi, je savais qu'on était arrivés au bout du chemin, que le cours de notre vie était interrompu, sans doute à jamais. »

La maison des morts

Où et quand entend-elle ce nom – Auschwitz – pour la première fois ?

Le 7 avril 1944, les registres du camp de Drancy, tenus avec scrupule, indiquent l'arrivée de 68 Juifs en provenance de Nice. Dans ces immeubles de ciment, inachevés pour la plupart, le régime de Vichy avait d'abord enfermé des militants communistes. Puis les Allemands bouclèrent là des prisonniers de guerre français et quelques étrangers à surveiller – Anglais, Yougoslaves ou Grecs. Dès août 1941, à l'heure des premières grandes rafles, ils décident de réserver Drancy aux Juifs. L'endroit, au nord-est de Paris, se situe à proximité du nœud ferroviaire indispensable à la parfaite organisation du voyage. A leur arrivée, Yvonne, Milou et Simone sont aussitôt aiguillées vers l'escalier 18, installées dans un dortoir au deuxième étage. Jean se retrouve dans un logement réservé aux hommes. Simone remarque la double rangée de barbelés clôturant l'ensemble et les 19 postes de garde. Elle n'est pas surprise quand on lui annonce l'identité du commandant de Drancy : Alois Brunner. Encore lui, toujours lui... Brunner qui a pour seul but d'envoyer « là-bas » le plus de Juifs possible, Brunner qui s'est débarrassé de toute administration française afin d'être « efficace », Brunner l'antisémite maladif qui essuie soigneusement sa main « souillée » après avoir giflé un prisonnier. Sous son impulsion, la vie quotidienne à Drancy s'est durcie. Mais les trois Jacob

n'ont pas le loisir d'en pâtir : elles sont à Drancy depuis une semaine quand Brüner ordonne le « voyage ».

Dans le dortoir, Simone et Milou relèvent bien sûr l'attitude de leurs compagnes de chambre, plus anciennes qu'elles à Drancy, « si inquiètes, si préoccupées qu'elles ne s'intéressent pas aux autres ¹ ». Les deux sœurs surprennent des conversations et cette interrogation qui revient sans cesse : « Où va-t-on ? » Elles ne comprennent rien à la réponse la plus fréquente, un mot, bizarre, presque barbare : « Pitchipoi. » « Pitchipoi ? » Elles ont vite fait de traduire cette expression yiddish entrée dans le langage courant de Drancy : « Pitchipoi », le lieu inconnu où on les envoie. A force de recouplements, Simone et Milou se convainquent que « le lieu » se trouve quelque part vers l'est, en Allemagne orientale ou à la frontière polonaise. La vie, elles n'en doutent pas, sera pénible, cruelle, mais, au moins, elles resteront ensemble. Au près de leur mère. Car déjà, il y a en elles, au plus profond, cette détermination farouche : protéger Yvonne. A Drancy, Yvonne tricote, jour et nuit. « Elle se doutait que l'épreuve du froid serait terrible, précise Milou, et elle voulait nous armer contre ça ². » D'Auschwitz, il n'est jamais question. Pas une indication, aucune allusion, le fantasme entretenu « d'un véritable exil, accompli dans des conditions inhumaines, sans extermination ni séparation obligatoire ³ ».

Partir donc, le 13 avril 1944. La quasi-totalité du dortoir, escalier 18, deuxième étage, a été prévenue la veille. Les femmes en larmes « essayant leurs yeux du revers de la main avant de se pencher sur leurs enfants pour les calmer et leur dire doucement de se tenir tranquilles ⁴ », les mères « mettant tous leurs soins à préparer la nourriture pour le voyage; elles lavent les petits, font les bagages, et à l'aube les barbelés sont couverts de linge d'enfants qui sèche au vent ⁵ ». Au matin du 13, elles doivent s'aligner pour le comptage. « *Wieviel Stück?* » demande l'officier SS. « Combien de pièces ? » Il y en a, ce jour-là, 1 480 : 646 de sexe masculin, 834 de sexe féminin, parmi lesquels 295 enfants de moins de dix-neuf ans – dont Simone – et 148 gamins de moins de douze ans. Dans ce « lot », 34 des

enfants raflés quelque temps auparavant par le gestapiste Klaus Barbie dans la maison d'Izieu. Convoi numéro 71 dont la liste originale porte la signature de Röthke, chef de la section antijuive de la Gestapo en France. En car, ils sont acheminés vers la gare de Paris-Bobigny. Le long de la voie, des wagons à bestiaux aux portes grandes ouvertes, « ces wagons plus sinistres qu'une tombe ⁶ ». L'usage veut que les hommes soient enfermés en tête du convoi. La tradition sera respectée. Glissant dans leurs rainures, les battants du wagon se sont refermés. Plongés dans l'obscurité. Ils sont une soixantaine dans le noir, trois jours et deux nuits. C'est la bagarre pour arracher la meilleure place possible, dans les angles. Chacun pour soi, Simone s'en rend compte immédiatement, même si personne ne dispute aux plus âgées le droit de se reposer contre les parois. La lutte pour la paille est féroce et Simone sait être efficace. Pour trois. Le train s'en va et chacun s'installe, recroquevillé sous un tas de vêtements, pressé entre un corps et un autre. « Nous étions très serrés. Éviter, à tout prix, la place près du baril en tôle qui sert de tinette. Des enfants ont pleuré et bientôt ils se sont endormis. Les femmes ont alors commencé à parler et à se lamenter. Toutes avaient peur ⁷. » Les noms des gares entraperçus à travers la lucarne du wagon défilent : Francfort – « seul panneau, dit-elle, dont je me souviens » –, Salzbouurg, Vienne, puis des noms tchèques inconnus et des noms polonais imprononçables. « Auschwitz j'ai entendu ça pour la première fois dans le train, se souvient la psychanalyste Anne-Lise Stern. Comment avait-il pénétré ? Je ne sais plus. Nous l'avons reçu comme un lourd de menaces... » Simone, elle, n'a pas conservé cette réminiscence. « A chaque arrêt, nous demandions de l'eau à grands cris, mais notre appel fut rarement entendu; les soldats de l'escorte éloignaient quiconque tentait de s'approcher du convoi ⁸. » Dans un autre wagon, une adolescente de quinze ans, Marceline, reçoit une gifle retentissante. Elle a si soif qu'elle est devenue insupportable. « Ce voyage qui n'en finit pas », marmonne la gamine. Simone rencontrera Marceline, plus tard.

Comment raconter cette arrivée en pleine nuit sur la nouvelle rampe achevée quelques jours plus tôt, du camp

d'Auschwitz-Birkenau? « Jusqu'où peut aller l'histoire (l'écrivain). Il peut restituer la vie du camp. Peut-il en comprendre la mort⁹? Comment dire l'enfer, « cette négation de la parole¹⁰ »? Il y a ces mots à elle : « Je ne savais absolument pas où nous étions. Descendre du train, abruti de fatigue après trois jours de voyage. En pleine nuit dans la lumière des projecteurs. Et les cris des Allemands : "raus, raus", ils nous poussent, nous bousculent. "Raus, raus..." » Simone reçoit de plein fouet « ces aboiements barbares, naturels aux Allemands quand ils commandent et qui semblent libérer une hargne sécuritaire¹¹ ». Les hommes d'un côté, les femmes de l'autre. Interrogatoire. Des questions, d'apparence anodine : « Êtes-vous fatiguée? » Marceline est sur le point de répondre « oui » parce que ses chaussures lui font mal, qu'elle n'a pas envie de marcher, mais plutôt de monter dans l'un de ces camions où s'entassaient les vieillards et les enfants. Elle s'avance; une copine du wagon, Française, la retient : « Reste avec moi, ne me laisse pas, on va marcher... » Marceline : « Je me dirige déjà vers le camion, elle court pour me rattraper. Elle veut que je reste avec elle et je cède. » Ceux du camion – les vieillards, les enfants, les malades, les souffreteux – feront quelques centaines de mètres jusqu'aux chambres à gaz de Birkenau. Le hasard – ou plutôt Française – fait tomber Marceline du « bon côté ». Question, insignifiante encore : « Quel âge? » Simone a seize ans. Trop jeune, en principe, pour entrer dans le camp. A la descente du train, un inconnu lui souffle à l'oreille : « Dites que vous avez dix-huit ans. » Elle suit le conseil et échappe ainsi à la place dans le camion, à cette idée fixe des nazis : la « nécessité historique » de mettre à mort les enfants juifs. « Dans le dernier wagon du convoi, il y avait un groupe d'une trentaine d'enfants accompagnés de quelques personnes. Le SS m'a demandé de questionner les accompagnatrices, pour leur demander si elles étaient les parents. Elles ont répondu : "non, non, mais nous sommes presque des mères adoptives." J'ai traduit cette phrase en allemand et le SS m'a chargée de demander à ces femmes si elles voulaient rester avec les enfants. Elles ont répondu : "Bien

sûr. » Le SS leur a dit de monter dans les camions avec les enfants, en ajoutant : « Vous arriverez plus vite¹². » Les 34 enfants d'Izieu et leurs chaperons sont aussitôt gazés. Simone, Milou et Yvonne se retrouvent dans la « bonne colonne », parmi les femmes aptes à l'entrée au camp. « Ils m'ont observée. Sans doute n'avais-je pas l'air trop gamine, je ne sais pas. » Elles sont ensemble, côte à côte. Et « ensemble », elles tiendront. C'est leur conviction.

Simone ne peut s'empêcher de dévisager les personnes fantomatiques vêtues de tenues rayées qui commentent à rôder autour d'elles. Timidement, les nouveaux arrivants finissent par les interroger, ces anciens dépêchés à leur accueil : pourquoi ces séparations? Allons-nous retrouver nos frères, nos sœurs, nos maris, nos femmes, nos enfants emmenés ici avant nous? C'est quoi ici? C'est où ici? Que fait-on ici? Quelques-uns choisissent le mensonge : « Vous verrez vos parents, ils ne sont pas loin, dans un autre camp »; les autres avouent, sans détour : « Ils sont morts, ici, c'est la maison des morts et on n'en sort que par la cheminée. » Les « rayés » pointent le doigt vers les cheminées. « Et nous ne parvenions toujours pas à les croire », confie Simone. Une kapo passe dans les rangs. Elle demande que les prisonnières lui remettent l'argent, les bijoux, tous les objets dont elles disposent : « Après, vous n'en aurez plus besoin », indique le traducteur¹³. Mais quel est cet endroit, ce camp où rien n'est nécessaire?

Heinrich Himmler, le chef des SS et de la Gestapo, avait lui-même choisi l'emplacement où serait mise en œuvre la « Solution finale du problème juif ». Durant l'été 41, il avait retenu Auschwitz en raison de la proximité de Katowice, en haute Silésie, qui permettait d'y accéder facilement par chemin de fer. « Le site très étendu offrait suffisamment d'espace pour qu'on puisse en assurer l'isolement¹⁴. » Objectif : que le camp d'Auschwitz devienne le plus grand centre de mise à mort jamais élaboré. « A la fin de 1941, un nouveau chantier démarra pour la construction d'un camp spécial sur la lande de Birkenau. Deux vieilles chaumières de paysans furent remaniées. On mura les fenêtres, on abattit les murs intérieurs

et l'on construisit des portes spéciales, étanches au gaz. Une baraque située à proximité servit de salle de déshabillage pour les déportés entrant dans les chambres. Ses installations commencèrent à fonctionner en 1942¹⁵. » Deux ans plus tard, à l'arrivée des Jacob et du convoi 71, Auschwitz-Birkenau, en réalité deux camps, est équipé de 10 chambres à gaz et de 14 fours crématoires. Simone, Milou et Yvonne sont enfermées à Birkenau. « Il y avait de la boue, ou bien une poussière suffocante l'été », a raconté l'écrivain italien Primo Levi. Les baraques ? Basses, sales, faites de planches disjointes, avec un sol de terre battue; il n'y a pas de couchettes, mais de larges planches de bois nu superposées jusqu'au plafond. Sur chacune de ces planches, on faisait dormir jusqu'à 9 femmes. De la fenêtre on voit le four crématoire, la flamme en haut de la cheminée. Simone a demandé aux anciennes : « Qu'est-ce que c'est que ce feu ? », et elle s'est entendu répondre : « C'est nous qui brûlons. »

Elles arrivent dans un « endroit hallucinant », selon la définition de Marceline Loridan : les baraques de « quarantaine », une sorte de camp dans le camp. Pendant deux mois, l'encadrement va trier celles qui sont en mesure de travailler. Pour les autres, c'est la mort. Témoignage de Marceline : « Les SS hurlent, ils tiennent des chiens. Le bruit, la fureur. Ils lancent des ordres auxquels nous ne comprenons rien dans une langue qui nous est étrangère. » Cette incompréhension peut valoir sur-le-champ la chambre à gaz. Elles doivent obtempérer et réagir au quart de tour. Pour le premier appel, sur la place centrale du bloc, Simone et Marceline se retrouvent côte à côte. Elles sont tatouées sur le bras gauche. Simone Jacob porte le numéro 78651. Elle ne s'appelle plus Jacob et ne doit plus répondre qu'à ce seul chiffre, 78651. « L'opération est assez peu douloureuse et extrêmement rapide : on nous a fait mettre en rang puis on nous a fait défiler un par un devant quelqu'un d'habile muni d'une sorte de poinçon à aiguille courte¹⁶. » Pendant quelques jours encore, Simone fixe ce poignet pour y lire... l'heure... Réflexe d'un temps. Elle ne voit qu'un numéro bleuté gravé sous la peau. « Des déportées nous ont tatouées, raconte Marce-

line Loridan. En travaillant, elles nous montraient les chemises fumantes et nous sentions cette odeur épouvantable. Elles nous les montraient en nous précisant : « Ils sont là-bas tous ceux qui étaient avec vous dans le train. » Je n'y croyais toujours pas. » Les « tatouées » avaient pourtant été prévenues : elles seraient brûlées vives si elles révélaient la vérité aux nouvelles venues. Les SS aversaient ensuite qu'avant de passer sous la douche, les cheveux seront coupés. Le coiffeur passera quand elles se seront dévêtues. Le rapport ? Aucun, une manière parmi tant d'autres de signifier qu'il n'est pas de condition humaine plus misérable que celle d'un Juif à Auschwitz. Attendre le coiffeur, nues dans le froid de la nuit. « Plus rien ne nous appartient, ils ont pris nos vêtements, nos chaussures et même nos cheveux¹⁷. » Parfois, il se produit un dérapage, un accident. La norme d'Auschwitz-Birkenau n'est pas respectée dans ses moindres détails : les femmes du groupe de Simone ne sont pas tondues. On leur coupe les cheveux court, sans plus. Pourquoi cette exception ? Aucune véritable explication, sinon peut-être la décision personnelle d'une femme SS, soulagée de voir des êtres à physiologie humaine en face d'elle. « Pour nous, ça a été un événement capital, assure Anne-Lise Stern. Nous conservions une allure à peu près digne. Qui n'a pas de cheveux est déjà un cadavre. »

La douche, qui dure à peine deux minutes. Ensuite, la distribution des vêtements. Des frusques dépareillées, souillées, pas encore les tenues rayées. « J'ai hérité d'un caleçon long kaki, à moitié déchiré, d'une jupe marron dégueulasse, avec une croix dans le dos. J'ai récupéré une chaussure plate et l'autre à talon, un petit tricot. J'avais honte, tellement honte », soupire Marceline Loridan. « C'est à cette occasion que j'ai repéré Simone, précise Anne-Lise Stern. J'ai commencé à la voir, vraiment. Les kapos attribuaient parfois les habits en fonction de la beauté. Et elle était si belle, Simone Jacob... » Puis c'est l'appel, toute la nuit. Elles ne savent pas encore que l'appel, ces heures interminables, est une étape essentielle de la déshumanisation programmée. « Le premier appel, sans savoir ce que nous allions devenir, l'horreur »,

témoigne Marceline Loridan. Jusqu'à l'arrivée, au petit matin, d'un chef SS encadré de commandos. Hurlements, rugissements, insultes en allemand. Elles sont ahuries, épuisées. Que veulent-ils? Une interprète intervient : « Y a-t-il parmi vous des couturières? Et des danseuses? » Une gamine s'avance alors, affirme qu'elle était à Paris petit rat de l'Opéra et esquisse quelques entrechats. Les Allemands exultent : elle dansera pour eux et bénéficiera donc d'un travail protégé, coursière. Simone et Marceline, elles, ne sont « rien ». Pour survivre, elles n'ont qu'une solution : se battre.

Birkenau en quarantaine, une baraque du bloc 9 : 36 femmes allongées tête-bêche dans les koyas, ces boxes de bois de 1,80 m sur 1,90 m. Marceline encore : « J'ai la chance de trouver une place en haut, je peux au moins rester debout. Simone, Milou et sa maman atterrissent au milieu. Au milieu, on tient à peine assis, il faut baisser la tête. Nous couchons sur des paillasses, les couvertures sont pourries, elles puent. » Elles ont beau être hébétées, Simone réagit aussitôt. Avec Marceline, la plus jeune du bloc, elles se sont jugées au premier coup d'œil. Une même vitalité, une pareille rage de survivre. « On s'est parlé d'avant, beaucoup, raconté d'où on venait, nos souvenirs d'école, de belles histoires pour "après". J'admire Simone parce qu'elle avait déjà eu des amoureux. » Les premiers temps, une sous-chef du camp, la responsable du bloc et les kapos – ces prisonnières gardes-chiourmes – les désignent pour telle ou telle corvée. En quarantaine, les corvées n'ont aucun sens, pas le moindre objectif de rendement. Les Allemands testent. Porter des pierres toute la journée d'un endroit à l'autre et, le lendemain, les remettre là où elles étaient. « Simone et moi étions provocantes, ajoute Marceline. Nous soulevions les cailloux en chantant plutôt qu'en pleurant. » Elles recherchent partout une échappatoire, une méthode pour s'esquiver de temps à autre. La méticulosité des nazis leur fournit la solution. « Au lever, précise Marceline, il fallait faire les lits au carré, entasser les paillasses dans le fond du koya et plier les couvertures à angle droit, le tout recouvert de la couverture la moins abîmée. Ça faisait

comme un monticule et nous avions alors interdiction formelle de monter dans les koyas. Nous nous rendions ensuite à l'appel et, à la fin, nous filions nous cacher à l'intérieur du monticule. Quand la baraque était déserte, quand nous n'entendions plus le moindre bruit, nous partions à la découverte du camp. » Elles s'échappent à deux ou trois reprises. Si elles ne sont pas repérées, Simone et Marceline le doivent à leurs... cheveux. Une tondeuse, si facile à remarquer, n'aurait pas pu quitter l'endroit qui lui était assigné. Simone et Marceline furètent partout. Passant devant une baraque, elles entendent parler français. Elles s'approchent. « Allez vous faire foutre, sales Juives! » Elles sont chassées avec fracas, l'endroit appartient à des militantes communistes.

« Tout était si immense, note Marceline, que nous nous sommes créé notre petit univers, imaginaire ou pas, avec nos autres copines, deux sœurs, Mira et Dora, qui avaient vu leur mère et leur sœur partir vers la chambre à gaz dès l'arrivée. Nous étions jeunes, espiègles et indisciplinées. Nous tremblions de peur mais, en même temps, nous n'hésitions pas à prendre des risques. Au camp, nous avons grandi. » Simone plus vite encore que les autres. Responsable, de son propre chef, de Milou et de sa mère.

Simone s'initie à ce monde nouveau, elle en apprend les règles. Rien ne lui échappe, surtout pas le protocole à respecter pour manger : bien se placer dans la file, résister aux assauts de ceux qui sont prêts à tout pour doubler, racler avec un soin infini le fond de la gamelle de soupe, la tenir sous le menton en mangeant du pain afin de ne rien perdre. « Nous savons qu'il y a une belle différence entre une louche de soupe prise sur le dessus de la marmite et une prise au fond. Nous sommes déjà en mesure de calculer, en fonction de la contenance des différents récipients, quelle est la meilleure place à prendre dans la queue¹⁸. » Elle enseigne tout cela à Yvonne, à Milou. Se nourrir. Sans cuillère, en partageant une gamelle avec deux autres. « Il y en avait un qui, souvent, recrachait dedans ce qu'il ne voulait plus », indique Simone, privilégiée puisque la plupart du temps elle a la chance de partager l'auge avec sa sœur et sa mère.

Manger. Cela n'a aucun sens pour des prisonniers qui « sont la faim incarnée ¹⁹ ». Manger, mais quoi? « Le régime de base des détenus juifs consistait en de la soupe aux navets servie le midi. Des morceaux de bois, des épluchures de pommes de terre et des substances indéterminées nageaient dedans. Le repas du soir était fait de pain à la sciure agrémenté d'un peu de margarine, de marmelade malodorante ou de saucisse pourrie. Entre les deux repas, les détenus essayaient de lécher quelques gouttes d'eau polluée au robinet d'un baraquement servant de lavoir. Les mesures d'hygiène étaient presque inexistantes. L'enceinte d'Auschwitz-Birkenau se prêtait mal au percement de canalisations. L'eau n'était pas purifiée, le savon et les produits de nettoyage faisaient terriblement défaut. Les rats pullulaient dans les baraquements ²⁰. »

Milou et Yvonne éprouvent les pires difficultés à supporter ces affrontements quotidiens. L'agressivité est vitale; elles en sont dépourvues. Il faut sans cesse se défendre; elles ne savent pas comment faire. « Milou était tellement plus passive que Simone », remarque Marceline. « Ceux qui étaient trop bons, ceux qui se laissaient dépouiller par les autres ne pouvaient pas résister, assure Simone. Maman et Milou appartenaient à cette catégorie. Si on leur volait un morceau de pain ou leur manteau – ce qui arrivait souvent –, elles ne réagissaient guère. Dans ces moments, je leur ai servi : j'étais plus dure. »

« Au camp, on savait vite qui allait survivre ou mourir, poursuit Marceline. Ça se voyait. Une fois au moins, chacune d'entre nous a protégé sa vie au détriment de celle d'une autre. » Simone ne peut s'offrir la privauté de l'égoïsme, légitime en cet endroit. Yvonne et Milou ont besoin d'elle. Après quelques semaines à Birkenau, Simone se rend compte qu'un marché noir fonctionne sans relâche au camp, en dépit de l'interdiction formelle du moindre échange. Nourriture volée, troquée sur-le-champ. « On y voit rôder par dizaines, les lèvres entrouvertes et les yeux brillants, les désespérés de la faim, certains d'entre eux parviennent à échanger leur demi-litre de pain économisée depuis le matin contre un litre de soupe. Alors que le prix de la soupe est à peu près stable, le cours des

navets, des carottes et des pommes de terre est extrêmement capricieux ²¹. » Cet univers parallèle, Simone et Marceline, malignes, apprennent à l'utiliser.

Simone n'oublie pas pour autant l'injonction d'Yvonne : rester décent, même à Birkenau. Surtout à Birkenau. Yvonne, gardienne de la dignité des Jacob. Si pesante soit-elle, cette exigence profite à toute la baraque, rappelant que les règles de l'humanité ne sont pas abolies à tout jamais. Yvonne refuse que l'Histoire se soit arrêtée, définitivement, pour les « sous-hommes » d'Auschwitz. « Survivre sans avoir renoncé à rien de son propre monde moral n'a été donné qu'à un tout petit nombre d'êtres supérieurs, de l'étoffe des Saints et des Martyrs », écrit Primo Levi. Les survivantes du bloc 9 sont unanimes : Yvonne était de ceux-là. Elle refuse la « loi » du camp : « Mange ton pain et si tu peux celui de ton voisin. Ignore la gratitude. »

Simone s'est battue pour récupérer cette bassine d'eau malodorante. Comment s'y est-elle prise? A quel échange s'est-elle livrée? Personne ne le lui demande. On l'envie, voilà tout. Chaque matin, se lever puis se laver est un calvaire.

Pourtant, ne pas renoncer à se laver, surtout pas, même dans cette eau putride, même à 3 heures du matin. Abdiquer, ce serait s'avouer vaincu, accepter une première mort. Alors Simone, avec cette bassine conquise de force, se décrasse le visage, seule dans un coin, après une journée de travaux pénibles. « Sa mère l'a rappelée à l'ordre. Elle lui a signifié, sur un ton sans appel, qu'il fallait partager. Elle avait des instants de sévérité, une façon de faire très protestante », raconte Anne-Lise Stern. « C'est vrai qu'elle était exigeante avec Simone, insiste Marceline Loridan. Elle la réprimandait de temps à autre. C'était sa petite fille, elle craignait son impulsivité. Elle tentait de la retenir. » En vain. Juive d'origine polonaise, arrêtée en France, Tola Glowinski se rapproche d'Yvonne Jacob au camp : « Elle tenait ses filles, elle ne voulait pas qu'elles tombent dans l'inhumanité. " Comme ça, elles seront bien en rentrant ", me disait-elle. Milou, c'était la copie conforme d'Yvonne. Elles réagissaient, elles pensaient de façon identique. Elles me répétaient toutes les deux :

« Regardons en avant; en arrière, ça ne sert plus à rien. » Simone était différente : elle arrangeait leur vie. Les trois ensemble, c'était éblouissant et complémentaire. » Tola ne savait pas ce qu'il est advenu de son mari, de ses enfants. Yvonne, elle, ignore tout du sort de son fils, Jean. André a-t-il été arrêté? Mais où sont-ils? A côté, dans les camps des hommes? Ailleurs encore? Et Denise la résistante? Arrêtée elle aussi, au mois de juin, déportée à Ravensbrück, un camp de concentration. Yvonne ne le sait pas, c'est mieux ainsi. « Elle ne me parlait pas de Denise, confie Tola. Elle affirmait que ses trois filles, elles, feraient des études, apprendraient un métier et travailleraient. » Dans la baraque, Simone écoute avec bonheur cette mère au moral indestructible.

Les mots ne servent à rien, ils sont à la fois vrais, justes et ridicules. Milou : « Maman, c'était un rayon de soleil pour les gens au camp. » Tola : « Yvonne avait un regard si profond. A tous ceux qui ne comprenaient pas le français, elle parlait avec ses yeux. »

Yvonne, Milou et Simone Jacob, ensemble à Auschwitz. « Un noyau d'humanité garanti », d'après Anne-Lise Stern. La preuve que l'écrivain italien, Primo Levi, lui-même déporté à Birkenau, s'égarait parfois : « Ici, la lutte pour la vie est implacable car chacun est désespérément, féroce ment seul. » Elles forment un bloc et le bloc des Jacob invente, au jour le jour, des astuces pour tenir. « Nous nous récitons inlassablement les poèmes que nous avons appris à la maison et à l'école, toute la littérature que papa nous avait forcées à lire, indiquera Milou. Un secours précieux. » « Pour passer le temps, confirme Tola, nous parlions des livres, d'un roman polonais notamment, *Le Paysan*. Yvonne et moi avons cherché des jours entiers le nom de l'auteur. Sans jamais réussir à le trouver. » Dans la baraque, il y a une ex-tenancière de bordel qui hurle en permanence, et Henriette, la voyante du camp, celle qui annonce de temps à autre la bonne nouvelle : « Toi, tu survivras. » « Un milieu très mélangé », constate Marceline Loridan non sans une douce ironie. Simone a conscience qu'il faut échapper, après les trente premiers jours de quarantaine, au camp B de Birkenau, de l'autre côté de la

route; deux simples portails à franchir. « Je voyais les brasiens utilisés pour brûler les corps quand les crématoires n'y suffisaient plus. Je remarquais ces monticules, devant lesquels on passait le matin pour aller travailler, où étaient éparpillés les vêtements, les béquilles des gens âgés, les jouets d'enfants. Et cette odeur, fétide et permanente, cette odeur où la terre glaise se mélangeait à la pourriture et à l'humidité, l'odeur aussi de ces milliers d'individus sous-alimentés. J'avais en moi une espèce de répugnance qui jamais ne s'effaçait²². » Quiconque serait en mesure d'expliquer l'odeur de Birkenau expliquerait Birkenau tout entier. Depuis le mois de mai, quelques jours après l'arrivée des Jacob, 450 000 Juifs hongrois ont été déportés et gazés, tout de suite. « On vivait dans l'odeur du brûlé, perpétuellement. Personne n'a jamais assez insisté sur l'odeur du camp », insiste Simone. L'odeur de la mort. La mort programmée. Yvonne et Milou ne résisteraient pas à l'épreuve physique qui les attend au camp, construire des routes ou poser des rails, creuser des tranchées, douze heures de travail, sept jours sur sept, ces appels interminables par - 20 degrés les mois d'hiver, le mince uniforme rayé sur le dos. Elles périront, Simone en est persuadée, à moins d'être affectées dans l'un des commandos « protégés » à quelques kilomètres de là, « protégés » parce que le travail y est - un peu - moins pénible, le froid moins cruel. Le froid, la terreur de Simone, si frileuse déjà lorsqu'elle était petite. « L'hiver, ceux qui ne mourront pas souffriront à chaque minute de chaque jour : depuis le matin avant l'aube jusqu'à la distribution de la soupe du soir, ils devront tenir les muscles raidis en permanence, danser d'un pied sur l'autre, enfouir leurs mains sous leurs aisselles pour résister au froid. Ils devront dépenser une partie de leur pain pour se procurer des gants, et perdre des heures de sommeil pour les réparer quand ils seront déçousus. Comme on ne pourra plus manger en plein air, il faudra prendre nos repas dans la baraque, debout, sans pouvoir nous appuyer aux couchettes puisque c'est interdit, dans un espace respectif de quelques centimètres carrés de plancher. Les blessures de nos mains se rouvriront, et pour obtenir un pansement, il

faudra chaque soir faire la queue pendant des heures, debout dans la neige et le vent²³. » Comment faire pour ne pas mourir, « l'objectif véritable de la bataille ici parce que chaque mort est une victoire du SS²⁴ ». Comment survivre ? La question la hante. Simone se doute-t-elle que son éclat, sa beauté peuvent s'avérer l'ultime bouclier qui la protège, la sauvegarde de la furie meurtrière des 3 000 fonctionnaires et gardes d'Auschwitz-Birkenau, pour la plupart sadiques, parfois corrompus, dans le seul camp d'extermination qui, pendant la dernière partie de 1944, tourne encore à plein rendement ? L'esthétique joue-t-elle encore un rôle dans la « maison des morts » ?

Dès le premier jour, quand les SS ont fait ébaucher quelques pas de danse au petit rat de l'Opéra, une kapo polonaise, présente à l'inspection, a remarqué Simone. « Elle est tombée en arrêt, précise Anne-Lise Stern. " Et toi, lui a-t-elle demandé, tu ne sais rien faire de spécial, de la musique peut-être, nous avons besoin de musiciennes pour l'orchestre du camp ? " Simone a répondu " non ". Elle voulait rester avec nous, avec sa mère et sa sœur alors qu'elle aurait pu si aisément profiter de son allure, de sa particularité : avoir l'air si peu juive. » Et quelques survivantes du bloc 9 évoquent, les yeux toujours emplis de larmes près de cinquante ans plus tard, « ces filles frisées, lippues, mal foutues ». Elles agacent tant les bourreaux que leurs chances de survivre diminuent encore. Stenia, la kapo polonaise, s'intéresse à Simone. Dans la mesure où « s'intéresser » garde un sens à Auschwitz... « D'un côté comme de l'autre, chez les prisonnières comme chez les gardiens, subsistaient parfois des sentiments, précise Marceline Loridan. Nous n'étions pas devenues des bêtes. Ça aurait été tellement plus simple de croire le contraire. » Qu'une femme soit sensible à la beauté d'une autre femme dans un camp de femmes fait naître, chez les autres, ceux qui n'ont pas vécu Auschwitz, le soupçon d'homosexualité. Impossible de s'en défaire ; inconcevable d'en parler comme de tout autre sujet. « Aujourd'hui encore, on doit crier pour se justifier d'avoir survécu : " Non, je n'ai pas couché avec des SS ni avec des femmes kapos. " Notre réalité est devenue le fantasme de certains

autres », note Anne-Lise Stern. Cette réalité se résume à « l'indicible d'une déportée » – la formule est de Simone Veil –, tout ce que nous sommes incapables d'entendre, tout ce qu'elles ne seront jamais en mesure d'énoncer avec clarté, mot ingénu dans notre bouche, sous notre plume. Oui, une bande de kapos homosexuelles sévissait à Birkenau. Peut-être même Stenia la Polonaise – une « vraie salope », précisent les survivantes – en faisait-elle partie. Mais Simone, Marceline, Anne-Lise, les autres « petites » de la baraque ne se sont jamais prêtées au jeu. « On vivait en couple, bien sûr, précise Marceline Loridan. Ça voulait dire qu'on partageait notre pain, qu'on essayait de s'organiser ensemble. Rien d'autre. Les " grandes ", de temps en temps, nous chassaient : elles parlaient cul. A chaque fois, je perdais ma copine ; elle mourait. Alors j'ai fini par préférer le trio au couple. Simone n'entraînait pas dans notre logique : elle était avec sa mère et avec Milou. »

La quarantaine sur le point de s'achever, chacune redoute d'être affectée dans un commando éreintant, celui des mines de charbon par exemple. « La Polonaise m'avait prise en pitié, témoigne Simone. " Tu es trop jeune et trop jolie pour mourir ici, m'a-t-elle précisé. Je vais faire quelque chose pour toi : tu iras dans un petit commando, à Bobreck, près de Birkenau. La vie y sera moins dure. " J'ai tout de suite répliqué que je n'étais pas seule, que je n'abandonnerais pas ma mère et ma sœur. Il y avait possibilité d'envoyer cinq femmes à Bobreck. Nous sommes parties toutes les trois. »

A Milou, une camarade fait remarquer avec envie : « Vous avez de la chance d'aller là-bas. Nous, ils vont courante dans la bouche des Françaises de Birkenau. Echapper au gazage mais aussi aux expérimentations médicales. « Le médecin chef du camp, Wirths, s'intéressait principalement au cancer du col de l'utérus et à ses phases préliminaires. Il lança sa propre série d'expériences sur des adolescentes de dix-sept à dix-huit ans et sur des mères ayant dépassé la trentaine²⁵. » Or Yvonne et Simone répondent aux critères de Wirths.

Bobreck, après Birkenau : une planque ! La rumeur était d'ailleurs arrivée jusqu'aux baraques : à Bobreck, les

déportés échappent aux coups et, surtout, à l'appel interminable. L'appel, là-bas, est « court ». A Bobreck, ils travaillent à l'abri d'un toit, dans un hall chauffé. Comme une réminiscence du luxe... Les détenus « politiques » – les communistes en particulier – font pression sur les SS pour contrôler Bobreck. C'est pour cela que Tola Glowinski, la merveilleuse amie d'Yvonne, retrouve les trois Jacob. Simone constate combien Yvonne est fatiguée, à la limite de l'épuisement. Elle souffre de la cicatrice consécutive à l'opération de la vésicule biliaire; sans doute est-elle déjà frappée des premiers stigmates du typhus qui ravage le camp. Simone et Milou se sont renseignées : Bobreck est équipé d'une infirmerie, le médecin soigne les malades. Il n'a pas instruction de les achever au plus vite, comme c'est le cas à Birkenau. Cette mansuétude ne doit rien au hasard : Bobreck est placé sous le contrôle de l'industrie allemande. « Les techniciens qui nous commandent ne sont pas des anges, loin de là, mais ils veulent terminer la construction de l'usine. Ils sont donc opposés à ce qu'on assomme un prisonnier sur le lieu de travail : faites cela au camp, mais pas ici »²⁶. En 1943, le groupe industriel Siemens avait décidé de transformer un entrepôt désaffecté de Bobreck en une fabrique de matériel électrique et d'outillage. Depuis, 250 prisonniers y sont affectés en permanence et, parmi eux, une trentaine de femmes. La plupart d'entre elles sont chargées de l'entretien du potager. Les Allemands sont attentifs à l'aspect du camp. Yvonne, Milou et Simone apprennent avec émerveillement qu'ici on ne travaille qu'un dimanche sur deux. L'odeur pestilentielle de Birkenau s'est effacée. La soupe est plus épaisse, plus riche, avec quelques pommes de terre. Inutile de s'étriper pour manger, de se griffer jusqu'au sang pour récupérer une louche supplémentaire. « Pourtant, après quelques jours de présence, j'ai dit à maman que, si ça continuait comme ça, je voulais retourner à Birkenau. La pression sexuelle que tentaient d'exercer sur moi les prisonniers était insupportable. » Séparés par un grillage toute la journée, les hommes et les femmes de Bobreck se croisent au réfectoire, à la cuisine. « Nous étions jeunes, moins misérables qu'à Birkenau, tant au plan matériel que

moral, admet Paul Schaffer, un prisonnier de Bobreck qui se liera aux Jacob. Simone était d'une extraordinaire beauté et nous ne pouvions pas ne pas la voir, sa silhouette altière, son regard doux et sévère, le passage permanent de l'un à l'autre. Des femmes vivaient à nos côtés : pour nous, c'était une vraie consolation. Pour elles aussi. La nature reprenait le dessus. Des projets d'évasion renaisaient même en nous. » Simone, encore loin de tout ça, ressent pourtant ce frisson, ce goût de la vie retrouvée : le 13 juillet 1944, elle fête ses dix-sept ans. Son voisin de table lui offre sa ration de soupe. « Un admirable cadeau », dit-elle. Elle est pourtant incapable d'envisager un quelconque projet. Au fil des jours et des semaines, elle se rend compte qu'Yvonne ne cesse de s'affaiblir. Sa mère a besoin de sucre. Elle se faufile à la cuisine pour en chiper quelques grammes. Un SS l'aperçoit, il la bat, méthodiquement. « Je n'ai rien senti, rien du tout. » Elle a eu la présence d'esprit de dissimuler le sucre. Le reste, les coups, la douleur, aucune importance... Le 31 décembre 1944, Yvonne, Milou, Simone et Tola fêtent ensemble le jour de l'an. « Depuis quelques jours, nous économisons sur nos rations pour faire un "beau" dîner », se rappelle Tola. L'histoire s'accélère. Elles savent que les Soviétiques approchent d'Auschwitz, qu'ils ont déclenché l'offensive générale. Quand seront-ils là? Le 16 janvier 1945, une escadrille d'avions frappés de l'étoile rouge bombarde le camp. Le lendemain, les Allemands décident d'évacuer les 31 894 déportés d'Auschwitz-Birkenau. Les 236 de Bobreck sont inclus dans le comptage. Pourquoi ce transfert? Dans quel but? Regrouper les Juifs dans les camps de concentration du Reich, à l'intérieur des frontières allemandes, afin qu'ils servent de main-d'œuvre à l'industrie de guerre. Une preuve supplémentaire de l'incohérence de la bureaucratie nazie persuadée que la victoire reste encore possible. « Nous étions certaines que les Allemands perdaient la guerre, certifie Marceline. Nous étions certaines aussi qu'ils nous tueraient jusqu'au dernier. On sentait la fin, qu'on ne s'en sortirait pas. » Les Allemands, eux, avaient décidé qu'elles avanceraient. La marche de la mort.

Le 17 janvier, les détenus de Bobreck reçoivent l'ordre de tout casser, l'usine et le bloc. Tola Glowinski : « Le lendemain, le 18, c'était l'anniversaire de mon dernier bébé. Je ne savais pas où il était, s'il avait survécu. Avec Yvonne, Milou et Simone, nous ne savions pas quoi faire, rire ou pleurer. On se disait d'abord que les SS ne prendraient pas le risque de laisser des survivants raconter. On se disait ensuite que peut-être, une fois de plus, on s'en sortirait. Toute cette nuit, Simone s'est réchauffée dans mes bras. » Marcher. La température de ce 18 janvier : -30 degrés. Marcher. En sabots, sur la neige. Marcher jusqu'à Buna, l'usine de caoutchouc synthétique installée sur le site d'Auschwitz-Birkenau, à une dizaine de kilomètres. « Nous soutenions les plus faibles. Ceux qui n'en pouvaient plus étaient abattus sur-le-champ d'une balle dans la tête », précise Tola Glowinski. De Buna, ils sont 14 000 détenus d'Auschwitz à tenter de rejoindre Gleiwitz, 90 kilomètres plus loin. Marcher encore, une nuit entière et une matinée. Simone : « Il fallait avoir le courage – ou l'égoïsme – de ne pas chercher à sauver les autres. De défendre sa nourriture, la couverture qu'on avait sur soi, d'empêcher les autres de s'accrocher à vous. A un moment, j'ai senti quelqu'un qui se pendait après moi. J'étais si épuisée que je n'ai pas cherché à m'en défaire. J'ai supporté ce poids. Quelqu'un, derrière moi, a décroché cette personne, et lui a dit : " En s'accrochant comme ça, ce sont les deux qui tombent, les deux qui meurent. " » Tola Glowinski : « Yvonne ne pouvait plus avancer. Et tout d'un coup, j'ai assisté à une scène incroyable : elle s'est redressée, elle s'est tenue droite, elle a marché comme si la fatigue s'était évanouie. Yvonne ne voulait pas que ses filles la portent, qu'elles s'épuisent davantage encore dans le seul but de la protéger. » Les hommes de Siemens suivent pas à pas l'interminable file. Ils n'ont pas renoncé à leur besogne : conduire la troupe dans une usine à proximité de Berlin. Arrivés à grande peine jusqu'à Gleiwitz, les déportés espèrent, pendant quarante-huit heures, que les SS vont les abandonner là. Simone Veil : « L'atmosphère était dantesque, les SS terrorisés à l'idée que les Soviétiques pouvaient les capturer.

Pourtant, ils s'entêtaient encore à sélectionner et à fusiller, faute de chambre à gaz. » Elles sont alors entassées sur les plates-formes de wagons à bestiaux. Traverser la Tchécoslovaquie, l'Autriche, l'Allemagne. Voyage à ciel ouvert, visages lacérés par le vent. Elles se nourrissent de la neige qui tombe et les morts, de plus en plus nombreux, sont aussitôt jetés dans le fossé. Elles arrivent au camp de Dora, en Allemagne. D'autres sont débarquées à Dachau, Ravensbrück, Mathausen ou Buchenwald : 300 kilomètres d'horreur. « J'ai le souvenir d'une douche glacée dans un endroit entouré de glace », dit Tola Glowinski. Seuls les hommes restent à Dora. Yvonne, Milou, Simone et Tola sont alors envoyées au camp de Bergen-Belsen, près de Hanovre, au nord-ouest de l'Allemagne. En une semaine, au milieu du mois de février 1945, 28 000 Juifs arrivent à Bergen-Belsen. Parmi eux, Marceline Loridan qui retrouve, enfin, Simone : « Au début, je respire. Pensez : il n'y a pas de crématoires... Très vite, je m'aperçois que Bergen, c'est l'horreur : rien à manger, des cadavres partout, des montagnes de morts, et les SS qui n'arrivent pas à les brûler tellement il y en a. »

« A Bergen, quand la mort était récente, on pouvait encore fermer les paupières. Après le froid l'empêchait. Et un cadavre qui vous regarde... » Tola Glowinski en frémit. « Le camp était jonché de corps humains en décomposition, témoigne le général Glyn Hugues, présent à Bergen-Belsen le jour de la Libération. Les fossés des canalisations étaient remplis de cadavres, et dans les baraques elles-mêmes les morts étaient restés là, parfois enchevêtrés avec les vivants, dans le même lit. Dans les baraquements les plus surchargés, 600 à 1 000 êtres humains étaient entassés là où il y avait de la place pour 100. Dans un des baraquements du camp des femmes, là où étaient logées les malades du typhus, il n'y avait pas de lit. Les femmes étaient couchées à même le sol et étaient si faibles qu'elles pouvaient à peine bouger... » Autre témoignage, de l'écrivain Louis Martin-Chauffier : « Vingt-deux mille cadavres nus pourrissaient entre les blocs délabrés. Séchaient, serait mieux dire, car de ces corps tordus ne restait que la peau sur les os. [...] Il n'y

avait plus de carreaux aux fenêtres, pas de châlit, pas de paillasse. Rien qu'une salle nue où grouillaient des millions de poux.»

Dans cet endroit, Yvonne a perdu l'espoir de rentrer. Elle a surmonté l'épreuve de Birkenau, elle a supporté la marche de la mort. Mais Bergen-Belsen est de trop, le typhus la ronge, et les libérateurs, anglais ou soviétiques, n'arriveront décidément pas assez vite. « Dans un moment de lucidité, elle nous a demandé de nous approcher, Simone et moi, racontera Milou. J'ai entendu cette phrase : "Ne veuillez jamais le mal aux autres, nous savons trop ce que c'est." » Le 25 mars 1945, au matin, Yvonne Jacob ne se réveille pas. Simone n'est pas là, elle travaille à la cuisine, là où l'a placée l'inévitable Stenia. A son retour, Milou lui dit : « Maman est morte. C'est beaucoup mieux, elle était tellement malade. » Que se passe-t-il dans les heures, dans les jours qui suivent ? Simone ne sait pas, brouillard opaque : « Nous étions dans un tel état que nous ne pouvions même plus compter les jours. » Milou est persuadée que Simone ne supportera pas la disparition d'Yvonne : « Elle ne voulait plus vivre », précisa la sœur aînée. A l'inverse, Simone a la conviction que le sort de sa sœur dépend d'elle : « Elle était si désespérée que si je ne l'avais pas surveillée et fait manger, elle n'aurait pas survécu. » Simone et Milou tombent à leur tour malades du typhus.

Le 17 avril 1945, les soldats anglais délivrent Bergen-Belsen. La veille, les SS s'étaient enfuis. Ils sont revenus, ne sachant pas où aller.

Ce jour-là, Simone Jacob travaille avec une poignée de malheureux à l'extérieur des barbelés. Effrayés par l'état sanitaire du camp, les officiers britanniques leur interdisent de rentrer. « Je voulais rejoindre Milou, passer ce moment-là avec elle. J'ai négocié avec les Anglais, en vain. J'ai essayé de me glisser sous les barbelés, en vain. J'ai dû patienter quelques heures. Ne pas pouvoir partager cet instant d'espoir avec Milou, ça m'a ôté tous les sentiments que j'aurais pu éprouver. » Une libération ratée, gâchée.

A Bergen-Belsen, Simone croise la femme de Julien Reinach, l'esthète de la villa Kerylos. La beauté ? Existe-

t-elle encore ? Garde-t-elle un sens, après Auschwitz : 75 000 Juifs ont accompli le voyage Drancy-Auschwitz, 2 500 sont revenus. Sur la rampe de Birkenau, Gaston Hefltler murmurait à l'oreille de sa fille Nadine : « Tu sais, si tu t'en sors, c'est une bien belle école²⁷. »

Comment Simone pourrait-elle ne pas songer à cette remarque de Primo Levi : « Je ne crois pas être devenu meilleur. J'ai compris certaines choses, mais je ne suis pas devenu bon. »

NOTES

1. Charlotte Delbo, *Mesure de nos jours*, Éd. de Minuit, 1971.
2. Propos rapportés à l'auteur par mère Marie Isabelle.
3. Georges Wellers, *De Drancy à Auschwitz*, Éd. du Centre, 1946.
4. Charlotte Delbo, *ibid.*
5. Primo Levi, *Si c'est un homme*, Julliard, 1987.
6. Robert Antelme, *L'Espèce humaine*, Gallimard, 1957.
7. Charlotte Delbo, *ibid.*
8. Primo Levi, *ibid.*
9. Pierre Vidal-Naquet, Préface à Marck Edelman-Hannakral, *Mémoires du ghetto de Varsovie*, Liana Lévi, 1993.
10. Cardinal Jean-Marie Lustiger, conférence à Brasilia, 16 août 1988.
11. Primo Levi, *ibid.*
12. Témoignage d'Édith Klebinder, survivante du convoi 71, Serge Klarsfeld, *Le Calendrier de la persécution des Juifs de France*, Association des fils et filles des déportés juifs de France, 1993.
13. Primo Levi, *ibid.*
14. Raul Hilberg, *La Destruction des Juifs d'Europe*, Fayard, 1988.
15. *Ibid.*
16. *Ibid.*
17. *Ibid.*
18. *Ibid.*
19. *Ibid.*
20. *Ibid.*
21. Raul Hilberg, *ibid.*
22. *Ibid.*
23. *Ibid.*
24. Robert Antelme, *ibid.*
25. Raul Hilberg, *ibid.*
26. Ferdinando Camon, *Conversation avec Primo Levi*, Gallimard, 1991.
27. Nadine Hefltler, *Si tu t'en sors*, La Découverte, 1992.

Destinations inconnues

André Jacob retrouve son fils Jean dans un dortoir de Drancy, le 21 avril 1944. Il apprend que sa femme et ses deux filles sont « parties » depuis une semaine. Vingt-quatre jours plus tard, le 15 mai 1944, le convoi 73 aligne ses wagons plombés le long des quais de la gare de Paris-Bobigny. André et Jean comptent parmi les 878 Juifs retenus. Il n'échappe à aucun des déportés que leur convoi est d'un genre particulier : Brüner, cette fois, n'a retenu que des hommes, 866 adultes et 12 adolescents. Le train n'est donc pas programmé pour s'arrêter sur la rampe ferroviaire d'Auschwitz-Birkenau. Les archives de la section antijuive de la Gestapo ne sont toutefois pas précises au sujet de ce convoi. Brüner organise-t-il un « départ-représailles », les 878 Juifs étant alors promis à une mort ultrarapide? Ou le commandant du camp de Drancy a-t-il reçu une demande impérieuse de bras pour un secteur « prioritaire » réclamant d'urgence des travailleurs? Quinze wagons et une soixantaine de prisonniers par wagon. Trois jours et trois nuits d'un voyage épuisant, de nombreux morts déjà. La soif. Le train s'arrête à Kovno, en Lituanie, le 18 mars : 350 hommes environ sont alors enfermés dans la citadelle de la ville. Les autres poursuivent leur périple jusqu'à Reval, une cité d'Estonie appelée aujourd'hui Tallin. Ceux-là sont bouclés dans une prison puis dans une caserne. André et Jean sont-ils descendus à Kovno? A Reval? Ont-ils pu rester ensemble? Aucun indice, si tenu soit-il, ne permet d'avancer la

moins hypothèse. A Kovno, vingt-quatre heures après l'arrivée, les SS exigent d'une soixantaine de détenus qu'ils se déshabillent. « Comprenez ce que cela voulait dire, ils se jetèrent sur les SS, en désarmèrent certains. Il y eut une fusillade. Les prisonniers couraient dans tous les sens, mais ils se trouvaient dans un sas en béton. Les balles fusèrent des miradors de la citadelle¹. » Les autres travaillaient la tourbe au camp de Projanowska. « Les conditions étaient horribles et 160 d'entre nous ont été fusillés. » Une fois par semaine, 50 à 60 déportés étaient conduits vers une « destination inconnue ». La mort assurée, personne n'est plus dupe. Après la Libération, le 27 décembre 1945, le lieutenant-colonel R. Marquié, chef par intérim de la Mission française de rapatriement en URSS, rédige une note à Moscou qu'il conclut de la sorte : « Il ressort avec certitude de l'ensemble des témoignages recueillis que pas une personne du fort de Kovno n'est ressortie vivante. » André et Jean Jacob ont-ils enduré ce calvaire-là ?

A Reval, les SS adoptent le même dispositif, une identique stratégie de liquidation rapide mais échelonnée. Un détenu, Asmanoff², témoigne : « Six jours après l'arrivée, les SS prennent 60 d'entre nous pour "travailler". On ne les a pas revus. » Les hommes de Reval sont extirpés de la prison pour travailler à la réfection des pistes d'un camp d'aviation ou dans une carrière. Le 14 juillet, 200 d'entre eux partent à leur tour « travailler » en forêt. Le 14 août, une centaine de malades sont « évacués », c'est-à-dire liquidés. « Une fois par semaine, les SS venaient prendre une dizaine de camarades et n'en ramenaient que cinq le soir. Nous savions que les autres étaient tués à coups de bâton », souligne Guy Sarnier³. Témoignage de Léon Schreck⁴ : « Un jour, à la fin du mois de juillet 1944, vers 6 heures du matin, un détachement de SS s'est présenté dans notre baraquement et a désigné 20 déportés pour partir soi-disant abattre des arbres dans une forêt située à environ un kilomètre du camp. Tous ces camarades ont été fusillés avant midi, car aucun d'entre eux n'est rentré pour déjeuner. Pendant trois semaines ce manège a continué. »

André ? Jean ? Morts. Comment ? Où ? Ils étaient 878 dans le convoi 73, ils sont 17 à revenir.

Ces lieux, Kovno et Reval, ces rares détails, ces précisions, Simone n'en aura connaissance qu'une quarantaine d'années après. Les nazis ont même réussi à « voler » les morts des Juifs, à interdire aux survivants l'apaisement du deuil.

De son frère Jean, Simone Veil est, aujourd'hui encore, incapable de parler.

NOTES

1. Récit de Pavilas Tcherekas, témoin de la scène, rapporté par Serge Klarsfeld, *Le Mémorial de la déportation des Juifs en France*, 1978.

2. Cité par Serge Klarsfeld, *ibid.*

3. *Ibid.*

4. *Ibid.*

Anexo 2 – Carta a Maurice Szafran

Em virtude de não ter outro contacto, a carta dirigida a Maurice Szafran foi enviada, em anexo, para o jornal que ele dirige – *Marianne*.

De: Madalena Mestre mmestre13@gmail.com

Para: lecteurs@journal-marianne.com

Data: 28 de março de 2011 18:00

Assunto: **Lettre à M. Szafran - travail de traduction**

Enviado por gmail.com

Bonjour,

Je m'excuse de me servir de ce courriel pour m'adresser à M. Szafran, mais c'est le seul contact que j'ai trouvé. Je vous demande d'avoir la gentillesse de lui faire parvenir cette lettre.

Je vous en remercie.

Cordialement

--

Madalena Mestre

CARTA DIRIGIDA A MAURICE SZAFRAN

Monsieur Szafran,

Je me permets de vous écrire pour vous demander une information qui me serait d'une grande utilité. Je suis professeur de Français au Portugal et je suis en train de faire une maîtrise en traduction à l'université d'Évora. J'ai choisi la première partie de votre livre «Destin» pour mon travail.

Il y a une expression, se rapportant à Léon Blum, dont je n'arrive pas à cerner le sens : «L'homme à la vaisselle d'or», chap. 2, page 30 de l'édition Flammarion. J'ai découvert, sur Internet, l'article qui fait référence à ce passage. Cependant, ça ne m'a pas aidée. Je sens bien qu'il s'agit d'un commentaire dépréciatif mais je ne voudrais pas en faire une traduction erronée.

J'ai évidemment lu tout le livre et il y a une autre expression qui ne m'est pas tout à fait claire : «Oh ! Elle joue de la mandoline, la Simone, avec ça.», chap. 8, page 112. Est-ce que ça remet à l'idée de séduction connotée sexuellement ?

Je vous remercie d'avance.

Veuillez accepter, Monsieur, l'expression de mes sentiments distingués.

Madalena Mestre

Anexo 3 – Discurso de Pétain

Discours de Pétain, radiodiffusé le 17 juin 1940.

"Français !

A l'appel de Monsieur le Président de la République, j'assume à partir d'aujourd'hui la direction du Gouvernement de la France. Sûr de l'affection de notre admirable armée qui lutte, avec un héroïsme digne de ses longues traditions militaires, contre un ennemi supérieur en nombre et en armes. Sûr que par sa magnifique résistance, elle a rempli nos devoirs vis-à-vis de nos alliés. Sûr de l'appui des Anciens Combattants que j'ai eu la fierté de commander, sûr de la confiance du peuple tout entier, je fais à la France le don de ma personne pour atténuer son malheur.

En ces heures douloureuses, je pense aux malheureux réfugiés qui, dans un dénuement extrême, sillonnent nos routes. Je leur exprime ma compassion et ma sollicitude. C'est le cœur serré que je vous dis aujourd'hui qu'il faut cesser le combat. Je me suis adressé cette nuit à l'adversaire pour lui demander s'il est prêt à rechercher avec moi, entre soldats, après la lutte et dans l'Honneur, les moyens de mettre un terme aux hostilités. Que tous les Français se groupent autour du Gouvernement que je préside pendant ces heures, pendant ces dures épreuves et fassent taire leur angoisse pour n'obéir qu'à leur foi dans le destin de la Patrie."

Acedido em 12 de Agosto de 2011, em

http://hist-geo.ac-rouen.fr/doc/txt/discours_petaim.htm

O seu discurso pode ser ouvido em

<http://www.youtube.com/watch?v=s87CKB5E3SQ>

ou

http://www.dailymotion.com/video/x4m2vx_allocation-du-17-juin-1940-par-le-m_news

Xénophobie et antisémitisme sous le Front populaire

M. Léon Blum, par toutes ses moeurs, représente l'étranger au sens quasi chimique, au sens quasi physiologique du mot, il est étranger à la France... Cet esthète, ce dilettante frénétique, cette femme énermée pense, vit, aime, hait, hésite, s'exalte, s'affaisse en étranger parce qu'il est juif. Il n'est pas étranger parce que socialiste. Il est étranger parce que Blum... Léon Blum eût partout été étranger. Irréductible ! Inassimilable. Il n'appartient pas davantage à sa race qu'à son adoption. Il est aberrant par nature. Sous tous les climats, dans toutes les communautés, cet être incapable de communion eût dit «non»¹.

Cet extrait de *l'Histoire de dix ans : 1927-1937* de Jean-Pierre Maxence, membre de la *Solidarité française* (fondée en 1932 par le parfumeur François Coty et le commandant Jean Renaud sous l'emblème du coq gaulois et le mot d'ordre déjà fort répandu alors de «La France aux Français», qui publie avec Robert Francis et Thierry Maulnier *Demain*

(la France), illustre parmi un flot d'invectives souvent ordurières, la haine xénophobe et antisémite que suscite la personne du Président du Conseil du premier gouvernement de Front populaire. Devenu le symbole, l'incarnation de «l'anti France», l'homme à la vaisselle d'or - qui a déjà échappé à un attentat - se voit traité par des écrivains comme Maurice Bedel et Henri Béraud pour ne citer que deux exemples² de «métèque aux dents de chèvre» (le terme métèque se substitue de plus en plus au terme «étranger» dans une presse française contrôlée à plus de 70 % par la droite³, de chef d'un «gouvernement de ghetto» favorisant «la main mise de la juiverie internationale» attirant, selon l'expression de l'ancien ministre de l'Intérieur Marcel Régnier, «toute la lie des éléments troubles indésirables dans leur propre pays»⁴. On connaît l'apostrophe du député Xavier Vallat à la Chambre à «un homme qui représente si intensément un peuple qu'une malédiction divine a condamné à rester apatride. «Certains vont jusqu'à l'accuser de vouloir introduire la circoncision générale et l'impôt progressif sur l'ascendance française. Mais l'accu-

sation qui revient le plus souvent à cette époque et ultérieurement - y compris sous l'État vichyste - est celle d'avoir fait naturaliser massivement des immigrés censés constituer la troupe de choc des forces de gauche. Accusation absurde puisque durant les à peine deux années du Front populaire - de juin 1936 à mai 1938 - on compte 31 700 naturalisations, soit moins de 16 000 par an alors qu'on en dénombrait déjà 16 403 en 1935, année de la politique de rigueur de Laval envers les étrangers.⁵

Une situation paradoxale dans la France de 1919 à 1930

Ce constat permet de noter que le courant xénophobe et antisémite n'a pas attendu l'avènement du Front populaire pour se manifester. Comparée à la situation dans les autres pays industrialisés, la France présente paradoxalement d'être à la fois le pays le plus accueillant aux étrangers et celui des réactions d'hostilité, voire de rejet, durant les périodes de crises économiques et politiques. Ainsi, entre 1911 et 1930, le nombre d'étrangers résidant en France est passé de 1 150 000 à 3 000 000 représentant respectivement 2,7 % et 7 % de la population. Sur 100 étrangers vivant dans un pays européen, 46 se sont installés en France⁶. Dans une étude de 1932, époque où les premières mesures restrictives découlant de la crise économique suscitent déjà près de 250 000 départs (ils atteindront les 450 000 en 1936), Georges Mauco⁷ relève qu'avec 5,15 % d'étrangers, la France dépasse le taux des États-Unis qui comptent à l'époque 4,92 % d'immigrés non naturalisés. Cette proportion ne s'explique pas seulement par l'attrait qu'exerce la patrie des Droits de l'Homme. Elle répond aussi à la nécessité pour la France d'attirer une main d'œuvre compensant les pertes en vies humaines de la première guerre mondiale (près de 1 million 1/2 d'hommes tués au combat sans parler des victimes civiles) et ce que les experts appellent «l'anémie démographique» que ne compense pas une natalité faible malgré les lois répressives de la con-

traversion et de l'avortement votées par la Chambre «bleu horizon».

Si le courant xénophobe et antisémite se réduit, entre 1918 et 1930 à quelques groupes, essentiellement d'extrême-droite, et à une presse spécialisée en la matière, notamment *Gringoire* (500 000 ex.) d'Horace de Carbuccia, genre du Préfet de Police Jean Chiappe qui s'illustrera lors de l'émeute anti-parlementaire de février 1934, *Candidé*, *Je suis partout* de l'historien Pierre Gaxotte, *l'Ami du Peuple* du parfumeur Coty, véritable anthologie xénophobe et antisémite (1 million d'ex. en 1930) auxquels il faut ajouter, dans un registre différent, *L'Action française* de Léon Daudet (100 000 ex.) et, à un étage inférieur, les nombreuses brochures et publications éphémères d'extrême droite, ce courant s'élargira progressivement, allant jusqu'à gagner certains milieux ouvriers, sous l'effet de trois éléments nouveaux :

1) Le sentiment d'insécurité et le repli protectionniste que provoque la crise économique mondiale de 1929 qui affecte la France à partir de 1931/32 plus profondément et plus durablement que les crises de 1924, 1926 et 1927.

2) La peur séculaire de l'Allemagne que ravive l'instauration du III^e Reich en 1933. Peur doublée chez certains de la fascination d'un régime qui exalte la force et l'orgueil racialement.

3) La crainte et la haine qu'inspire à l'extrême droite et à une partie de la droite la progression des forces de gauche à partir de 1934/35 dont la campagne de presse à propos de l'Affaire Stavisky fournit un exemple éloquent.

La radicalisation du milieu des années trente

Alors que jusqu'au début des années trente la xénophobie et l'antisémitisme se fondent essentiellement sur des préjugés et des stéréotypes d'ordre économique, culturels et politiques puisés dans *La France juive* de Drumont (1886) les thèses d'un Barrès et d'un Maurras sur «le génie national» élaborées à partir du présupposé d'une «race française» homogène que menace-

1. Jean-Pierre Maxence, *Histoire de dix ans : 1927-1937*, Paris, 1938, p. 361 cité par Ralph Schor, *L'Opinion française et les étrangers, 1919-1939*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1985, p. 647.

2. Impossible d'énumérer ici tous les écrivains qui de Jacques de Lacretelle à Céline, en passant par les aînés Tharaud, Bernanos, Paul Morand, Marcel Jouhadou, Brasillach, Jrieu la Rochelle, voire Claudel, Gide et Gideoudout expriment, dans des registres divers, les préjugés et stéréotypes xénophobes et antisémites les années trente.

3. René Rémond, *Le Droit w France - De la 1^{re} Restauration à la 5^e République*, Paris, Aubier-Montaigne, éd. revues et corrigées, 1963 et 1966, p. 229.

4. In *Le Petit Journal* du 7.9.1937.

5. Jean-Charles Bonnet, *Les émeutes publiques et l'émigration de l'étranger-guerra*, Publications de l'Université Lyon II, 1967.

6. Georges Mauco, *Les étrangers en France. Leur rôle dans l'activité économique*, Paris, 1932.